

TERRITÓRIOS COSTEIROS DO NORDESTE DO BRASIL

José Wellington Carvalho Vilar
Hélio Mário de Araújo
Joab Almeida Silva
(Orgs.)

TERRITÓRIOS COSTEIROS DO NORDESTE DO BRASIL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SERGIPE (IFS)**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Milton Ribeiro

SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Ariosto Antunes Culau

REITORA DO IFS

Ruth Sales Gama de Andrade

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E EXTENSÃO

Chirlaine Cristine Gonçalves

TERRITÓRIOS COSTEIROS DO NORDESTE DO BRASIL

José Wellington Carvalho Vilar
Hélio Mário de Araújo
Joab Almeida Silva
(Orgs.)



Copyright© 2021 - IFS

Todos os direitos reservados para a Editora IFS. Nenhuma parte desse livro pode ser reproduzida ou transformada em nenhuma forma e por nenhum meio mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento de informação, sem autorização expressa dos autores ou do IFS.

Editora-chefe (Coordenadora de Publicações)

Vanina Cardoso Viana Andrade

Planejamento e Coordenação Gráfica

Luiz Alberto dos Santos Júnior

Projeto Gráfico da Capa

Luiz Alberto dos Santos Júnior

Revisão

José Veranildo Lopes da Costa Júnior

Foto da capa

(Praia do Coqueirinho - Itaporanga d'Ajuda - SE)
José Wellington Carvalho Vilar

Diagramação

Luiz Alberto dos Santos Júnior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T327	Territórios costeiros do Nordeste do Brasil[recurso eletrônico]. / José Wellington Carvalho Vilar, Hélio Mário de Araújo, Joab Almeida Silva. Organizadores - Aracaju: Editora IFS, 2021. 190 p. : il. color
	E-book
	ISBN: 978-65-87114-61-3
	1. Vilar, José Wellington Carvalho. II. Araújo, Hélio Mário de. III. Silva, Joab Almeida. IV. Título.
	CDU 91(210.5)(1-81)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Kelly Cristina Barbosa CRB 5/1637

[2021]

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS)

Avenida Jorge Amado, 1551. Loteamento Garcia, Bairro Jardins.

Aracaju/SE. CEP: 49025-330

TEL.: +55 (79) 3711-3222 / e-mail: edifs@ifs.edu.br

Impresso no Brasil

Conselho Científico

Chirlaine Cristine Gonçalves
Pró-reitora de Pesquisa e Extensão

Adeline Araújo Carneiro Farias
Área: Ciências Humanas

Jaime José da Silveira Barros Neto
Diretor de Pesquisa e Pós-graduação

Alexandre Santos de Oliveira
Área: Ciências Sociais Aplicadas

José Wellington Carvalho Vilar
Área: Ciências Exatas e da Terra

João Batista Barbosa
Área: Ciências Agrárias

Diego Lopes Coriolano
Área: Engenharias (titular)

Manoela Falcon Gallotti
Área: Linguística, Letras e Artes

Herbet Alves de Oliveira
Área: Engenharias (suplente)

Sheyla Alves Rodrigues
Área: Ciências Biológicas

Membros Externos

Flor Ernestina Martinez Espinosa - FIOCRUZ

Eliane Maurício Furtado Martins - IF Sudeste MG

Odélsia Leonor Sanchez de Alsina - UFCG

Zélia Soares Macedo - UFS

Mirian Sumica Carneiro Reis - UNILAB

Mario Ernesto Giroldo Valério - UFS

Claudio Cledson Novaes - UEFS

Ana Aparecida Vieira de Moura - IFRR

Caique Jordan Nunes Ribeiro - UFS

Josilene de Souza - IFRN

Lucas Molina - UFS

Charles dos Santos Estevam - UFS

Murilo Lopes Martins - IF Sudeste MG

Editoração

Kelly Cristina Barbosa - Bibliotecária

Produção Visual

Jéssika Lima Santos - Diagramador

Júlio César Nunes Ramiro - Técnico em Artes Gráficas

Sumário

PREFÁCIO	11
À GUIA DE APRESENTAÇÃO	15

Parte 1 - TERRITÓRIOS COSTEIROS: MÚLTIPLOS OLHARES

Capítulo 1. ADVENTO DAS PRÁTICAS MARÍTIMAS MODERNAS NOS TRÓPICOS

Eustogio Wanderley Correia Dantas	20
--	-----------

1 Introdução	20
2 Tudo principia com a vilegiatura	20
3 Nos limites da cidade	22
4 Instituição da cidade como Metrópole	23
5 A vilegiatura ressignificada	24
6 Considerações finais	28
Referências	29

Capítulo 2. ESTUDOS SOBRE LITORAL EM GEOGRAFIA: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO EPISTEMOLÓGICO

André Nunes de Sousa
Mateus Barbosa Santos da Silva

1 Introdução	35
2 Notas históricas sobre os estudos do litoral em geografia no Brasil	36
3 Problemas teórico-metodológicos e conceituais atuais nos estudos do litoral em geografia em um contexto internacional	41
4 Estudos do litoral em geografia no Brasil na atualidade	44
5 Considerações finais	51
Referências	52

Parte 2 - ORDENAMENTO TERRITORIAL DE AMBIENTES COSTEIROS

Capítulo 3. ORDENAMENTO TERRITORIAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO LITORAL SUL DE ALAGOAS

Eduina Bezerra França
José Wellington Carvalho Vilar

1	Introdução	58
2	Áreas de proteção ambiental do Litoral Sul de Alagoas	58
3	Proteção da natureza e conflitos ambientais	61
4	Zonas de ordenamento e gestão de unidades de conservação	63
5	Considerações Finais	72
	Referências	72

Capítulo 4. ORDENAMENTO TERRITORIAL E IMPACTOS DO PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NO LITORAL DO NORDESTE DO BRASIL **75**

Moema Hofstaetter
Francisco Fransualdo de Azevedo

1	Introdução	75
2	Gestão territorial e desenvolvimento: uma aproximação teórica e conceitual	76
3	Uma nova dinâmica socioespacial no Nordeste brasileiro: turismo e indústria dos ventos	82
4	Considerações finais	88
	Referências	88

Parte 3 - SEGUNDA RESIDÊNCIA E VILEGIATURA MARÍTIMA

Capítulo 5. NUANCES DE UM TERRITÓRIO COSTEIRO E O PERFIL DO TURISTA DE SEGUNDA RESIDÊNCIA: VILA DE BARRA GRANDE, ILHA DE ITAPARICA, BAHIA **92**

Mirela Carine Santos Araújo
Hélio Mário Araújo

1	Introdução	92
2	Um mosaico sobre o conceito da segunda residência	93
3	Impactos socioambientais num território costeiro baiano	95
4	Um perfil do turista de segunda residência: Ilha de Itaparica - Bahia	100
5	Considerações finais	104
	Referências	106

Capítulo 6. A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA SEGUNDA RESIDÊNCIA NA ZONA COSTEIRA DO PIAUÍ 107

Fabiana da Silva Pessoa
Alexandre Queiroz Pereira
Enos Feitosa de Araújo

1	Introdução	107
2	Zona costeira, urbanização e segunda residência	108
3	Espacialidade e características das segundas residências na zona costeira do Piauí	112
4	Considerações finais	118
	Referências	120

Capítulo 7. A VILEGIATURA NAS PRAIAS DE CORURIFE - LITORAL SUL DE ALAGOAS 123

Jucileide da Silva Sobreira
José Wellington Carvalho Vilar

1	Introdução	123
2	Caracterização socioambiental e as unidades de paisagem na orla marítima de Coruripe	124
3	O papel dos veranistas na territorialização das praias de Coruripe	128
4	A vilegiatura e suas repercussões ambientais e territoriais	130
5	Considerações finais	134
	Referências	136

Parte 4. DINÂMICAS REGIONAIS E CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS

Capítulo 8. TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO LITORAL NORTE DA BAHIA: VETORES, PADRÕES E TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL 138

Anízia Conceição Cabral de Assunção Oliveira
Marcus Henrique Oliveira de Jesus

1	Introdução	138
2	Metodologia	139
3	O Desenvolvimento do vetor turístico no Litoral Norte da Bahia	140
4	Conde: padrões de uso e ocupação e a urbanização dispersa	142
5	Considerações finais	151
	Referências	152

Capítulo 9. ENTRE INDIAROBA/SE E JANDAÍRA/BA: ATORES E REDES NA CONFIGURAÇÃO DE TERRITÓRIOS COSTEIROS 155

Carla Norma Correia dos Santos

1	Introdução	155
2	Território, litoral, lógica zonal e lógica reticular	156
3	A heterogeneidade do uso e ocupação do solo em Indiaroba e Jandaíra	159
4	Atores, redes e território: a lógica zonal e reticular em perspectiva	162
5	Considerações finais	166
	Referências	167

Capítulo 10. EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COMO INSTRUMENTO NA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL ENTRE SERGIPE E BAHIA 169

**Maria do Socorro Ferreira da Silva
Sindiany Suelen Caduda dos Santos
Carlos Frederico Bernardo Loureiro**

1	Introdução	169
2	Conflitos socioambientais na zona costeira e o papel da educação ambiental crítica	170
3	Procedimentos metodológicos	172
4	A representação do território pesqueiro e a compreensão dos conflitos socioambientais pelos pescadores artesanais	174
5	Considerações finais	179
	Referências	180

BIOGRAFIA DOS ORGANIZADORES E AUTORES 183

PREFÁCIO

Nosso mundo está mudando a uma velocidade nunca vista na história da humanidade e as áreas costeiras são a melhor expressão desse fenômeno. As mudanças não são apenas rápidas, são também muito profundas e, como sociedade, deveriam nos preocupar. Os vestígios dos impactos nos ecossistemas costeiros naturais e nas zonas costeiras habitadas pelos seres humanos e na paisagem são bem visíveis. Nas últimas seis ou sete décadas, grandes áreas de manguezais, marismas, estuários, recifes de coral, dunas, falésias e lagoas costeiras foram perdidas ou deterioradas. Ambientes que eram uma parte importante do nosso capital natural.

As consequências sociais são, em muitas ocasiões, dolorosas. Um bom exemplo é observado em muitas cidades litorâneas do planeta, nas quais a má gestão de esgotos ou de resíduos sólidos dá origem a locais contaminados que explicam a perda de ambientes aquáticos saudáveis que fornecem importantes serviços ecossistêmicos, como os alimentos. Esse processo, a pesar de generalizado, não é registrado da mesma forma em todo o mundo; assim como não o são as formas de enfrentar os desafios. Por esse motivo, recomendamos que o leitor que quiser saber o que e como tem acontecido no litoral Nordeste do Brasil, leia este livro.

Na escala mundial, a população costeira vem evoluindo claramente: depois da última Grande Guerra, havia 224 milhões de pessoas vivendo em um raio de 100 km do litoral, em 472 cidades com mais de 100.000 habitantes. Atualmente, estes números ultrapassam 1,4 bilhões de pessoas e 2.129 cidades. Em termos gerais, pode-se afirmar que mais da metade da população urbana mundial está concentrada nas áreas costeiras, que representam não mais de 8 a 10% da superfície emersa do planeta.

Na América Latina e no Caribe o processo começou ainda mais cedo devido ao modelo de ocupação e exploração colonial. Por isso, o resultado que se observa hoje é mais pronunciado. Entre 1945 e 2014, o número total de Cidades e Aglomerados Costeiros (CAC) passou de 42 para 420. Ou seja, multiplicou-se por 10. A população passou de 20 para 180 milhões de pessoas. Sendo que o mais impressionante nesta região é que a população costeira urbana vive principalmente em pequenas cidades (entre 100.000 e 500.000 habitantes), o que implicará em futuros processos de conurbação costeira. Os dados anteriores de concentração demográfica são retroalimentados a partir de concentrações de outra natureza: atividades econômicas, infraestruturas e equipamentos, poder político e capacidade de decisão. E, sem dúvida, entre as atividades econômicas mais importantes de nossa época, destacam-se aquelas relacionadas ao lazer e ao turismo. Este é outro motivo para mergulhar neste livro.

As CAC acabaram por ser o centro de gravidade de um território costeiro que elas próprias configuraram. A partir destes centros, que estão equipados com equipamentos e infraestruturas de alto custo, os recursos costeiros continuam a ser consumidos, e as pessoas e formas de geração de capital continuam a ser atraídas. Para gerenciar esse fenômeno, são utilizadas técnicas ou estratégias que, de alguma maneira, visam racionalizar esse processo.

A primeira dessas abordagens é o Ordenamento Territorial (OT). Como expoente técnico de uma política pública bastante difundida em todo o mundo, este deve ser considerado o primeiro instrumento a ser utilizado na busca pela sustentabilidade das áreas costeiras. Talvez o fato de, na maioria dos países, seu alcance ser apenas terrestre (embora em alguns abarque o espaço marinho) indique sua maior fraqueza. No entanto, a experiência mostra que muitos dos problemas e conflitos podem ser reduzidos, ou mitigados, recorrendo a procedimentos simples de ordenamento do território. Neste livro você encontrará magníficas reflexões sobre esta questão nas áreas costeiras do Nordeste do Brasil.

Por outro lado, a Gestão Integrada de Zonas Costeiras (GIZC) é disseminada, justamente, para enfrentar a crise dos espaços e ecossistemas marinhos e costeiros. Os seus pontos fortes residem no fato de se aprofundar nos aspectos institucionais e de gestão (nos quais a participação pública desempenha um papel importante), ter uma visão estratégica e por ampliar o seu alcance ao ambiente terrestre e marinho. Desenvolveu-se especialmente em países anglo-saxões durante a última década do século anterior e a primeira década do século atual e seu grande subsídio técnico-científica está intimamente relacionada às contribuições para a interação terra-mar. E, não estamos nos referindo apenas a fenômenos e processos naturais, mas especialmente às atividades humanas. As áreas do litoral careciam de grande análise e novas abordagens, não esquecendo que são “espaços de fronteira” e que a gestão pública tem enorme importância nessas áreas.

A gestão baseada em ecossistemas (GBE) interpreta que o ser humano é a parte principal do ecossistema. Reconhece um papel central no resultado da interação sociedade-ecossistemas costeiros e marinhos, a ponto de cunhar uma nova expressão: Sistema Sócio-Ecológico. Em outras palavras: a relação muito especial entre as atividades humanas e os ecossistemas naturais produz novas realidades que devem ser administradas de forma diferente. A GBE coloca mais ênfase na conectividade ecológica e na recuperação dos espaços marinhos e costeiros.

Finalmente, outra das abordagens mais difundidas nos últimos anos é o Planejamento Espacial Marinho (PEM). Trata-se de reconhecer no meio marinho um espaço que é utilizado pelo homem de formas muito diferentes e com intensidades variadas. Além disso, com o passar do tempo, esse uso é mais extenso e as pressões sobre o meio marinho são maiores (pensemos na produção de energia eólica *off-shore*, por exemplo). A singularidade desta disciplina técnico-científica é múltipla: é um campo de trabalho tridimensional em que é preciso intervir buscando a ordem (sustentabilidade), se trata de uma área com grande dinâmica e conectividade (águas à mercê de correntes, marés, ventos e ondas...) e com recursos vivos que também podem se movimentar, mesmo a longas distâncias. É uma questão de ordem público jurídico-administrativa (em que, infelizmente, se interpretou que “o que é de todos, é, na realidade, de ninguém”), é uma área onde se avolumam grandes ameaças e que constitui um elemento essencial para o funcionamento do clima do planeta. Em todo caso, o que se verifica com os primeiros planos PEM que estão em implementação no mundo, é que as zonas costeiras constituem uma área

fundamental para o domínio estritamente marinho.

No que tange às áreas costeiras e marinhas brasileiras, e à Região Nordeste em especial, pode-se dizer que o Brasil possui iniciativas importantes de ordenamento e gestão do território costeiro-marinho há mais de três décadas, sendo que Rio Grande do Norte e Bahia figuraram entre os primeiros estados a adotar as diretrizes da gestão costeira no final da década de 80 do século passado. A Lei Nacional de Gerenciamento Costeiro de 1988 estabeleceu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Já o Decreto Federal nº 5.300 de 2004 regulamentou os instrumentos para esta gestão, incluindo a Gestão da Orla Marítima, materializada pelo Projeto Orla.

O território da zona costeira, assim considerado pelo PNGC e, portanto, objeto da gestão integrada, abrange tanto os municípios costeiros quanto o mar territorial, até o limite das 12 milhas náuticas. Assim, é imperativo que o gerenciamento costeiro estabelecido no Brasil seja devidamente implementado, com base ecossistêmica, para o adequado ordenamento da zona costeira e marinha. Instrumentos de gestão costeira como o Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha (MDZCM), Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro (ZEEC), Projeto Orla e os Espaços Naturais Protegidos (Unidades de Conservação), assentados no marco regulatório e de governança costeira e marinha no Brasil, tem um grande potencial de contribuir para o incipiente Planejamento Espacial Marinho no país. A adequada implementação destes instrumentos como base para o PEM é uma condição necessária, já que o PEM seria um instrumento essencial para o ordenamento marinho, em especial na Região Nordeste brasileira. Importante lembrar que o mar do Nordeste apresenta grande potencialidade para o desenvolvimento da chamada Economia Azul, como os parques eólicos, tanto em terra quanto em mar, turismo de sol e praia e aquático, aquicultura, exploração de recursos não renováveis – óleo, gás e minerais, dentre outras atividades. No entanto, o Brasil ainda não desenvolve o PEM e as crescentes demandas da sociedade por atividades econômicas baseadas no mar deveriam vir com o devido ordenamento e gestão, pois se corre o risco de se reproduzir no mar os resultados caóticos e as alterações da paisagem que já vemos em terra, e são tão bem explorados nos capítulos que o leitor tem em mãos.

Ressalta-se aqui que a gestão da interface terra-mar traz ao Brasil a possibilidade de ordenar a franja litorânea e as atividades ali desenvolvidas, focada na escala local. O Projeto Orla, baseado em planejamento participativo, é um instrumento de gestão especialmente relevante para os municípios turísticos costeiros nordestinos. Em muitos destes municípios o turismo de sol e praia faz parte da economia local e as segundas residências jogam um importante papel no desenvolvimento urbano e suas mazelas, temas amplamente debatidos neste livro.

Neste sentido, a Lei Federal nº 13.240, de 2015, que regulamenta a transferência da gestão das praias e orlas da União para os municípios, tem o objetivo de formalizar a prática de ordenamento das praias pelos municípios e dar diretrizes para que as praias cumpram a sua função socioambiental, de bem de uso comum de todos os brasileiros e brasileiras. A formalização desta

transferência da gestão das praias e orlas públicas se dá pela assinatura do Termo de Gestão de Adesão de Praias (TAGP), o qual apresenta as obrigações dos municípios e da União, através da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SPU). O TAGP traz a obrigatoriedade do desenvolvimento e implementação do Projeto Orla e coloca com mais clareza a descentralização da gestão local na interface terra-mar. Quanto mais municípios costeiros assumirem a responsabilidade pelo ordenamento e gestão das praias e orlas, melhor será a qualidade socioambiental deste território. No litoral da Região Nordeste, apenas 26 municípios aderiram à gestão das praias (dados de junho de 2021). Muito ainda deve ser feito para ordenar a franja litorânea dos 156 municípios nordestinos costeiros e que fazem frente ao mar.

No entanto, infelizmente, apesar do arcabouço legal e estrutura de gestão estabelecida, vemos o litoral brasileiro e nordestino em um processo caótico de falta de ordenamento e gestão. Reflete-se no nosso litoral os problemas já enumerados: contaminação, alteração da paisagem, perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, perda de bem-estar humano, etc. Muitos dos instrumentos que tem como objetivo fazer esta gestão integrada e participativa não estão sendo implementados, ou ainda tem um emprego incipiente. Por exemplo, ainda que o Projeto Orla tenha uma relativa expressividade na Região Nordeste (mais de um terço de todos os Planos de Gestão Integrados – resultados do Projeto Orla – já realizados no Brasil), a ocupação desordenada e os impactos e conflitos socioambientais seguem em escalada crescente. Da mesma forma, somente dois dos nove estados nordestinos possuem o ZEEC implementado por lei e os Planos de Gerenciamento Costeiros desenvolvidos, importantes instrumentos para o ordenamento territorial e para definir o futuro que queremos. A realidade demonstra que as iniciativas de gestão atuais não são suficientes ou não estão devidamente colocadas em prática, o que se traduz nos problemas salientados nos capítulos desta obra.

Face a essa realidade, as discussões e proposições sobre a gestão costeira e marinha nos territórios do Brasil e da Região Nordeste são de elevada importância. Trazer estes temas à tona, através da visão geográfica, brinda ao leitor uma análise necessária sobre a gestão da zona costeira e marinha, ao mesmo tempo que convida a todos e todas a aprofundar os conhecimentos sobre este território de natureza pública no qual baseamos nossos usos e atividades.

Prof. Dr. Juan Manuel Barragán Muñoz (Universidade de Cádiz-Espanha).

Prof^a Dr^a Marinez Eymael Garcia Scherer (Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil).

Cádiz (Espanha) e Florianópolis (Brasil), 17 de junho de 2021.

À GUIA DE APRESENTAÇÃO

O litoral nordestino é muito conhecido por suas belezas paradisíacas, pelo uso turístico e de lazer, e ao mesmo tempo pela concentração industrial e urbana e pela presença de metrópoles regionais, com considerável concentração demográfica. As paisagens desse litoral são diversas, variando de praias com imponentes complexos hoteleiros aos espaços fragmentados das capitais estaduais e do domínio pontual de zonas portuárias.

Ocupado de maneira e intensidades variadas desde o início da colonização, o litoral nordestino apresenta hoje, em seus nove estados, diferentes arranjos espaciais e ao mesmo tempo, dificuldades de implementação de políticas de ordenamento territorial, além da presença constante de impactos ambientais e contaminação cada vez mais acentuada.

Numa primeira aproximação e num esforço inicial de síntese, é possível pensar o litoral nordestino a partir das ideias de diferenças, desequilíbrios e desigualdades. Diferenças expressas claramente nas bases ecológicas e geomorfológicas e nas paisagens rurais dominadas pela cana-de-açúcar, pelas pastagens, resquícios de Mata Atlântica, pela mata de restinga e também pelos coqueirais. Desequilíbrios porque se assiste desde complexos turísticos globais até problemas de exclusão social em comunidades costeiras que podem ser expressos em IDH de perfil terceiro-mundista. E as desigualdades são evidentes entre um mundo urbano e metropolitano moderno, que convive entre os “mil tons” que a pobreza oferece, verdadeiras lacunas na base social, e um mosaico rural, igualmente problemático.

Esse contexto de (des)ordenamento territorial evidencia a necessidade de reflexões sobre esse espaço tão frágil ambientalmente e tão diverso em termos geomorfológicos, biológicos, econômicos e sociais. Os conflitos ambientais também são recorrentes no litoral nordestino e refletem o modelo de desenvolvimento historicamente adotado. As experiências relativamente recentes de desenvolvimento sustentável e o uso de instrumentos de planejamento e gestão não têm sido suficientes para reverter a escalada de problemas naturais e antrópicos.

Vale ressaltar que o quadro de contaminação ambiental, sobretudo em áreas urbanas e metropolitanas, acaba colocando em xeque o modelo turístico de sol e praia, a moradia, o lazer e as formas de vida tradicionais na região, criando assim muitas dificuldades para o desenvolvimento regional. O Nordeste das praias e dos paraísos tropicais encontram-se em perigo, dadas suas formas de uso e à exploração num contexto histórico e territorial de concentração de terra e renda.

A geografia do litoral nordestino pode ser concebida a partir de variadas possibilidades de leitura, sem deixar de ponderar sobre sua importância econômica, as formas de resistência das comunidades costeiras, as práticas marítimas, o uso e abuso dos recursos, a discussão da conservação ambiental e as possibilidades de gestão, considerando os aspectos regionais da configuração do espaço.

Como se vê, é possível estudar o litoral do Nordeste sob vários ângulos. Essa amplitude

exigiu a escolha de eixos temáticos para direcionar a elaboração dos capítulos da obra ora apresentada, e ao mesmo tempo para delimitar os conteúdos. Nesse sentido, foram definidos quatro eixos ou partes para dar maior convergência às ideias e possibilitar um produto voltado para o entendimento da dinâmica territorial e seus conflitos, para as necessidades do gerenciamento costeiro e para as tendências do estudo do litoral. Cada eixo definiu uma parte do livro: 1) Territórios Costeiros: Múltiplos Olhares; 2) Ordenamento Territorial de Ambientes Costeiros; 3) Segunda Residência e Vilegiatura Marítima; 4) Dinâmicas Regionais e Configurações Territoriais.

Entendidos como caminhos analíticos possíveis e na expectativa de uma compreensão clara, viva, múltipla e aberta do litoral nordestino, se insistiu na definição desses quatro eixos temáticos que se comunicam entre si. Territórios costeiros são assim concebidos como espaço e tempo, história e geografia, são formas-conteúdo que convidam a leituras e interpretações variadas. E é exatamente na esteira dessas ideias inter-relacionais que a presente contribuição caminha, ou melhor, navega.

No primeiro eixo, a discussão gira em torno de questões históricas e epistemológicas pertinentes ao litoral. O papel da vilegiatura marítimas na construção da geografia das cidades costeiras nordestinas e o estado da arte sobre o litoral na ciência geográfica dão o tom de um debate necessário sobre a redefinição do significado e do uso do espaço litorâneo. Já no segundo eixo, a questão do ordenamento territorial de ambientes costeiros ganha relevo na perspectiva de discutir gestão de unidades de conservação e a instalação recente de parques eólicos. No terceiro, a preocupação com a segunda residência, com a vilegiatura e as manifestações turísticas ao longo do litoral nordestino balizaram os capítulos e abriram caminho para estudos sobre as chamadas práticas marítimas. E por fim, a configuração territorial do litoral na região Nordeste guiou a redação dos textos da parte número quatro envolvendo desde a discussão da lógica zonal e reticular, até os vetores de uso e ocupação do solo e educação ambiental crítica em comunidades pesqueiras.

A escolha de Territórios Costeiros para parte do título se deu em função da defesa da multidimensionalidade do espaço litorâneo e da abordagem política e cultural, aí inseridos o meio ambiente e o gerenciamento, que dominam a literatura sobre a temática. Território costeiro entendido então com recorte geográfico resultante de relações de poder e associado à formação de identidade, e também como cenário ambiental ativo onde se realizam as disputas, os conflitos e as construções cotidianas e históricas da vida cultural, social e econômica. Em uma palavra, é na territorialidade que o litoral é continuamente construído e vivido, porque sem território não há litoral nem zona costeira. Igualmente, há superposições de territórios que aumentam a complexidade analítica e convida o uso de categorias geográficas, como espaço, paisagem e território, para uma ancoragem mais sólida do entendimento dos variados processos.

Em consonância com as quatro partes ou eixos temáticos, o livro está dividido em dez

capítulos, aqui devidamente apresentados aos leitores, com foco nos títulos, nos autores e nos objetivos, não necessariamente nessa ordem.

O capítulo do geógrafo cearense Eustógio Wanderley Correia Dantas, intitulado “Advento das práticas marítimas modernas nos trópicos”, abre a coletânea. A preocupação do professor Eustógio Dantas, um estudioso de longa data da constituição das metrópoles litorâneas do Nordeste do Brasil e da incorporação do mar à geografia das cidades, está centrada na prática marítima da vilegiatura e sua força na valorização de praias urbanas e das zonas metropolitanas.

No segundo capítulo, ainda no primeiro eixo temático, o professor André Nunes de Sousa e o geógrafo Mateus Barbosa Santos da Silva, em seu texto, “Estudos sobre litoral em geografia: história e desenvolvimento epistemológico”, se propõem a contribuir com o debate sobre as bases histórico-epistemológicas dos estudos sobre litoral levados a cabo na geografia brasileira, especialmente na região Nordeste.

O capítulo seguinte dá início ao eixo temático dedicado ao ordenamento territorial de ambientes costeiros. Assinado pela geógrafa Eduina Bezerra França e pelo professor José Wellington Carvalho Vilar, com o título “Ordenamento territorial de unidades de conservação da natureza no Litoral Sul de Alagoas”, o trabalho analisa a dinâmica da gestão de Áreas de Proteção Ambiental (APA), tomando como recorte espacial e referência empírica a APA de Piaçabuçu e a APA de Marituba do Peixe.

O quarto trabalho, “Ordenamento territorial e impactos do processo de turistificação e produção de energia eólica no litoral do Nordeste do Brasil”, da filósofa Moema Hofstaetter e do economista e geógrafo Francisco Fransualdo de Azevedo, tem como foco a discussão sobre as novas dinâmicas territoriais estabelecidas a partir da instalação dos parques eólicos, com significativa alteração da paisagem e dos ambientes costeiros.

O texto número cinco, de autoria dos professores Mirela Carine Santos Araújo e Hélio Mário de Araújo, turismóloga e geógrafo, respectivamente, intitulado “Nuances de um território costeiro e o perfil do turista de segunda residência: Vila de Barra Grande, Ilha de Itaparica, Bahia”, está preocupado com os impactos socioambientais provocados pela casa de praia e pelo veraneio. O estudo abre a terceira parte do livro, dedicada à casa de praia, à vilegiatura e às práticas marítimas modernas e tradicionais.

Na esteira da discussão sobre casa de praia, o sexto capítulo, “A (re)produção do espaço urbano pela segunda residência na zona costeira do Piauí”, produzido pela geógrafa Fabiana da Silva Pessoa e pelos professores Alexandre Queiroz Pereira e Enos Feitosa de Araújo, discute a espacialidade do fenômeno da segunda residência em zonas de praia, tendo como referência empírica os quatro municípios que compõem a pequena franja costeira do Estado do Piauí.

O capítulo número sete, intitulado “Vilegiatura nas Praias de Coruripe – Litoral Sul de Alagoas”, de autoria da geógrafa Jucileide da Silva Sobreira e do professor José Wellington Carvalho Vilar, elabora um diagnóstico socioambiental da orla de Coruripe, especialmente dos povoados Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau, identifica unidades de paisagem e discute

a ocupação dos espaços de praia dos referidos povoados e as repercussões ambientais do uso da orla marítima em pequenas comunidades costeiras.

O capítulo seguinte, de autoria dos geógrafos Anízia Conceição Cabral de Assunção Oliveira e Marcus Henrique Oliveira de Jesus, abre a quarta e última parte da coletânea, dedicada às dinâmicas regionais e configurações geográficas dos territórios costeiros. Com o título “Transformações Socioespaciais no Litoral Norte da Bahia: Vetores, Padrões e Tendências de Uso e Ocupação Territorial”, discute-se os padrões de uso e ocupação da zona costeira do município de Conde a partir dos processos de transformações socioespaciais ocorridos na região e da ação dos vetores de modernização que impõe novas lógicas na estrutura do território costeiro em escala regional e local.

O nono capítulo, de autoria da professora e geógrafa Carla Norma Correia dos Santos, discute a lógica zonal e a lógica reticular na produção de novos territórios e novas territorialidades. O título do trabalho é “Entre Indiaroba/SE e Jandaíra/BA: atores e redes na reconfiguração de territórios costeiros”, e tem como objetivo analisar o papel dos atores locais e das redes na construção da geografia litorânea dos referidos municípios, cuja contiguidade espacial e sua condição de limite territorial entre estados nordestinos despertou a atenção para a análise na escala local e regional.

O último capítulo está dedicado à preocupação com o processo de constituição dos conflitos socioambientais em comunidades pesqueiras na área de abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC). Intitulado “Educação ambiental crítica como instrumento na análise dos conflitos socioambientais em comunidades tradicionais no Litoral entre Sergipe e Bahia”, é de autoria da professora Maria do Socorro Ferreira da Silva, da bióloga Sindiany Suelen Caduda dos Santos e do professor Carlos Frederico Bernardo Loureiro.

Com as discussões aqui travadas, espera-se que o livro possa contribuir para entender o litoral do Nordeste Brasileiro como espaço social e território da política, numa perspectiva múltipla e diversa. E o olhar é múltiplo porque possibilita compreender a relação sociedade-natureza, e diverso, uma vez que abre possibilidades para discutir vários pontos de vista teórico-metodológicos.

Aracaju, Sergipe, Brasil, junho de 2021

Dr. José Wellington Carvalho Vilar

Dr. Hélio Mário de Araújo

Dr. Joab Almeida Silva

(Organizadores)



Parte 1

**TERRITÓRIOS COSTEIROS:
MÚLTIPLOS OLHARES**

Capítulo 1

ADVENTO DAS PRÁTICAS MARÍTIMAS MODERNAS NOS TRÓPICOS

Eustógio Wanderley Correia Dantas

1 INTRODUÇÃO

No fechamento do século XX, abertura do século XXI, percebe-se lógica de inserção diferenciada das cidades mais dinâmicas do Nordeste do Brasil ao sistema mundo. De cidades pautadas em dinâmica clássica, a justificar o dar as costas ao mar, atualmente as cidades de Fortaleza, Natal, Recife e Salvador se projetam plenamente às suas zonas costeiras, bem como dos municípios litorâneos que compõem suas regiões metropolitanas.

A paisagem urbana característica destas cidades se modificou completamente, à mercê de uma dinâmica de valorização de suas zonas de praia a representar, *grosso modo*, incorporação do lado mar às suas geografias (DANTAS, 2006a). O forte fenômeno de verticalização constante nos principais bairros litorâneos das metrópoles em foco, a construção de vias costeiras ligando-as às suas regiões metropolitanas, bem como a intensificação do processo de urbanização notado nos distritos litorâneos dos demais municípios metropolitanos, denotam um quadro a explorar.

A tônica de constituição destas metrópoles, e das articulações a encabeçarem com os demais municípios litorâneos metropolitanos, se impõe no tratamento do fenômeno urbano na região, que será pautado em dois momentos (situações), diferenciados e encadeados, de incorporação do mar à geografia das cidades: i) o movimento inicial de aproximação da sociedade local em relação ao mar, pautado em duas escalas diferenciadas, a da cidade e a da metrópole; ii) o movimento delineador da transformação das cidades litorâneas nordestinas em marítimas, leia-se turísticas, e a envolver escalas nacional e internacional.

Tal processo será analisado no presente trabalho considerando o delineamento da vilegiatura, prática marítima moderna de maior densidade histórica e, conseqüentemente, representativa e determinante de processo de transformação intenso da paisagem urbana nos municípios litorâneos a comporem as regiões metropolitanas mais dinâmicas do Nordeste.

2 TUDO PRINCIPIA COM A VILEGIATURA

A aproximação inicial da sociedade local em relação ao mar se deu a partir de ruptura com modelo clássico de urbanização das cidades litorâneas do passado. Cidades a disporem de um eclipsamento relativo de seu lado mar e consoante instrumentalização intensa de suas faixas de praia (e região próxima), com o estabelecimento de fortes, entrepostos e portos abrindo-

as ao mar, naquilo que Desse (1996) qualificou de “cidade comerciante” e em contraponto à cidade propriamente dita. Remetendo a Vidal de La Blache (1995), representaria padrão de ocupação centrado nos núcleos urbanos litorâneos que, com seus portos e fortes articulados às vias naturais (estuários fluviais, rios, etc.), “convidam o interior a se abrir”. Para o citado autor, a adoção de inovações tecnológicas, especificamente a navegação a vapor associada à estrada de ferro, pós-final do século XIX, reforçaram o papel destas cidades no ordenamento do espaço.

Depara-se, assim, com lógica definidora de cidades que, embora situadas no litoral e estabelecendo contatos com a Europa pelo porto, dispunham de um quadro urbanístico fortemente associado às suas hinterlândias. No caso do Brasil, Correa (1989) e Vasconcelos (1997) reforçam assertiva acima. O primeiro deles ao lidar com a constituição de rede dendrítica, adotada pelo colonizador europeu para viabilizar demanda do comércio ultramarinho e de defesa do território. Ressalta instauração de cidade primaz, situada próximo ao mar e a contar com forte e porto, ambos imprescindíveis no escoamento de mercadorias ao exterior, domínio do continente e defesa de ataques inimigos: índios e/ou corsários. O segundo ao ilustrar o caso do Nordeste, no trato da lógica de organização do espaço na capitania da Bahia. Dando ênfase à Salvador destaca, de um lado, o porto a funcionar como ponto de drenagem de mercadorias, dominando a Baía de Todos os Santos e assegurando assim o controle do recôncavo e, de outro, as fortificações assentadas em racionalidade próxima de uma acrópole e a dispor de sistema de defesa da baía e do porto.

A força da ação estratégica, complementada/reforçada por necessidade de atendimento de demandas de mercadorias nobres na Europa e balizada por conjunto de inovações tecnológicas, a garantir escoamento da produção pelo porto, não foi capaz de incutir na cidade uma forte aproximação em relação ao mar. As zonas de praia se instituíam como reino exclusivo das práticas marítimas tradicionais: a portuária, a marinha nacional (defesa) e a pesca, principalmente a artesanal. Metaforicamente se constituiriam no que denominamos de cidades litorâneas-interioranas (DANTAS, 2000).

No Brasil, somente no final do século XIX, início do século XX, percebe-se o apontamento de movimento de ruptura da racionalidade acima apresentada e a suscitar os primeiros passos da sociedade local em relação às zonas de praia. Portanto, pretende-se constatar que a condição de cidades comerciais não somente permitiu a exportação de mercadorias nobres à Europa. Nos portos, atendendo às demandas das classes abastadas locais, o volume de bens materiais importados do citado continente era mais do que significativo e deixava espaço aberto à assimilação de novos hábitos e leituras em relação ao mar.

A assimilação mencionada, suscita o delineamento das práticas marítimas modernas no Brasil e em processo que as requalifica-ressignifica, gestando práticas que denominamos como vizinhas às do Ocidente (DANTAS, 2014). Compreende-se, portanto, caracterização diferenciada dos banhos de mar e das caminhadas nas praias no país. Se no concernente aos tratamentos terapêuticos no Ocidente, a qualidade química e a temperatura do mar são variáveis fundantes, nos

Trópicos as águas mornas conduzem a redimensionamento do discurso médico, e consoante com a teoria do “bem respirar” de Lavoisier (CORBIN, 1988). Se as caminhadas na praia, do gênero do “Promenade des Anglais” (Calçada dos Ingleses em Nice/França), aconteciam durante o dia e aproveitando as temperaturas amenas do mediterrâneo, nas regiões próximas ao Equador, com ação dos raios solares perpendicular ao solo, acontecem em horários menos quentes, principalmente finais de tarde e em noites de lua cheia (DANTAS, 2004). A localização geográfica tornou inviável a simples transposição, na totalidade da zona costeira do país, das práticas marítimas modernas importadas do Ocidente. Tal dado é mais verdadeiro caso se considere as dimensões continentais do Brasil, especificamente sua extensão Norte-Sul, que implica na adoção de racionalidade dos banhos de mar em regiões temperadas, de águas mais frias, a se aproximar, sobremaneira, da empregada na Europa, conforme apresenta Ferreira (2011) no relativo à criação, nos idos de 1890, do balneário de Villa Sequeira no Rio Grande do Sul.

No processo de requalificação-ressignificação das práticas marítimas modernas, a elite local, composta em vivo processo de miscigenação (CLAVAL, 1995), exerce papel de destaque. Em processo de ocidentalização pelo qual passou o país, os mestiços a comporem a elite têm um papel central na filtragem estabelecida na região e vis-à-vis vivência experimentada em ambientes não litorâneos: no sertão e na zona da mata, incluso a área do recôncavo. Nos referimos à existência de seres interioranos moldados, na aproximação em relação ao mar, lenta e gradualmente aos padrões, hábitos e valores do velho mundo. Aproxima-se, nestes termos, de instituição de processo civilizacional que converge, nos termos apresentados por Elias (1973), à dimensão do corpo, e se articula a fenômeno de invenção da praia pela elite local.

A citada elite se fez representante dos bons costumes e em contraponto àqueles que se nutriam das práticas marítimas tradicionais, denotando um embate entre autóctones (uma elite ocidentalizada e os habitantes tradicionais das praias).

3 NOS LIMITES DA CIDADE

O fenômeno supramencionado fica circunscrito aos limites das cidades-sede, percebendo-se claramente a imposição da escala da cidade nos conflitos estabelecidos nas zonas de praia. Mesmo não dispondo de proporções similares à europeia, com os balneários a pulularem nos espaços litorâneos (CORBIN, 1988), percebem-se transformações substanciais na tessitura urbana das cidades e que se faz notar, no caso do Nordeste, com a ocupação das zonas de praia de Fortaleza (Praia de Iracema, DANTAS, 2011), Natal (Praias da Rendinha e Areia Preta – SILVA, 2013), Recife (Praia de Boa Viagem – FREYRE, 1934; ASSIS, 2003) e Salvador (Praia do Rio Vermelho – VASCONCELOS, 1997; SOUSA, 2011; SILVA, 2011; WENDEL, 2011) pela vilegiatura marítima.

A vilegiatura adquiriu, assim, papel central no delineamento dos banhos de mar (terapêuticos e recreativos) e das caminhadas no Nordeste. De uma priorização de outras parcelas

do território para seu exercício (sítios e chácaras no sertão, agreste e nas serras), a invenção das praias no Nordeste a ressignifica face à valorização que o mar adquire no imaginário social coletivo local. Daí a construção da maritimidade no Nordeste tomar um caminho diferenciado, não associado às estações balneárias, mas à necessidade de aquisição de uma segunda residência nas zonas de praia para o exercício dos banhos de mar e das caminhadas. A vilegiatura explicaria e justificaria, assim, a incorporação inicial das zonas de praia.

Os limites das cidades em foco são respeitados até a primeira metade do século XX. A exclusividade delas cai por terra a partir dos anos 1960-1970, com a instituição da cidade moderna, que se torna policêntrica e aponta à sua instituição como metrópole, em articulação com seus municípios vizinhos (especificamente das regiões metropolitanas, criadas por lei nos anos 1970).

4 INSTITUIÇÃO DA CIDADE COMO METRÓPOLE

No entendimento do processo de transformação da cidade em metrópole, a parcela litorânea desempenha papel estratégico, associado aos domínios da habitação e do lazer representativos de novos usuários: i) das classes mais abastada que estabelecem na praia suas primeiras residências (CLAVAL, 2004). Somam-se, portanto, aos vilegiaturistas e, com o tempo, os suplantam em número. A força do desejo de morar permanentemente de frente ao mar é a mola motriz de lógica de valorização do mercado de terras, com estabelecimento de intenso processo de verticalização, pós anos 1960-1970, em áreas litorâneas das cidades de Fortaleza (Praia do Meireles), Natal (Ponta Negra), Recife (Boa Viagem) e Salvador (Rio Vermelho). Os referidos bairros tendem a se constituir como lócus de habitação do citado segmento, inicialmente com a transformação de segundas residências em primeiras residências e, na sequência, com a construção de arranha-céus para estabelecimento de condomínios residenciais; ii) de empreendedores no ramo do lazer, que transferem as sedes de seus clubes às praias. Vis-à-vis a atração exercida pelo mar em relação à sociedade, passam a concentrar conjunto de atividades recreativas e de lazer, anteriormente condizentes com o centro tradicional. Os clubes sociais migram à praia, passando a oferecer infraestrutura balizadora das práticas marítimas modernas, tanto as já citadas anteriormente como as de caráter esportivo (natação) e náutico (Marinas); iii) de empreendedores do ramo hoteleiro, a também migrarem às praias urbanizadas das cidades em foco, que se especializam na recepção de fluxos representativos dos primeiros turistas a frequentarem a região. Resulta dos ensaios pioneiros dos governos locais em desenvolver a atividade turística na região (FERREIRA, 2013) e cujo desdobramento somente se efetivou plenamente na cidade de Salvador, instituída desde então como cidade turística; iv) de usuários diversos, das classes abastadas e da classe média principalmente, a elegerem as praias como lócus de sociabilidade. Nestes termos, usufruem dos calçadões a acompanharem paralelamente as praias, em padrão de urbanização diferenciado do característico das praças centrais:

quadrangular. Neles o padrão linear, permite incorporação da totalidade da praia, podendo seus usuários neles caminhar (admirando a paisagem), se dedicar aos banhos de mar e de sol e usufruir de conjunto de serviços em restaurantes, bares, *fast-food*, lanchonetes, sorveterias, lojas de artesanatos e etc.

A zona costeira dos municípios próximos, aqueles a comporem as regiões metropolitanas, têm uma sorte diferenciada. Neles, com a construção de segundas residências, o lazer reina em absoluto e em concorrência com as práticas marítimas tradicionais, principalmente a pesca artesanal. A urbanização dos distritos litorâneos sites nos municípios de Aquiraz (Ceará); Nísia Floresta (Rio Grande do Norte); Itaparica (Pernambuco) e Itamaracá (Bahia) resultam da citada demanda e representam articulação estabelecida pela metrópole com o mar. Implica, sobremaneira, na consolidação de um modelo gestado nas capitais e a encampar a escala regional.

Como fenômeno demandador de infraestrutura, suscita ampliação da tessitura urbana na franja litorânea (zonas de praia), a ponto de ser mencionado por Pereira (2012) como um dos vetores de constituição da região metropolitana no Nordeste. Indica-se, portanto, quadro diferente do apresentado por Moraes (2007), ao vincular lógica de crescimento urbano das cidades litorâneas, nos anos 1950, ao simples estabelecimento das indústrias vinculadas às zonas portuárias. No Nordeste o papel do terciário não pode ser negligenciado, especialmente o resultante da ação do poder público a implantar conjunto de instituições (SUDENE, DNOCS, BNB, Universidades Públicas, etc.) importantes na formação da classe média local.

O segmento supramencionado, demandador de segundas residências, reverte o caráter elitista da vilegiatura marítima. Para tanto conta com o Estado, que garante o financiamento do imóvel, fornecido pelo antigo Sistema Financeiro da Habitação do BNH, e assume ônus da urbanização da área, levando às praias sistema de vias secundário, elétrico e de telefonia.

Nessa perspectiva, antigos espaços de vilegiatura nas capitais são substituídos por espaços de moradia e de lazer, e o uso ocasional das zonas de praia das capitais começa a perder importância em relação ao uso permanente. Morar na praia se constitui em objeto de desejo e, reforçado pelo mercado imobiliário, redimensiona esses espaços e induz, concomitantemente, incorporação de antigas áreas ocupadas por populações tradicionais à racionalidade da vilegiatura marítima. Geram, portanto e a exemplo do ocorrido nas cidades-sede, conflitos em toda a extensão do litoral nordestino metropolitano.

5 A VILEGIATURA RESSIGNIFICADA

No final da segunda metade do século XX vislumbra-se transformação das cidades litorâneas nordestinas em marítimas, colocando em cena uma racionalidade de intervenção gestada pelos governantes regionais, em política circunscrita nos limites de seus estados e pautada nas potencialidades do substrato natural, zonas de praia.

O cerne deste novo desdobramento se situa na modificação do olhar do homem sobre o semiárido, rompendo com lógica determinista precedente. A natureza se apresenta, portanto, como premissa na construção do imaginário sociopolítico regional (CASTRO, 1997), dado a justificar sua utilização como recurso ideológico das elites políticas. As elites tradicionais (“oligarquia algodoeira-pecuarista”, no dizer de Oliveira, 1981) souberam utilizar o recurso citado com competência, cabendo às novas elites regionais, a ascenderem ao poder no final do século XX, necessidade de elaboração de um discurso diferenciado e voltado à legitimação de nova política de desenvolvimento.

A construção de cidade litorânea-marítima (DANTAS, 2011b) se efetiva em passagem tênue do domínio civilizacional a um tratamento do econômico, esboçado em matriz política, e que balizou a reversão das imagens negativas do semiárido nordestino. Ela se materializa em um contexto político, do final dos anos 1980-início dos anos 1990, favorável à implementação de políticas públicas voltadas à constituição da citada parcela do território brasileiro em região turística (FERREIRA, 2013).

O tratamento dado por estas novas elites regionais culminou em fragmentação da região, com direcionamento econômico a privilegiar parcelas do espaço. Metaforicamente forjam-se dois Nordeste: o Nordeste Turístico e o do Agronegócio (DANTAS et al., 2006b), respectivamente responsáveis pela reinvenção do litoral e do sertão (suas zonas de várzea, tabuleiros e cerrado).

O Nordeste Turístico deriva de política de desenvolvimento voltada à conversão do litoral em zona turística. A partir de então a citada atividade se apresenta como poderoso instrumento de poder argumentativo colocado a serviço da região e, conseqüentemente, capaz de salvar sua economia. No discurso concebido pelos governantes e assessores de alto escalão, as altas temperaturas e a pouca incidência de chuvas (concentradas no tempo e no espaço) seriam um atributo positivo na atração de fluxos turísticos.

Tendo como modelo o ocorrido na Espanha, com o sucesso de um planejamento turístico de ordem econômica e política (POUTET, 1995), direciona-se, a partir de uma política de marketing, à construção de imagem turística das cidades litorâneas. Ela consistiu em instrumento de propaganda da elite política regional, voltado tanto ao desenvolvimento de uma consciência turística (das populações autóctones) como à elaboração de um símbolo do sucesso e viabilidade dos novos governos (ARAGÃO; DANTAS, 2006).

A política pública em foco se fundamenta em uma consciência turística a se refletir nos novos governos dos estados nordestinos. Ela se revela propaganda política e se transmuta em publicidade, para atender aos termos do desenvolvimento econômico e propalar a modernização tão almejada das zonas de praia. É nestes termos que, pautado na ideia da ação conjugada publicidade-propaganda de Domenach (1979), compreendemos como se dá a construção da imagem turística das cidades nordestinas, fundamentada em suas vantagens climáticas e voltada ao intento de inserção no sistema mundo. Em termos gerais, no bojo da produção desta imagem

objetiva-se difundir a ideia da modernização do Nordeste e, por conseguinte, apagar a imagem trágica do imaginário social da seca, nada propício ao desenvolvimento do turismo.

Reflexo da importância que a atividade turística adquiriu nos últimos decênios, sem esquecer de remeter a outras atividades, não resta dúvida, parafraseando Brunel (2011), que a “região-ruína” (o Nordeste) se transformou em “uma nova Califórnia”. Para a citada, “a geografia da região foi modificada. O Nordeste descobriu seu litoral e ele fascina o mundo”.

O êxito das políticas públicas é evidente, entretanto não significa dizer que o objetivado se consolidou como propalado. Embora a visão empreendida pelos governantes seja estratégica e inovadora, novas variáveis foram incorporadas por novos usuários e empreendedores.

No domínio dos fluxos internacionais, os governantes foram surpreendidos pela importância que o turismo nacional adquiriu na região. Ele hoje representa o forte do contingente envolvido e validam os investimentos realizados na região. Da busca pelo internacional se redescobre a pujança do nacional, tanto com fluxos provenientes de outras regiões e estados brasileiros, como os de caráter eminentemente regional (DANTAS, 2012).

No domínio da busca por empreendimentos clássicos, percebe-se crescimento do setor hoteleiro com implementação, na região e principalmente nas metrópoles, de cadeias de hotéis nacionais e internacionais, bem como número não negligenciável de resorts nas zonas de praia dos municípios litorâneos, com ênfase maior nas regiões metropolitanas e menor nos demais municípios da zona costeira. Esta proliferação de empreendimento foi importante no fortalecimento do receptivo na região. No entanto, outros usuários invisibilizados nos programas de desenvolvimento acabam se impondo. Neste caso, Boyer (2008) remete à massa crescente de vilegiaturistas, cujo intento se diferencia do turista e que justificou a retomada da prática da vilegiatura marítima em escala mundial e a viabilizar articulação de empreendedores imobiliários do país com investidores internacionais.

Da lógica clássica da vilegiatura, a envolver escala local, percebe-se, com a saturação dos espaços disponíveis à vilegiatura marítima nos países desenvolvidos, a descoberta das paragens do Nordeste por estrangeiros, com consequente apontamento a possibilidades de consolidação de novos negócios no domínio do imobiliário.

Silva (2010) dá ideia aproximada do volume de entrada de investimento estrangeiro relacionado ao imobiliário-turístico na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte. Tais investimentos se pautam, por força da lei, em parcerias entre investidores internacionais e empreendedores locais, que grosso modo dispõem da propriedade da terra.

A chegada de novos usuários, vilegiaturistas alóctones internacionais, não foi pensada pelos gestores públicos. O viés clássico da política turística os acabou cegando. Foram os empreendedores locais associados aos internacionais (principalmente portugueses, italianos e espanhóis), que vislumbraram a virtualidade econômica do fenômeno. Eles buscam, a partir desta associação, se inserir em fatia do mercado internacional ávido por espaços de vilegiatura.

São estes empreendedores que diversificam o cenário das opções econômicas nos

estados nordestinos, notadamente no domínio imobiliário. Para tanto dispõem de alguns trunfos, o acesso à terra com infraestrutura urbana e recursos financeiros necessários à implementação inicial de novos empreendimentos. No mais, são estes atores, a ocuparem a cena política, os responsáveis pela sensibilização dos governos nordestinos no concernente à participação nas feiras internacionais do setor.

A meta destes empreendedores era a da constituição, no país, de uma vilegiatura marítima internacional a ser alimentada, em tese, por fluxo de usuários de Portugal, Espanha e Itália. O boom do imobiliário internacional ecoa nos trópicos, associado a empreendimentos que lidam, concomitantemente, com a dinâmica turística e da vilegiatura. Tratam-se dos Complexos Turísticos Residenciais, cuja matriz contempla um núcleo hoteleiro circundado por conjunto de segundas residências, disponibilizadas aos vilegiaturistas internacionais.

O que na teoria é diferenciado (turismo e vilegiatura), na prática destes empreendedores se complementa. De um lado, ao se utilizarem das segundas residências, principalmente na alta estação, para aumentar o número de leitos disponíveis no complexo. De outro lado, ao se apresentar possibilidade de inclusão das segundas residências no pool hoteleiro, auferindo uma renda ao vilegiaturista. É este ponto de partida que conduz colegas espanhóis a direcionarem análise ao que intitulam de Turismo Residencial (ANDREU, 2005; ALEDO, 2008; NIEVES, 2008; DEMAJOROVIC et al., 2011; FERNÁNDEZ MUNOZ & TIMON, 2011; TORRES BERNIER, 2013).

Mais uma vez a elite local foi seduzida pelo modelo Ocidental, disponibilizando no Nordeste, e em parceria com seus pares internacionais, um novo produto e a replicar em seu conceito os campos de golfe.

No entanto, com a crise internacional, no início do século XXI, os intentos iniciais são revisitados. O consumidor almejado (vilegiaturista internacional), assim como o volume de investimentos, rareiam. Em contrapartida, após 2009, os empreendedores imobiliários alteram sua política de marketing, direcionando-a ao mercado nacional, e redimensionam, em tamanho, os projetos a lançar. Mais uma vez, e replicando o acontecido no turismo, a base responsável pela geração de fluxos a evitar uma crise no setor, à exemplo do ocorrido na Europa e Estados Unidos, foi a clientela local: nacional, regional, bem como segmentos das próprias cidades-sede.

É nos termos constantes acima que o quadro característico de ocupação dos espaços litorâneos no Nordeste é modificado. Inicialmente com a chegada de vilegiaturistas alóctones a usufruírem das praias nordestinas. Este segmento, proveniente do país e em menor número do estrangeiro, inova e diversifica dinâmica de ocupação dos espaços litorâneos. Inova ao ser demandador de infraestrutura, imprescindível no seu estabelecimento e não apresentada (reflexo de sua precariedade) nos primórdios da vilegiatura marítima. Diversifica por encampar em suas áreas de estabelecimento parcela de espaços mais amplos do que os atualmente valorados pela elite local e classe média. Estabelecem-se tanto nas cidades-sede,

privilegiadas pelos segmentos mais abastados como lócus de moradia permanente, como nas praias dos demais municípios litorâneos. O que conta para este segmento é a ambiência marítima característica, também, das cidades-sede.

A diversificação de tal dinâmica faz com que tendência de esvaziamento das cidades-sede pela vilegiatura caia por terra. O exemplo maior seria o de Natal, que no censo de 2010 atinge, em números absolutos, contingente de segunda residência superior ao notado nos dois censos anteriores, suplantando assim Nísia Floresta. Adequa-se, neste sentido, ao comportamento presente, desde o censo de 1980, nas cidades de Salvador e Fortaleza. A única exceção à regra se dá em Pernambuco, dispondo Itamaracá de contingente superior a Recife.

O fenômeno ora em foco modifica a paisagem litorânea das cidades nordestinas, explicando tônica de modernização das metrópoles e regiões metropolitanas. De um ente não preso às suas fronteiras, a cidade que se fez metrópole empreende lógica de urbanização dispersa, cujas características marcantes são: i) a linearidade, ditada por dinâmica a acompanhar paralelamente a zona costeira, e com largura ínfima; ii) a fragmentação, representativa de uma urbanização não contínua e, conseqüentemente, focada em algumas parcelas do território metropolitano; iii) a sazonalidade, reflexo de uso derivado de práticas a usufruírem das zonas de praia em períodos específicos do ano: a turística na alta estação e a da vilegiatura em período mais longo de tempo e a se instituir como ocasional e não permanente (DANTAS, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a instituição das cidades litorâneas em foco, bem como do fato contemporâneo da metrópole, vis-à-vis valorização de suas zonas de praia, se efetiva a partir da adoção de abordagem analítica a contemplar o lazer como variável preponderante no entendimento do processo de urbanização.

Reforçando esta assertiva convém lembrar Corbin (2001) ao afirmar que no campo dos desejos, das expectativas e das frustrações reinantes na sociedade ocidental (leia-se Europa Ocidental e Estados Unidos), o lazer ocupa papel de destaque. Esta constatação o mobiliza na defesa da necessidade de realização de estudos históricos capazes de apreender invenção dos usos dos “tempos livres” (história dos lazeres), tanto da maneira que eram “entendidos, representados, simbolizados, utilizados” como do discernimento do como foram “elaboradas as estratégias e conduzidas as lutas com vistas a medi-los, a controlá-los e dominá-los”.

No caso do Brasil, as práticas marítimas modernas não são incorporadas impunemente. Percebe-se tanto a filtragem realizada pelos lugares em relação às inovações (SANTOS, 1985) como a mutabilidade da cultura, reflexo do posicionamento dos indivíduos em relação às influências externas (CLAVAL, 1995), dado a denotar papel estratégico da vilegiatura na instituição das regiões metropolitanas em formação.

A cidade litorânea de outrora perde força. A metrópole emergente passa a incorporar

lenta e gradualmente as zonas de praia da região metropolitana à sua geografia e não podemos, conseqüentemente, compreender este fenômeno sem tratar da dinâmica contemporânea de valorização do litoral como espaço de lazer.

Os usuários, amantes de praia, são a variável força de estruturação de um mundo novo e pautado em múltiplas escalas. Dos que habitam a metrópole e, a partir dela, materializam seus desejos por uma segunda residência em outros municípios litorâneos (vilegiatura marítima autóctone). Daqueles em viagem, animados em conhecer as paragens marítimas do Ceará (turismo litorâneo). Dos confundidos com turistas, os vilegiaturistas, cujo anseio é o de fixar residência ocasional na praia e, inclusive, na metrópole (vilegiatura marítima alóctone). Para o penúltimo o estado investe em infraestrutura e políticas de atração. Para o último nada deste gênero foi pensado. Entretanto, convém ressaltar que eles também se beneficiaram da infraestrutura turística, sendo o aumento de seu contingente (provenientes de outros estados do Brasil e do estrangeiro) alicerce à emergência de empreendimentos imobiliários locais e internacionais.

A incorporação do mar à geografia das cidades litorâneas do Nordeste transformou, lenta e gradualmente, suas zonas de praia. Na contemporaneidade, atinge nível de refinamento com construção de infraestrutura urbana derivada de investimentos públicos, que além da vilegiatura e da atividade turística justificam empreendimentos imobiliários nacionais e internacionais (DANTAS, 2013).

Com o advento da sociedade dos lazes em constituição, as cidades litorâneas nordestinas se tornam marítimas, validadas pelo exercício recente das práticas turísticas e da vilegiatura marítima reinventadas. Projetam-se, portanto, em escala internacional, participando do pool de cidades a valorarem seu lado mar.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. de A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: Castro, Iná Elias et al. (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 (a), p. 197-246.

ABREU, M. de A. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: Silva, J. B.; Costa, M. C. L.; Dantas, E. W. C. (Orgs.), **A cidade e o urbano**: temas para debates. Fortaleza: EUFC, 1997 (b), p. 27-52.

ALEDO, A. De la tierra al suelo: la transformación del paisaje y el Turismo Residencial. **Arbor Ciencia, Pensamiento y Cultura**. CLXXXIV, enero-febrero, p. 99-113, 2008.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1964.

ANDREU, H. G. Un acercamiento al concepto de Turismo Residencial. In: MAZÓN, T.; ALEDO, A. (Eds.). **Turismo Residencial y cambio social**. Alicante: Universidad de Alicante, 2005.

ARAGAO, R. F.; DANTAS, E. W. C. Elaboração da imagem turística do Ceará. **Geosul**, v. 21, p. 45-62, 2006.

ASSIS, L. F. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, n. 11, 12 e 13, 2003. p. 107-122.

BARROS, N. C. C. **Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam?** - uma apreciação geográfica. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

BOYER, M. **L'invention du tourisme**. Paris: Gallimard, 1996.

BOYER, M. **Les villégiatures du XVIe au XXIe siècle**. Caen: Éd. Management et Société, 2008.

BRUNEL, S. **Géographie amoureuse du monde**. Paris: Éditions Jean Claude Lattès, 2011.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, R. G., de; MEIRELES, A. J. A. Dinâmica ambiental como critério para o zoneamento do litoral leste de Fortaleza/CE. **Revista Mercator**, v. 14, p. 167-178, 2008.

CASTRO, I. E. Imaginário político e território. In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.), **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAZES, G. Les littoraux en proie au tourisme. **Hérodote**, n. 93. Paris: La Découverte, 1999.

CHARDON, J.-P. **L'avion dans les Antilles**. Bordeaux : CRET, 1987.

CLAVAL, P. **La géographie culturelle**. Paris: Nathan, 1995.

CLAVAL, P. Conclusion, in: PERON, Françoise; RIEUCAU, Jean (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

CLAVAL, P.; SANGUIN, A.-L. (Orgs.). **Métropolisation et politique**. Paris: Éd. L'Harmattan, 1997.

CLAVAL, P. **La fabrication du Brésil: une grande puissance en devenir**. Paris: Belin, 2004.

COLÁS, J. L.; CABRERIZO, J.A. M. Vivienda secundaria y residencia múltiple en España: una aproximación sociodemográfica. **Scripta Nova**. Barcelona, vol. VIII, n. 178, diciembre de 2004. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-178.htm>> Acesso em: 27 set. 2004.

CORBIN, A. **Le territoire du vide**. Paris: Aubier, 1988.

CORBIN, A. **História dos Tempos Livres**. Lisboa: Editorial Teorema, LDA, 2001.

CORMIER-SALEM, M.-C. Maritimité et littoralité tropicales. In: PERON, F. et RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1996.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática. Série Princípios, 1989.

DANTAS, E. W. C. **Fortaleza et le Ceará. Essai de géopolitique d'un pays de colonisation tardive: de la colonisation à mutation touristique contemporaine.** Tese de Doutorado. Université de Paris IV – Sorbonne, Paris, 2000.

DANTAS, E. W. C. A construção da imagem turística de Fortaleza, **Revista Mercator**, n. 1, 2002.

DANTAS, E. W. C. O mar e o marítimo nos trópicos, **GEOUSP**, n. 15, São Paulo, 2004.

DANTAS, E. W. C. Cidades Litorâneas Marítimas Tropicais: construção da segunda metade do século XX, fato no século XXI. In: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira 2**. São Paulo: Annablume, 2006a p. 79-89.

DANTAS, E. W. C.; ARAGAO, R. F.; LIMA, E. L. V.; THERY, H. Nordeste Brasileiro Fragmentado. In: SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C.; ZANELLA, E. Z.; MEIRELES, A. J. A. (Orgs.). **Litoral e Sertão**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006b, p. 23-44.

DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q.; PANIZA, A. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. **Cidades** (Presidente Prudente), v. 5, p. 14-34, 2008.

DANTAS, E. W. C.; FERREIRA, A. L. LIVRAMENTO, M. C. (Orgs.) **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010a.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos Trópicos: por uma geografia do litoral**. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 2010b.

DANTAS, E. W. C. La Maritimité Chez les Indiens du Brésil. **Géographie et Cultures** (Paris), v. 78, p. 75-96, 2011a.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista**, 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011b.

DANTAS, E. W. C. Tropism, the tourism greatest myth. In: CRAVIDÃO, F.; FERNANDES, J. A. R.; VALENÇA, M. M. (Orgs.). **Regional and Urban Developments in Portuguese-Speaking Countries**. New York: Nova Publishers, 2012, v. 1, p. 311-326.

DANTAS, E. W. C. Metropolização Turística em Região Monocultora Industrializada. **Revista Mercator**, v. 12, n. 2 (n. especial). p. 65-84, 2013.

DANTAS, E. W. C. La maritimité sous les Tropiques: les contributions d'une étude réalisée à Fortaleza (Ceará). **Confins** (Paris), v. 20, p. 1-15, 2014.

DELUMEAU, J. **La Peur en Occident, XVIème - XVIIIème siècles**, Paris: Fayard, 1978.

DEMAJOROVIC, J. et al. Complejos turísticos residenciales. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 20, p. 772-796, 2011.

DESSE, M. L'inégale maritimité des villes des départements d'outre-mer insulaires. In: PERON, F.; RIEUCAU, J. (Orgs.). **La maritimité aujourd'hui**. Paris: Éd. L'Harmattan, 1996.

DESSE, M.; SAFFACHE, P. **Les littoraux antillais**. Guyane: IBIS ROUGE EDITIONS, 2005.

- DOMENACH, J.-M. **La propagande politique**. Paris: PUF, 1979.
- ELIAS, Norbert. **La civilisation des mœurs**. Paris: Calmann-Levy, 1973.
- EVANS, N. H. La dynamique du développement du tourisme à Puerto Vallarta. *In*: KADT, E. (Org.). **Le tourisme, passeport pour le développement**. Paris: Éd. Économica, 1979.
- FERNÁNDEZ MUNOZ, S.; TIMON, D. A. B. El Desarrollo Turístico Inmobiliario de la España Mediterránea e Insular frente a sus Referentes Internacionales (Florida y Costa Azul). **Cuadernos de Turismo**, n. 27, p. 373-402, 2011.
- FERREIRA, F. N. A sociabilidade de banhos no Rio Grande do Sul: do texto à inscrição no espaço (Villa Sequeira, 1890). **Illuminuras** (Porto Alegre), v. 12, p. 82-98, 2011.
- FERREIRA, L. S. **Culturas de Ordenamento Territorial do Turismo nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza-CE, Natal-RN, Recife-PE e Salvador-BA**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2013.
- FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Recife: s. n., 1934.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HIERNAUX, D. La promoción inmobiliaria y El turismo residencial: el caso mexicano. **Scripta Nova**. Barcelona: Univ. de Barcelona, 2005, v. IX, n. 194(05). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-05.htm>>, acesso em 10 set. 2007.
- JAUZE, J.-M.; SAFFACHE, P. **Approche des littoraux Réunionnais et Martiniquais**. Réunion: Université de la Réunion, 2007.
- KADT, E. (Org.). **Le tourisme, passeport pour le développement**. Paris: Éd. Économica, 1979.
- KALAORA, M. Variations Littorales. **Administration**, n. 230, p. 24-32, 2011.
- LEFEBVRE, H. **Critique de la vie quotidienne**, vol. I. Paris Editions Anthropos, 1961.
- LEFEBVRE, H. **De l'État** - les contradictions de l'État moderne. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1986.
- LINHARES, P. **Cidade de água e sal**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.
- MEIRELES, A. J. A. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locacionais. **Confinis**, v. 11, p. 1-23, 2011.
- MELLO, A. da S.; VOGEL, A. **Gente das areias**. Rio de Janeiro: EdUFF, 2004.

- MIOSSEC, A. **Les littoraux: entre nature et aménagement**. Paris: Armand Colin, 2004.
- MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2007.
- MOURÃO, F. A. A. Do centro histórico ao ponto de encontro. **Cadernos de Geografia Urbana**, n. 16. São Paulo: 1976
- NIEVES, R. H. Tendencias del Turismo Residencial: el caso del Mediterráneo Español. **El Périplo Sustentable**, n. 14, p. 65-87, 2008.
- NIJMAN, J. **Miami**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010.
- OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PAULET, J.-P. **Les villes et la mer**. Paris: Elipses, 2007.
- PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2012.
- PEREIRA, A. Q. Urbanização e veraneio marítimo no Ceará. In: SILVA, J. B. et al. (Orgs). **Litoral e Sertão**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 307-316.
- PEREIRA, A. Q; DANTAS, E. W. C. Veraneio marítimo na metrópole: o caso de Aquiraz, Ceará-Brasil. **Sociedade & natureza**, v. 20, p. 1-12, 2008.
- PERON, F. De la Maritimité. In: PERON, Françoise; RIEUCAU, Jean (Orgs.) **La maritimité: aujourd'hui**. Paris: Éditions Harmattan, 1996.
- POUTET, H. **Images touristiques de l'Espagne**. Paris: Éditions L'Harmattan, 1995.
- RIBEIRO, L. C. Q. Cidade, Nação e Mercado. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Comp. das Letras, 2001. p. 132-161.
- SANTOS, M. **O espaço dividido**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SILVA, A. F. C. Investimentos estrangeiros no Nordeste e o imobiliário-turístico. In: DANTAS, E. W. C.; et al. (Orgs.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.
- SILVA, A. F. C. da. Estratégias do mercado e investimento privado imobiliário turísticos. In: DANTAS, E. W. C. et al. (Orgs.). **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010 p. 171-191.
- SILVA, J. B. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C. et al. (Orgs.). **Litoral e Sertão**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45-55.
- SILVA, J. B. Região Metropolitana de Fortaleza. In: SILVA, J. B.; CAVALCANTI, T. C.; DANTAS, E. W. C.. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 35-55.

SILVA, S. B de Melo; CARVALHO, S. S. Vende-se uma região. **Revista Desenbahia**. Salvador, v. 8 n. 14, março 2011. p. 99-114.

SILVA, K. de O. A territorialização da residência secundária no litoral de Nísia Floresta (Rio Grande do Norte, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 6, p. 58-78, 2013.

SOUSA, A. N. de. Orla oceânica de Salvador. Salvador: EDUFBA, 2011.

TORRES BERNIER. E. El Turismo Residencial y sus efectos en los Destinos Turísticos. **Estudios Turísticos**, p. 45-70, 2013.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem**. São Paulo: Roca, 2001.

URBAIN, Jean-Didier. **Sur la plage**. Paris: Éditions Payot, 1996.

VASCONCELOS, P. Os Agentes modeladores das cidades brasileiras do período colonial. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORREA, R. L. (Orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. p. 247-278.

VIDAL DE LA BLACHE, P. **Principes de géographie humaine**. Paris: Éditions UTZ, 1995.

WENDEL, H. Mercado imobiliário e mercantilização da natureza em Salvador e Região Metropolitana. **Revista Mercator**, v. 10, n. 21, 2011. p. 63-80.

Capítulo 2

ESTUDOS SOBRE LITORAL EM GEOGRAFIA: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO EPISTEMOLÓGICO

André Nunes de Sousa
Mateus Barbosa Santos da Silva

1 INTRODUÇÃO

O debate sobre o percurso histórico e, conseqüentemente, epistemológico da Geografia no Brasil tem adquirido novas e importantes contribuições nos últimos anos através da realização de pesquisas que têm ampliado a compreensão sobre o desenvolvimento da disciplina no país, demonstrando suas tendências, assimilações e (re)produções teórico-metodológicas. Seja em termos mais gerais ou por meio de trabalhos voltados para a formação de diferentes subáreas da Geografia, tais esforços têm possibilitado aos geógrafos um entendimento mais sistematizado sobre os fundamentos científicos e pedagógicos balizadores das análises e práticas geográficas ao longo do tempo, incluindo a sua fase de pré-institucionalização universitária.²

Diferente do que ocorreu em subáreas como, por exemplo, a climatologia, a geomorfologia ou a Geografia urbana, talvez ainda seja cedo para afirmar categoricamente que uma Geografia do Litoral segue um caminho de autonomização (ou setorização) na *episteme* geográfica. Mas fato é que os estudos sobre o litoral têm se afirmado como área de interesse crescente entre os geógrafos brasileiros, figurando e mobilizando uma expressiva produção bibliográfica resultante do desenvolvimento de projetos científicos; intercâmbios acadêmicos nacionais e internacionais; orientações de pesquisas em níveis de graduação e de pós-graduação; além da realização de seminários periódicos especializados na temática litorânea.

Intrinsecamente relacionado ao aumento do interesse acadêmico dos geógrafos pelo litoral, deve-se ter em conta também o intenso processo de redefinição social dos significados e usos dos espaços litorâneos nos dois últimos séculos, transformados em recursos e territórios em disputa (DANTAS, 2009). Novos conteúdos sociais resultam, notadamente, de uma trama de relações funcionais e simbólicas que ocorre em múltiplas escalas, engendrada por diferentes agentes que particularizam geograficamente os espaços litorâneos através de suas ações, atribuindo-lhes valor de uso e de troca e demandando, por parte dos geógrafos, a elaboração de novas propostas teórico-metodológicas e conceituais

2 Para mais detalhamento sobre o percurso histórico-epistemológico da Geografia e de suas subáreas no Brasil ver, por exemplo, os trabalhos de Pereira (2003), Vlach (2004), Moraes (2005), Mary (2010), Moreira (2010a), Cardoso (2013), Sant'Anna Neto (2015), Duarte (2017), Costa (2019), Pereira (2019), Baumgartner (2019), Sousa (2019), Sousa et al. (2019) e Vaz (2019), entre outros.

para as suas análises (DANTAS, 2009; SOUSA, 2011).

Pensando nesses termos, este capítulo busca contribuir, a partir de uma análise ainda introdutória, com o debate sobre as bases histórico-epistemológicas dos estudos sobre litoral desenvolvidos em Geografia no Brasil. Para tanto, o texto remonta, primeiramente, uma breve contextualização histórica acerca desses estudos para, em seguida, pôr em evidência a diversidade de abordagens teórico-metodológicas e conceituais presente nas análises geográficas sobre o litoral, bem como a necessidade de se debater seus avanços, limites e obstáculos epistemológicos (BACHELARD, 1996).

Não é objetivo deste capítulo uma revisão exaustiva dos trabalhos desenvolvidos em Geografia acerca do litoral – o que demandaria uma extensa pesquisa –, mas seguir uma linha historiográfica citando alguns trabalhos relevantes e emblemáticos que evidenciem o trânsito epistemológico de um lado e, de outro, a própria mudança de interesse da sociedade (e dos geógrafos) pelo litoral. Nesse intuito, além de revisão bibliográfica, foram observadas a composição temática de eventos científicos voltados para os estudos sobre litoral em Geografia, além dos alinhamentos científicos de grupos que constam no diretório de pesquisas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2 NOTAS HISTÓRICAS SOBRE OS ESTUDOS DO LITORAL EM GEOGRAFIA NO BRASIL

Em um ensaio publicado em 2009, Lins-de-Barros e Muehe listam uma série de autores e trabalhos pioneiros dedicados ao litoral e aos oceanos, ligados a uma comunidade geográfica em formação e divulgados em âmbitos nacional e/ou internacional a partir do século XVIII. Em revisão similar, mas apresentando densidades histórica e epistemológica mais expressivas em termos nacionais, Ab'Saber e Christofolletti (1980) traçam também um importante panorama sobre pesquisas que tiveram como objeto os aspectos físico-naturais do Brasil, incluindo o seu vasto litoral. Essas duas publicações, embora se constituam em importantes esforços de sistematização historiográfica, evidenciam, por outro lado, certas lacunas e a necessidade de investigações continuadas acerca do lugar dedicado aos estudos sobre o litoral na Geografia, bem como sobre suas bases científicas.

Intitulado *Geociências*, o capítulo, assinado por Ab'Saber e Christofolletti (1980) na clássica coletânea *História das Ciências no Brasil*, busca apresentar alguns dos mais importantes autores, obras e eventos decisivos para a formação e consolidação das pesquisas geográficas e ciências correlatas no país, pondo em destaque estudos dedicados às formas e dinâmicas físico-naturais do ambiente. Os autores centraram seus esforços em uma revisão de trabalhos dispersos e heterogêneos do ponto de vista dos métodos e propósitos científicos, desenvolvidos desde o século XIX e que, mais tarde, foram possíveis de serem agrupados no que se convencionou a chamar de Geociências.

No rol dessa sistematização, Ab’Saber e Christofolletti (1980) destinam um dos tópicos do longo do artigo³ à Oceanografia no Brasil, embora os estudos sobre a relação entre as dinâmicas oceânicas e marinhas com os outros elementos do sistema terrestre também sejam evidenciados nos demais tópicos do texto. São os estudos oceanográficos que parecem, num primeiro momento, corresponder ao que, na atualidade, têm se dedicado um número considerável de geógrafos, notadamente na Geografia Física.

Ao tratarem dos estudos oceanográficos realizados no Brasil, Ab’Saber e Christofolletti (1980) localizam as primeiras pesquisas mais sistematizadas sobre o litoral brasileiro nas expedições marítimas e na expressiva cartografia costeira produzida pelo almirante Ernest Mouchez entre 1861 e 1866. Segundo os autores, os primeiros esforços de Mouchez foram responsáveis por criar as bases para a continuidade e o desenvolvimento científico e institucional das pesquisas relacionadas com o litoral e o oceano nas décadas seguintes no país.

Todavia, embora reconheçam as contribuições de Mouchez em trabalhos realizados pela Marinha do Brasil, a partir da criação do Serviço Hidrográfico Nacional em 1862, escapa à remontagem historiográfica de Ab’Saber e Christofolletti (1980) a influência de Mouchez sobre os textos publicados nos *Anais* dos Congressos Brasileiros de Geografia (CBG), realizados ao longo da Primeira República – portanto anteriores à institucionalização universitária da Geografia –, patrocinados pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e institutos histórico-geográficos regionais (CARDOSO, 2013; SOUSA, 2019)⁴.

Nesse sentido, além de pesquisas desenvolvidas por militares – algumas delas também publicadas nos *Anais* dos CBG –, merece ser citado com particular atenção o trabalho *A carta hidrográfica da Baía de Todos os Santos e de seus arredores*, apresentado por Theodoro Sampaio no 5º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em 1916 na cidade de Salvador. Em adição, embora não publicado nos *Anais* do congresso, mas integrante do mesmo círculo de afinidades de Theodoro Sampaio, deve-se também destacar a publicação do importante texto *Uma página de Oceanografia* na obra *Por Mares e Terras (Leituras Geográficas)*, de autoria de Bernardino de Souza (SOUZA, 1913; SAMPAIO, 1916).

A relevância desses textos deve-se ao fato de corresponderem a trabalhos realizados por personagens envolvidos nos primeiros esforços de institucionalização da Geografia no Brasil, que atravessaram a transição entre uma geografia pré-universitária e a formação do sistema geográfico oficial, participando ativamente da constituição desse último (SEABRA, 2008; CARDOSO, 2013; SOUSA, 2019). Trata-se, pois, de trabalhos desenvolvidos por autores que publicaram diversas obras auto definidas como geográficas

3 Trata-se de um longo capítulo com 121 páginas, que demonstra o grande esforço de pesquisa e de sistematização historiográfica por parte dos autores.

4 Segundo Cardoso (2013), a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em parceria com Institutos Geográficos e Históricos regionais, promoveu ao longo da Primeira República oito Congressos Brasileiros de Geografia. Já na Era Vargas, mais dois congressos foram realizados sob a batuta do recém-criado Conselho Nacional de Geografia. Para mais informações sobre os Congressos Brasileiros de Geografia anteriores à institucionalização universitária da Geografia, ver Pereira (2003; 2019), Cardoso (2013), Baumgartner (2019), Sousa (2019) e Vaz (2019).

e que estavam em sintonia com a bibliografia internacional da Geografia, demonstrando, ainda na segunda década do século XX, a importância que tiveram as expedições e a cartografia costeira de Mouchez, além de outros autores estrangeiros, para o início dos estudos sobre o litoral do Brasil.

No tocante ao texto de Theodoro Sampaio (1916), trata-se de uma investigação de caráter mais empírico, tomando como ponto de partida os dados produzidos por Mouchez sobre a Baía de Todos os Santos e que são confirmados ou corrigidos por Sampaio para a confecção de sua carta hidrográfica da baía. Já o texto de Bernardino de Souza (1913) demonstra o amplo conhecimento que esse autor detinha sobre a literatura científica internacional, em particular da Geografia, evidenciada também em outros textos em que ele propõe caminhos para a sistematização da ciência geográfica no Brasil, sobretudo a partir das influências alemã e norte-americana, com particular atenção para as contribuições de Friedrich Ratzel e Willian Morris Davis (SOUSA, 2019; PEREIRA, 2019; BAUMGARTNER, 2019)⁵.

Mais do que um aprofundamento sobre esses textos, importa, para os propósitos deste trabalho, observarmos duas questões que nos ajudam a remontarmos o caminho histórico-epistemológico dos estudos sobre o litoral no Brasil: a primeira questão refere-se às influências alemã e norte-americana que não demonstravam desvantagem frente às contribuições francesas até a década de 1920 no país⁶, ao passo que a segunda questão diz respeito à proeminência das formas e dinâmicas da natureza com relação aos processos sociais dos espaços litorâneos – o que, por sua vez, também, está ligada aos usos e significados atribuídos pela sociedade a esses espaços até então. Trata-se, portanto, de duas questões que foram alteradas nas décadas seguintes.

Retornando ao texto de Ab'Saber e Christofletti (1980), os autores afirmam que novos e significativos impulsos foram dados às pesquisas sobre oceano a partir da criação das primeiras universidades brasileiras na década de 1930 – momento em que a perspectiva francesa (vidaliana) passou a ter maior influência e direcionar as pesquisas em Geografia no Brasil, a partir da chegada de professores franceses nas recém-criadas universidades no país. Nesse novo contexto, foi fundado o Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, que passou a dividir as ações referentes aos estudos das dinâmicas marinhas e oceânicas com a Marinha do Brasil.

Já a partir do final da década de 1950 foram criados outros laboratórios vinculados às jovens universidades, mas ainda especializados nas dinâmicas naturais do oceano. Nesse

5 Bernardino José de Souza foi um importante geógrafo sergipano, professor de Geografia e político, responsável por uma expressiva obra geográfica produzida ao longo de quatro décadas e por políticas de institucionalização da Geografia no Brasil, como a criação do Conselho Nacional de Geografia. Para mais informações sobre Bernardino de Sousa, ver Sousa (2019), Pereira (2019) e Baumgartner (2019).

6 Em diversos de seus textos, Bernardino de Sousa dá maior proeminência aos estudos da Geografia Física que ele acreditava ser o fundamento do “edifício” geográfico. Essa premissa partia, sobretudo, das suas leituras e afinidades com os textos de geógrafos como Ratzel, De Martonne e, principalmente, Davis. Este último figura como sua principal referência nos estudos geográficos. Para mais informações ver Pereira (2019) e Sousa (2019).

contexto, foram fundados o Laboratório de Ciências do Mar, na Universidade Federal de Pernambuco (1958); o Laboratório de Ciências do Mar, na Universidade Federal do Ceará (1961); e o Centro dos Estudos Costeiros e Oceanográficos, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1967); contribuindo também para um número crescente de pesquisas em nível de pós-graduação (AB'SABER; CHRISTOFOLETTI, 1980).

Cabe destacar, portanto, que o período assinalado pelos autores corresponde a uma transição epistemológica importante na Geografia desenvolvida no país. Se, num primeiro momento de institucionalização, os trabalhos dos geógrafos tiveram suas bases científicas fortemente influenciadas por uma perspectiva francesa (vidaliana) de Geografia, superando as influências alemã e norte-americana e empenhada em construir quadros histórico-geográficos a partir da regionalização de morfologias sobrepostas (conjuntos de paisagens), a década de 1950 foi marcada por uma preocupação maior e vinculação dos geógrafos com a questão do planejamento do território, recorrendo a outras perspectivas e propostas teórico-metodológica de se fazer ciência (MORAES, 2005; MOREIRA, 2010b).

Esse trânsito epistemológico se vincula, por um lado, às próprias mudanças ocorridas na Geografia em âmbito internacional, nos seus diferentes contextos socioespaciais, mas que convergiram em boa parte para uma noção de Geografia aplicada, que também incidiu sobre o Brasil (TRICART, 1960a); e, por outro lado, se relaciona com as próprias transformações provocadas pelo processo de modernização do território e do Estado brasileiros, marcado pela expansão da urbanização pelo país (MORAES, 2005). No tocante à ideia de uma Geografia aplicada, embora esse interesse fosse crescente em diferentes países e tivesse variações metodológicas, novamente os geógrafos franceses reafirmaram sua influência no Brasil.

Contribuíram para a reafirmação e fortalecimento da vinculação dos geógrafos brasileiros com a Geografia desenvolvida pelos franceses, as capacitações em cursos oferecidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a realização do XVIII Congresso da União Geográfica Internacional (UGI), em 1956; e o intercâmbio de pesquisadores nos anos seguintes ao congresso, que possibilitaram a formação de círculos de afinidade e cooperação de trabalhos que se estenderam por décadas (SANTOS, 1958; BONFIM, 2015). Tais eventos reafirmaram a influência que os geógrafos franceses já exerciam nos departamentos das jovens universidades brasileiras.

Pensando particularmente nos estudos sobre o litoral, a publicação sobre a Bahia, assinada por Domingues e Keller (1958), resultante de uma das expedições realizadas no congresso da UGI, e os trabalhos desenvolvidos por Tricart e Silva (1958) e por Tricart (1960b), exemplificam a continuidade dessa influência.

No caso da publicação de Domingues e Keller (1958), trata-se de um trabalho típico de influência vidaliana, no estilo das monografias regionais descritivas, caracterizado por uma descrição morfológica das unidades de paisagem que, em seu conjunto, e acrescidos

dos gêneros de vida, dariam origem a quadros regionais – é nesses termos que Domingues e Keller (1958) descrevem o litoral na antiga e oficial região Leste do Brasil, bem como na região do Recôncavo Baiano.

Já os textos de Tricart e Silva (1958) e Tricart (1960b) – posteriores ao Congresso da UGI, mas resultantes do encontro entre pesquisadores que participaram desse evento –, podem ser inscritos numa espécie de fase de transição entre a perspectiva vidaliana clássica, já amplamente difundida e realizada nas universidades do Brasil, e a ideia de uma Geografia aplicada que, gradativamente, chegava ao país recebendo outras influências teórico-metodológicas, como as quantificações e classificações propostas por Michel Rochefort e o esforço de refletir sobre a natureza a partir do materialismo dialético, como propôs o próprio Tricart⁷.

É importante notar que essas publicações concentram a atenção na morfologia das paisagens e nas regiões formadas a partir dos conjuntos de paisagem, evidenciados pelas formas e dinâmicas da natureza – o que inclui, portanto, as paisagens e regiões litorâneas. Isso se deve, por um lado, ao próprio momento epistemológico da Geografia, ocupado ainda em dar legitimidade científica aos seus estudos a partir dos pressupostos das ciências naturais e exatas, tratando a sociedade através de tipologias; mas, por outro lado, deve-se ter em conta também que se trata de um momento em que, no Brasil, a sociedade estava “descobrimdo” o mar como fenômeno social (DANTAS, 2009; MOREIRA, 2010a; MOREIRA, 2010b; SOUSA, 2011).

No tocante aos usos e significados atribuídos pela sociedade ao litoral, as mudanças mais intensas ocorridas no Brasil a partir de meados do século XX acompanham e se inserem numa lógica internacional iniciada no século XIX. Conforme Sousa (2011), trata-se, na verdade, de um construto social complexo, que envolve diferentes agentes sociais, que agem e se articulam em diferentes escalas, a partir de interesses os mais diversos. É esse construto social complexo, em sua dimensão espacial, que se apresenta gradativamente aos geógrafos como imperativo de revisão de suas abordagens, conceitos, teorias e métodos de análise.

As publicações citadas neste tópico, inscritas sobretudo entre as décadas de 1910 e 1960, constroem suas afirmações científicas, notadamente, a partir de noções advindas da oceanografia e geomorfologia – como oceano, fossa, litoral, costa, cordão litorâneo, restinga, falésias, barra, canal, entre outros. Todavia, o que se impõe aos estudos sobre o litoral em Geografia na atualidade são as mesmas ou similares questões que tomaram o conjunto da ciência geográfica como um todo, derivadas, principalmente, da mudança de perspectiva frente ao seu objeto de estudo. O trânsito epistemológico que conduziu os geógrafos do estudo da superfície da Terra para as pesquisas que tomam o espaço como o objeto de estudo alterou profundamente a análise geográfica.

⁷ Acerca da proposição de Tricart em analisar a natureza a partir do materialismo dialético e histórico, cabe lembrar que Tricart redigiu um texto intitulado *A geomorfologia e o pensamento marxista* amplamente difundido em diversas publicações/periódicos acadêmicos.

A mudança corresponde a uma passagem da descrição da morfologia das paisagens e identificação de quadros regionais para uma compreensão do espaço como instância ou produto social, o que implica uma revisão das suas abordagens, conceitos, teorias e métodos. No tocante aos estudos sobre o litoral, inscritos nessa transformação, o mesmo se sucede: trata-se de um processo articulado e indissociável entre movimentos internos e externos à ciência, reclamando outros modos de se abordar a temática na Geografia. Nesse contexto, observa-se na atualidade, um número crescente de trabalhos que buscam construir novas abordagens metodológicas e conceituais amparadas em perspectivas teórico-filosóficas como, por exemplo, o materialismo histórico e dialético e a fenomenologia⁸.

A questão que se coloca agora como desafio para os geógrafos, portanto, é como apreender e analisar processos socioespaciais relativamente novos que se particularizam nos espaços litorâneos.

3 PROBLEMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E CONCEITUAIS ATUAIS NOS ESTUDOS DO LITORAL EM GEOGRAFIA EM UM CONTEXTO INTERNACIONAL

Bachelard (1996), em um trabalho que trata da necessidade da renovação continuada da ciência, afirma que o trabalho de análise epistemológica é pôr em evidência a gênese e o desenvolvimento das ideias entre todos os conhecimentos de um determinado período. Para o autor, o fazer científico deve buscar a reconstrução incessante do próprio saber científico, de modo que se desenvolva um pensamento que trabalhe sobre o desconhecido, procurando no real tudo que engendra contradições em conhecimentos prévios. Nesse sentido, analisar o próprio ato de conhecer torna visível os avanços, as falhas, as lentidões e os conflitos do conhecimento produzido – sendo possível revelar as suas estagnações, as regressões e as inércias, denominadas pelo autor de obstáculos epistemológicos – e, conseqüentemente, permite a superação de tais obstáculos.

Nesses termos, torna-se primordial continuar remontando as bases históricas, teórico-metodológicas e conceituais dos estudos sobre o litoral na ciência geográfica, no intuito de revelar e alertar sobre os avanços e as ambigüidades produzidas no pensamento geográfico, superando o saber existente, e auxiliando na reflexão permanente sobre o próprio pensamento geográfico. Nesse sentido, para os objetivos do texto, buscamos transitar entre escalas da produção do conhecimento científico, revisitando brevemente a literatura internacional - particularmente obras publicadas nos idiomas inglês, francês e espanhol -, com o propósito de ampliar o entendimento acerca dos estudos geográficos

8 Mais recentemente no Brasil os geógrafos têm se dedicado aos estudos fenomenológicos sobre a experiência dos sujeitos ou grupos humanos com suas espacialidades, porém em número ainda bem menor se comparado à perspectiva materialista histórica que passou a figurar na Geografia no país aproximadamente partir da década de 1970. No tocante aos estudos sobre litoral que trabalham a partir de uma abordagem fenomenológica ver, por exemplo, Sousa (2011) e Medeiros (2020).

sobre o litoral produzidos no Brasil.

Nesse sentido, Adalberto Vallega (1999) discorre sobre o crescimento do interesse e, conseqüentemente, de pesquisas realizadas na Geografia sobre o litoral no mundo. O autor menciona que as preocupações dos cientistas estão intrinsecamente relacionadas à concentração de dois terços da população mundial vivendo no litoral, combinadas a problemas socioambientais como, por exemplo, as mudanças climáticas e o aumento do nível do mar. Nesse âmbito, ainda segundo Vallega (1999), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) promoveu a Agenda 21 para buscar o desenvolvimento costeiro sustentável por meio de uma gestão integrada.

Quando da ocorrência da ECO-92, Vallega era professor da Universidade de Gênova, Itália, e ocupava a Vice-Presidência da União Geográfica Internacional (UGI), no período de 1996 a 2000. Data também desse período a publicação do livro *Fundamentals of Integrated Coastal Management* [Fundamentos do Planejamento Integrado da Zona Costeira], lançado por ele precisamente no ano de 1999. O objetivo principal de Vallega (1999) era fazer uma reflexão sobre a necessidade do planejamento integrado das zonas costeiras, considerando suas distintas escalas espaciais, em um mundo industrializado que passava por profundas transformações políticas e econômicas.

A publicação de Vallega (1999) consiste num produto resultante das discussões realizadas no âmbito da União Geográfica Internacional (UGI) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Na Assembleia Geral da UGI, particularmente no 28º Congresso Internacional de Geografia, decidiu-se por incluir o programa *Oceans* – programa da UGI de divulgação científica com ênfase nos oceanos – e torná-lo ativo entre os anos de 1996 e 2000, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento educacional sobre o oceano e implementar abordagens interdisciplinares adaptadas às diretrizes da Agenda 21⁹.

Diante do contexto mencionado, Vallega (1999) se esforçou em estabelecer uma base de cooperação e parcerias para discussões científicas internacionais sobre o planejamento integrado das zonas costeiras. Para tanto, o autor realizou uma ampla revisão bibliográfica sobre a temática e apontou para um “[...] confuso horizonte de paradigmas conflituosos e conceitos vagos” (VALLEGA, 1999, p. 2, tradução nossa). Apesar disso, o próprio autor reconhece tentativas de delimitação e diferenciação entre os conceitos por meio de diversos esforços de cientistas em variadas áreas do conhecimento, porém afirmou que não existe uma constelação teórico/conceitual consistente (SILVA, 2019).

Vallega (1999) retrata que os livros produzidos sobre a gestão das zonas costeiras, majoritariamente, concentraram seus esforços e preocupações na escala nacional,

⁹ O intercâmbio entre a UGI e a ONU a partir do programa *Oceans* contribuiu para a realização do seminário internacional *The role of ocean science and geography in facing ocean management for the twenty-first century* [A função das ciências do oceano e da Geografia no enfrentamento da gestão dos oceanos no século XXI] ocorrido em Portugal em 1998. A partir desse evento, o programa *Oceans* foi expandido e convertido no programa *Oceans 21*, aplicado conjuntamente pela ONU e UGI. A ONU declarou o ano de 1998 como o *Ano Internacional dos Oceanos* para aumentar a consciência global sobre os oceanos (VALLEGA, 1999).

nas relações institucionais e em problemas particulares. O autor evidencia que seria necessário abandonar abordagens disciplinares e buscar a interdisciplinaridade, adotando as zonas costeiras como sistemas complexos com base na epistemologia da complexidade, perspectiva que serviria como base de integração entre disciplinas que se ocupam da gestão das zonas costeiras.

Retornando ao tema da imprecisão conceitual, Vallega (1999) aponta a existência de três conceitos centrais nos debates sobre o planejamento integrado: zona costeira (*coastal zone*), área costeira (*coastal area*) e sistema costeiro (*coastal system*). Referente à confusão conceitual entre área e zona costeira, Vallega (1999) menciona que, por um lado, diversos autores tratam esses conceitos como sinônimos e, por outro, há autores que evidenciam a existência de diferenças entre esses dois conceitos, como, por exemplo, os estudos de Sorensen e McCreary publicados em 1990 (SILVA, 2019).

Sorensen e McCreary (1990) identificam diferenças entre área e zona costeira, definindo que área costeira é um recorte espacial, constituído de fenômenos sociais e naturais realizados tanto na porção continental quanto no oceano, que não tem um limite definido. Esses autores mencionam a importante contribuição de Ketchum (1972) para a formulação do seu próprio conceito de zona costeira, pois esta se constitui na interface entre dois domínios, o do mar e o da terra. Assim, a zona costeira é entendida como zona de terra que é afetada pelo mar e, concomitantemente, pela área do mar que é afetada pela terra. No entanto, é importante mencionar que Ketchum (1972), ao refletir sobre os limites e sobre as características demográficas, funcionais, ecológicas e geográficas das zonas costeiras, argumenta que “[...] os limites continentais da zona costeira são demasiadamente vagos, incapazes de serem plenamente delimitados” (KETCHUM, 1972, p. 5, tradução nossa).

Barragán Muñoz (2004), refletindo acerca dos conceitos e terminologias utilizados nos estudos sobre o litoral, afirma que em castelhano litoral e costa são utilizados de maneira recorrente como sinônimos. O autor menciona que na Espanha as publicações que utilizam o termo costa, se referem a uma “franja relativamente estreita situada a um lado e outro do contato terra-mar” (BARRAGÁN MUÑOZ, 2004, p. 16, tradução nossa) e aquelas que utilizam litoral estão relacionadas a superfícies mais amplas, principalmente na direção do continente. Em seguida, o autor demonstra que as publicações sobre a temática utilizam majoritariamente como base as pesquisas de língua inglesa, apesar de reconhecer a utilização como sinônimos por alguns pesquisadores.

Barragán Muñoz (2004) refere-se, assim, à zona costeira como superfície delimitada por critérios jurídico-administrativos, com contornos regulares ou poligonais, e a área costeira como espaço geográfico dotado de formas e dimensões ligadas aos fenômenos naturais e humanos; nesse caso, possuindo contornos mais irregulares. Por fim, o autor declara que zona costeira, litoral e área litoral são terminologias que podem ter o mesmo sentido dentro do contexto do planejamento e da gestão integrada.

Referente às pesquisas científicas escritas em língua francesa, também existem tentativas de sistematização e de proposição teórico-metodológicas e conceituais. A pesquisa de Silva (2019) realizou uma extensa consulta a publicações escritas em língua francesa sobre o litoral, costa, zona costeira, áreas costeiras, praia e o planejamento integrado a partir da consulta ao *Open Journal System*. Foram consultadas revistas como: *Bulletin de l'Association de géographes français*; *Cahiers Nantais*; *Natures Sciences Sociétés*; e *Développement durable et territoires*. O autor destacou os trabalhos de Bousquet (1990), Corlay (1995), Miossec (2001; 2003/4) e Perrin (2013) como tentativas e esforços de sistematização e proposição de metodologias relacionadas às questões de legislação, natureza, conflitos de uso e de planejamento integrado da zona costeira.

Diante do breve panorama internacional apresentado, é importante dar continuidade à contextualização do aprofundamento dos debates sobre o litoral na ciência geográfica no Brasil, agora com foco nas últimas décadas. Esses debates se intensificaram ao longo do final do século XX, acompanhando paralelamente as discussões internacionais, em um momento de crescimento das preocupações ambientais dentro e fora do Brasil concretizadas em políticas públicas na década de 1990.

4 ESTUDOS DO LITORAL EM GEOGRAFIA NO BRASIL NA ATUALIDADE

A importância dos estudos geográficos sobre o litoral brasileiro se relaciona com a própria compreensão sobre a formação socioespacial do país; o seu posicionamento estratégico no comércio internacional; suas potencialidades de usos e de troca para a acumulação do capital; a ocupação urbana; a industrialização; o transporte; os impactos de políticas governamentais no fomento ao turismo, entre outros processos (BARRAGÁN MUÑOZ, 2006; MORAES, 2007). Cabe lembrar, conforme destaca Ab'Saber (2001), que o Brasil é o país que possui o maior conjunto de praias arenosas do mundo situadas na zona intertropical, com uma diversidade de paisagens e de compartimentações geomorfológicas que aumenta a dificuldade de produzir uma regionalização adequada, ao passo que também lhe coloca em uma situação de relevância diante do processo de ressignificação e apropriação que Dantas (2009) tem denominado de maritimidade.

Para Vallega (1999) e Barragán Muñoz (2006), a década de 1990 é um marco temporal para compreensão das mudanças de gestão da zona costeira no âmbito geográfico. O primeiro autor discorreu sobre publicações na literatura internacional, mais especificamente europeia e norte-americana, ao passo que o segundo se debruçou sobre a Espanha e a América Latina. Portanto, a partir da década de 1990, surgiram diversos processos de gestão da zona costeira que se diferenciam de acordo com o contexto social, econômico, político e institucional de cada país latino-americano (BARRAGÁN MUÑOZ, 2006).

Diante desse cenário se intensificaram os interesses dos geógrafos sobre litoral

brasileiro e as pesquisas com abordagens geográficas sobre o litoral desenvolvidas no Brasil, como aquelas dos professores Antônio Carlos Robert Moraes e Eustógio Wanderley Correia Dantas. Lins-de-Barros e Muehe (2009), conforme mencionado neste texto, reconhecem a importância de estudos geográficos no Brasil sobre o litoral produzidos, desde a década de 1960, pelos geógrafos João Dias da Silveira, Aziz Nacib Ab'Saber, Dieter Muehe, Marcus Polette e Antônio Carlos Robert Moraes. Dantas (2009), em adição, demonstra que a ciência geográfica tem se debruçado de forma crescente sobre as representações da sociedade sobre o mar e o marítimo desde a década de 1970.

O desenvolvimento das pesquisas e publicações de Moraes tem como marco inicial a sua participação em discussões ambientais em eventos nacionais institucionais na década de 1980. Assim, a trajetória acadêmica de Moraes foi marcada pela participação em diversos eventos pertencentes à temática ambiental e pela realização de consultorias a convite do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que resultaram em contribuições metodológicas e de modelo institucional na estruturação e constituição do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) na década de 1990 e em contribuições posteriores como o *Macro Diagnóstico da Zona Costeira na escala da União* em 1996. O autor também atuou como membro da delegação brasileira no seminário intergovernamental promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (MORAES, 2001; 2007; LINS-DE-BARROS; MUEHE, 2009; SILVA, 2019).

As contribuições acadêmicas mais diretas de Eustógio Dantas sobre o litoral têm como ponto de partida a pesquisa sobre maritimidade nos trópicos iniciada no processo de doutoramento concluído em 2000. O autor analisou como o mar se tornou um importante elemento geográfico nos processos de produção do espaço urbano brasileiro a partir dos ideais presentes nos estudos desenvolvidos por Alain Corbin (1989). Após o seu processo de doutoramento, as pesquisas de urbanização litorânea, mais especificamente sobre maritimidade nos trópicos e vilegiatura marítima, têm se ampliado e estão sendo continuamente debatidas e aplicadas em trabalhos de doutorado e mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), e também servindo de referência teórico-metodológica em outras instituições de pesquisa como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), culminando em trabalhos como os de Sousa (2010), Magalhães (2016) e Silva (2019).

No tocante aos problemas teórico-metodológicos e conceituais numa abordagem geográfica do litoral no Brasil, Moraes (2007) – na obra intitulada *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma Geografia do Litoral brasileiro*, publicada originalmente em 1999 – reconheceu que apesar dos amplos conhecimentos realizados internacionalmente sobre o litoral nos últimos anos, ainda “trafega-se num campo marcado por grande experimentação teórica, com soluções ainda provisórias para várias questões, e com paradigmas pouco sedimentados” (MORAES, 2007, p. 17).

Nesse sentido, a constituição de uma reflexão sobre edificações teórico-metodológicas e conceituais, construídas e utilizadas pela ciência geográfica para o estudo do litoral, requer uma análise do devir do pensamento geográfico sobre tal objeto ou sobre possível setorização de uma nova subárea. Assim, uma investigação epistemológica dos geógrafos sobre esses estudos – seus avanços e limites – deve implicar também em uma reflexão sobre cada noção, de forma a observar e expor a polissemia existente na adoção das conceituações, analisando o que cada definição diferencia, delimita e recusa (BACHELARD, 1978).

Ab’Saber (2001), em sua obra intitulada o *Litoral do Brasil*, propôs uma macrossetorização da costa brasileira, na intenção de demonstrar os aspectos geomorfológicos e paisagísticos desses ambientes. Nessa obra, o autor também identifica a utilização de noções demasiadamente variadas na literatura científica, reconhecendo a existência de “uma verdadeira parafernália conceitual relacionada à faixa costeira” (AB’SABER, 2001, p. 14). Muehe (2012), por outro lado, destaca que a confusão entre os termos advém da dificuldade de tradução literal dos termos originários de literaturas internacionais especializadas.

Nesse sentido, cabe observar também a polissemia de noções existente na literatura geográfica, verificadas em publicações produzidas no Brasil. Dessa forma, a título de exemplo, buscando dar conta de uma maior diversidade teórico-metodológica, regional e temporal, selecionamos publicações reconhecidamente associadas às pesquisas em litoral no Brasil. Assim, foram analisados os trabalhos de Silveira (1968), Ab’Saber (2001), Muehe (2001; 2012), Moraes (2007), Dantas (2009), Prost (2010), Sousa (2010) e Pereira (2014).

Se, por um lado, a variedade de noções demonstra o esforço dos autores em construir bases teórico-metodológicas e conceituais consistentes, contribuindo efetivamente para o avanço dos estudos sobre litoral em Geografia, por outro lado, evidencia a necessidade de reflexões contínuas dos geógrafos sobre tais noções e sua utilização diante de um objeto dinâmico, sobre o qual incidem novas práticas e valores sociais. Nessas publicações foram encontradas uma ampla diversidade de termos. Em síntese, ao analisarmos as obras utilizadas como exemplificação, foram encontrados 78 termos distintos nos estudos sobre o litoral (Quadro 1).

Quadro 1: Listagem dos conceitos, adjetivações e/ou noções derivadas utilizados em publicações geográficas.

Conceitos	Adjetivações e/ou noções derivadas
Litoral	Aglomeração urbana litorânea, ambiência litorânea, ambiente litorâneo, áreas litorâneas, borda litorânea, boulevard litorâneo, cidade litorânea, complexos litorâneos, conurbação litorânea, espaços litorâneos, espaços litorâneos urbanos, espacialidades litorâneas, espaços litorâneos metropolitanos, fachada litorânea, faixa litorânea, formas urbanas litorâneo-marítimas, fundos territoriais litorâneos, linha litorânea, litorização da humanidade, localidade litorânea, localização litorânea, lugar litorâneo, macrossetor litorâneo, núcleo litorâneo, ocupação litorânea, paisagem litorânea, países periféricos litorâneos, paragem litorânea, região litorânea, região sublitorânea, solo litorâneo, território litorâneo, turismo litorâneo, urbanização litorânea, zona de litoral e zona litorânea.
Costa	Ambiente costeiro, área costeira, borda costeira, cidade costeira sublitorânea, complexo costeiro, espaço costeiro, faixa costeira, linha de costa, linha costeira, meio costeiro e marítimo, núcleo costeiro, paisagem costeira, processos costeiros, região costeira, setor costeiro e zona costeira.
Orla	Orla atlântica, orla costeira, orla litorânea, orla marítima, orla oceânica, orla praiana, orla urbana, orla terrestre urbanizada e orla terrestre não urbanizada,
Praia	Cultura de praia, espaços praias, praias urbanas e zonas de praia.
Mar/Oceano	Borda marítima, borda oceânica, beira-mar, espaço marítimo, espaço à beira-mar, práticas de lazer marítimo, práticas marítimas modernas, vilegiatura marítima e vilegiatura solar.

Fonte: Adaptado de Silva, 2019.

Em complemento à análise conceitual desenvolvida, visando a continuidade da investigação epistemológica de que fala Bachelard (1978), realizamos um levantamento de eventos científicos e institucionais que se dedicaram aos estudos geográficos sobre o litoral brasileiro. A década de 1990, conforme mencionado anteriormente, é uma importante referência temporal do aprofundamento e expansão de trocas de experiências entre governos, instituições de pesquisa e pesquisadores sobre o litoral brasileiro, dos quais destacam-se: o Encontro Nacional de Gerenciamento Costeiro (ENCOGERCO); o Congresso Iberoamericano de Gestão Integrada de Áreas Litorais (GIAL); o Seminário de Gestão Integrada da Zona Costeira; e o Seminário Espaços Costeiros.

Tendo em vista que entre os quatro eventos acadêmicos citados, as edições do Seminário Nacional Espaços Costeiros se constituíram nas únicas organizadas por dois grupos de pesquisa vinculados a departamentos de Geografia¹⁰ (*Costeiros - Estudos Socioespaciais*, sediado na Universidade Federal da Bahia - UFBA e o *Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território*

10 Optamos pela análise do Seminário Nacional Espaços Costeiros, pois o Seminário de Gestão Integrada da Zona Costeira teve uma coordenação de grupos de pesquisa interdisciplinar. O Seminário de Gestão Integrada da Zona Costeira teve um total de cinco edições, respectivamente, realizadas nos anos de 2003, 2007, 2009, 2013 e 2017. Este evento foi realizado ora pelo Laboratório de Geologia e Geomorfologia Costeira e Oceânica - constituído pelo grupo de pesquisa de caráter interdisciplinar Sistema Costeiros e Oceânicos - ora pelo Laboratório de Gestão Integrada da Zona Costeira - composto pelo grupo de pesquisa interdisciplinar Gestão Integrada da Zona Costeira, ambos atuantes no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

e *Mudanças Contemporâneas*, vinculado à Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ), optamos por analisar os trabalhos publicados nos anais do evento, resultantes de apresentações em sessões temáticas, bem como a publicação de um livro produto da seleção de comunicações em mesas-redondas.

As edições desse evento expressam a importância da extensão universitária manifestada na troca de conhecimentos e experiências entre a universidade pública e a sociedade civil através da realização de mesas-redondas e grupos de trabalho com a participação de palestrantes pertencentes à movimentos sociais, à universidade e ao poder governamental. Por um lado, a análise dos trabalhos indica, simultaneamente, a diversidade de instituições de pesquisas e a ampla abrangência dos estudos sobre o litoral em território nacional, abarcando os estados da Bahia, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Sergipe. Por outro lado, a maior parte dos trabalhos realizados se debruçam sobre recortes espaciais locais e valorizam experiências empíricas.

Com textos redigidos a partir das mesas-redondas ocorridas nas diferentes edições do evento, Prost e Silva (2016) organizaram um livro que expressa bem a natureza do seminário: os textos selecionados para comporem a coletânea seguem o pressuposto da importância do diálogo e intercâmbio de experiências entre universidade e sociedade civil. Entre as apresentações selecionadas e redigidas figuram textos de acadêmicos, lideranças de pescadores e movimento popular por moradia.

Já a análise dos *Anais* do Seminário Nacional Espaços Costeiros, ao longo das suas três edições, evidencia que foram produzidos 112 trabalhos científicos divididos em seis eixos temáticos distintos¹¹. Os eixos temáticos com o maior quantitativo de trabalhos apresentados foram, respectivamente, litoral urbano, pesca e aquicultura e estudos ambientais na zona costeira. Referente à quantidade de trabalhos aprovados para publicação nos *Anais*, a primeira edição do evento se diferenciou das demais, pois foram 54 trabalhos aprovados na primeira e 29 nas demais edições (Gráfico 1).

11 Os eixos temáticos do Seminário Nacional Espaços Costeiros são: Pesca e Aquicultura: produção, trabalho e cotidiano; Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos; Indústria e Infraestrutura no litoral: contextos e conflitos; Turismo em áreas litorâneas: contextos e implicações; Conflitos fundiários em áreas costeiras: diversidade de agentes e territórios; e Estudos ambientais na zona costeira: interações com o meio físico e/ou biológico.

Gráfico 1: Trabalhos publicados nos anais das três edições do evento Seminário Nacional Espaços Costeiros (2011, 2013 e 2016) de acordo com os eixos temáticos.



Fonte: Anais do Seminários Nacional Espaço Costeiro.

Elaboração dos autores.

No tocante à área disciplinar dos trabalhos publicados nos *Anais* desse evento, é notória a expressividade da Geografia com publicações que representam 70,5% da produção acadêmica total, seguidos das Ciências Biológicas com 15,2%, e da Arquitetura e Urbanismo e Educação, ambos com 2,7% (Tabela 1). Nesse sentido, os dados produzidos para a análise ratificam a assertiva da crescente importância e do interesse dos geógrafos em debater o litoral no Brasil, de forma a estabelecer o intercâmbio com outras áreas do conhecimento; entre pesquisadores e instituições de pesquisa; e entre sociedade civil e órgãos do poder governamental.

Tabela 1: Trabalhos acadêmicos por campo disciplinar publicados nos anais das três edições do evento Seminário Nacional Espaços Costeiros (2011, 2013 e 2016).

Campo Disciplinar	Anos				
	2011	2013	2016	Total	%
Antropologia	1	0	1	1	0,9
Arquitetura e Urbanismo	2	0	1	3	2,7
Ciências Biológicas	13	2	2	17	15,2
Direito	2	0	0	2	1,8
Agronomia	1	0	0	1	0,9
Educação	1	2	0	3	2,7
Engenharia Civil	1	0	0	1	0,9
Oceanografia	0	1	0	1	0,9
Engenharia Ambiental	1	0	1	2	1,8

Geografia	31	23	25	79	70,5
História	0	1	0	1	0,9
Sociologia	1	0	0	1	0,9
Total	54	29	29	112	100,0

Fonte: Anais do Seminários Nacional Espaço Costeiro.

Elaboração dos autores.

Em consonância com o levantamento dos eventos científicos e institucionais, ainda no intuito de refletir sobre a necessidade de investigações epistemológicas continuadas sobre os estudos acerca do litoral em Geografia, consultamos o *Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP)* do CNPq para buscar grupos de pesquisa científica e tecnológica atuantes no Brasil que trabalham com a temática litoral. Para isso, elencamos todos os grupos que contêm as noções litoral, zona costeira, costa ou praia na sua nomenclatura, na linha de pesquisa ou em palavras-chave¹².

Os grupos de pesquisa analisados podem ser classificados em dois conjuntos distintos: os exclusivamente geográficos e os interdisciplinares. Os grupos exclusivamente geográficos são grupos de pesquisa ativos alocados em Departamentos de Geografia. Atualmente existem 19 grupos no Brasil distribuídos nos estados de: Alagoas (UFAL), Bahia (UFBA), Distrito Federal (UNB), Espírito Santo (IFES), Pará (UFPA), Paraíba (IFPB), Paraná (UNICENTRO), Pernambuco (UFPE; IFPE), Piauí (UESPI), Rio de Janeiro (UFRJ; UFF), São Paulo (UNICAMP; UNESP) e Sergipe (IFS; UFS).

Os grupos interdisciplinares são grupos não pertencentes ao Departamento de Geografia que se constituem com duas ou mais áreas científicas como, por exemplo, Geologia e Geografia ou Oceanografia e Geografia. Em síntese, existem 23 grupos de pesquisa interdisciplinares atuantes em diversos estados do Brasil: Alagoas (UFAL); Bahia (UFBA; IFBAIANO; UFRB); Ceará (UECE; UFC); Maranhão (UFMA); Pará (Museu Goeldi; UFPA); Paraná (UFPR); Pernambuco (UFPE); Rio de Janeiro (PUC-RJ; UERJ; UFRJ); Rio Grande do Sul (FURG; UFRGS); Santa Catarina (UFSC); São Paulo (IG-SP; UNITAU) e Sergipe (UFS). A interdisciplinaridade desses grupos majoritariamente concentra-se na área Geociências, com a predominância de subáreas geográficas como climatologia, geomorfologia, hidrologia e cartografia. De modo remanescente, a interdisciplinaridade é exercida em subáreas como Geografia agrária, Educação ambiental, Geografia urbana e Geografia política.

Diante da sistematização dos dados apresentados ao longo deste tópico, observamos o aumento do interesse dos geógrafos pelos estudos sobre o litoral, com importantes avanços

¹² A justificativa de escolha dessas noções para a realização do levantamento dos grupos de pesquisa no Brasil é a sua maior utilização e reconhecimento nos estudos geográficos sobre o litoral, expressas, por exemplo, no Dicionário Geológico-Geomorfológico de Guerra (1993).

institucionais (como a criação de laboratórios e constituição de grupos de pesquisa voltados para as temáticas litorâneas) e científicos (o esforço de construção de novas perspectivas analíticas, a elaboração de constelações conceituais e o fomento aos debates realizados em eventos científicos). Isso reafirma a necessidade de reflexões continuadas por parte dos geógrafos sobre as adequações das bases científicas para o tratamento de um objeto dinâmico sobre o qual incidem novas práticas e valores sociais.

Nesse sentido, uma agenda de pesquisa se abre para novos estudos sobre os caminhos percorridos até aqui na Geografia e o que se define como horizonte para o pensamento geográfico sobre o litoral. Pensar os avanços, limites e desafios do conhecimento produzido nos estudos geográficos do litoral se apresenta, assim, como um imperativo para a Geografia na atualidade, diante das transformações socioespaciais pelas quais passaram o espaço litorâneo (concentração da população mundial nesses espaços; urbanização e industrialização; impactos socioambientais resultantes de políticas públicas; a procura pela atividade turística; especulação imobiliária, entre outros) e diante do crescimento do interesse dos geógrafos sobre a temática litorânea (aumento da produção bibliográfica acerca do litoral; intercâmbios acadêmicos; pesquisas em níveis de graduação e de pós-graduação; seminários especializados e outros).

Se, por um lado, devemos observar que o crescimento do interesse dos geógrafos pelo litoral está ligado às novas dinâmicas e problemas socioespaciais resultantes dos usos e significados que incidiram sobre esses espaços nos dois últimos séculos – entendendo-se aí as particularidades e diferentes contextos espaços-temporais –, por outro, é imperativo que essa leitura leve em consideração o próprio trânsito epistemológico pelo qual passou a Geografia de maneira geral no curso desse tempo. Se a morfologia dos conjuntos de paisagens e o estabelecimento dos quadros regionais da Geografia positivista respondiam satisfatoriamente à busca por uma sistematização das informações físico-naturais do litoral, as novas dinâmicas e práticas sociais, resultantes da “descoberta do mar”, impuseram aos geógrafos a necessidade de repensar suas formas de abordagens levando-se em consideração os processos de objetivação e subjetivação que incidem sobre esses espaços. Cabe, assim, aos geógrafos uma reflexão contínua sobre as formas de apreensão e análise dos processos socioambientais que particularizam o litoral na atualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou contribuir para o debate acerca do lugar dos estudos litorâneos na Geografia desde meados do século XIX. Para tanto, apresentamos breves notas históricas amparadas em revisões bibliográficas já realizadas por outros pesquisadores, de modo a evidenciar um trânsito epistemológico que, por um lado, acompanha a própria trajetória da Geografia, mas, por outro lado, guarda suas particularidades relacionadas às próprias mudanças de usos e significados que os espaços litorâneos passaram, sobretudo ao longo do século

XX. Em adição, tentando reafirmar o aumento do interesse acadêmico dos geógrafos sobre a temática, fizemos, além de uma revisão bibliográfica mais atualizada, um breve levantamento sobre a composição temática de eventos acadêmicos e os alinhamentos científicos de grupos que constam no diretório de pesquisas do CNPq.

No tocante à revisão da bibliografia mais recente, a diversidade de noções encontrada demonstra o esforço dos autores em construir mediações consistentes para a prática investigativa sobre os processos socioambientais relacionados aos espaços litorâneos, contribuindo para o avanço das análises geográficas. Todavia, essa variedade também evidencia a necessidade de reflexões contínuas dos geógrafos sobre tais noções e sua utilização diante de um objeto sobre o qual incidem novas práticas, usos e apropriações sociais.

Já com relação aos dados presentes nos anais de eventos científicos, a presença de trabalhos majoritariamente geográficos corrobora com a assertiva de que é crescente o interesse dos geógrafos pela temática litorânea e imperativo a necessidade de se pensar como a Geografia pode contribuir para a compreensão das dinâmicas socioambientais, seja na sua prática disciplinar ou através de articulações interdisciplinares. E, por fim, a análise do diretório dos grupos de pesquisa apresentou uma diversidade institucional e regional que reafirma as dinâmicas dos espaços litorâneos na atualidade como uma questão central tanto para a sociedade como para o labor científico dedicado às demandas da sociedade.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N.; CHRISTOFOLETTI, A.. Geociências. In: FERRI, M.; MOTOYAMA, S. (Orgs.). **História das ciências no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1980. v. 2, p. 117-238.

AB'SABER, A. N.. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Metalivros, 2001. 281p.

BACHELARD, G.. **A filosofia do não; O novo espírito científico; A poética do espaço**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BARRAGÁN MUÑOZ, J. M.. **Las áreas litorales de España**: del análisis geográfico a la gestión integrada. Barcelona: Editora Ariel, 2004. 214p.

_____. **La gestión de áreas litorales en España y Latinoamérica**, Cadiz: Universidad de Cadiz, 2006. 198p.

BAUMGARTNER, W. H.. A geografia das cidades em Bernardino José de Souza: influência alemã e conhecimento local nas monografias descritivas do estado da Bahia. In: SOUSA, A. N. de; VAZ, C. B. N. (Orgs.). **A Geografia no alvorecer da República**: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 93-112.

BOMFIM, P. R. A. Michel Rochefort e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na

década de 1960. **Sociedade & Natureza**, v. 27, n. 3, p.365-378, 2015.

BOUSQUET, B.. Définition et identification du littoral contemporain. **Revue Juridique de l'Environnement**, n°4, p. 451-468, 1990.

CARDOSO, L. P. C.. **O Lugar da Geografia Brasileira**: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945. São Paulo: Editora AnnaBlume, 2013.

CLAVAL, P.. **Epistemologia da Geografia**. 2ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CORBIN, A.. **Território do vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Editora Schwarz Ltda, 1989.

CORLAY, J-P.. Géographie sociale, géographie du littoral. **Norois**, n°165, Janvier-Mars, p. 247-265, 1995.

COSTA, M. B. da. Os estudos de climatologia na Bahia na transição entre os séculos XIX e XX (1862-1934). In: SOUSA, A. Nunes de; VAZ, C. B. N. (Orgs.). **A Geografia no alvorecer da República**: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 169-195.

DANTAS, E. W. C.. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DOMINGUES, A. J. P.; KELLER, E. C. de S.. **Bahia**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958. 310 p.

DUARTE, R. B.. Projetos para um país em projeto. **Terra Brasilis (Nova Série) [Online]**, 8, 2017. Disponível em:<<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2071>>. Acesso em: 31 agosto 2020.

GUERRA, A. T.. **Dicionário geológico-geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. 446p.

KETCHUM, B.. **The water edge**: critical problems of the coastal zone. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology Press, 1972.

LINS-DE-BARROS, F. M.; MUEHE, D.. Tradição da Geografia nos Estudos Costeiros. **Mercator**, Fortaleza, v. 8, n. 16, p. 103-109, outubro, 2009.

MAGALHÃES, D.S.. **Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do litoral nordeste da Bahia**: os dois lados da Rodovia BA-099. 2016. 332f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2016.

MARY, C. P.. **Geografias Pátrias**: Portugal e Brasil - 1875-1889. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MEDEIROS, A. L. N.. Paisagem de Praia/Landscape of the beach. **Geograficidade**. Niterói, v. 10, n° especial, Outono 2020.

MIOSSEC, A.. L'évolution de la géographie des océans et des littoraux face aux perspectives

du développement durable au XXI^e siècle. Quelles hypothèses envisager?//The geography of coasts and seas facing sustainable development: what could be the future?. **Annales de Géographie**, t. 110, n° 621, p 509-526, 2001.

_____. Encadrement juridique, aménagement du littoral, gestion du littoral: les géographes et le droit (Jurisprudence, coastal planning and management : geographers and law). **Bulletin de l'Association de Géographes Français**, 81^e année,p. 288-297, septembre, 2003-2004.

MORAES, A. C. R.. Entrevista a Paulo Cesar Scarim. In: SCARIM, Paulo Cesar. **Coetâneos da crítica**: contribuição ao estudo do movimento de renovação da geografia brasileira. 2001. 593f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, 2001.

MORAES, A. C. R.. **Território e História no Brasil**. 2^a edição. São Paulo, AnnaBlume, 2005.

_____. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007. 237p.

MOREIRA, R.. **O pensamento geográfico brasileiro 3** – As matrizes brasileiras. Ed. Contexto, 2010a.

_____ **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: editora Contexto, 2010b.

MUEHE, D.. Critérios morfodinâmicos para o estabelecimento de limites da orla costeira para fins de gerenciamento. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Uberlândia - MG, v. 2, n. 1, p. 35-44, 2001.

_____. Geomorfologia Costeira. In: GUERRA, A. J. T; CUNHA, S. B da (Orgs.). **Geomorfologia**: uma atualização de bases e conceitos. 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 253-308.

PEREIRA, A. Q.. **A urbanização vai à praia**: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil Fortaleza: Edições UFC, 2014. 202p.

PEREIRA, S. N.. **Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro**: origens, obsessões e conflitos (1883-1944). Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

PEREIRA, S. N.. Bernardino de Souza e o ensino da Geografia científica no Brasil: notas sobre um pioneiro. In: SOUSA, A. N. de; VAZ, C. B. N. (Orgs.). **A Geografia no alvorecer da República**: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 273-282.

PERRIN, C.. Introduction: entre terre et mer. Enjeux de définition, de délimitation et de représentation du littoral méditerranéen. In: PERRIN, C. (Org.). **Un littoral sans nature? L'avenir de la Méditerranée face à l'urbanisation**. Rome: École Française de Rome, 2013. p. 9-17.

PROST, C.. Resex marinha versus polo naval na Baía do Iguape - BA. **Novos Cadernos NAEA**,

v. 13, n. 1, p. 47-70, julho, 2010.

PROST, C.; SILVA, C. A. da. **Espaços Costeiros Brasileiros: dilemas e desafios geográficos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

SAMPAIO, T.. A carta-hidrográfica da Bahia de Todos os Santos e de seus arredores. In: **Annaes do 5º Congresso Brasileiro de Geografia**, v. I. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, p. 101-115, 1916.

SANT'ANNA NETO, J. L.. As matrizes da construção da climatologia geográfica brasileira. In: FIGUEIREDO, C. A. de (Org.). **A construção da climatologia geográfica no Brasil**. Campinas: Alínea, 2015, p. 7-60.

SANTOS, M.. Introdução. In: TRICART, J., SANTOS, M., SILVA, T. C. da, CARVALHO, A. D. (Orgs.). **Estudos de Geografia da Bahia**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958.

SEABRA, M. Caio Prado Jr. e os primeiros anos da AGB: descrição comentada e estudo introdutório de documentos diretamente relacionados à Associação dos Geógrafos Brasileiros, do Dossiê AGB do Acervo Caio Prado Jr., do IEB-USP. In: IUMATTI, P.; SEABRA, M; HEIDEMANN, H. D. (Orgs.). **Caio Prado Junior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo. EDUSP, 2008, p. 13-125.

SILVA, M. B. S. da. **Uso e apropriação das Orlas da Península de Itapagipe e do subúrbio ferroviário em Salvador-BA**. 2019. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2019.

SORENSEN, J. C; McCREARY, S. T. **Coasts: institutional arrangements for managing coastal resources and environments**. 2ª ed. Washington: U.S Department of Interior and U.S Agency for International Development, 1990. 194p.

SOUSA, A. N. de. **Orla Oceânica de Salvador: um mar de representações**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Salvador, 2010.

_____. **Orla oceânica de Salvador: um mar de representações**. Salvador: EDUFBA, 2011. 160p.

_____. Bernardino de Souza e o desenvolvimento da Geografia no Brasil: passagens do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. In: SOUSA, A. N. de; VAZ, C. B. N. (Orgs.). **A Geografia no alvorecer da República: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 53-74.

SOUSA, A. N. de; JESUS, M. H. de; SANTOS, M. L.. Para entender as críticas de uma geração: o ensino da Geografia entre a Europa e o Brasil no século XIX. In: SOUSA, A. N. de; VAZ, C. B. N.. (Orgs.). **A Geografia no alvorecer da República: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2019.

SOUZA, B. J. de. Uma página de Oceanografia. In: SOUZA, Bernardino José de. **Por mares e terras**. Livraria Catilina. Bahia, 1913, p. 183-196.

TRICART, J; SILVA, T. C. Observações de geomorfologia litoral no Rio Vermelho (Salvador). In: TRICART, J., SANTOS, M., SILVA, T. C. da, CARVALHO, A. D.. (Org.). **Estudos de Geografia da Bahia**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1958, p. 111-176.

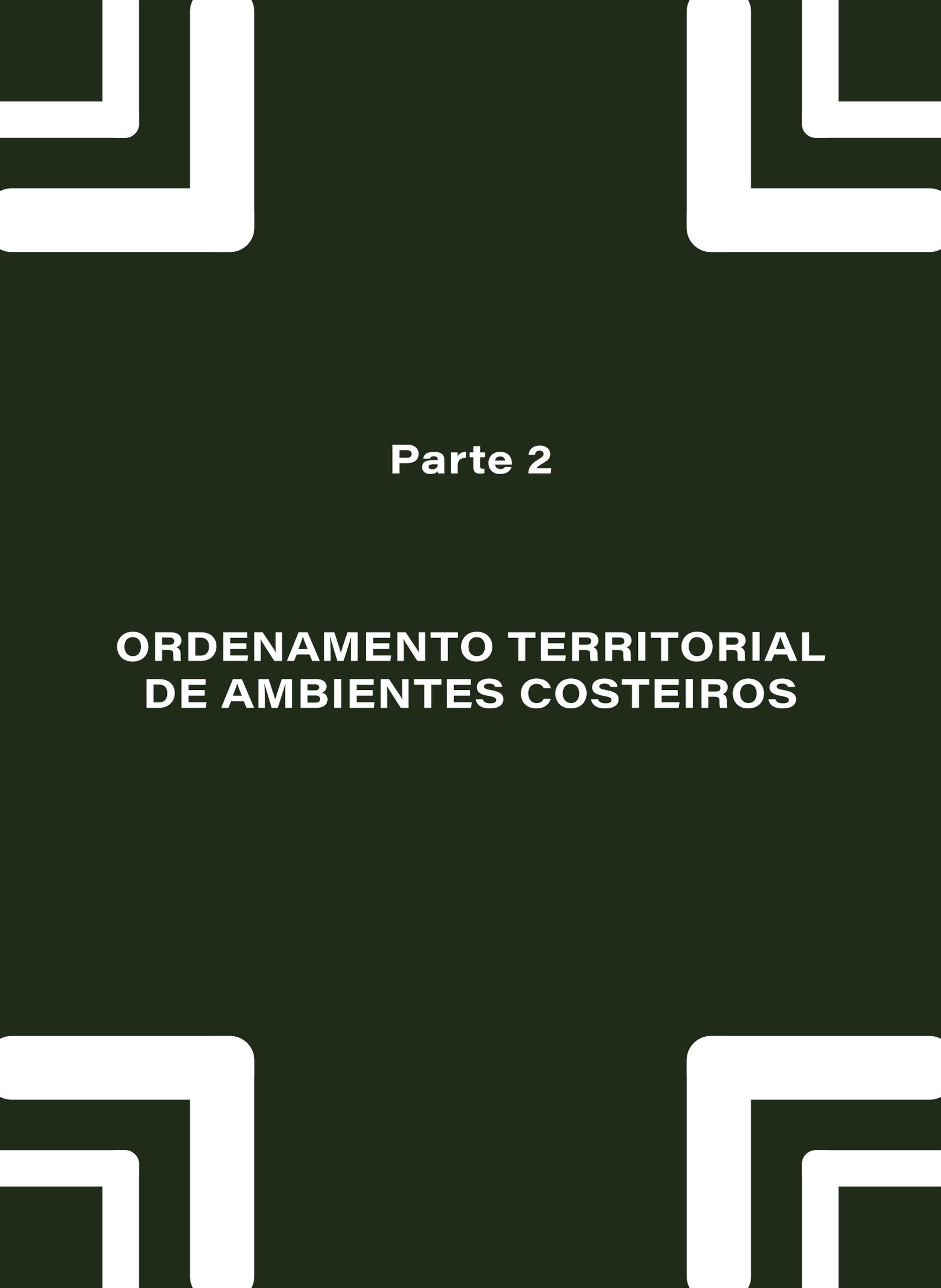
TRICART, J. A contribuição do Centro de Geografia Aplicada para a “mise en valeur” do Estado da Bahia. **Boletim Baiano de Geografia**, ano I, n. 3, p. 35-48, 1960a.

_____. Problemas geomorfológicos do litoral oriental do Brasil. **Boletim Baiano de Geografia**, ano I, n. 1, p. 5-39, 1960b.

VALLEGA, A. **Fundamentals of Integrated Coastal Management**. Netherlands: Kluwer Academic Press, 1999. 267p.

VAZ, C. B. N.. Entre o sertão e a nação: memórias de Theodoro Sampaio no 5º Congresso Brasileiro de Geografia. In: SOUSA, A. N. de; VAZ, C. B. N. (Orgs). **A Geografia no alvorecer da República**: contribuições à história da ciência geográfica no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2019, p. 75-92.

VLACH, V. O ensino de geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, J. W. (Org.). **O Ensino de Geografia no Século XXI**. Campinas, Papirus, 2004, p. 187-218.

The page features four large, white, L-shaped geometric patterns in the corners, each composed of multiple parallel lines. The text is centered on a dark background.

Parte 2

ORDENAMIENTO TERRITORIAL DE AMBIENTES COSTEIROS

Capítulo 3

ORDENAMENTO TERRITORIAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO LITORAL SUL DE ALAGOAS

**Eduina Bezerra França
José Wellington Carvalho Vilar**

1 INTRODUÇÃO

A ocupação desordenada, o uso indiscriminado dos recursos naturais, a industrialização, a intensificação de atividades minerais, agropecuárias e turísticas pressionam significativamente o meio natural e acentuam inúmeros problemas socioambientais que demandam políticas, ações e instrumentos de ordenamento territorial (OT) mais eficazes de gestão ambiental.

As unidades de conservação (UCs) são territórios definidos e delimitados com a função de conservar e preservar a biodiversidade. No Brasil, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) fazem parte das categorias de uso sustentável e buscam estratégias de compatibilização entre a conservação da natureza e a vida humana.

O litoral de Alagoas compreende uma parcela expressiva de unidades de conservação em sua extensão territorial, sobretudo no tocante à categoria de uso sustentável. O objetivo do presente capítulo é analisar a dinâmica territorial associada à gestão de Áreas de Proteção Ambiental do Litoral Sul de Alagoas, especificamente na APA de Piaçabuçu e na APA Marituba do Peixe. Vale destacar que o presente trabalho faz parte dos resultados da pesquisa de mestrado em geografia (FRANÇA, 2019), bem como contém dados recentes para subsidiar a discussão sobre a problemática e os desafios enfrentados pela gestão de unidades de conservação costeiras. Ambas UCs, selecionadas em função da extensão e representatividade histórica, estão localizadas no Litoral Sul de Alagoas, especificamente no município de Piaçabuçu, sendo que a primeira delas abrange também os territórios de Penedo e Feliz Deserto.

Em termos metodológicos, o trabalho foi levado a cabo a partir das seguintes estratégias: revisão da literatura com destaque para dissertações, teses e artigos publicados em periódicos sobre o Litoral Sul de Alagoas; busca em sites oficiais do poder público estadual e federal a respeito dos instrumentos de ordenamento territorial do litoral de Alagoas; e, por último, os estudos sobre zoneamento e avanços e desafios da gestão de UC costeira.

2 ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO LITORAL SUL DE ALAGOAS

O Litoral Sul de Alagoas dispõe de cinco Unidades de Conservação, duas de proteção integral (Resex de Jequiá de Praia e a Estação Ecológica da Praia do Peba) e três

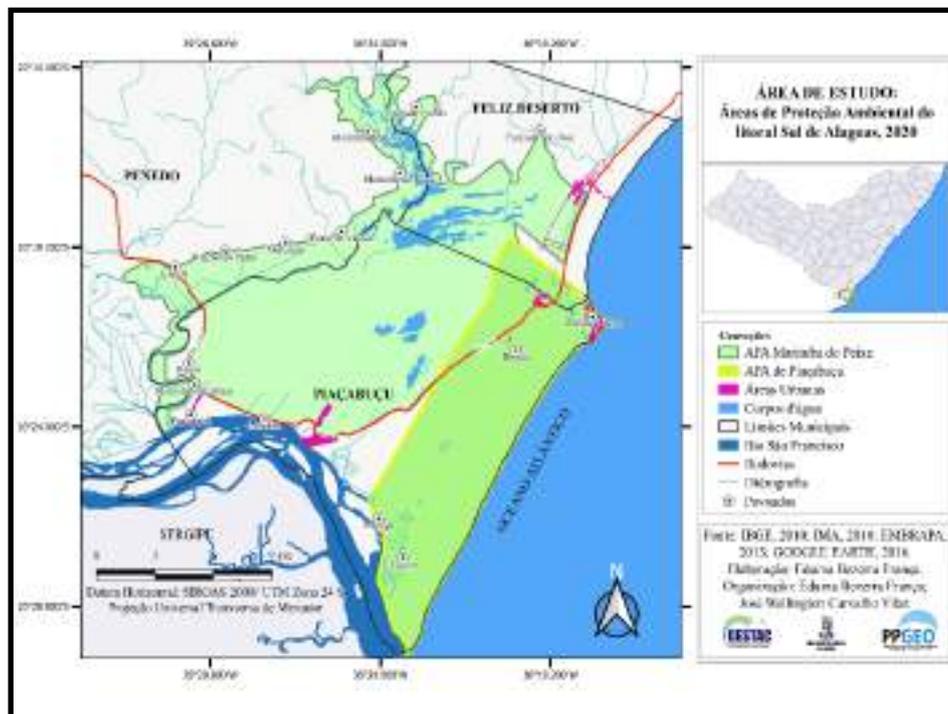
são enquadradas na categoria de Área de Proteção Ambiental (APA), uma federal (APA de Piaçabuçu), outra estadual (APA Marituba do Peixe) e uma da esfera municipal (APA de Coruripe). A primeira APA instituída em Alagoas compreende a APA de Piaçabuçu, criada pelo Decreto nº 88.421 de 1983, com objetivo de assegurar a salvaguarda de quelônios marinhos, aves praieiras e a fixação de dunas. Abrange uma área de 9.107,01 hectares, enquadrada na esfera federal, e é gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

A APA de Piaçabuçu pertence ao bioma mata atlântica e aos ecossistema costeiro-marinho (ICMBIO, 2010). Sua área abrange espaços rurais e urbanas do município de Piaçabuçu e as porções de terra mais significativas compreendem o Distrito do Pontal do Peba, e os povoados Potengy, Bonito e Pixaim, esse último, uma comunidade quilombola (ICMBIO, 2010).

A segunda APA instituída no Litoral Sul de Alagoas é de competência estadual, corresponde à APA Marituba do Peixe, normatizada por meio do Decreto nº 35.858 de 1988, apresenta uma área de 18.556 hectares e abrange as porções de terra de Penedo, Feliz Deserto e Piaçabuçu. Pertence também ao bioma Mata Atlântica, mas exhibe características típicas do cerrado (OLIVEIRA, 2017). Essa UC é de responsabilidade institucional da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Alagoas (SEMARH) com integração para fiscalização e supervisão do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA/AL).

As porções de terras mais significativas de ambas as APAs são rurais e contam com a participação de no mínimo dezesseis povoados, dos quais sete estão localizados no município de Penedo: Capela, Riacho de Pedro, Marcação, Ponta da Várzea, Murici, Marituba do Peixe e Marituba de Cima; e oito ocupam terras do município de Piaçabuçu: Retiro, Marituba da Fábrica, Penedinho, Mandim (na APA Marituba do Peixe), e Potengy, Pixaim, Bonito e Pontal do Peba, em terras da APA Piaçabuçu; e somente um povoado está situado no município de Feliz Deserto, o povoado Pontes (Figura 1).

Figura 1: Áreas de Proteção Ambiental do Litoral Sul de Alagoas.



Organização: Eduina Bezerra França, 2020.

As APAs em estudo se encontram situadas no delta estuarial do Rio São Francisco sobre duas unidades estratigráficas, a bacia Sergipe-Alagoas e o Grupo Barreiras, e possui uma área com características geomorfológicas baseadas em cinco unidades da paisagem: tabuleiros costeiros, terraços marinhos, dunas, planície flúvio-deltaica e planície marinha.

Em termos biogeográficos, a APA de Piaçabuçu se destaca sobretudo pela formação de campos de dunas, e a APA Marituba do Peixe, pela Várzea que se caracteriza como área periodicamente alagada do litoral alagoano, em decorrência de enchentes anuais provocadas pelos rios Piauí e Marituba e seus afluentes.

A pesca é a principal atividade desenvolvida na APA de Piaçabuçu e na APA Marituba do Peixe. Em 2016, na APA Marituba do Peixe, a pesca teve grande influência pela vazão do rio São Francisco, uma vez que estimulou a migração de peixes desse rio para a várzea (OLIVEIRA, 2017). A produção de pescado local é definida predominantemente como artesanal, tendo em vista que a maior parte da pesca no Baixo São Francisco em Alagoas e Sergipe se destina à prática de subsistência e à comercialização nas pequenas feiras locais (ARAÚJO, 2015). Vale ressaltar que a pesca nas duas APAs são formas herdadas provenientes de momentos anteriores que incluem configurações naturais e relações com o meio ambiente construído.

Durante algumas décadas a rizicultura esteve à frente das demais atividades produtivas que geraram postos de trabalho e favoreceram o desenvolvimento econômico do setor

mais a jusante do Baixo São Francisco. No entanto, diferentes fatores têm contribuído para o seu declínio, como a salinização das águas fluviais e a construção de represas de usinas hidrelétricas. O avanço da cunha salina tem atingido às águas que chegam às lagoas e como consequência aumenta o nível de acidez do solo, afeta o crescimento dos grãos e provoca a diminuição da produção (ARAÚJO, 2015; ZAMBI, 2017). Com a crise da cultura do arroz, as atividades complementares se tornaram essenciais para a permanência do território e na própria subsistência local, a exemplo da pesca, cata de caranguejo, coleta de caju e aroeira, culinária tradicional e artesanato e criação de gado e ovelhas.

Na atualidade, além do cultivo do arroz, a pesca também está comprometida visto que muitos ribeirinhos dizem enfrentar dificuldades em razão da diminuição do pescado, e apontam entre as principais causas a implantação das barragens ao longo do médio e baixo curso do rio São Francisco, especialmente a partir do funcionamento da Usina Hidrelétrica de Xingó no final do século XX (ALVES et al., 2007).

3 PROTEÇÃO DA NATUREZA E CONFLITOS AMBIENTAIS

A criação de unidades de proteção é uma necessidade para conservar e preservar o bem mais precioso da existência do homem: a natureza. As áreas protegidas surgem no século XX, como necessidade de proteção e conservação em função do uso e ocupação desordenada e da intensa utilização dos recursos naturais. Tais recursos são considerados riqueza e patrimônio dos países pelo alto grau de importância histórica, econômica, social e ambiental.

Mas é somente após a segunda Guerra Mundial que os movimentos ambientalistas incentivaram de maneira mais ativa a proteção do meio natural e humano, e as iniciativas do poder público e privado se expandiram para sustentar a preocupação com o meio natural na perspectiva de consolidar a ideia de áreas protegidas (MCCORMICK 1992).

No Brasil, a categoria Área de Proteção Ambiental busca a proteção e conservação da natureza, salvaguarda da qualidade de vida da população local e dos sistemas ambientais, bem como deve sempre dispor de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) capaz de limitar com proibições e/ou regulações as atividades consideradas degradantes (CONAMA, 1989).

A criação da APA de Piaçabuçu se deu em consonância com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 1981) e posteriormente com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985 de 2000). A referida UC surgiu no início da década de 1980, sob tutela jurídica-administrativa legal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão inicialmente responsável pela manutenção, fiscalização e gerenciamento da UC.

A representatividade da APA de Piaçabuçu, no contexto Federal, é de suma importância, tendo em vista a integração dos aspectos biológicos, o potencial para desenvolvimento do ecoturismo, bem como alternativas de desenvolvimento para uso

sustentável. Tais características favorecem a necessidade de sua conservação. Além disso, a APA apresenta alta relevância no cenário de conservação internacional, sendo reconhecida pela UNESCO como Reserva Biosfera de Mata Atlântica (RBMA), a primeira no Brasil (ICM BIO, 2010).

São três os principais instrumentos de gestão e ordenamento territorial da APA de Piaçabuçu: o Conselho Consultivo, implantado segundo a portaria 46/03-N, de 12 de setembro de 2003 (IBAMA, 2003), e renovado conforme a portaria nº 136, de 15 de dezembro de 2014; o Zoneamento, definido segundo a instrução normativa de nº 01, de 16 de março de 1999; e o Plano de Manejo, elaborado em 2010.

A APA Marituba do Peixe foi instituída com o objetivo de preservar as características ambientais e naturais para garantir a produtividade pesqueira e a diversidade da fauna e da flora, assim como assegurar o equilíbrio ambiental e socioeconômico da região. Uma de suas principais funções é garantir a atividade pesqueira. A UC também possui Plano de Manejo e Conselho Gestor, ambos instituídos em 2006.

Em relação a sua relevância, a APA Marituba apresenta aspectos representativos da mata atlântica com capacidade de regeneração, possui um conjunto de processos climáticos, geológicos e geomorfológicos com características individuais e interdependentes, e conta com a área de várzea que representa o próprio berçário pesqueiro, considerado um patrimônio cultural da região, a ser preservado (OLIVEIRA, 2017). Igualmente, a localização da APA Marituba favorece à formação de corredores ecológicos entre os rios Piauí, Marituba e São Francisco, que juntamente com as demais UC do Baixo São Francisco, a APA de Piaçabuçu e a Estação Ecológica da Praia do Peba, formam um mosaico de áreas protegidas (ALAGOAS, 2006).

A APA estadual, como já foi dito, é gerenciada pelo Instituto do Meio Ambiente do estado de Alagoas (IMA/AL), subordinada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH). Ademais, conta com apoio do colegiado do Conselho Estadual de Proteção ao Meio Ambiente (CEPRAM) para concessão de licenciamento ambiental, e da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) para cooperação técnica (ALAGOAS, 2006).

O Litoral Sul de Alagoas enfrenta graves problemas ambientais oriundos em sua maioria de conflitos territoriais entre usuários dos mesmos recursos, usuários de recursos diferentes, administradores públicos, atores sociais e gestores de áreas de proteção, entre tantos outros.

Os conflitos na APA de Piaçabuçu são definidos pela insustentabilidade, detectada desde sua implantação, com geração de impactos desfavoráveis à preservação e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas presentes, sendo alvo de críticas negativas sobre a conservação do local, seja por comunidades, visitantes, órgãos públicos e/ou ambientais (FRANÇA, 2019). Nesse diapasão que ilustra de forma apropriada a complexidade dos conflitos e da gestão de

uma UC, Eckert (2017) adverte que alguns pescadores não entendem a finalidade das proibições e percebem o meio ambiente de forma negativa, uma vez que são impedidos de executar seus interesses pessoais.

As atividades na referida APA geram conflitos ambientais, entre os quais se destacam o turismo desordenado, responsável pela degradação ambiental, o extrativismo ilegal, e o uso e ocupação desigual do espaço que implica na necessidade de regulamentação e fiscalização contínuas. Igualmente, é perceptível empreendimentos e tráfego de automóveis irregulares, em especial no Povoado Pontal do Peba e na foz do São Francisco, além dos impactos ambientais que colocam em situações de risco os moradores (FRANÇA, 2019).

Na APA Marituba do Peixe, os conflitos também são oriundos da degradação e dos impactos ambientais, entre os quais se destacam o desmatamento e a retirada de madeira da mata nativa, as queimadas, o cultivo de cana-de-açúcar em zona não permitida, a produção de coco em áreas com suscetibilidade à erosão e perda do solo, a inserção de escavações de tanques na área da várzea, a pesca e a caça predatória, sobretudo de lontras neotropicais (ALAGOAS, 2006; OLIVEIRA, 2017; PINHEIRO, 2016).

Ainda no tocante à APA Marituba do Peixe vale ressaltar que a instalação de tanques é uma prática que consiste em um dos principais conflitos entre ribeirinhos e órgãos ambientais. “Atualmente existem 34 tanques escavados na várzea, pois a população alega a necessidade da atividade. Todavia, se trata da implantação de estruturas implantadas numa área de proteção, considerada frágil ambientalmente” (OLIVEIRA, 2017, p. 61).

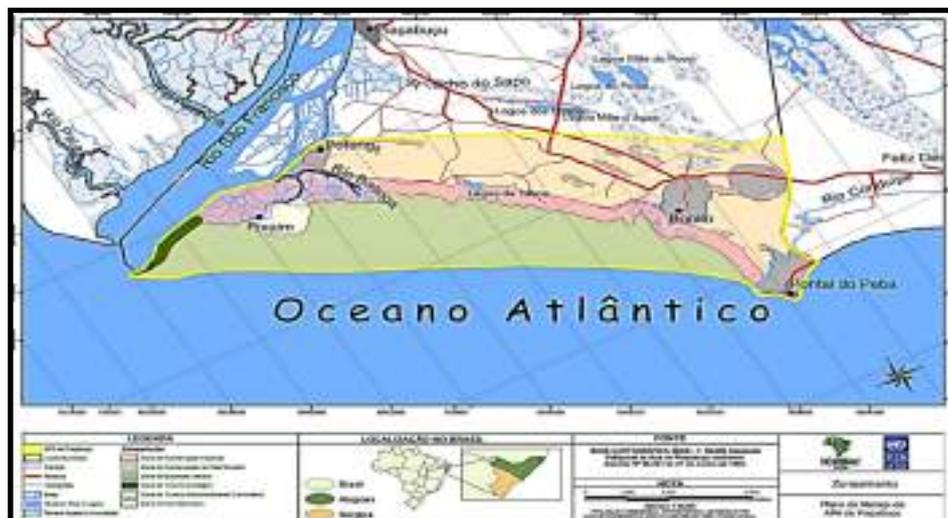
4 ZONAS DE ORDENAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O ordenamento territorial encerra em si uma dimensão tanto científica e técnica, como administrativa e política que se manifestam principalmente em termos de instrumentos de organização, uso e ocupação do espaço que, entre outras coisas, garante a preservação e/ou conservação dos recursos naturais. Dentre os principais instrumentos de ordenamento territorial de Áreas de Proteção Ambiental estão o Plano de Manejo, o Conselho Consultivo e o Zoneamento.

O Zoneamento é um instrumento de ordenamento territorial que, segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC, 2000), estabelece divisões de zonas com finalidade de determinar manejos e restrições capazes de garantir condições necessárias para alcançar de forma harmônica e eficaz os objetivos estabelecidos para determinada UC.

Conforme o ICMBio (2010), foram estabelecidas seis categorias de zonas na APA de Piaçabuçu: 1) Zona de Conservação Especial (ZCE); 2) Zona de Conservação da Vida Silvestre (ZCVS); 3) Zona de Expansão Urbana (ZEU); 4) Zona de Turismo Ecológico (ZTE); 5) Zona de Turismo Socioambiental Comunitário (ZTSC); e 6) Zona de Uso Alternativo (ZUA) (Figura 2).

Figura 2: Zoneamento da APA de Piaçabuçu - AL.



Fonte: ICMBIO, 2010.

A Zona de Conservação Especial (ZCE) visa preservar a vegetação nativa e abrange 1.354 hectares do território da APA. É a terceira com maior superfície espacial, com 16% do território e apresenta baixo nível de intervenção humana. Corresponde à vegetação de restinga arbórea existente nos limites das dunas móveis, assim como apresenta fragmentos florestais responsáveis pela contenção das dunas móveis e pelo abrigo da fauna silvestre.

Já a Zona de Conservação de Vida Silvestre (ZCVS) apresenta um nível mínimo de intervenção humana. É representado pela faixa de praia, dunas móveis e superfície de deflação eólica. A área permite observar o pouso de aves migratórias e as tartarugas marinhas. De acordo com o ICMBIO (2010), os resultados para essa zona visam preservar o ecossistema dunar, proteger a fauna e a flora e assegurar sítios alimentares e reprodutivos da fauna. Não obstante, tem se presenciado a morte de tartarugas marinhas, o tráfego intensivo por meio de buggy e dificuldades de fiscalização pelo poder público.

A Zona de Expansão Urbana (ZEU) da APA de Piaçabuçu busca mitigar os impactos ambientais e planejar o uso e ocupação de forma sustentável. Essa zona abrange os povoados de Pontal do Peba, Bonito e Potengi, equivalente a 8% do território da APA (ICMBIO, 2010). Dentre os objetivos esperados, as atividades de educação ambiental são as que mais se destacam, ainda que sejam registradas de forma incipiente no Pontal do Peba. A ZEU apresenta maiores impactos e conflitos ambientais em função da dificuldade de fiscalização, regularização e controle de uso do solo, ocupações desordenadas, construções irregulares, descarte inadequado de resíduos sólidos, degradação ambiental e ausência de infraestrutura como saneamento básico, contaminação do solo e dos corpos d'água, além do intenso tráfego nas áreas de praia e pós-praia e das consequências do turismo de sol e mar em Pontal do Peba.

Por sua vez, a Zona de Turismo Ecológico (ZTE) tem como característica central a faixa de um banco de areia, com morfologia dinâmica, em constante alteração pela foz do Rio São Francisco. Registra-se ainda a presença de uma lagoa, áreas desprovidas de vegetação e uma paisagem exuberante e ao mesmo tempo bastante frágil. Os resultados esperados no tocante à proteção ambiental são: preservação da paisagem natural; proteção integral de sítios alimentares e reprodutivos da fauna; redução e controle de atividades comerciais; ausência de instalações e edificações e turismo controlado. É uma zona com índices de intervenção de uso e ocupação intensos em função do turismo e tráfego desordenado. Existe uma relação de disputa de território entre os agentes de turismo de Piaçabuçu, os barqueiros, as agências de turismo de Penedo e as agências emissoras do município de Maceió que, aliados às dificuldades de planejamento por parte do poder público, dificultam o processo de controle e fiscalização da área.

A gestão da unidade de conservação em parceria com a Secretária de Turismo, Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Piaçabuçu e do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas tem realizado periodicamente fiscalizações na área e desenvolvido orientações de educação ambiental com artesões e agentes de turismo local. No entanto, ainda são ações incipientes que não alcançam todos os usuários, em especial as embarcações de turismo de outras regiões (Figura 3).

Figura 3: Foz do São Francisco - Piaçabuçu - AL.



Crédito fotográfico: Eduina Bezerra França, 2018.

A Zona de Turismo Socioambiental Comunitário (ZTSC) visa preservar os atributos socioculturais do povoado Pixaim de forma que promova o desenvolvimento de atividades sustentáveis e Turismo de Base Comunitária (TBC). A área compreende uma comunidade quilombola, abrange parte das dunas móveis e os cordões interdunares com vegetação rasteira, área de ecótono, vegetação arbórea responsável pela contenção das dunas em

direção ao rio Batinga, e compreende parte dos campos de várzeas alteradas devido à cultura do arroz (ICMBIO, 2010).

Uma atividade que se contrapõe ao Plano de Manejo, constantemente presenciada pela comunidade, consiste na prática turística irregular através de veículos motorizados que se deslocam da cidade de Piaçabuçu até a foz do rio São Francisco (Figura 4). A ZTSC apresenta grande potencial cultural e ambiental para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. Mas na contramão desse potencial, não existem participações da comunidade em práticas turísticas e não se tem conhecimento de ações desenvolvidas, seja pelos órgãos ambientais ou pelo setor privado, que deem o subsídio adequado para a efetividade da atividade turística nessa zona.

Figura 4: Vista parcial do Povoado Pixaim na planície fluviolagunar e passeios turísticos na região.

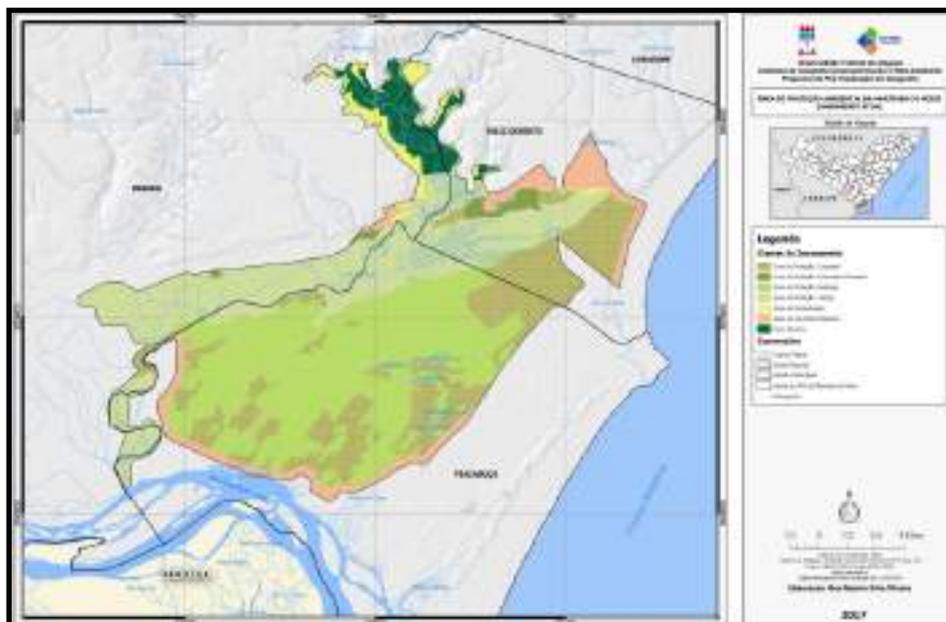


Crédito fotográfico: Eduina Bezerra França, 2018.

Por último, mas nem por isso menos importante, tem-se a Zona de Uso Alternativo (ZUA) que garante a conservação do território, com permissão para atividades sustentáveis, com vista à manutenção da qualidade dos habitats e incentivo das atividades agroflorestais. São características da ZUA a presença da cocoicultura, em consonância com a pecuária extensiva de bovino e ovino, e de trechos inundados sazonalmente com vegetação em estágio inicial de resiliência, assim como áreas antropizadas (ICMBIO, 2010).

No tocante ao zoneamento da APA Marituba do Peixe foram estabelecidas quatro zonas de ordenamento territorial. 1) Zona Silvestre (ZS); 2) Zona de Proteção (ZP); 3) Zona de Recuperação (ZR); e 4) Zona Semi-intensivo (ZSI) (Figura 5).

Figura 5: Zoneamento da APA Marituba do Peixe – Litoral Sul de Alagoas.



Fonte: OLIVEIRA, 2017.

A Zona Silvestre (ZS) corresponde às áreas inalteradas, responsáveis pela conservação da biodiversidade, localizadas em setores mais centrais com características excepcionais, a exemplo de presença de espécies raras, espécies ameaçadas de extinção, locais com maior fragilidade ambiental (áreas úmidas, encostas, solos arenosos, margens de cursos d’água, entre outros), manchas de vegetação única e topo de elevações com proteção máxima. São áreas rigorosamente protegidas e fiscalizadas, com permissões somente para pesquisas, estudos, monitoramento e proteção. Ultimamente, a área vem sofrendo pressões com o plantio de arroz, cana-de-açúcar, frutas, entre outros (ALAGOAS, 2006).

A Zona de Proteção (ZP) abrange as áreas naturais com grau mínimo de intervenção humana e está distribuída em quatro subzonas: zona de proteção de várzea, restinga, formações florestais e coqueiral (Figura 6). São permitidas pesquisas, monitoramento, proteção, fiscalização e visitação de turismo científico, observação de vida silvestre, trilhas e acampamentos (ALAGOAS, 2006). A ZP da APA Marituba do Peixe apresenta diferentes usos e ocupação do solo, tais como piscicultura, atividades agropecuárias ligadas à criação de gado e o plantio de coco, arroz, além das feições urbanas.

Figura 6: Zona de proteção de várzea, depressões alagadas e coqueiral na APA Marituba do Peixe.



Fonte: IMA, 2014.

Por sua vez, a Zona de Recuperação (ZR) compreende às áreas com significativo grau de alteração e que necessitem de medidas de recuperação ambiental em função do desmatamento, sobretudo em setores com a presença do plantio de cana-de-açúcar, de extração de vegetais e minerais e áreas de regeneração lenta (ALAGOAS, 2006). Definida como uma zona temporária, entendida como área reclassificável em função da finalização do estágio de recuperação. A zona situa-se nas encostas e margens da várzea do Marituba do Peixe, onde são realizadas atividades de agricultura, em particular a de cana-de-açúcar. São permitidos visitação, desde que não comprometam a recuperação da área visitada.

Por último, a Zona de Uso Semi-intensivo (ZSI) está constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem, onde o ambiente é destinado à conservação. São permitidas atividades de visitação de baixo impacto, pousadas de pequeno porte, infraestrutura e demais equipamentos, desde que licenciados, bem como devem permanecer as atividades de subsistência, como a pesca e agricultura, com pequenos excedentes para a comercialização, e extrativismo de palhas para o artesanato, de forma a garantir a reposição pelos replantios de áreas onde as espécies foram retiradas (ALAGOAS, 2006).

Essa Zona de Uso Semi-intensivo poderá também comportar mecanismos de organização com as infraestruturas destinadas às formas associativas de produção, depósitos e armazéns, entrepostos para comercialização da agricultura e pesca familiar, ou seja, condições que impliquem em novas oportunidades de trabalho e na melhoria das dinâmicas atuais (Figura 7).

Figura 7: Zona de uso semi-intensivo: povoado Marituba do Peixe - Penedo/AL.



Fonte: IMA, 2014.

As atividades humanas acarretam diversos impactos ambientais e intensificam os problemas dos ecossistemas costeiros, em especial pelos conflitos ambientais, pelas dificuldades de ação do poder público e também pela falta de aceitação e esclarecimento da comunidade em relação ao manejo adequado. O processo de gestão ambiental resulta de vários programas, políticas e ações governamentais que se apresentam de diferentes formas para atingir a efetividade dessas áreas protegidas.

Conforme previsto pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que define o SNUC, a gestão de áreas protegidas pode ser estabelecida nas esferas de governo. Esse mecanismo possibilita uma visão estratégica sobre as áreas naturais a serem preservadas e permite visualizar os avanços e desafios de cada instância.

No estado de Alagoas, verificam-se iniciativas do poder público direcionadas para a proteção da natureza. Nesse momento, é fundamental constatar que as propostas de planos programas e projetos na elaboração de alternativas que visem à gestão integrada de ambientes costeiros ainda apresentem resultados bastante incipientes (Quadro 1).

Quadro 1: Políticas públicas implantadas e/ou em trâmites de implementação nas APAs do Litoral Sul de Alagoas.

Políticas Públicas	Unidade de Conservação
Programa Água Doce	APA Piaçabuçu e APA Marituba do Peixe
Programa Nacional de -Desenvolvimento dos Recursos Hídricos – PROÁGUA	APA Piaçabuçu e APA Marituba do Peixe
Projeto do Centro Nacional de Pesquisa para Conservação de Aves Silvestres (Cemave)	APA Piaçabuçu

Projeto do Centro Nacional de Conservação e Manejo de Tartarugas Marinhas (Tamar)	APA Piaçabuçu
Programa de Desenvolvimento do Turismo do Estado de Alagoas - Prodetur/AL	APA Piaçabuçu
Projeto de Implantação de Educação Ambiental no Processo de Gestão na Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu	APA Piaçabuçu
Programa de Ações Continuadas	APA Marituba do Peixe
Programa de Gestão de Resíduos Sólidos	APA Marituba do Peixe
Programa de Educação Ambiental em continuação	APA Marituba do Peixe
Programa Cultura Viva, o Ponto de Cultura Olha o Chico	APA Piaçabuçu
Programa Estadual de -Gerenciamento Costeiro - GERCO/AL	APA Piaçabuçu e APA Marituba do Peixe
Programa Monitoramento de áreas degradadas	APA Marituba do Peixe
Programa Monitoramento de qualidade de água	APA Marituba do Peixe
Programa de Recomposição e Recuperação de formações vegetais	APA Marituba do Peixe
PROJETO ORLA - Projeto de Ordenamento e Urbanização da Orla de Pontal do Peba	APA Piaçabuçu
Plano Estadual de Resíduos Sólidos	APA Piaçabuçu e APA Marituba do Peixe
Plano Municipal de Saneamento Ambiental de Piaçabuçu	APA Piaçabuçu e APA Marituba do Peixe
Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	APA Piaçabuçu e APA Marituba do Peixe
Plano de Saneamento Básico Municipal	APA Piaçabuçu e APA Marituba do Peixe
Plano de Recursos Hídricos as Bacia do Rio Piauí e Marituba	APA Marituba do Peixe
Revitalização do Rio São Francisco	APA Piaçabuçu e APA Marituba do Peixe
Saneamento dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	APA Piaçabuçu e APA Marituba do Peixe
Recursos da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República	APA Piaçabuçu e APA Marituba do Peixe

Fonte: ICMBIO, 2010; ALAGOAS, 2006.

A participação da sociedade na gestão das UCs nos últimos tempos tem levantado interpretações que permitem potencializar e integrar a relação entre comunidade, meio natural e Estado. Conforme o SNUC (2000), a participação efetiva das populações locais deve ser assegurada desde a criação à gestão das unidades de conservação. Correia e Sovierzoski (2008, p. 43) fazem um alerta sobre a gestão de UC especificamente em Alagoas:

A gestão participativa deverá ser desenvolvida rapidamente, pois o que se vem observando ao longo dos últimos anos é um processo cada vez mais acelerado de deterioração das condições ambientais, de modo geral, para todo o Estado de Alagoas, sendo mais acentuado na zona costeira.

A APA Marituba do Peixe desenvolve estratégias descentralizadas entre os órgãos gestores, para controle, fiscalizações e monitoramento, e conta com o Conselho Estadual de Proteção ao Meio Ambiente de Alagoas (CEPRAM) para realizar o licenciamento ambiental, além das ações do Sistema de Gestão Integrada de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Piauí e Marituba, do apoio técnico e financeiro da CODEVASF e do Conselho Gestor que permite articulação direta com a sociedade civil, instituições privadas e demais órgãos públicos (ALAGOAS, 2006).

Não obstante, na APA de Piaçabuçu a falta de diálogos, reuniões, informações e os interesses dos entrepostos de pesca dificultam a interação dos envolvidos e, conseqüentemente, o ordenamento territorial da APA e sua gestão sustentável. A inexistência das reuniões do Conselho Consultivo e as formas de atuações do órgão gestor são fortes indicadores do afastamento das comunidades do gerenciamento costeiro na atualidade.

O Conselho Consultivo da APA de Piaçabuçu está fora do prazo de sua vigência, com última atualização datada de 2014. Em contrapartida, o Conselho Gestor da APA Marituba do Peixe passou por renovação através da portaria nº 203, de 2019, com subsídios que garantem a atuação para o biênio 2019-2021. Nesse sentido, são realizadas reuniões ordinárias bimestrais.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC, 2000, art. 27), as unidades de conservação devem dispor de Plano de Manejo, como instrumento indispensável na gestão das UCs que deve ser renovado dentro do prazo legal de cinco anos. Ambas as unidades de conservação do presente estudo encontram-se com o Plano de Manejo fora do prazo legal de vigência.

Além dos instrumentos citados para o gerenciamento das UCs, o município de Piaçabuçu dispõe dos seguintes planos: Plano Municipal de Saneamento Básico (2017); Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável na Bacia do Rio São Francisco (2006); e o Plano Plurianual para o Quadriênio 2018/2021 (2017).

Em relação aos principais programas realizados nas unidades, os projetos de educação ambiental são os que mais se destacam. Vale destacar que na APA Marituba do Peixe são desenvolvidos programas de módulos sanitários para residências nas proximidades da várzea e o programa fundiário e de demarcação da UC (OLIVEIRA, 2017).

Em suma, a APA Marituba do Peixe apresenta condições mais favoráveis em sua atuação quando comparada a APA de Piaçabuçu que atualmente reflete um desafio em termos de atuação e proteção do território, haja vista as dificuldades de suporte participativo, cooperativo, financeiro, estrutural e humano que acentuam as fragilidades da gestão e dificultam sua atuação (FRANÇA, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das iniciativas de ordenamento territorial tendo como referência empírica duas APAs do litoral Alagoano revelou sérios problemas socioambientais que se expressam em conflitos e dificultam os avanços da gestão das unidades de conservação, sobretudo na APA de Piaçabuçu.

No processo de ordenamento territorial de ambientes costeiros, a APA Marituba do Peixe tem desempenhado um papel chave para a proteção da natureza, pela iniciativa de gestão participativa com a cooperação de instituições privadas e públicas, bem como as atribuições do Conselho Gestor que inclui a representatividade das comunidades tradicionais. A cooperação dos governos e de empresas conveniadas contribui para ações estratégicas e operacionais de fiscalizações regulares e apoio técnico para projetos e planos na referida APA. Além disso, a UC conta com reuniões periódicas de conselho gestor e parceria de Conselho Estadual de Proteção Ambiental, responsável pelo licenciamento. É pertinente destacar que a APA Marituba do Peixe apresenta limitações territoriais que dificultam o sustento para os usuários das comunidades e conseqüentemente geram conflitos ambientais de uso e ocupação em áreas não permitidas pelo zoneamento.

Já a APA de Piaçabuçu se configura como um desafio estratégico de articulação entre os órgãos municipal e estadual, uma vez que as ações se dão de forma individualizadas, em geral a partir de elaboração de planos (GERCO, PROJETO ORLA e Plano Municipal de Saneamento Básico) e ações pontuais de fiscalização e educação ambiental na Foz do São Francisco e na localidade de Pontal do Peba.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Plano de Manejo da Área de Proteção do Marituba do Peixe**. 2006 - Governo do Estado de Alagoas - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. Maceió: Secretaria Executiva de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Naturais/ Instituto do Meio Ambiente, 26 de janeiro de 2006. 217p. Disponível: http://ima.al.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Plano_de_Manejo_APA_Marituba_do_Peixe.pdf. Acesso em março de 2017.

ALVES, N. M. de S.; FONTES, A. L.; SILVA, D. B. da; ALMEIDA, J. A. P. de. Dinâmica geoambiental, processos morfodinâmicos e uso das terras em Brejo Grande, Baixo São Francisco – Sergipe. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, Ano 8, nº 2, 2007.

ARAÚJO, S. S. de. Apropriação dos recursos naturais e conflitos socioambientais no Baixo São Francisco em Sergipe e Alagoas. 2015. 359 f. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)**, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão 2015.

BRASIL. **Decreto n. 88.421, de 21 de junho de 1983.** Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, institui a Área de Proteção Ambiental de Piaçabuçu. Brasília, 1983.

_____. **Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000.** Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, critérios e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>> Acesso: abril de 2017.

CORREIA, M. D.; SOVIERZOSKI, H. H.. Gestão e desenvolvimento sustentável da zona costeira do estado de Alagoas, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management**, v. 8, n. 2, p. 25-45, 2008.

ECKERT, N. O. S. Percepção ambiental: um estudo do significado das tartarugas marinhas no Pontal do Peba, Alagoas. 2017. 116 f. **Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente)**, Universidade Tiradentes, Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente, Aracaju, 2017.

FRANÇA, E. B. Ordenamento territorial na perspectiva da governança em Unidade de Conservação no Litoral Sul de Alagoas. 2019. 195 f.: il. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria nº 46/03-n, de 12 de setembro de 2003. Serviço Público Federal. **Ministério do Meio Ambiente.** 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2017. Resultados definitivos. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=27&tema=78244 Acesso em 2018.

_____. Censo Demográfico 2010. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/piacabucu/pesquisa/23/27652?detalhes=true>> Acesso em: setembro de 2018.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Área de Proteção Ambiental, Plano de Manejo. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso:** a história do movimento ambientalista; tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume-Durnará, 1992.

MELO e SOUZA, R. **Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade.** São Paulo: Annablume-Geoplan, 2007.

OLIVEIRA, A. N. S. A Fragilidade ambiental como suporte na identificação de conflitos ambientais na APA da Marituba do Peixe, Alagoas. 2017. 166f. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**, Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, 2017.

OLIVEIRA, A. N. S.; AMORIM, C. M. F.; LEMOS, R. P. L. **As riquezas das áreas protegidas no território alagoano.** Maceió: Instituto do Meio Ambiente, 2014.

PINHEIRO, P. A lontra neotropical, lontra longicaudis (olfers, 1818) e seus conflitos com pescadores em uma área de proteção ambiental no Nordeste do Brasil. 2016. 75f. **Dissertação (Mestrado em Diversidade Biológica e da Saúde)**, Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde. Maceió, 2016.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

ZAMBI, M. M. Representações moventes: um estudo sobre Pixaim, a comunidade das dunas da foz do rio São Francisco, AL. 2017. 179 f. **Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Rio Grande do Sul, 2017.

Capítulo 4

ORDENAMENTO TERRITORIAL E IMPACTOS DO PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO E PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA NO LITORAL DO NORDESTE DO BRASIL

Moema Hofstaetter
Francisco Fransualdo de Azevedo

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo vem passando por uma profunda reestruturação, provocando o surgimento de novas dinâmicas, processos, formas e conteúdos nos territórios. Essa reestruturação distingue-se por algumas características, tais como (i) o fortalecimento do capital frente ao Estado, manifestadamente perceptível na integração global dos mercados financeiros; (ii) a erosão do Estado-Nação; (iii) a concorrência econômica global acompanhada pela descentralização das empresas, com o objetivo de globalizar sua produção para aumentar seus ganhos; (iv) a formação de blocos econômicos; e (v) o papel e lugar da política que sofre um processo de fragilização, sobretudo quando se pontua as questões sociais e coletivas (SANSON, 2013; HOFSTAETTER, 2016).

O mundo está experimentando não somente uma crise conjuntural, mas também estrutural. Se vivemos hoje pressionados por várias crises, econômica, ecológica, alimentar e energética, certamente essas são manifestações de uma tensão maior, ou seja, a crise do modelo de desenvolvimento imposta pelo capital mundializado. Fortemente marcada pela ideologia do progresso, através do crescimento econômico e do uso ilimitado dos recursos naturais, a economia, na sociedade industrial, foi se afastando, gradativamente, da ética e da política e passou a ser orientada e regida tão somente pelo mercado.

No Brasil, observamos este movimento a partir da segunda metade do século XX, aprofundado no regime militar e governos seguintes. Já no início dos anos 2000, percebemos claramente a ênfase no paradigma neoliberal, já em curso nas décadas anteriores, sobretudo no projeto econômico dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), conhecido como inserção subordinada à economia internacional. Na sequência, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) retomaram o modelo econômico nacional-desenvolvimentista, onde o Estado exerce um forte papel indutor do crescimento econômico, mas também atuando no âmbito social, com a implantação e/ou fortalecimento de políticas públicas em várias dimensões (redistribuição de renda, habitação, saúde, educação, etc.). Esse modelo chamado neo-desenvolvimentista brasileiro atua como (i) **Estado financiador**, através do

BNDES, induzindo ao crescimento econômico, fortalecendo grupos privados em setores estratégicos, como (ii) **Estado investidor**, responsável pelo investimento em grandes obras de infraestrutura que se manifesta no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), obras como a construção de hidrelétricas, a transposição do rio São Francisco, e investimentos em ferrovias, portos, saneamento entre outros e, tão importante quanto, (iii) como **Estado social**, com seus programas de distribuição de renda e inclusão social (SANSON, 2013; HOFSTAETTER, 2016).

Fica claro, com o exposto acima, que “há, no capitalismo, uma tensão permanente entre o mercado e o Estado” (PRZEWORKSKY, 1995, p. 7). Esse projeto desenvolvimentista perdurou no Governo de Dilma Rousseff (2011-2016) e tem um retrocesso a partir do golpe institucional instaurado e da gestão de Michel Temer (2016-2018).

Diante do exposto, o objetivo do capítulo é refletir sobre o novo dilema verificado no território nordestino brasileiro, que dentre outros vetores tinha nos últimos anos, o turismo de sol e mar - cuja atividade se localiza na parcela continental do sistema¹³ costeiro-marinho - como estratégia de crescimento econômico e desenvolvimento regional, mas que a partir da instalação dos parques eólicos – implantados no sistema costeiro-marinho e no bioma caatinga - com forte participação de capital internacional e empresas estrangeiras, passou a apresentar novas dinâmicas territoriais alterando significativamente a paisagem e os lugares onde este fenômeno passou a se fazer presente. Pretende-se relacionar esta reflexão com o surgimento de novos desafios, apontando a necessidade de (re)pensar o planejamento territorial, de forma que seja possível conduzir a economia regional com desenvolvimento endógeno, pautado na inclusão social e no equilíbrio entre a economia e o ambiente.

2 GESTÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

Com base numa revisão bibliográfica e debruçados sobre as entrevistas realizadas durante os períodos de 2015/2016 e 2020/2021, na ocasião dos trabalhos de campo desenvolvidos no território potiguar, especialmente nas áreas cujas paisagens se modificaram nos últimos anos em consequência do fenômeno turístico, e mais recentemente dos parques eólicos instalados, apresenta-se aqui reflexões pertinentes quanto aos novos desafios que se impõem no processo de gestão territorial no Brasil e no Nordeste brasileiro, em especial no litoral onde se tem os ecossistemas costeiros, caracterizados, além das praias, pelos

13 Ao lado da aludida diversidade, a grande extensão do litoral brasileiro constitui elemento fundamental para a adoção do nome Sistema Costeiro-Marinho, no lugar de Bioma Costeiro-Marinho. Acredita-se que a opção atende e respeita a multiplicidade de feições e características físicas e bióticas de cada porção do litoral brasileiro e, ao mesmo tempo, reafirma a existência dos processos que tanto marcam estes ambientes, e que justificam sua representação cartográfica como um conjunto (IBGE, 2019).

manguezais, campos de dunas, falésias, costões rochosos, lagoas, restingas, ilhas, recifes de corais e estuários (IBGE, 2019).

Algumas questões nos desafiam à reflexão. “É possível conduzir a economia contra interesses e preferência dos que controlam a riqueza produtiva?” (PRZEWORSKY, 1995, p. 8). Quem define a agenda de Governo? Qual a importância e alcance da sociedade civil organizada na definição da agenda de Governo? É possível formar coalizões políticas capazes de equacionar, minimamente, a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento territorial e de promover a inclusão social de grande parte da população (SOUZA SANTOS, 2006), com respeito e preservação dos ecossistemas e da biodiversidade?

Na tentativa de aproximação de algumas respostas, partimos da análise e interpretação da Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) e da palestra ministrada pelo professor Brandão, na abertura da semana acadêmica de Geografia na UFRN, em 2017, assim como de uma análise conjuntural sobre o Nordeste.

Não diferente do que afirmamos acima, a Política Nacional de Ordenamento Territorial emerge num contexto histórico marcado pela força da globalização e da competitividade. Este processo se dá sob o comando de grandes corporações – sobretudo privadas – e de mudança da natureza do Estado que deixa de ser o principal ator no planejamento e na execução de políticas territoriais. Hoje, seu papel é regular as atividades e sua distribuição no território, de modo a evitar a ampliação das desigualdades sociais e regionais. Ao mesmo tempo, o Estado continua a ser o principal financiador das iniciativas privadas.

A discussão acerca das políticas públicas e modelos de gestão estão presentes no Brasil desde o Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). “Desde então vários programas foram elaborados e implantados, com maior ou menor sucesso” (PNOT, 2006, p. 132).

Dada a ausência de uma política de ordenamento territorial federal, a PNOT baseou sua análise nas políticas públicas existentes, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), a Política de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) e a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) (PNOT, 2006). Desta feita, temos o seguinte quadro no Brasil, resumidamente.

A indústria e os serviços modernos no eixo São Paulo - Rio de Janeiro e nos seus prolongamentos para Belo Horizonte e Triângulo Mineiro como fator-chave, bem como em pequenas zonas do Distrito Federal, Paraná e Santa Catarina. Mas a agricultura moderna e a agroindústria desempenham o mesmo papel no oeste do estado de São Paulo, no sudoeste do Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso. Outro bloco com feições semelhantes, de menor dimensão, se desenvolve entre o sul do Maranhão e o oeste da Bahia (principalmente por conta da expansão da soja). (PNOT, 2006, p. 52).

Já nas regiões menores, outras atividades sustentam o crescimento, como a mineração, a fruticultura irrigada, a produção do sal, o turismo e a agricultura familiar.

No Nordeste, o litoral se converte em zona turística, com adoção de políticas de desenvolvimento, evidenciada na importância econômica atribuída a esta. A viabilidade da Região Nordeste como pólo de atração turística é retratada através dos investimentos do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/NE, financiado com recursos do BID, e tendo o Banco do Nordeste com atividade, principalmente nos estados do Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O turismo se transforma, neste sentido, num poderoso instrumento de poder argumentativo a serviço da Região, notadamente na produção de um fator econômico capaz de salvar a economia regional (PNOT, 2006, p. 53).

No entanto, não se pode deixar de observar a alteração da matriz nacional de combustíveis, onde no Nordeste, estimulado pelo Governo Federal, principalmente após a implantação do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia (PROINFA) e dos leilões, investe na implantação de parques de energia eólica, criando novas dinâmicas econômicas e de ocupação em seus municípios, o que reflete na dinâmica do turismo local (HOFSTAETTER, 2016), impactando, tanto o bioma costeiro-marinho, quanto a caatinga.

Diante da instalação dos parques eólicos, o meio geográfico do Rio Grande do Norte, por exemplo, assim como outros estados do Nordeste e do Brasil,

Tem renovado suas materialidades energéticas mediante o uso do território pelo setor eólioeletrico, resultando no acréscimo de novos fixos e fluxos, e de novos conteúdos e significados associados a uma lógica global de acumulação e reprodução do capital. Esse meio geográfico torna-se cada vez mais artificializado a partir da instalação de “próteses” estranhas aos lugares produtores, porém em concordância com as racionalidades do mercado global e com os desejos, as práticas e os discursos que induzem, legitimam e naturalizam essa artificialização “alienígena” (ARAÚJO; AZEVEDO, 2017, p. 12).

E mais do que trazer à tona esta alteração regional, urge considerar os impactos advindos da mesma, que refletem no território, como concebido por Santos (2007), que o pensa como território usado, não território em si. Segundo ele “o território usado é o chão mais a identidade” (SANTOS, 2007, p. 14). Trata-se do território usado por todos, incluindo o uso corporativo, por parte de empresas, instituições e firmas, muitas dessas estrangeiras, sobretudo no turismo e no setor eólico.

Em pesquisa realizada por Hofstaetter (2016 e 2020), no estado do Rio Grande do Norte, é possível observar que o modelo de desenvolvimento, de uso e ocupação do solo, nos municípios receptores dos parques eólicos, privilegia a tomada de decisões do poder

público e dos grandes empresários e fazendeiros locais, lembrando que os governantes, em muitas situações “representam o empreendedor e esses ricos que aliam riqueza e poder, em prol de suas decisões” (SILVA, 2017, p. 113).

Este modelo não considera devidamente a situação da população local, sua cultura, seus hábitos e tampouco os possíveis impactos socioambientais, assim como não considera a relação mais antiga com o segmento do turismo e suas consequências, apenas levando em conta o crescimento econômico regional. Portanto, são empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica (VAINER; ARAÚJO, 1992).

Aquilo que se observa nas ações, nas políticas e programas direcionadas para fomento ao crescimento econômico são de fato ações governamentais, sobretudo dos governos estadual e municipal que estão longe de se pautarem num planejamento e gestão territorial baseados em critérios de sustentabilidade social e ambiental.

Em se falando do território nordestino, e corroborando com as reflexões trazidas por Brandão (2017), é preciso compreender o padrão de desenvolvimento ou subdesenvolvimento do Brasil e do Nordeste. A partir da década de 1950, alguns estudiosos começam a analisar as possíveis causas que explicariam o subdesenvolvimento econômico do Brasil e do Nordeste e, dentre os autores, destaca-se Celso Furtado, ora atribuindo o subdesenvolvimento à falta de uma política de distribuição de renda, ora apontando para a falta de uma política tecnológica ou de inovação eficiente e amplamente difundida e consolidada.

Para Furtado (1984), as origens do subdesenvolvimento estão relacionadas (i) à ausência de base técnica, com instrumentos rudimentares; (ii) ao baixíssimo índice de produtividade e competitividade; (iii) à dinâmica de fora para dentro e (iv) à economia cêntrica e de subsistência. Nesse sentido, Fiori (2000) assinala que

o subdesenvolvimento se caracteriza por uma situação estrutural que reproduz permanentemente a assimetria entre o padrão de consumo cosmopolita de uns poucos (os modernos e modernizantes) que estão de fato integrados no mundo desenvolvido, e as debilidades estruturais do capitalismo periférico. Produto de uma situação histórica – gênese e reprodução de um sistema centro-periferia – e de uma vontade política – a modernização de padrões de consumo (FIORI, 2000, p. 37).

Ao se referir à natureza do subdesenvolvimento, dando sequência ao debate das suas origens, entende-se que,

captar a natureza do subdesenvolvimento não é tarefa fácil: muitas são as suas dimensões, e as que são facilmente visíveis nem sempre são as mais

significativas. Mas se algo sabemos com segurança é que subdesenvolvimento nada tem a ver com a idade de uma sociedade ou de um país. E também sabemos que o parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso ao arsenal de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno. Mesmo para o observador superficial parece evidente que o subdesenvolvimento está ligado a uma maior heterogeneidade tecnológica, a qual reflete a natureza das relações externas desse tipo de economia (FURTADO, 1998, p. 17).

Furtado (1998) pergunta-se sobre a possibilidade de pensar em uma universalização do desenvolvimento econômico. E ele mesmo responde à sua pergunta, argumentando ser impossível universalizar o desenvolvimento econômico e, caso ocorresse associado a esse a universalização do padrão de consumo, pelo simples fato de que o aumento do consumo iria pressionar ainda mais os recursos naturais, via de regra não renováveis o que, como consequência, traria impactos do ponto de vista dos resíduos, entre outros.

Nos dias de hoje, a energia faz-se presente em todos os momentos de nossas vidas, em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados. O consumo de objetos, o acesso à informação, o manuseio das técnicas, o funcionamento das instituições, os processos produtivos, o deslocamento de pessoas, bens e dinheiro, a produção de calor, luz e frio, enfim, todas essas ações estão diretamente dependentes e relacionadas ao fornecimento de energia. (ARAÚJO e AZEVEDO, 2017, p. 1).

Segundo Furtado (1998, p. 12), “a evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico”. Até mesmo, em se tratando da diversificação da matriz energética, a partir da ênfase em fontes renováveis de energia, intimamente relacionada com o debate do desenvolvimento sustentável, observamos esses processos de degradação do meio físico. Afinal, produzimos energia para um maior consumo, o que amplia o valor econômico para alguns, em detrimento de outros e do meio físico em geral.

Em se tratando das fontes renováveis de energia, o que precisamos observar é se esse movimento pela incursão de fontes renováveis de energia na matriz mundial e nacional, dialoga com o debate do desenvolvimento sustentável nos territórios ou se o crescimento econômico é a premissa principal da sua ação. Este é o ponto. Esta nova “indústria”, dos ventos, dialoga com a estratégia do desenvolvimento dos territórios? No caso do Nordeste, além do aumento de acesso aos serviços básicos para a população, ela dialoga com o turismo, economia de forte impacto no litoral nordestino? Há este olhar dos gestores e governantes? Ou as lógicas do dinheiro e do lucro sobressaem? Segundo Veiga (2005, p. 7), “crescimento só engendra desenvolvimento se seus frutos prolongarem a vida e o nível educacional das populações desfavorecidas pelo menos”.

Para darmos sequência à reflexão territorial, e aqui, problematizando especificamente o território nordestino, urge esclarecermos alguns conceitos, aprofundados na PNOT, como exposto a seguir, a começar pela compreensão do conceito de gestão do território que

corresponde à definição de critérios de seleção, regulação e estímulo de atividades e espaços, segundo a filosofia e a estratégia de desenvolvimento definidas pelo conjunto da sociedade nacional. Ao nível regional e local, é prioritária para a gestão a participação da população e do saber local na formulação e na execução de estratégias, táticas e técnicas a serem utilizadas. A gestão do território, portanto, coloca em prática propostas de desenvolvimento pactuadas em diferentes escalas (PNOT, 2006, p. 187).

Assim é fundamental a compreensão do conceito de desenvolvimento regional, visto na PNOT (2006, p. 187) “como um conjunto de ações para promover processos socioeconômicos em áreas definidas do território, com uma visão integradora e sustentável, que induzam ao bem-estar social e à redução de desigualdades”. Quanto ao planejamento territorial, “entende-se que é um conjunto de diretrizes, políticas e ações programadas, com vistas a alcançar um ordenamento e uma dinâmica espacial desejados” (PNOT, 2006, p. 187).

A PNOT também deixa evidente que, assim como para o planejamento territorial, para a execução da gestão territorial, com vistas ao desenvolvimento regional, é necessária a concertação política. Especificamente sob a ótica de gestão, “o ordenamento territorial constitui-se de políticas públicas concertadas, ações que visam ao ‘equilíbrio’ regional e organização física do espaço com o objetivo de criar uma nova racionalidade visando maior competitividade” (PNOT, 2006, p. 189).

Tomando por base os conceitos expostos acima, temos observado que o Estado-nação brasileiro, assim como os mais diversos espaços regionais no país tem muita dificuldade de pensar o seu planejamento e a gestão territorial de forma integrada. Via de regra ambos ocorrem de forma fragmentada e segregacionista. Observamos que muitas vezes esta dificuldade de pensar o espaço regional na integralidade gera processos fragmentados e, como consequência, tem-se a ampliação de desigualdades e segregação até mesmo dentro dos estados, o que evidencia limites da política territorial e da própria PNOT. Partindo desta reflexão, também o território Nordeste está muito longe de efetivar um planejamento e uma gestão territorial, pensando um desenvolvimento regional que seja promotor de processos socioeconômicos que reduzam as desigualdades, como previsto no PNOT. Basta observar a forma como chega a “indústria eólica” e os desafios que esta nova realidade coloca para o território nordestino, em especial.

Mesmo havendo impactos positivos com a implantação dos parques eólicos, o estudo de Hofstaetter (2016) constata um processo de exclusão social e de alteração da paisagem litorânea e até mesmo da *hinterland* a partir da sua chegada, promovendo alterações na

dinâmica e estrutura das cidades, apontando para a necessidade de um conhecimento mais preciso desta realidade para subsidiar as políticas públicas, especialmente àquelas vinculadas ao turismo de sol e praia.

Neste cenário de relações complexas que envolvem a expansão crescente do desenvolvimento do vetor de geração de energia eólica no mundo e nos contextos nacional, regional, local e costeiro, importa compreender o modo como se dá o planejamento territorial, especialmente a partir das ações governamentais, dos governos estaduais e municipais com vistas ao desenvolvimento local e regional.

3 UMA NOVA DINÂMICA SOCIOESPACIAL NO NORDESTE BRASILEIRO: TURISMO E “INDÚSTRIA DOS VENTOS”

É importante destacar que o segmento do turismo no Nordeste desenvolveu-se, com maior ênfase a partir da década de 1990, com incentivo do Governo, através do Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo I (PRODETUR I).

Nesse período, isto é, nas últimas décadas do século XX, passou-se a afirmar contundentemente que o turismo apresentava potencial para alavancar o desenvolvimento do território nordestino, sem a devida cautela quanto aos impactos socioambientais a serem causados, especialmente no tocante à degradação ambiental. É válido ressaltar que esse discurso ainda está fortemente presente na pauta de discussões dos governos nacional, regional e local (dos estados e municípios) do litoral à *hinterland*. De certo modo, o mesmo discurso vem sendo produzido e replicado pelo vetor energético, de geração de energia eólica. No entanto precisamos ter presente que a

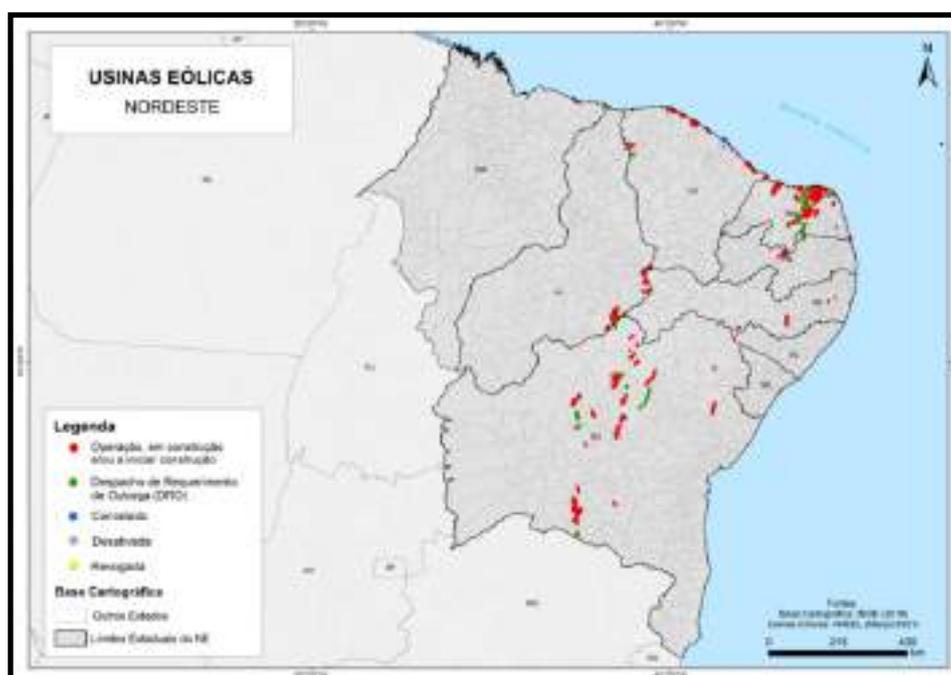
entrada do Brasil e, por extensão, do Rio Grande do Norte na rota do circuito produtivo de energia eólio-elétrica deveu-se, entre outros fatores, à reestruturação do sistema elétrico nacional promovida, em 2003, a partir da implantação de um novo marco regulatório para o setor elétrico. O estabelecimento desse novo marco regulatório ocorreu após um período crítico da história do Brasil marcado por apagões e racionamentos, resultados dos anos de ausência de planejamento energético, de redução dos investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, da proibição das estatais em investir no setor, do elevado risco no qual os investidores privados estavam submetidos e, por último, da diminuição do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas (ARAÚJO e AZEVEDO, 2017, p. 5).

O que dizer, então, dessa nova dinâmica territorial da região Nordeste, no contexto da reestruturação produtiva e territorial contemporânea, quando se avalia a chegada e expansão dos parques eólicos? Essa nova realidade experimentada pela região, mais especificamente pelos municípios litorâneos, remete ao conceito de destruição criativa de Harvey (2010), de que o novo tem de ser construído a partir das cinzas do antigo (paisagens bucólicas). Fica

evidente que o capitalismo produz suas ações em função do lucro, produzindo espaços, novas tecnologias, lançando novos produtos, vendendo uma nova paisagem (HARVEY, 2010) ou, como criticado por Hall (2001), trazendo consigo uma racionalidade técnica baseada em critérios meramente econômicos, que no nosso entendimento se apropria de espaços e paisagens, gerando concomitantemente riqueza e pobreza, portanto agravando o cenário de desigualdade socioespacial e territorial.

Neste sentido, é fundamental analisar as inter-relações entre a atividade turística e a implantação de parques eólicos no litoral nordestino brasileiro, no sentido de perceber como o planejamento territorial vem ocorrendo com vista ao desenvolvimento regional. Devemos ter presente que não é mais possível planejar a atividade turística no Nordeste, sem considerar a ocupação da paisagem litorânea pelos parques eólicos, hoje fortemente presentes em praticamente todos os estados da região, com maior expressividade nos estados do Rio Grande do Norte, Bahia, Piauí e Ceará (Figura 1).

Figura 1: Mapa das usinas eólicas no território nordestino.



Fonte: Aneel, março de 2021.

A instalação e disseminação desses empreendimentos de produção de energia eólica no território nordestino estabelecem novos contextos de relações sociais, de uso e ocupação do espaço, impondo processos novos de interação, mas também de potencial conflito e tensão entre os diversos atores sociais envolvidos nesta nova dinâmica territorial que se impõe. Entre os atores sociais que convivem nas áreas dos

parques eólicos destacam-se os seguintes: (i) as populações nativas e/ou tradicionais que comportam pescadores, posseiros, agricultores, assentados, quilombolas; (ii) os turistas; (iii) as instituições estatais diretas e indiretas que operam no território, e aqui damos ênfase às instituições que desenvolvem o turismo nos estados, bem como aquelas responsáveis pelo processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos ligados a ambos vetores globais de mudanças; e (iv) as corporações do capital estatal, privado nacional e transnacional que são as responsáveis diretas pela implantação dos parques eólicos e, outras, responsáveis por alguns empreendimentos turísticos (HOFSTAETTER, 2016).

Observa-se que esse processo está intimamente ligado ao que o economista francês François Chesnais intitulou de mundialização do capital, ou seja, são os auspícios da mundialização do dinheiro e das forças produtivas capitalistas. A técnica da informação liga todas as áreas e produz um mundo, e o dinheiro aparece como o “elemento que imprime velocidade aos outros elementos da história” (SANTOS, 2007, p. 17). O dinheiro chega nos lugares com a força e o poder das empresas nacionais e estrangeiras, modificando a atividade produtiva em territórios de agricultura familiar, pesca e turismo. Impacta diretamente na paisagem e na vida das pessoas. O montante em dinheiro, que para as empresas representa muito pouco, geralmente representa muito para as famílias de agricultores familiares e pescadores, em geral famílias empobrecidas do Brasil e do Nordeste, em particular, que vivem da agricultura familiar e da agricultura de subsistência (HOFSTAETTER, 2016). Mas há também situações em que para estas não lhes restou nada, nem o pouco dinheiro, pois as empresas conseguiram se apropriar da riqueza presente no território, especialmente da matéria-prima dos ventos, através da instalação dos parques eólicos, sem gerar benefício algum sobre as comunidades. No Rio Grande do Norte há vários exemplos dessa natureza, do litoral ao sertão.

Diante do exposto, depreendemos que “vivemos na ditadura da informação e do dinheiro, e essa não seria possível sem aquela. Esse é um sistema ideológico que desempenha um papel na produção da materialidade e na existência das pessoas” (SANTOS, 2007, p. 18).

Como base em pesquisas de campo (2015-16 e 2020-21), no estado do Rio Grande do Norte, dentre vários depoimentos colhidos em diversos municípios costeiros, constatou-se a ociosidade de muitas estruturas de apoio, após a retirada da mão de obra especializada para a instalação dos parques eólicos (HOFSTAETTER, 2016), confirmando o uso e abuso do território, por parte das empresas, conforme Santos (2007, p. 19) que afirma que o mercado “escolhe lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter, e desertam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer tais respostas”.

Com livre circulação no Brasil e sob o respaldo do Estado, esses agentes do grande capital usam e abusam do território potiguar, criando novas normatizações, conteúdos e formas nos lugares produtores de energia eólica, alimentando antigas contradições, conflitos e ilusões, “[...] impondo mecanismos de fluidez e lucrando com o fato de atravessar as fronteiras e com a escolha seletiva dos seus pontos de ação”¹⁴. Eles chegam aos lugares, instalam seus novos objetos técnicos, alteram as materialidades preexistentes e impõem suas normas rígidas (ARAÚJO e AZEVEDO, 2017, p. 19).

Observamos, como conceituado por Sousa Santos (2006), que estes espaços vivem à mercê de um “fascismo territorial” e, como bem explicado por Brandão (2017), o território vê-se controlado de fora para dentro, sendo a autonomia das instituições e dos seus habitantes violentada. A partir desta nova realidade, o conteúdo do território nacional, nordestino e, em particular, do litoral, tem passado por mudanças significativas com mudanças também nas paisagens.

Segundo Santos (2007), a ditadura do dinheiro (presença de empresas globais no território) dificulta a regulação interna do território em questão. É um fator de desorganização, de desagregação. Não vivemos uma nova forma de colonização? O que efetivamente esta nova dinâmica tem contribuído para o desenvolvimento regional? A geração de empregos locais é ínfima, apesar da propaganda do governo e das empresas, pois a mão de obra especializada e bem remunerada vem de fora, geralmente de outros estados com base tecnológica mais aprimorada.

Além das questões relacionadas acima, esta nova dinâmica territorial, conforme observado, traz consigo alterações na paisagem, alterações nas dinâmicas dos lugares e dos territórios, alterando o modo de vida da população, seja pela chegada de estrangeiros ao local (operários e técnicos), com novos hábitos, que passam a fazer uso do território, seja pela nova demarcação das terras, haja vista a instalação de cercas contornando os parques eólicos, o que causa alteração das rotas dos agricultores familiares e pescadores, além da apropriação da riqueza que a natureza oferece, seja pela fixação de novos objetos técnicos, que causam ruído e estranhamento aqueles que ali vivem. Ademais, outros problemas têm surgido, tais como: aumento do uso de entorpecentes, aumento da exploração sexual infanto-juvenil, considerando que são gerados e deixados nos lugares os “filhos dos ventos” (consequências da dinâmica de fora para dentro e da desertão), a perda da condição de segurados especiais na previdência (especialmente agricultores e pescadores arrendatários), a privatização da terra, além de denúncias de aumento de problemas de saúde, como insônia, depressão, cefaleia, entre outros. Do ponto de vista ambiental são observados diversos impactos como a ampliação do desmatamento, o corte de dunas, o soterramento de lagoas dunares, a fuga de espécies nativas, além de alterações no ambiente de pouso de aves migratórias, dentre outros (HOFSTAETTER, 2016).

14 Silveira, 2013, p. 4.

Assim como os recursos dos *royalties* do petróleo, por exemplo, têm resultados limitados, pois a contrapartida deixa a desejar na melhoria dos índices de desenvolvimento humano das comunidades (IPEA, 2017), os recursos arrecadados a partir da “indústria eólica”, também deixam a desejar no mesmo sentido. No caso da eólica, o pagamento pelo arrendamento da terra é um recurso importante para as famílias que vivem da subsistência, mas é um recurso que chega descaracterizando as atividades relacionadas ao uso do solo, a sua cultura. E assim como os resultados limitados dos *royalties* do petróleo, os impostos arrecadados (ISS e ICMS) provenientes dos parques eólicos, também são limitados, uma vez que não há gerência sobre estes, pelo conjunto das partes interessadas no desenvolvimento territorial.

Ou seja, os benefícios são globais (energia sustentável), mas os prejuízos são locais. Desta feita, observa-se que apenas as migalhas restam às comunidades locais, como um novo telhado no posto de saúde, um novo equipamento de raio x, a promessa de um novo telhado na escola, que nunca se realiza, entre outros similares. Nenhum resultado concreto que indique a consolidação de um processo de desenvolvimento territorial efetivo.

E permanece a dúvida sobre os impactos no segmento turístico, a partir da alteração da paisagem litorânea. O discurso do governo é de crescimento econômico. Segundo Brandão (2017), vamos continuar desta forma, não conseguindo explicar o Brasil como a 10ª economia do mundo (em 2020 o Brasil assume a 12ª posição no *ranking* das maiores economias do mundo) ao mesmo tempo em que figura como o 10º país em pior distribuição de renda. Ou seja, não basta crescer, precisamos desenvolver. E o turismo, assim como o petróleo, o agronegócio, a mineração, a construção civil, os serviços e a produção de energia, dentre outros vetores econômicos, continuarão gerando dividendos ao Estado, mas sobretudo às empresas e corporações que fazem usos e abusos do território nesses contextos, sem que se efetive um processo de distribuição de renda de modo a amenizar as desigualdades sociais e regionais.

Brandão (2017) realça que um diagnóstico atual das novas dinâmicas regionais e urbanas deveria primar pela compreensão dos impactos econômicos, sociais e ambientais de inúmeras obras inacabadas. No entanto, pensamos que é fundamental diagnosticar, se não antevendo, os impactos econômicos, sociais e ambientais também dos projetos acabados, e que podem até promover o crescimento econômico, mas que dificilmente deixam desenvolvimento e acesso a bens e serviços, de modo a ampliar a qualidade de vida para a maioria da população local.

Nesse contexto, Dye (2010) apresenta uma série de modelos úteis para a análise das políticas públicas, no entanto, “esses modelos explicam primordialmente a formulação e a escolha de políticas e, praticamente, ignoram sua implementação” (WINKLER in: DYE, 2010, p. 142). Precisamos avançar também na análise da implementação das políticas públicas, especialmente de políticas sociais amplas,

abrangentes e acessíveis a todos os cidadãos, aprimorando aquelas já existentes, a exemplo da Política Nacional de Reforma Agrária, a Política Nacional de Habitação, a Política Nacional de Redistribuição de Renda, através da garantia de renda mínima, acesso amplo e irrestrito à educação nos diferentes níveis, inclusive ampliação de acesso à educação tecnológica, melhorias na política de saúde e aprimoramento do Sistema Único de Saúde, diminuindo o tempo de espera para exames, diagnósticos e procedimentos cirúrgicos diversos, ampliação do acesso ao mercado de trabalho e diminuição do nível de desemprego, portanto, garantia de expansão das capacidades das pessoas e ampliação das liberdades individuais e grupais.

Trazer à tona a importância da análise e do papel das políticas sociais no território e a devida contribuição destas, para as dinâmicas locais e regionais é urgente. Frey (1997, p. 242), no entanto, chama a atenção para o fato da ‘*policy analysis*’ ser limitada, uma vez que ela se restringe a uma análise dos conteúdos das políticas (*policy*) e que, seria importante considerar tanto a “dimensão institucional (*polity*), como a dimensão processual (*politics*) para a análise de políticas públicas”.

Por fim, é importante considerar que o movimento social (ou a sociedade civil organizada) desempenha um papel decisivo na sociedade. No caso brasileiro, tem contribuído para tornar a sociedade menos assimétrica, menos desigual, incluindo conteúdos na agenda nacional, influenciando na elaboração de políticas públicas e na conjuntura.

Só resta esperar que na cena política urbana, rural e regional atual e futura possam surgir forças de resistência e de contrarreações oriundas das novas dinâmicas e das novas lógicas e dimensões dos movimentos sociais por justiça socioespacial para fazer frente a estas recentes rodadas de neoliberalização e seus efeitos danosos (BRANDÃO, 2017, p. 55).

No entanto, temos ainda muito em que avançar. Temos na nossa sociedade a ausência de uma cultura de participação. Temos, junto aos conselhos tanto municipais como estaduais, principalmente, um centralismo do poder executivo, a crença na superioridade do conhecimento técnico dos representantes do poder público e, talvez mais difícil e desafiador, uma desigualdade no acesso às informações daqueles que efetivamente participam.

E os desafios são ainda maiores se considerarmos o momento atual que vivemos no Brasil que, segundo Brandão (2017, p. 53), é dramático: “De profunda crise, em um ambiente de austeridade, recessão econômica, fragmentação social e regressão política”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, podemos já afirmar que se faz necessário elaborar um planejamento territorial que discuta as intersecções entre o turismo e a “indústria eólica”, que (i) parta de uma gestão compartilhada, incluindo maior transparência e a participação dos grupos afetados, (ii) baseado na diversidade de grupos sociais dotados de interesses territoriais divergentes, assim como (iii) preveja o aprimoramento dos instrumentos de regulação, licenciamento e financiamento desses grandes projetos, respeitando a diversidade cultural e o meio ambiente, e mais comprometido com critérios de justiça socioambiental.

Uma vez que o quadro apresentado já é uma nova realidade no Nordeste, que chegou em consonância com as racionalidades do mercado global, legitimado pelo poder público local, pretendemos, com a continuidade desta pesquisa, sinalizar em que medida os vetores turismo e geração de energia eólica corroboram ou não com o processo de desenvolvimento dos territórios apropriados e/ou usados por tais vetores globais de mudanças. Para tal, temos presente o conceito de desenvolvimento regional da PNOT, que aponta para a importância de ações que promovam processos socioeconômicos, nos territórios, com uma visão integradora e sustentável, à serviço da redução das desigualdades.

Na mesma linha, é urgente um olhar cuidadoso sobre a implementação das políticas públicas nos territórios, assim como compreender como se dá a gestão das mesmas, e qual a concertação política existente, se com participação da população e do saber local ou se invisibilizando as forças populares, por ocasião da formulação de estratégias para o desenvolvimento do território.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. A. A. de, AZEVEDO, F. F. A produção de energia eólica no Estado do Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil: um olhar sobre o uso do território pelas corporações espanholas Iberdrola e Gestamp. In: ZAAR, M. H.; VASCONCELOS, P. JUNIOR, Magno; CAPEL, H. (Editores). **La electricidad y el territorio. Historia y futuro**. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2017 <<http://www.ub.edu/geocrit/Electr-y-territorio/Electr-y-territorio-Portada.htm>>. ISBN: 978-84-697-6835-8. Barcelona, 2017.

BRANDÃO, C. A. Espaços estatais dos processos de neoliberalização e as recentes reestruturações regulatórias na Escala Nacional do Brasil. In: SUERTAGARY, D. M. et al. **Geografia e conjuntura brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 35-58.

BRANDÃO, C. A. **Por uma geoeconomia política do Brasil no contexto do Sul**. Palestra de abertura da Semana de Geografia, UFRN, 16 de outubro de 2017.

BRASIL. Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). In: **Acesso à informação/dados**

abertos/geração, 2021. Disponível em <https://www.aneel.gov.br/dados/geracao>. Acesso em 21 de março de 2021.

DYE, T. R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas (Comentário Modelos: da teoria à prática). In: HEIDEMANN, F. G.; SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

FIORI, J. L. A propósito de uma “Construção interrompida”. In: TAVARES, M. da C. (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: http://www.fpa.org.br/uploads/Celso_Furtado_e_o_Brasil.pdf

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREY, K. Demokratie und Umweltschutz in Brasilien: Strategien nachhaltiger Entwicklung in Santos und Curitiba. Studien zur internationalen Umweltpunkt, v. 8. Münster: LIT, 1997. In FREY, Klaus **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Número 21 – junho/2000.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2010.

HOFSTAETTER, M. Energia eólica: entre ventos, impactos e vulnerabilidades socioambientais no Rio Grande do Norte. **Dissertação (Estudos Urbanos e Regionais)**, CCHLA, UFRN, Natal, 2016.

IBGE. Biomas e Sistema Costeiro-Marinho do Brasil. In: **Série Relatórios Metodológicos: compatível com a escala 1:250 000**. Volume 45. Rio de Janeiro, 2019.

IPEA. **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. NETO, A. M., BRANDÃO, C. A., CASTRO, C. N de (Orgs.). Rio de Janeiro. IPEA, 2107.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (Versão Preliminar)**. Brasília, agosto de 2006.

PRZEWORSKI, A. **O Estado e a economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SANSON, C. Trabalho e Subjetividade: Da revolução industrial à revolução informacional. Novas configurações. In: **XIII Encontro Nacional da ABET**, Curitiba, 2013.

SANTOS, M. H de C. Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-constituente. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 40, nº 3, 1997.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton [et al]. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 13-21.

SILVA, V. de P. da. (Des)conexão entre grandes empreendimentos, educação e mudança de paradigma: a chave para uma sociedade melhor. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; DA SILVA, C. A.; PIRES, C. L. Z.; DE PAULA, C. Q. **Geografia e conjuntura brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SILVEIRA, M. L. **O território em pedaços**. Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional. Blumenau/SC. Universidade de Blumenau, 2013. p. 1-6.

SOUSA SANTOS, B. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro. CEDI, 1992.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



Parte 3

SEGUNDA RESIDÊNCIA E VILEGIATURA MARÍTIMA

Capítulo 5

NUANCES DE UM TERRITÓRIO COSTEIRO E O PERFIL DO TURISTA DE SEGUNDA RESIDÊNCIA: VILA DE BARRA GRANDE, ILHA DE ITAPARICA, BAHIA

Mirela Carine Santos Araújo
Hélio Mário de Araújo

1 INTRODUÇÃO

O perfil do turista de uma determinada região pode se constituir como fator determinante de impactos positivos e/ou negativos. Na Bahia, por exemplo, o turismo na Ilha de Itaparica se caracteriza através de uma parcela significativa da população voltada para a segunda residência, devido a sua relação de proximidade geográfica com a capital, Salvador.

Dentre os problemas existentes nesta região costeira, percebe-se a identificação da degradação ambiental explicitada na destinação inadequada dos resíduos sólidos espalhados nas margens da rodovia, ruas das vilas e areias das praias de Vera Cruz, os quais motivaram o desenvolvimento desta pesquisa. Diante deste panorama, o objetivo geral é compreender os conflitos e impactos socioambientais provocados pelo turismo de segunda residência na Vila de Barra Grande, localizada no município de Vera Cruz, Ilha de Itaparica, Bahia¹⁵.

Para o cumprimento desse e de outros objetivos específicos utilizou-se distintos procedimentos associados a diferentes técnicas. Neste sentido, priorizou-se, inicialmente, o levantamento bibliográfico e cartográfico, sequenciado pelo trabalho de campo com registros fotográficos, aplicação de questionários e entrevistas direcionadas a diversos atores sociais, destacando-se entre eles os gestores públicos, comerciantes, residentes e turistas de segunda residência.

Neste capítulo, pretende-se apresentar os resultados da pesquisa realizada com os turistas de segunda residência da vila de Barra Grande, delineada pelo objetivo específico de identificar o perfil desse turista em relação ao nível de consciência sobre as questões ambientais e culturais, bem como a sua atuação socioespacial na localidade estudada.

Tendo em vista a influência da sazonalidade do objeto da pesquisa, aplicou-se 50 (cinquenta) questionários semiestruturados aos turistas durante os meses de dezembro de 2013, janeiro e fevereiro de 2014; período considerado de alta-estação, onde há uma maior ocupação das segundas residências, motivada pelo lazer, descanso e férias.

A importância deste estudo se dá por aliar as temáticas do meio ambiente e turismo, analisando não apenas os benefícios, mas os impactos e conflitos em áreas ambientalmente

15 Este capítulo é fruto dos resultados da Dissertação de Mestrado de ARAÚJO, Mirela Carine Santos. Conflitos e impactos socioambientais do turismo de segunda residência na vila de Barra Grande, no município de Vera Cruz-Bahia. 2015. PRODEMA, UFS (Orientador: Prof. Dr. Hélio Mário Araújo).

sensíveis, e que deve incentivar outros pesquisadores na difícil tarefa de estudar formas de minimizar os problemas socioambientais nas regiões costeiras. Neste sentido, a pesquisa além de abordar sobre meio ambiente e turismo na região, contribui com o olhar e participação do turista para compreender aquela realidade.

2 UM MOSAICO SOBRE O CONCEITO DA SEGUNDA RESIDÊNCIA

Assis (2003) afirma que o crescimento das segundas residências no Brasil e o fornecimento de dados estatísticos pelo IBGE, a partir da década de 1970, resultou em algumas análises específicas sobre o fenômeno no país. Estudos pioneiros como o de Odete Seabra, realizado em 1979, sobre os efeitos socioespaciais das segundas residências, a partir da análise dos preços dos terrenos e as formas de ocupação no litoral de Santos-SP; a análise de Mauren Roque, em 1990, sobre a desigualdade social que o fenômeno da segunda residência abarca como manifestação das diferenças nas oportunidades de trabalho e de lazer na Estância Balneária de Guarujá-SP; e o trabalho de Olga Tulik, cinco anos depois, onde se avalia a dimensão e a distribuição das segundas residências, também no Estado de São Paulo, ressaltando as áreas emissoras e receptoras mais expressivas, são algumas dessas primeiras abordagens.

Tulik (2001) também apresenta autores que discutem os conceitos e características das segundas residências e ressalta que existem certas concordâncias entre esses pesquisadores, que podem ser observadas empiricamente. Ela exemplifica, destacando que a ideia de segunda residência se contrapõe a de residência permanente, também denominada de principal, normal ou primária.

Nesta perspectiva, o ocupante da residência secundária deve, obrigatoriamente, habitar outro domicílio, considerado o principal. Por isso, justifica-se também a denominação de uma residência turística, por apresentar um dos componentes básicos do turismo, o deslocamento por mais de 24 horas, envolvendo pernoite, razão principal de um alojamento turístico para uso no tempo livre.

A temporalidade na ocupação, ainda segundo Tulik (2001), corresponde a outra concordância entre os autores. Ninguém reside, permanentemente, em residência secundária, mas pode ocupar esse espaço por períodos mais ou menos prolongados em função do tempo livre, da disponibilidade financeira e da distância da residência principal. Estes e outros fatores contribuem para explicar as concentrações de residências secundárias em algumas áreas, já que

residência secundária, portanto, opõe-se à residência principal e sua utilização compreende o uso temporário por períodos que podem ser prolongados ou não. Alguns autores observam que o uso pode ser repetido, mas não consecutivo por período superior a um ano, o que estabelece o já mencionado vínculo territorial e certo paralelismo com

a definição aceita para turista, fato que reforça a noção da residência secundária como alojamento turístico. Residência secundária, portanto, é um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer, por pessoas que tem domicílio permanente em outro lugar (TULIK, 2001, p. 9).

Por outro lado, Assis (2012) apresenta a segunda residência a partir do contexto da hipermobilidade, consequência da globalização, que propicia a produção de novas formas de viagem e de moradia na atualidade. O autor defende que são as novas formas de mobilidade que alteram a relação espaço-tempo e também os sentidos de morar e viajar; e argumenta ainda que:

as segundas residências se incluem entre essas novas moradias, já que, mesmo sem perder seu velho uso para veraneio de final de semana, passam a abrigar novos usuários que adquirem um segundo domicílio em outro país onde permanecem por longas temporadas comportando-se como turistas e imigrantes (ASSIS, 2012, p. 18).

Percebe-se que o enfoque dado por Assis (2012) sobre a segunda residência está relacionado ao turismo e setor imobiliário direcionado ao turista estrangeiro, que vem representando uma significativa modalidade em algumas realidades turísticas brasileiras. A hipermobilidade defendida por Assis (2012) é um fator que merece destaque, tendo em vista que esta facilidade do deslocamento proporciona novas territorialidades, possibilitando que as pessoas adquiram imóveis nas mais diferentes partes do mundo.

O referido autor ainda faz uma interessante reflexão sobre o conceito de Turismo Residencial, considerado como moradias transnacionais intensificadas a partir dos anos 1970 e realizada inicialmente por aposentados europeus. No Brasil, esse tipo de turismo ganhou evidência principalmente na região Nordeste a partir dos anos 1990, com a intensificação dos investimentos oriundos do PRODETUR-NE.

Assis (2012, p. 19) afirma que o litoral dessa região tem recebido investimentos e visitantes que produzem novas territorialidades através de equipamentos e enclaves turísticos que ora convivem, ora se chocam com os gêneros de vida da população local. Ele ainda acrescenta que o efeito desse embate sobre a organização do espaço litorâneo “é uma des-territorialização de velhos e novos territórios que convivem e se conflitam num permanente (re) fazer-se, ou seja, numa multiterritorialização”.

Portanto, a segunda residência estabelece relações sociais mais amplas que não se restringem apenas ao veraneio tradicional da classe média local, e por isso também incorpora o fenômeno do turismo residencial praticado por estrangeiros que adquirem residências em outros países (considerado por Assis como multiresidências), onde passam a vivenciar uma multiterritorialidade, quase sempre conflitante pelo choque de interesses e de identidades criados com o novo território.

Diante dessa discussão, a terminologia mais pertinente a ser utilizada, partindo da perspectiva do que Assis (2003; 2012) apresenta sobre esse tipo de turismo, parece ser a da residência secundária ao tratar do turista estrangeiro, tendo em vista que a segunda residência, neste caso, torna-se desapropriada, considerando que o perfil do turista estrangeiro apresentado por ele, é de alto padrão aquisitivo e possui, geralmente, mais de duas residências, caracterizando o que ele chama de multipropriedades e multiresidências.

Porém, para esta pesquisa, adotou-se a terminologia da segunda residência apresentada por Tulik (2001), devido ao perfil do turista que retrata a realidade estudada, geralmente de origem local, caracterizada por um turista da classe média soteropolitana e do Recôncavo Baiano.

A segunda residência no Brasil também representa uma realidade muito diversa e plural. Muitos desses turistas, nacionais e internacionais, encontram no país as condições propícias para adquirirem esses tipos de residências pois, conforme ressalta Yázigi (2007), o Brasil dispõe de um litoral extenso e gracioso que também nos impõe uma imensa responsabilidade.

Diante de todo o potencial da região costeira, a profusão desse tipo de residência turística no Brasil apresenta condições competitivas internas, tem boa margem de elasticidade de preços para competir no mercado internacional e, mediante investimentos em infraestrutura, proteção ambiental e planejamento econômico, pode ser forte gerador de divisas e desenvolvimento para o país (SILVA, 2012). Nesse sentido,

Visando orientar as tendências de uso e ocupação e administrar os conflitos socioambientais oriundos da proliferação das segundas residências, é evidente a necessidade de um gerenciamento integrado da zona costeira em busca de um equilíbrio ambiental, econômico, político, social e cultural (SANTOS; VILAR, 2014, p. 78).

Dessa forma, é necessário ampliar as políticas de turismo voltadas para o litoral brasileiro, bem como aumentar os investimentos, planejamento e ordenamento sustentável das áreas costeiras, para que o país possa apresentar reais condições competitivas para beneficiar-se de um desenvolvimento sustentável decorrente dessa atividade econômica, buscando também reduzir seus impactos socioambientais.

3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NUM TERRITÓRIO COSTEIRO BAIANO

Existem três elementos que determinam a chamada litoralização, caracterizada como a interface do processo de industrialização, urbanização e turismo: a natureza, a sociedade e a economia. Esse processo de litoralização é perceptível em grande parte do litoral brasileiro, e é utilizado de múltiplas formas.

Nesse sentido, faz-se necessário uma análise diferenciada, buscando compreender a interação desses três elementos:

A perspectiva da análise integrada da paisagem é considerada como uma abordagem que dá particular atenção à dimensão da relação sociedade-natureza, à incorporação do elemento humano, suas ações e interferências na paisagem de forma a buscar a compreensão dos fenômenos naturais e sociais no contexto das interações (OLIVEIRA; MELO e SOUZA, 2013, p. 59).

Dito isso, é possível apreender a importância da análise integrada das áreas costeiras, a partir de uma compreensão das interações socioespaciais que acontecem nesses espaços, a exemplo da Ilha de Itaparica. A análise dos problemas e impactos socioambientais pode ser melhor entendida a partir do estudo dessas interações, que tem seus reflexos no ambiente.

Aliadas a esse contexto, outras questões são levantadas por Oliveira e Melo e Souza (2013), como as transformações e impactos advindos do turismo, que precisam ser evitados:

O turismo e todas as atividades atreladas necessitam de um planejamento para evitar impactos ambientais como: a elevação dos níveis da poluição; destruição de ecossistemas costeiros e marinhos; redução na disponibilidade de água doce em função do aumento da demanda; ocupação de áreas de relevante importância ambiental e impedimento do fluxo de matérias entre ecossistemas costeiros (ALMEIDA; PEREIRA (2009) *apud* OLIVEIRA; MELO e SOUZA, 2013, p. 62).

Além disso, no tocante aos impactos sociais gerados pelo turismo, deve-se citar a privatização dos espaços públicos; infraestrutura ociosa durante a baixa temporada; deslocamento das comunidades costeiras para o interior; interferência na atividade pesqueira; degradação da identidade cultural de grupos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais; degradação de referências culturais e históricas; e, inclusive, incentivo à exploração sexual.

É notória a presença desses impactos em diversas localidades costeiras brasileiras. Na Ilha de Itaparica, e mais precisamente no município de Vera Cruz, percebe-se a dificuldade latente dos atores sociais em planejar e gerir a atividade turística de forma articulada e sustentável.

Os problemas se agravam com a expansão de casas de veraneio e o consequente aumento do número de visitantes e turistas de segunda residência nos períodos de alta estação, férias e feriados prolongados, gerando conflitos socioambientais de grande representatividade, a exemplo do volume de resíduos sólidos gerados e a intervenção inadequada em terrenos de marinha, como pode ser observado na figura 1.

Figura 1: Contenção de maré às margens da praia, em Barra Grande, Vera Cruz - BA.



Crédito fotográfico: Mirela Carine Santos Araújo/2013.

Esses impactos tem uma repercussão cada vez mais negativa nos ambientes costeiros, como apontam Oliveira; Melo e Souza (2013,) através da ocupação desordenada e crescimento turístico desenfreado que, cada vez mais, acentuam o mosaico de desigualdades constituindo-se num modelo de exploração calcado na intensificação dos usos e na degradação de ecossistemas. Ações que, em regra, não são instrumentalizadas por processos de decisão baseados no conhecimento das dinâmicas naturais e sociais, não envolvem projeções futuras e assim acabam incorporando práticas equivocadas de gestão do território.

Nos dias de hoje, ainda é possível observar relevantes problemas e conflitos nestes espaços ambientalmente sensíveis. A propósito, Vieira (2008) aponta algumas alterações nas zonas costeiras, pois:

a proximidade de regiões litorâneas com grandes centros urbanos costeiros, ou sob a influência das metrópoles interiores, passam a ter sua paisagem rapidamente transformada. Estas transformações têm ocorrido pela expansão de suas áreas urbanas, devido à facilidade de acesso, aos loteamentos turísticos ou novos loteamentos residenciais, até mesmo com a verticalização de suas áreas centrais, ou de suas orlas litorâneas (VIEIRA, 2008, p. 20).

Na vila de Barra Grande, município de Vera Cruz, a problemática do gerenciamento costeiro é visível. Existe uma insatisfação manifesta de moradores locais quanto aos problemas decorrentes do turismo, dentre eles o abastecimento irregular de água na alta

estação, privatização indireta das praias pelos comerciantes locais e condomínios de segunda residência, deficiência do gerenciamento dos resíduos sólidos, dentre outros.

Quanto ao descontentamento relatado nas falas dos moradores locais, Oliveira e Melo e Souza (2013) explicam que impactos ambientais e sociais, em regra, compõem o cenário da urbanização; e que o aumento nos índices de urbanização geralmente não é acompanhado da oferta de saneamento básico, de habitação, de saúde pública e de transporte. Lamentavelmente, o que se nota é um aumento da pressão sobre os sistemas naturais causando impactos decorrentes, por exemplo, da elevação dos níveis de poluição do solo, dos rios, do desmatamento e da ocupação de áreas de relevante interesse ambiental.

Neste sentido, os impactos tendem a gerar conflitos socioambientais relevantes entre os atores sociais envolvidos no turismo, além de refletir negativamente na própria atividade turística. O gestor público municipal, neste caso, detém um papel fundamental de planejamento e organização do turismo nas localidades e poderá envolver a comunidade em algumas etapas desse processo, contribuindo para a conservação e preservação destas áreas.

Sampaio (2004) compreende que o planejamento participativo tem a finalidade de recuperar a participação da sociedade, de modo que o cidadão contribua na elaboração das ecoestratégias, desde a informação até a execução da ação proposta, transformando a sociedade civil num terceiro sistema, na medida em que toma consciência de si mesma, de sua importância e começa a interpelar-se e a conhecer-se.

Porém, durante a pesquisa de campo, ao percorrer as ruas e praias da vila de Barra Grande foi possível perceber a ineficiência da gestão pública, quanto aos problemas socioambientais daquele território costeiro. Embora existam patrimônios naturais, culturais e históricos relevantes, com casas voltadas para o veraneio, observou-se também a falta de infraestrutura para um turismo sustentável.

Dentre outros aspectos, essa percepção é obtida também através dos acessos à vila e às praias, que são realizados por ruas estreitas, sem asfaltamento, com buracos e resíduos sólidos espalhados por suas extensões, como verifica-se na figura 2.

Figura 2: Precariedade do acesso às praias de Barra Grande, Vera Cruz - BA.



Crédito fotográfico: Mirela Carine Santos Araújo/2013.

Nota-se, entretanto, que essa realidade também é constatada ao longo da costa brasileira, como comenta Yázigi (2007, p. 123):

As marcas do descuido ao longo da costa brasileira são tantas que parecemos nos aproximar do ponto em que a volta será impossível. Há virtudes naturais, históricas e culturais que, após certo grau de descaracterização, tornam-se irrecuperáveis. É preciso, entretanto, que se afirme desde já uma advertência: a proteção de nosso patrimônio não se faz por decreto ou por boas intenções que jamais tomam corpo. Depende sobretudo de atitude política, com efeitos de médio e longo prazos.

É neste contexto que a discussão sobre turismo, impactos e conflitos socioambientais se torna cada vez mais ampla e complexa; tendo como uma de suas alternativas a necessidade de maior articulação entre os atores sociais, de forma a reduzir os descuidos com os territórios costeiros.

Com o intuito de compreender como estas interações se dão nos espaços e territórios da segunda residência, faz-se necessário debruçar-se em torno das características e particularidades dos atores sociais envolvidos, esclarecendo como tem se dado a expansão desses tipos de residência na Ilha de Itaparica, Bahia.

4 UM PERFIL DO TURISTA DE SEGUNDA RESIDÊNCIA: ILHA DE ITAPARICA-BAHIA

Apesar de ainda existir um ideário das ilhas como redutos do mundo selvagem, o que se observa em determinados casos é o consumo e uso desregrado desses ambientes frágeis, de forma intensiva e descuidada. E nesse contexto, o turismo de segunda residência se constitui numa dessas atividades que causam mudanças significativas nesses espaços. Exemplos dessa realidade são os condomínios fechados que são construídos dando novas feições ao litoral brasileiro, e até mesmo privatizando áreas que outrora eram de uso comum.

A vila de Barra Grande, localizada no município de Vera Cruz, Ilha de Itaparica-Bahia, é um desses territórios que congrega uma quantidade expressiva de casas e condomínios de segunda residência (Figura 3), e apresenta impactos decorrentes do volume excessivo de turistas, principalmente em determinados períodos do ano, como a alta estação.

Figura 3: Condomínio Enseada do Arauá em Barra Grande, Vera Cruz - BA.



Crédito fotográfico: Mirela Carine Santos Araújo/2013.

Diante desse cenário, é importante pesquisar os aspectos sociais que interagem com os físicos, procurando as respostas para determinados problemas socioambientais da ilha. Neste sentido, buscou-se compreender alguns aspectos e características sobre o perfil do turista de segunda residência que frequenta este importante destino turístico baiano.

Quanto à origem, verificou-se que parte dos turistas são, principalmente, de Salvador (31%) e Santo Antônio de Jesus (27%), certamente devido à relação de proximidade geográfica com a ilha. A segunda residência, segundo Silva (2012), em geral está localizada próxima do

domicílio permanente, no entorno de importantes polos emissores, predominando o interesse por áreas de praias. Além disso, as condições paisagísticas e climáticas desempenham também importante papel na escolha do local onde elas estão instaladas.

Quanto aos aspectos socioeconômicos dos turistas, observou-se que parte significativa dos entrevistados (30%) possui idade acima dos 58 anos, com 54% pertencendo ao sexo feminino. Isto demonstra que as mulheres estão ocupando, cada vez mais, maiores espaços no mercado de trabalho, possibilitando a melhoria da renda familiar, bem como a possibilidade de alcance da qualidade de vida através da atividade turística.

Sobre a escolaridade, por exemplo, em contraposição aos moradores locais, notou-se uma média maior de pessoas com o nível superior completo (20%) e com pós-graduação (4%), demonstrando um certo grau de instrução para uma faixa representativa desse público. No entanto, apesar de grande parte dos turistas possuírem um nível médio a alto de escolaridade, essa formação não tem se revertido em benefícios socioespaciais para a ilha. Nota-se uma certa indiferença quanto aos problemas vivenciados naquele território.

Aliado a isso, quanto à renda familiar, apresentam-se duas realidades que merecem destaque: 36% dos entrevistados possuem uma renda familiar que gira em torno de 01 a 03 salários mínimos, enquanto 32%, possui renda superior a 11 salários mínimos. Este quadro é resultante de uma seletividade dos espaços (CORRÊA, 2001), provavelmente decorrente de onde foram aplicados os questionários: casas de segunda residência da vila, com padrão econômico mais simples; e casas no condomínio Arauá, com padrão de renda mais elevado. É importante lembrar também que nas últimas décadas, as pessoas de baixa renda obtiveram melhorias nas condições de acesso a bens e serviços, dentre eles o turismo.

Outro dado relevante é que 70% dos imóveis visitados são próprios. Isso se dá, provavelmente, porque o turismo de segunda residência nas proximidades da primeira residência se torna cada vez mais uma tendência, devido às facilidades de manutenção e acesso. Além disso, a Ilha de Itaparica, com toda a sua atratividade paisagística, se constitui como um destino importante desse tipo de turista. Porém, mais uma vez, mesmo com um alto percentual de moradores temporários em Barra Grande, eles não apresentam um forte vínculo territorial com a ilha, a ponto de se envolverem com as questões apontadas.

Sobre a frequência de utilização das casas de veraneio, verificou-se que há uma regularidade durante o ano, já que 34% dos entrevistados utilizam o imóvel durante as férias e finais de semana, sendo que 26% frequentam mensalmente o destino Barra Grande. Tulik (2001) explica que ninguém reside permanentemente em residência secundária, no entanto, pode ocupar esse espaço por períodos mais ou menos prolongados, em função do tempo livre, da disponibilidade financeira e da distância da residência principal. Ao que tudo indica, isso também ocorre em Barra Grande.

Neste sentido, constatou-se que o período de maior ocupação acontece nos meses de dezembro a fevereiro (84%), considerado de alta estação e férias, e de maior deslocamento de

pessoas, movidas pelo turismo, lazer e descanso. São nestes meses também que foram registradas as maiores queixas dos moradores locais, em decorrência do alto volume de lixo e da poluição sonora, gerada pela expressividade do número de turistas na localidade, proporcionando conflitos entre esses atores.

Quanto às maiores motivações da família e amigos para a utilização da segunda residência, obteve-se 59% da amostra movidos por passeio e lazer e 36% para descanso nos finais de semana, com menores percentuais para o ócio (1%) e moradia (2%). Segundo Tulik (2001), ao mesmo tempo que existe no centro emissor fatores (necessidade de descanso e lazer) que estimulam a procura por este tipo de residência, o espaço receptor detém características capazes de atrair (atrativos naturais e culturais), a ponto de justificar um vínculo territorial e psicossociológico, que estimulam uma maior frequência nestes tipos de residência turística.

Sobre os serviços e produtos utilizados pelo turista em Barra Grande destacam-se: mercearias/padarias (16%), mercados (15%) e compras com vendedores autônomos (12%). Quanto aos turistas com casas no condomínio Arauá, que detém maior poder aquisitivo, notou-se que eles evitam utilizar os serviços da vila, e trazem a maioria de suas mercadorias de Salvador ou compram em Mar Grande, sede administrativa municipal. Esse comportamento sugere uma postura elitista, ao mesmo tempo em que pressupõe uma necessidade de distanciamento desse público, evidenciado pelo baixo envolvimento e contato direto com a comunidade local. Além disso, essa atitude desestimula a economia, causando impactos negativos, como o arrefecimento da circulação de renda no município.

Por outro lado, sobre a utilização de mão-de-obra para manutenção das casas de segundas residências, notou-se que estes turistas utilizam os serviços de pedreiros (33%), caseiros (22%), diaristas (22%), jardineiros (15%) e piscineiros (6%) da comunidade. Esses dados confirmam alguns dos benefícios que o turismo pode proporcionar, como a geração de emprego que permite maior circulação de renda a partir da manutenção permanente destas casas de veraneio.

É importante ressaltar também que 58% dos entrevistados acreditam na contribuição do turismo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade local. Por outro lado, 36% afirmaram que a atividade não contribui, porque o turismo gera muitos problemas e conflitos em Barra Grande. Provavelmente, as deficiências e lacunas da gestão municipal para o desenvolvimento ordenado do turismo em Barra Grande, terminam gerando estas duas percepções díspares nos turistas.

Apesar dos conflitos decorrentes da atividade turística em Barra Grande, a amostra confirma que existe uma boa percepção do turista em relação à comunidade local, tendo em vista que 84% dos mesmos consideram a comunidade muito acolhedora.

Outro dado a ser considerado é que 28% dos turistas consultados avaliam que os moradores não cuidam do lixo. Muitos reclamam sobre a quantidade de lixo que é despejada na pista de acesso às vilas (BA-001), além da forma como estão acondicionados, muitas vezes espalhados nas vias de acesso às praias. Esta situação denota a fragilidade do ordenamento territorial, bem como a ausência de projetos de gestão de resíduos sólidos e de educação ambiental voltados

para turistas e comunidade local, que poderiam minimizar os problemas levantados.

Aliado a essas reclamações, o jornal A Tarde flagrou, em janeiro de 2014, período de alta estação na Ilha de Itaparica, “montes de lixo no acostamento”, destacando que o quadro mais grave foi encontrado nas localidades de Conceição, Barra Grande e Aratuba, vilas do município de Vera Cruz, Bahia.

Neste panorama, outra situação que merece uma atenção dos gestores é quanto à coleta dos resíduos sólidos. Embora a comunidade tenha apresentado uma satisfação quanto a esse serviço, na alta estação o quadro é preocupante pois 81% dos turistas entrevistados consideraram o serviço de coleta de lixo ruim. Os turistas reclamam também da sujeira nas praias (Figura 4), e dizem ser necessário aumentar a frequência da limpeza e coleta. Percebe-se, mais uma vez, que a ausência de um trabalho de sensibilização para educação ambiental, resultante da desarticulação entre os atores sociais, proporciona um certo abandono quanto às questões do gerenciamento costeiro em âmbito local.

Figura 4: Resíduos sólidos nas praias de Barra Grande, Vera Cruz - BA.



Crédito fotográfico: Mirela Carine Santos Araújo/2013.

Com isso, existe também a reclamação quanto ao serviço de limpeza pública: 60% da amostra avaliaram o serviço como ruim e somente 38% ponderaram como bom. Nota-se que essa situação foi justificada pelos turistas que disseram ter melhorado a limpeza nos últimos anos, mas que ainda continua insuficiente, principalmente nas praias.

Os impactos ambientais surgem, principalmente, em decorrência das questões destacadas anteriormente. Portanto, em Barra Grande, constatou-se que os problemas

ambientais mais recorrentes são resultantes das praias sujas (32%), excesso de lixo (29%) e esgotamento sanitário (16%).

Nota-se que esses problemas impactam negativamente o meio ambiente, além de proporcionar prejuízos para a qualidade de vida da comunidade local e dos turistas. Santos (2001) enfatiza que o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, é um misto, um híbrido. A proposta do turismo sustentável se embasa justamente numa gestão articulada do espaço geográfico, buscando conciliar as esferas ambiental, sociocultural e econômica, de forma a reduzir os impactos causados pela atividade.

Toda essa problemática, segundo relatos do secretário municipal de Turismo, se deve porque o município, que normalmente presta assistência à 3.000 pessoas, passa a ter que dar conta de 30.000 usuários durante o verão, dificultando a prestação dos serviços básicos de infraestrutura, como fornecimento de água, energia e limpeza. Isso demonstra, por outro lado, o despreparo da gestão pública em regular a atividade turística de forma sustentável, gerando insatisfação e conflitos entre munícipes e turistas. Essa situação pode ser equacionada com um estudo e delimitação da capacidade de carga da ilha, através de maior controle do acesso de pessoas, como acontece no arquipélago de Fernando de Noronha.

É notório que, a partir dos problemas elencados, os gestores municipais necessitam atuar com mais efetividade na ampliação dos serviços públicos; além de proporcionar programas de educação ambiental que sensibilizem a comunidade local e os turistas para assumirem a sua parte diante das questões levantadas, compartilhando os cuidados com este ambiente costeiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi possível delinear alguns aspectos relevantes sobre o perfil do turista que frequenta a Ilha de Itaparica, bem como a sua interação socioespacial nesta localidade. Percebe-se que o meio ambiente pode ser melhor compreendido quando analisado de forma sistêmica. Esse entendimento fundamenta a sustentabilidade dos ativos naturais, pois permite que a análise ambiental seja feita de forma integradora, tendo em vista que os entes da natureza estão em constante processo de interação.

Sobre as características vinculadas ao imóvel, constatou-se que a maioria é de propriedade individual, e apresenta uma frequência de utilização predominante durante as férias, feriados, feriadões e finais de semana, com destaque para o verão, motivados por passeio e lazer.

Quanto à utilização dos serviços e produtos, os turistas apresentam, por um lado, um baixo consumo de produtos locais em mercados, mercearias e padarias; mas por outro, uma alta utilização dos serviços para manutenção da propriedade, como pedreiros, diaristas, jardineiros e piscineiros.

Em relação às questões socioambientais, é notável a reclamação dos turistas quanto aos problemas resultantes da infraestrutura básica, como precariedade dos serviços de limpeza

pública, coleta de lixo, saneamento básico e sujeira nas praias. Percebe-se também que os turistas de segunda residência compreendem os problemas ambientais resultantes da ação antrópica, muito embora às vezes se eximam de sua cota de responsabilidade sobre este território.

Os resultados deste estudo demonstram, portanto, a complexidade dos processos socioambientais em ambientes sensíveis, como a Ilha de Itaparica, que atende a diferentes dinâmicas, e que parecem se materializar com os aspectos comuns de degradação ambiental apresentados em outras áreas ambientalmente frágeis.

Observou-se duas realidades distintas em Barra Grande: uma em que o turismo contribui para a geração de trabalho e renda na comunidade, e a outra que retrata o agravamento dos impactos socioambientais decorrentes, principalmente, do excesso de resíduos sólidos gerados em decorrência de um turismo desordenado. Dessa forma, os resultados mostram a necessidade de ampliação da atuação da gestão pública na vila de Barra Grande, principalmente quanto à melhoria da infraestrutura turística e dos serviços de limpeza e coleta do lixo, especialmente nas praias.

Outro aspecto relevante é a ausência de envolvimento dos atores sociais nos problemas socioespaciais do território costeiro de Vila Barra Grande. O estudo mostra que existe uma desarticulação entre os referidos atores, gerada pela ausência de organização coletiva e de ações integradas voltadas para o turismo e o meio ambiente, dificultando a efetivação de um turismo sustentável.

Resultado disso, é que os turistas reconhecem os problemas causados pelo turismo na localidade, tem uma boa convivência com a comunidade, mas não assumem a sua cota de responsabilidade com a preservação e cuidado com os espaços que desfrutam. Percebe-se, dessa forma, que esse perfil de turista de segunda residência de Barra Grande não tem contribuído efetivamente para ampliar a aproximação e articulação entre os atores sociais locais, em busca de um turismo sustentável.

Com referência à área investigada, assim como o município de Vera Cruz como um todo, ficou claro que as referidas localidades necessitam primeiramente do ordenamento político-administrativo por meio da atuação dos gestores públicos, da efetivação de políticas regulatórias e de ações sistêmicas que promovam o bem-estar social, através de uma gestão ambiental compartilhada. Diante deste cenário, o turismo sustentável apresenta-se como uma alternativa para os municípios costeiros realizarem a atividade de forma responsável, atendendo as necessidades de preservação ambiental e sociocultural dos espaços onde se desenvolve.

Neste sentido, a formalização de parcerias que contemplem o uso dos instrumentos legais e de outras técnicas menos ortodoxas, para a promoção de uma educação ambiental, pode viabilizar novos arranjos, que deverão reverter-se em conquistas sociais, ambientais, políticas, culturais, éticas e, obviamente, econômicas.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. C. S.. Conflitos e impactos socioambientais do turismo de segunda residência na vila de Barra Grande, no município de Vera Cruz-Bahia. **Dissertação de Mestrado – PRODEMA**, UFS, 2015. 119p.
- ASSIS, L. F. de. Turismo de segunda residência: a expansão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro – Ano VII, nº 11, 12 e 13, set./out., 2003.
- ASSIS, L. F. de. Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade: Camocim/CE. (**Tese de Doutorado**). São Paulo, 2012, USP. 279 p.
- CORRÊA, R. L.. Espaço, um conceito chave da Geografia In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C da C.; CORRÊA, R. L.. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 15-47.
- OLIVEIRA, A. C. C. de A.; MELO e SOUZA, R.. Proposta de usos recomendados como subsídio ao ordenamento do espaço costeiro. In: **Conservação Ambiental e Planejamento Territorial: desafios da gestão e da participação social**. In: MELO e SOUZA, R.; SILVA, M. do S. F. da (Orgs.) Porto Alegre: Redes Editora, 2013, p. 59-73.
- SAMPAIO, C. A. C.. **Desenvolvimento Sustentável e Turismo: implicações de um novo estilo de desenvolvimento humano na atividade turística**. – Blumenau: Edifurb; Florianópolis: Bernúncia, 2004.
- SANTOS, P. P. dos; VILAR, J. W. C.. A segunda residência no litoral sergipano: conflitos territoriais e ambientais. In: VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Orgs.). **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: IFS, 2014, p. 53-82.
- SILVA, K. de O.. **A residência secundária no Brasil: dinâmica espacial e contribuições conceituais**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012.
- TULIK, O.. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2001.
- VIEIRA, I.. Turismo de segunda residência em Praia Grande, SP. **Dissertação de Mestrado em Geografia Humana** – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2008, 230f.
- VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L.. A dinâmica sócio-demográfica e os conflitos territoriais no litoral sul de Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAÚJO, H. M. de (Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010, p. 98-119.
- YÁZIGI, E.. O litoral como patrimônio natural e cultural. In: _____. **Turismo e patrimônio cultural**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 123 - 130.

Capítulo 6

A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PELA SEGUNDA RESIDÊNCIA NA ZONA COSTEIRA DO PIAUÍ

Fabiana da Silva Pessoa
Alexandre Queiroz Pereira
Enos Feitosa de Araújo

1 INTRODUÇÃO

A Zona Costeira (ZC) brasileira até o século XIX era território destinado predominantemente às práticas marítimas tradicionais (pesca, porto, comércio e defesa). Mediante as mudanças culturais, econômicas e tecnológicas transcorridas em escala global, novas práticas socioculturais e atividades econômicas intensificaram a urbanização dos territórios costeiros, onde se reproduzem relações da população com o mar, aqui denominada de maritimidade moderna (DANTAS, 2010), sobretudo, a partir da instituição de novas práticas marítimas e de lazer (os banhos de mar, a vilegiatura marítima e o turismo), que se configuram como indutoras da urbanização da ZC. Vários estudos apontam uma estreita relação entre urbanização, vilegiatura marítima e segunda residência (DANTAS, 2010; MORAES, 2007; PEREIRA, 2006, 2013).

A ZC no Piauí coincide com o território de quatro municípios defrontantes com o mar - Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia - que juntos somam 66 km de linha de costa, correspondente a aproximadamente 1% da extensão costeira nacional, marcada, contudo, pela diversidade natural de ecossistemas (MMA, 2018). Apesar da reduzida linha de costa, distante cerca de 330 km da capital, Teresina, a ZC piauiense apresenta destaque no contexto econômico, histórico e social do Estado desde sua ocupação e formação territorial, que remonta à segunda metade do século XVIII (ALVES, 2003).

Nestes espaços litorâneos são comuns atividades como a pesca artesanal, cata do caranguejo, extração da carnaúba, artesanato, fruticultura irrigada, agroindústria de derivados do leite, carcinicultura e produção de energia (BRASIL, 2004). Contudo, os setores que mais geram empregos formais são o comércio, os serviços, o turismo e a administração pública (BRASIL, 2017). Esses setores têm propiciado a intensificação da urbanização e a valorização das zonas de praia. Sob um olhar empírico, reforçado por dados institucionais referente ao número de Domicílios de Uso Ocasional (DUO), entende-se que a vilegiatura marítima é um vetor preponderante nos espaços urbanos da ZC do Piauí.

Tal contexto justifica a presente pesquisa cujo o objetivo é interpretar a espacialidade e as características das segundas residências nos espaços urbanos da ZC do Piauí. Em termos metodológicos, as atividades foram levadas a cabo a partir de trabalho de campo, na qual foram

identificados espaços urbanos dos municípios em estudo e caracterizados os elementos fixos e materiais da segunda residência, os tipos de DUO, características do imobiliário, estado de conservação, acessibilidade (tipos de vias), proximidade de equipamentos e serviços e acesso às praias. A investigação se baseou em referências bibliográficas, entrevistas com moradores, donos de pousadas e gestores técnicos.

Assim, pretende-se apresentar a espacialidade das segundas residências, entendidas como um importante vetor indutor da urbanização em espaços costeiros, pois se trata de uma estrutura fixa e material que permite a prática da vilegiatura marítima, o fluxo de pessoas, capital e serviços, que juntos exigem infraestrutura do poder público, e assim (re)produzem espaços urbanos e promovem a urbanização deste território.

2 ZONA COSTEIRA, URBANIZAÇÃO E SEGUNDA RESIDÊNCIA

São diversas as definições de zona costeira. Algumas são baseadas nas características físicas, enquanto outras compreendem aspectos demográficos, ecológicos e geográficos. Como explica Lavallo *et al.* (2011), a ZC, em termos gerais, é percebida como uma interface terra-mar, mas é difícil estabelecer uma definição universal, pois a delimitação de suas fronteiras geográficas depende dos objetivos do estudo e da legislação de cada país.

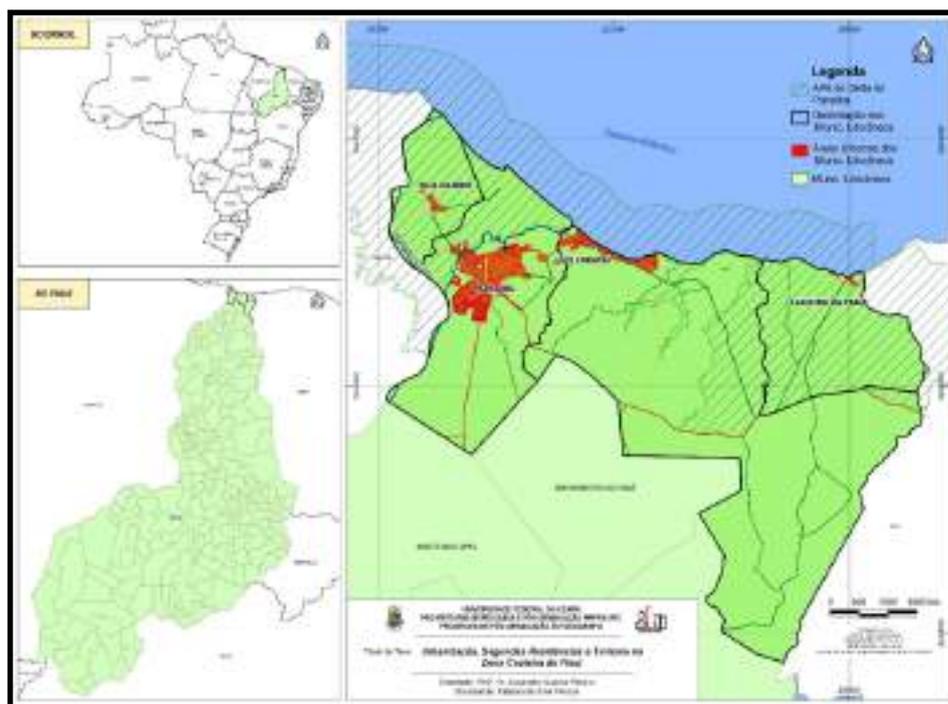
No Brasil, a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) considera como ZC o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo: i) Faixa Marítima - que se estende até as 12 milhas náuticas estabelecidas de acordo com a convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; e ii) Faixa Terrestre - formada pelos municípios que sofrem influência direta dos fenômenos da Zona Costeira, a saber:

- a) os municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem desta classe, estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE);
- b) os municípios não defrontantes com o mar que se localizem nas regiões metropolitanas litorâneas;
- c) os municípios contíguos às grandes cidades e às capitais estaduais litorâneas, que apresentem processo de conurbação;
- d) os municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades ou infraestruturas de grande impacto ambiental sobre a Zona Costeira, ou ecossistemas costeiros de alta relevância;
- e) os municípios estuarinos-lagunares, mesmo que não diretamente defrontantes com o mar, dada a relevância destes ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea;
- f) os municípios que, mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores (CIRM, 1997, p. 2-3).

A delimitação da ZC determinada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), aprovada através da Portaria Nº 461, de 13/12/2018, e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 17/12/2018, é aqui considerada como referência por atender aos fins desta pesquisa. Assim, o

recorte espacial compreende os municípios de Ilha Grande, Parnaíba, Luís Correia e Cajueiro da Praia, que juntos formam a ZC do Estado do Piauí (Figura 1).

Figura 1: Localização dos municípios da zona costeira piauiense.



Fonte: Adaptado de IBGE (2010).

É importante ressaltar que, apesar da urbanização geralmente associar-se à concentração de pessoas e disponibilidade de serviços diversos, seja público ou privado, a delimitação legal deste território obedece ao Decreto-Lei nº 311, de 02/03/1938, que instituiu a distinção entre zona urbana e rural a partir de critérios políticos-administrativos e estabeleceu que todas as cidades e vilas, também denominadas de sedes de municípios e distritos, compõem os espaços urbanos, e o que lhes é externo compõe os espaços rurais, cujos limites são determinados por leis municipais.

Na ZC nacional e, por extensão, na piauiense, tais aspectos ultrapassam os limites legais da zona urbana e se estendem ao longo dos espaços litorâneos, que além da concentração populacional, apresenta concentração de segundas residências, de estabelecimentos de meios de hospedagem e de serviços voltados para o turismo e o lazer, além de outras diversas atividades econômicas.

A zona costeira é aqui considerada território usado, sinônimo de espaço geográfico. Tal consideração baseia-se no pensamento de Santos (2012, p. 138) ao considerar que “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”. Nesse sentido, “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o

objeto de análise social” (SANTOS, 2012, p. 137). Assim, o território usado se apresenta como peça-chave para entender o presente, uma vez que “o processo territorial se desenvolve no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território” (RAFFESTIN, 2009, p. 31).

Segundo tal raciocínio, este estudo considera a ZC piauiense como possuidora de condicionantes históricos, socioculturais, econômicos e políticos, cuja análise dos vetores da urbanização reconhece suas heranças por serem cruciais na compreensão do atual cenário urbanístico do recorte territorial aqui em questão.

Segundo Assis (2012), segundas residências são habitações temporárias de lazer que se localizam, em geral, em áreas dotadas de atrativos naturais (campo, praia, montanha) não muito distante da primeira residência. Sob essa lógica, entende-se que a proximidade entre a primeira e segunda residência permite uma utilização recorrente criando-se um elo com o lugar, pois, como explica Araujo (2011), a segunda residência é um alojamento particular, utilizado temporariamente nos momentos de lazer por pessoas que têm domicílio permanente em outro lugar, cujo tempo de permanência está associado à disponibilidade financeira e tempo livre, além da distância do domicílio principal.

Tulik (2001) corrobora com tal pensamento, e afirma que as segundas residências estabelecem um claro elo “origem/destino” entre as cidades emissoras e as cidades receptoras. Araujo (2011) explica que a cidade emissora há de ter infraestrutura como rodovias e estradas em bom estado, que possibilitem a emissividade, e as cidades receptoras necessitam de atrativos turísticos que justifiquem o vínculo deste tipo de turista com o lugar, que geralmente estabelece relações socioculturais com a comunidade.

Contudo, é importante ressaltar que os estudos sobre segundas residências abrangem diversos trabalhos tanto no contexto nacional quanto internacional, considerando a relação com a mobilidade turística (HALL E MULLER, 2004; HALL E PAGE, 2007), os contextos regionais (ELLINGSEN & HIDLE, 2013), envelhecimento da população, geração de renda e desenvolvimento econômico (HOOGENDOORN & VISSER, 2011), até as transformação de paisagens rurais ou peri-urbanas e o gerenciamento de fluxos sazonais de proprietários (ANABESTANI, 2014).

Nota-se que a segunda residência é um vetor relacionado a uma tendência recente que tem transformado as relações sociais, as atividades econômicas e, conseqüentemente, a configuração socioespacial, em especial, aqueles localizados em regiões de clima tropical, frente à nova relação da sociedade com o mar e com o marítimo. A zona costeira piauiense também está inserida neste fenômeno global da segunda residência, mas detendo condicionantes particulares.

No contexto atual, o fenômeno da segunda residência passa a incorporar o turismo, também denominado de “turismo de segunda residência”, e assume novas funções atreladas ao setor da construção civil, ao mercado imobiliário e ao investimento de capital excedente; e o lazer deixa de ser a finalidade quase que exclusiva das segundas residências, passando-se

a considerar outros motivos ou razões para adquirir este tipo de habitação, que assume novas configurações com as estruturas de imóveis de uso compartilhado, residencial e locacional, condomínios com estruturas de resort, incluindo a oferta de serviços típicos da hotelaria (ARONSON, 2004; PEREIRA, 2013; DANTAS, 2010). Tal dinâmica não exclui a existência de formas tradicionais de residências secundárias, mas incluem uma nova modalidade baseada em unidades uni ou multifamiliares que abrigam proprietários motivados por diversos fatores para o investimento em uma área privada para lazer, em destinos com atrativos que atendam a esse requisito (ABRAHÃO; TOMAZZONI, 2017).

Assim, é correto afirmar que as segundas residências em territórios litorâneos são expressões da vilegiatura marítima e do turismo residencial que, em geral, se distinguem pela distância e permanência. Segundo Silva (2013), a vilegiatura marítima, através do veraneio, é uma prática comum à classe média, que possui uma segunda residência próxima à sua primeira morada, e é normalmente usada para fins de semana, férias e feriados. Quanto ao turismo residencial, a segunda residência se configura como uma tipologia não hoteleira de hospedagem turística, voltada para o proprietário e, principalmente, para o turista residencial, que aluga tal residência para permanecer durante sua estadia.

Segundo esses pensamentos, Abrahão e Tomazzoni (2018), cruzando referências nacionais e internacionais, identificam duas grandes vertentes relacionadas às segundas residências. A primeira expressando uma perspectiva mais tradicional, representada pela edificação de moradias que possibilitam usufruir turisticamente do espaço, seja no campo ou na cidade, em áreas de montanha ou litorâneas. Os espaços tornam-se assim desejados para essa finalidade, em decorrência de seus atributos turísticos, naturais ou artificiais, e da crescente demanda, fortemente associada à ampliação da mobilidade humana contemporânea (PARIS, 2006; ARONSON, 2004; DUVAL, 2004; LAAR, 2011).

A segunda vertente está associada às novas e potencializadas formas de mobilidade humana, que beneficiam parcelas da população mundial demandantes de um novo estilo de vida, intitulado por alguns autores como turístico (DUVAL, 2004; ASSIS, 2012). Um dos aspectos mais fortes na sua distinção é a vinculação com a lógica financeirizada do capitalismo, que altera as formas de produção e de oferta das unidades de hospedagem, além de promover uma mescla entre a hospedagem hoteleira e não hoteleira (ABRAHÃO; TOMAZZONI, 2018)

A primeira vertente, com características mais tradicionais, continua presente e em expansão, tanto no Brasil, como em outros países, incluindo aqueles que possuem longa tradição nessa área. Mas a segunda vertente, de grande destaque na contemporaneidade, tem dirigido a expansão de investimentos no segmento turístico, e sua proeminência se apresenta em diversos contextos espaciais, nacionais e internacionais.

Abrahão e Tomazzoni (2018) explicam ainda que no século XXI estas motivações podem ser sistematizadas em três categorias: i) emocionais/psicológicas, cuja finalidade é a busca pela natureza, pela paz, por identidade familiar, ambiente favorável para as crianças,

além da necessidade de prestígio; ii) lazer e recreação, especialmente em função da busca por espaços privativos de lazer; e iii) comerciais ou de investimento, relacionadas à busca de valorização e renda por meio de locação de imóveis. Então, a partir dessa análise, entende-se que o fenômeno da segunda residência incorporou através da lógica capitalista o lazer, o capital imobiliário e, no contexto mais recente, o turismo; assim, as motivações para adquirir uma segunda residência também passam a estar relacionadas ao investimento e retorno financeiro, e não somente ao descanso e/ou lazer.

No Brasil, esse processo de transformação dos espaços litorâneos e/ou zonas de praia em mercadoria nobre através da especulação imobiliária ocorreu inicialmente no Rio de Janeiro, e se expandiu rapidamente por grande parte da zona costeira. Na atualidade, os espaços litorâneos nordestinos, mediante suas características físicas, políticas públicas de incentivo ao turismo e a implementação de infraestrutura e investimentos da iniciativa privada, têm promovido significativo aumento de segunda residência e de serviços voltados à atividade turística.

Dessa forma, a segunda residência não se configura apenas como mero alojamento para a vilegiatura ou para o turismo, mas como elemento materializado que constitui o urbano e redefine novos espaços (PEREIRA, 2006). É vista como uma atividade econômica associada às operações imobiliárias, que promovem a construção e venda de imóveis turísticos-residenciais, agregados a infraestruturas urbanas, mesmo em zonas não urbanas, promovendo a valorização desses espaços, e ao mesmo tempo podendo romper ou alterar as relações sociais tradicionais anteriormente existentes.

3 ESPACIALIDADE E CARACTERÍSTICAS DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS NA ZONA COSTEIRA DO PIAUÍ

As segundas residências são vetores importantes na (re)produção de espaços urbanos, especialmente em territórios costeiros, mas se entende também que tal (re)produção não é homogênea, porque cada território possui suas especificidades. Por esta razão, julga-se importante analisar a atuação das segundas residências como componentes da urbanização e provedoras de formas urbanas na ZC do Piauí a partir da análise de suas espacialidades e características básicas.

Com o intuito de visualizar o movimento nas segundas residências e traçar uma visão geral e comparativa entre os municípios, associado ao conhecimento empírico da área, foi possível evidenciar *in loco* que, dentre os municípios costeiros do Piauí, Luís Correia é o que apresenta, de forma mais incisiva, a ocorrência e a construção de segundas residências, sejam em lotes comuns ou em condomínios fechados de casas e/ou apartamentos. As evidências obtidas convergem com os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 referentes ao número de DUOs dos municípios que compõe tal território. O IBGE também dispõe de dados referente ao

número total de domicílios particulares de cada município, incluindo os de uso permanente e de uso ocasional. O cruzamento desses dados mostra que as segundas residências são vetores importantes e em expansão na ZC do Piauí (Tabela 1).

Tabela 1: Número de domicílios permanentes e de uso ocasional nos municípios da Zona Costeira do Piauí (1991-2010).

Municípios	Total de Domicílios Particulares e Coletivos			Domicílios Particulares de Uso Permanente			Domicílios Particulares de Uso Ocasional		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Cajueiro da Praia	*	1.594	2.284	*	1.325	1.819	*	156	227
Ilha Grande	*	1.939	2.599	*	1.747	2.200	*	59	61
Luís Correia	7.496	8.343	11.035	5.392	5.172	7.060	1.500	2.575	3.065
Parnaíba	29.072	34.125	43.681	25.610	30.101	38.609	490	743	1.539
Total	36.568	46.001	59.599	31.002	38.345	49.760	1.990	3.533	4.892

* Dados oficiais não disponíveis.

Fonte: IBGE (2019).

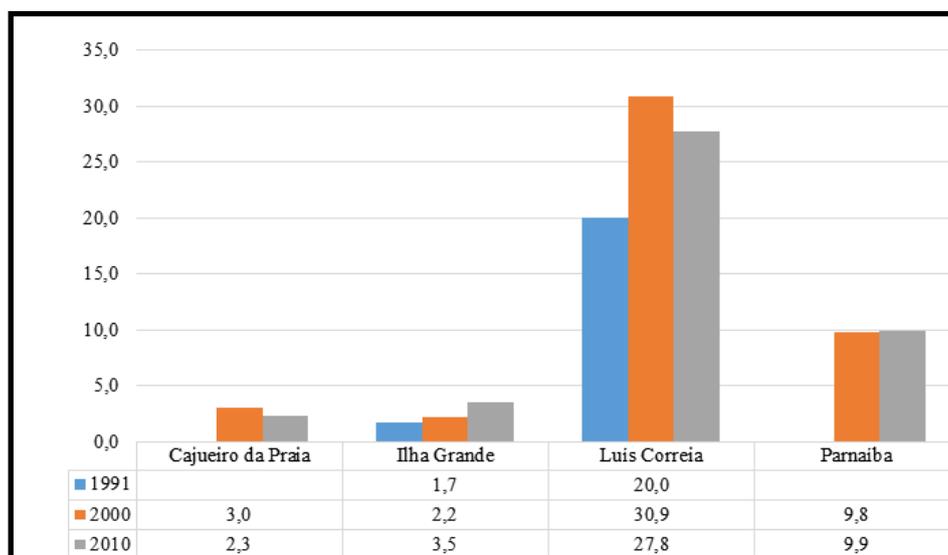
A tabela 1 indica que em 1991 a ZC piauiense detinha cerca de 1.990 residências de uso ocasional ou segundas residências. No ano de 2000, seu o total era de 3.533 e em 2010 alcança 4.892 unidades. Esses dados revelam que entre as décadas de 1990 e 2010, o número de DUO na ZC piauiense teve um crescimento de 145,8%. Contudo, quando se analisa individualmente os dados, nota-se que apesar de todos os municípios apresentarem aumento, não ocorre de forma homogênea.

Ainda considerando as informações da tabela 1, entre os anos de 2000 e 2010, Parnaíba se destaca com relação ao crescimento de domicílios de uso ocasional, equivalente a 107,1%, seguido de Cajueiro da Praia com aumento de 45,5%, Luís Correia com 19%, e Ilha Grande, com apenas 3%. Nota-se que Luís Correia apresenta um pequeno crescimento percentual em detrimento de Parnaíba e Cajueiro da Praia, porém é importante ressaltar que o fenômeno da segunda residência neste município já estava consolidado anteriormente à década de 1990, pois no censo de 1991 foram identificadas 1.500 habitações de uso ocasional - número três vezes superior ao equivalente em Parnaíba, com 490 unidades.

Além do quantitativo e crescimento no número de domicílios de uso ocasional, outro

dados observado é a relação percentual entre o número total de domicílios recenseados e o percentual do número deste tipo de domicílio nos municípios da ZC piauiense, como pode ser observado no gráfico 1. Neste é possível observar que todos os municípios da ZC apresentam crescimento percentual no número de DUO. Contudo, os dados referentes a Luís Correia destacam-se pelo elevado percentual, próximo a 30% do total de domicílios. Cajueiro da Praia, apesar da recente emancipação, também apresenta índices significativos de DUO.

Gráfico 1: Percentual no número de domicílios de uso ocasional em relação ao total de domicílios permanentes recenseados nos municípios da Zona Costeira do Piauí (1991-2010).



Fonte: Adaptado de IBGE (1991; 2000; 2010).

Em Parnaíba, mesmo obtendo o segundo maior número de DUO da ZC, não fica claro onde há uma maior ocorrência de segunda residência, por estas não possuírem características físicas que as diferencie das demais residências de uso permanente. Contudo, acredita-se que estas estejam concentradas no entorno da BR-343, tanto na entrada da cidade (acesso a Teresina), quanto na saída (acesso a Luís Correia), onde foram construídos vários empreendimentos imobiliários na última década, cujos lançamentos sempre ocorreram em períodos de alta temporada, especialmente no carnaval e no mês de julho, períodos com o maior fluxo de turistas no litoral piauiense.

Em Cajueiro da Praia as segundas residências estão concentradas em áreas próximas à praia de Barra Grande, mas em números significativamente menores comparados aos identificados em Luís Correia. Nos demais espaços litorâneos do município predominam residências de uso permanente, geralmente, pertencentes a pescadores e seus familiares.

Em Ilha Grande também foi possível visualizar algumas poucas unidades de DUO de estruturas bem simples, próximas à PI-116, acesso à praia Pedra do Sal. Alguns moradores relataram que na zona urbana do município também há segunda residência. Contudo, o objetivo de aquisição destas está relacionado às mudanças de um futuro próximo. Então, com base nos relatos dos moradores, é possível afirmar que os proprietários de segundas residências no município, em geral, possuem vínculos familiares e/ou afetivos neste lugar. *In loco* não foi identificado condomínio residencial, seja de uso permanente ou ocasional, mas apenas algumas casas não aglomeradas, depreendendo que o fenômeno da segunda residência no município de Ilha Grande se caracteriza como estagnado, não tendo representatividade como um vetor territorial que atrai formas urbanas ou que promove urbanização. Poucos DUO foram identificados, geralmente com características simples e sem sofisticação, dando a entender que pertencem a pessoas que já possuíam vínculo com a região através de relações familiares e/ou amigáveis, cujos lotes ou residências foram adquiridos a preços baixos ou através de heranças.

De modo geral, na observação da sede do município e no Porto dos Tatus, não foi possível identificar segunda residência. As diversas residências existentes nessas áreas são de primeira moradia e pertencem a pescadores, artesãos e a outras pessoas que vivem de forma direta e/ou indireta de atividades econômicas diversas realizadas no Delta do Parnaíba.

Apesar de ser o município que possui o segundo maior número de segunda residência na ZC piauiense, Parnaíba não permitiu identificar facilmente onde se concentram tais residências. Na observação de campo foi possível identificar cerca de uma dezena de casas de veraneio (Figura 2), localizadas no entorno da PI-116, próximas à praia e ao povoado Pedra do Sal, cujo perfil é similar às casas de veraneio de Ilha Grande por existir um vínculo familiar e afetivo do proprietário em relação a este território, segundo relatos dos moradores.

Figura 2: Segunda residência na Praia Pedra do Sal – Parnaíba/PI.



Crédito fotográfico: Acervo da autora (2020).

No que se refere às segundas residências de Luís Correia, além das considerações feitas na primeira observação de campo, também foi possível observar que na zona urbana do município, composta pela área sede e/ou centro e entorno, compreendendo também o entorno da Praia de Atalaia, se concentra a maior quantidade de segunda residência de todo o litoral, configurando-se, pois, como uma área consolidada por esses equipamentos devido à elevada concentração existente desde a década de 1990 e, ao mesmo tempo, estagnada mediante a presença de muitas casas antigas e abandonadas.

Segundo relatos da comunidade, as inúmeras casas abandonadas, deterioradas e com aparentes problemas estruturais são pertencentes, em geral, a pessoas que já faleceram, cujos herdeiros, por falta de consenso entre si, de recursos e/ou por não mais residirem no Estado, não deram continuidade à sua manutenção. Outra informação importante, obtida na comunidade, é o fato de que grande parte dessas residências estar localizada em terras pertencentes à União, ou seja, que não possuem documentação reconhecida legalmente, o que dificulta a negociação de compra e venda.

Outra comunidade do município de Luís Correia que se configura como uma área consolidada é a do Coqueiro, antiga vila de pescadores, construída no entorno da Praia do Coqueiro, onde foi possível identificar muitas residências antigas de estrutura simples, limpas e com boa infraestrutura, algumas com placas de aluguel por temporada, e diversas casas de luxo. Na pesquisa de campo, foi possível observar que as casas, em sua maioria, não estavam abandonadas e que, segundo relatos de alguns moradores, a maior parte pertence a pessoas que residem em Parnaíba, sendo, portanto, segundas residências com mais frequência.

As áreas onde foram observadas diversas casas e condomínios fechados, novos e em construção, estão próximas da praia Peito de Moça, no entorno da PI-116, cujas terras possuem registros de imóveis, o que facilita a construção, a venda e o financiamento da segunda residência. Essas edificações também foram observadas no Complexo Barramares, localizado próximo à praia de Itaquí. O entorno das praias de Maramar e Macapá também se configura como área de expansão de segunda residência, sendo possível observar algumas casas de veraneio, novas e em construção, em lotes individuais, sem a presença de condomínios.

No município de Cajueiro da Praia também se pode identificar segundas residências, concentradas no entorno da Praia de Barra Grande, mas em menor quantidade do que as registradas em Luís Correia. Estas possuem características simples, rústicas e, ao mesmo tempo, aconchegantes (Figura 3). Foi identificado apenas um condomínio de apartamentos em construção, localizado no povoado e praia de Barrinha, entre Barra Grande e a sede do município. Na sede foram notadas apenas residências de moradores da localidade.

Figura 3: Segunda residência em Barra Grande – Cajueiro da Praia/PI



Fonte: Férias Brasil (2019).

Na vila de Barra Grande há algumas casas construídas há mais de trinta anos. Contudo, a expansão e a valorização das segundas residências são processos recentes que ocorrem mediante a expansão da prática do *kitesurf*, e que nos últimos anos tem se direcionado também para o entorno da praia da Barrinha. Em geral, os lotes dessas segundas residências foram adquiridos por meio da população local a preços baixos, mas sem documentação legal, já que as terras localizadas no entorno das praias são pertencentes à União.

Mediante a observação dos espaços urbanos, é notório que a produção da segunda residência não é homogênea e impacta diretamente no território da ZC piauiense. De modo geral, elas apresentam mais sofisticação do que os domicílios de uso permanente, o que pode ser corroborado pelo padrão das residências, tamanho dos lotes, localização, dentre outros aspectos de infraestrutura e localização (Quadro 1).

Quadro 1: Aspectos da Segunda Residência na ZC piauiense.

Segunda Residências		Municípios/Localidades														
		Ilha Grande			Parnaíba				Luís Correia					Cajueiro da Praia		
		Centro	Tatus	Baixão	Pedra do Sal	Centro	Av. S. Sebastião	Floriópolis	Centro	Atalaia	Peito de Moça	Coqueiro	Maramar	Macapá	Centro	Barrinha
Tipos	Casas individuais				X			X	X	X	X	X	X			X
	Condomínio de apartamentos					X	X		X	X					X	
	Condomínios de casas					X	X		X	X						

Características do imobiliário	Simple			X	X				X	X	X	X	X	X			X
	Rústico				X						X	X	X	X			X
	Moderno						X	X			X	X				X	
Estado de conservação	Ruim				X				X	X							
	Bom			X	X	X			X	X	X	X	X	X			X
	Ótimo				X		X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
Acessibilidade (tipos de vias)	Areia			X	X		X			X	X	X	X	X			X
	Pedra tosca						X	X	X	X	X	X	X	X		X	X
	Asfáltica			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Proximidade de equipamentos e serviços	Bares e restaurantes					X	X	X	X	X	X	X	X	X			X
	Padarias e Lanchonetes					X	X	X	X	X		X					X
	Mercadinhos-supermercados					X	X		X	X							X
	Serviços bancários					X	X		X								X
Proximidade da praia	Até 2 km				X					X	X		X	X		X	X
	Entre 2 a 5 Km				X					X	X	X	X	X			X
	Entre 5 a 10 Km			X													
	Acima de 10 Km			X		X	X	X									

Fonte: Trabalho de campo.

O quadro 1 também expõe, de forma sucinta e comparativa, as distinções dos espaços urbanos ao longo da ZC piauiense e da organização do território imposto pela segunda residência. A partir dele é possível depreender que o perfil arquitetônico e as formas como as segundas residências se expressam no espaço são distintas e não contíguas ao longo dos espaços urbanos, e que Luís Correia é o município que apresenta maior variedade deste tipo de componente.

Todavia, apesar da mistura dos tipos imobiliários, é possível identificar áreas com concentração de um imobiliário mais simples e de melhor qualidade, e também áreas em decadência onde se concentram residências em desuso - fato comum, já que a tradicional segunda residência é um patrimônio familiar que ao longo do tempo, mediante a transição de gerações, pode não mais interessar. Esse fato, entretanto, não impede uma renovação no uso do território mediante a implantação de outras demandas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ZC piauiense, seguindo tendências nacionais e globais, tem sofrido influência direta e acelerada nas transformações e (re)produção de seus espaços urbanos a partir da segunda

residência. Na contemporaneidade, a sociedade incorporou a praia como elemento de valor social e criou condições para a consolidação das segundas residências em territórios costeiros. Nesse contexto, políticas públicas brasileiras passam a considerar este território importante para múltiplos usos, especialmente para o turismo, seja ele nacional ou internacional, e por meio de planos de ações disponibiliza verbas destinadas a melhoria da infraestrutura básica.

Tal infraestrutura passa a ser utilizada por promotores imobiliários e, por extensão, pelos proprietários ou ocupantes da segunda residência que através da estada reincidente cria vínculos com lugar, e a partir do movimento de pessoas, capital, consumo e utilização de serviços promovem a urbanização e a (re)produção dos espaços urbanos deste território.

As segundas residências da ZC piauiense ocorrem paralelamente às formas urbanas implantadas, atraindo e (re)produzindo espaços urbanos ao longo do litoral, sendo destinadas ao ócio e lazer dos proprietários e de seus amigos e familiares, e não como um investimento. Mas no caso de Parnaíba, as segundas residências não estão nos espaços litorâneos, mas no entorno da sede e seus proprietários as utilizam com grande frequência, pois, em geral, seu foco é ser utilizada como ponto de apoio. Assim, é geralmente vinculada ao trabalho, ou para num futuro próximo se tornar a primeira residência, e não diretamente para o ócio ou lazer. Por isso, a dificuldade de identificá-las no município, que possuem múltiplas funções e estão diluídas no espaço urbano.

De modo geral, na ZC piauiense o retorno à segunda residência se configura como uma visita sazonal, feita em fins de semana por famílias ou por grupos próximos. Não há complexos, *resorts* ou eventos com multiplicidade de atrações de atividades e atrativos turísticos. Os municípios analisados são diferentes em termos de urbanização e espaços urbanos, o que pode ser reforçado pela descontinuidade e fragmentação do tecido urbano, e neles se singularizam, também, a escala da aglomeração, os fluxos, o consumo e o movimento de pessoas que buscam serviços, praias, ócio e lazer. Entretanto, apesar dessas diferenças, esses elementos se integram, não podendo ser explicados sozinhos ou isoladamente. Parnaíba e Ilha Grande estão inseridas nesse cenário de urbanização, mesmo que ambas não sejam cidades à beira-mar.

É nesse sentido, portanto, que se buscou discutir a categoria de ZC, pois o processo de urbanização pela segunda residência não se restringe à zona de praia ou à orla. A urbanização litorânea está ligada a toda uma malha consistente de aspectos sociais, históricos, culturais, econômicos, bem como às tendências que se referem às cidades praianas e próximas à beira-mar. O que se observou, no contexto específico desta pesquisa, é que a escolha de ZC piauiense como destino de lazer e descanso se dá mediante o vínculo existente com Parnaíba, que é a origem mais expressiva dos segundos residentes, dos vilegiaturistas, e a base dos demais municípios costeiros do Piauí.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, C. M. de S.; TOMAZZONI, E. L. Turismo de Segundas Residências: turismo e análise dos conflitos territoriais no destino de matinhos (Litoral do Paraná, Brasil). **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, Anápolis, p. 143-162, Janeiro, 2017.

ABRAHÃO, C. S.; TOMAZZONI, E. L. Turismo de Segundas Residências no Litoral Sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, nº 1, p. 80-101, 2018.

ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, nº 36, p. 55-76, jul./dez. 2003.

ANABESTANI, A. Effects of second home tourism on rural settlements development in Iran (case study: Shirin-Dareh Region), **International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research**, Vol. 8, Nº 1, p. 58-73. 2014. <https://doi.org/10.1108/IJCTHR-11-2012-0084>.

ARAÚJO, C. P. de. Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários. 2011. 368 f. **Tese (Doutorado)** - Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARONSON, L. Place attachment of vacation residences: between tourists and permanent residents. In: HALL, C. M.; MULLER, D. K. **Tourism, mobility and second homes: between elite landscape and common group**. Clevedon: Channel View, 2004, p. 75-86.

ASSIS, L. F. de. Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade - Camocim/CE. 2012. 279 f. **Tese (Doutorado)** - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, USP, São Paulo, 2012.

AZEVEDO, A. de. **Vilas e cidades do Brasil Colonial**: Ensaio de geografia urbana retrospectiva. 1956. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/viewFile/113/111>>. Acesso em: 31 maio 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Portaria nº 461, de 17 de dezembro de 2018**. Aprova a relação dos municípios abrangidos pela faixa terrestre da Zona Costeira brasileira. 241. ed. BRASÍLIA.

BRASIL. **Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba** – CODEVASF Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado da Bacia do Parnaíba, PLANAP. Síntese executiva: Território da Planície Litorânea / Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. – Brasília, DF: TDA Desenhos & Arte Ltda., 2004.

BRASIL. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ano-Base 2017**. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2017. Disponível em <<http://trabalho.gov.br/rais>> Acesso em abril de 2019.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Constituição (1938). **Decreto nº 311, de 02 de março de 1938**. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 02 mar. 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 abr. 2019.

CIRM. **2º Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC II)**. Brasília: MMA. 1997.

DANTAS, E. W. C.; PEREIRA, A. Q.; PANIZA, A. Urbanização litorânea e vilegiatura marítima nas metrópoles nordestinas brasileiras. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 5, p. 14-34, 2008.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade dos Trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza, Edições UFC, 2010.

DUVAL, D. T. **Mobile migrants**: travel do second homes. In: HALL, M.; MULLER, D K. (Eds.). **Tourism, mobility and second homes**: between elite landscape and common group. Clevedon: Channel View, 2004, p. 87-96.

ELLINGSEN, W. G., & HIDLE, K.. Performing home in mobility: Second homes in Norway. **Tourism Geographies**, 15(2), 2013, 250–267. doi:10.1080/14616688.2011.647330 doi: 10.1080/14616688.2011.647330.

HALL, C. M. **Tourism and mobility**. Conferência apresentada em Brisbane, Queensland, 2004.

HALL, C. M.; MULLER, D. K. **Tourism, mobility and second homes**: between elite landscape and common group. Clevedon: Channel View, 2004.

HALL, C. M; PAGE, S. J. **The Geography of tourism and recreation**: environment, place and space. 3ª ed. Londres: Routledge, 2007.

HOOGENDOORN, G; VISSER, G. Current paths in South African tourism research. **Tourism Review International**, v. 15, n 1-2, p. 5-20, 2011. Disponível em <<https://www.ingentaconnect.com/content/cog/tri/2011/00000015/F0020001/art00002#trendmd-suggestions>>. Acesso em 15 set. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico-População**. Rio de Janeiro, 1991.

_____. **Censo demográfico - População**. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Censo demográfico - População**. Rio de Janeiro, 2010.

LAAR, S.V. Economic implications of second home development in South Africa. **Master's Thesis**, University of Utrech. 2011.

LAVALLE, C. et al. **Coastal Zones - Policy alternatives impacts on European Coastal Zones 2000 - 2050**. 2011. Disponível em: https://ec.europa.eu/environment/enveco/impact_studies/pdf/land_use_modelling%20adaptation_activities_coastal.pdf. Acesso em: 12 maio 2020.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**: elementos para

uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

PARIS, C. **Multiple homes, dwelling & hypermobility & emergent transnational second home ownership**. Workshop 24. ENHR Conference – Housing in an expanding Europe: theory, policy, participation and implementation. Lyublyana, Slovenia., 2006.

PEREIRA, A. Q. Veraneio marítimo e expansão metropolitana no Ceará: Fortaleza em Aquiraz. 2006. 157f. **Dissertação de Mestrado** – UFC. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Fortaleza, 2006.

PEREIRA A. Q. Quatro Décadas de Transformações: A vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará – Brasil, Confins [Online], v. 17, 2013. Acesso em: 20 set. 2019. Disponível em: <http://confins.revues.org/8329>.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: **Territórios e territorialidade: teorias processo e conflitos**. In: SAQUET, M. A.; SPÓSITO, E. S. (Orgs.). São Paulo. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009, p. 17- 35.

RODRÍGUEZ, J. J.; LORA, N. J. W. **Análisis regional de la situación de la zona marina costera centroamericana**. Washington: Interamerican Development Bank, 1998.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª edição, 17ª reimpr. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil** – território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: EDUSP, 2016.

SILVA, M. M. M. da. O Turismo nas ondas do litoral e das políticas públicas do Piauí. **Tese (Doutorado)** - UFMG, 2013.

SILVA, M. N. de F. Empreendimentos Turísticos Imobiliários no litoral metropolitano de Fortaleza. In: PEREIRA, A. Q. et al. (Orgs.). **Maritimidade na MetrÓpole: Estudos sobre Fortaleza - CE**. Porto Alegre: Liro, 2013. p. 100-127.

TULIK, O. **Turismo e meio de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Roca, 2011.

USA - UNITED STATES OF AMERICA. US COMMISSION ON MARINE SCIENCE, ENGINEERING AND RESOURCES. **Coastal zone threats and management**. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/publications/92-826-5409-5/page035new.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Capítulo 7

VILEGIATURA NAS PRAIAS DE CORURIBE - LITORAL SUL DE ALAGOAS

Jucileide da Silva Sobreira
José Wellington Carvalho Vilar

1 INTRODUÇÃO

As orlas do município de Coruribe são bastante procuradas por veranistas, turistas e pelos moradores locais e da própria região. Seus principais atrativos estão associados aos elementos naturais, como praias, rios e lagoas, aos aspectos históricos que remontam ao período colonial, e às características ainda rústicas do lugar.

Diante da crescente ascensão da vilegiatura marítima de Coruribe, o presente capítulo buscou elaborar um diagnóstico socioambiental da orla do município, situada no Litoral Sul de Alagoas, especialmente, dos povoados Pontal de Coruribe e Lagoa do Pau, assim como identificar o uso e ocupação dos espaços de praia dos referidos povoados. Num primeiro momento, foi feita uma caracterização socioambiental da área e definidas unidades de paisagem. Em seguida, a discussão girou em torno do papel do veranista na territorialização das praias de Coruribe. Por último, o foco centrou-se nas repercussões ambientais e territoriais do fenômeno da segunda residência na orla local.

Para elaboração do diagnóstico socioambiental utilizou-se de observação simples para identificar os diferentes usos e práticas espaciais desenvolvidas nos locais estudados. Além da observação simples, utilizou-se de registro fotográfico, caderno de campo e a metodologia proposta no Projeto Orla que visa à realização do diagnóstico paisagístico e socioeconômico de orlas no Brasil.

A metodologia proposta no referido projeto leva em conta aspectos físicos para caracterizar as orlas como abrigadas, expostas e semiabrigadas. Ademais, considera critérios de nível de ocupação territorial, que fornece indicativos de condições socioeconômicas, agrupando as orlas em não urbanizadas, em processo de urbanização e com urbanização consolidada (MMA, 2006). Ainda em termos metodológicos, foram aplicados questionários e feitas entrevistas com veranistas, moradores locais e turistas, na perspectiva de entender a dinâmica socioambiental, associada ao veraneio como processo e a segunda residência como principal forma geográfica territorializadora das praias de Coruribe.

Ainda nessa breve introdução, vale ressaltar que a vilegiatura, entendida aqui como sinônimo de veraneio, se confunde com o processo relativamente recente de valorização do espaço litorâneo e se revela como uma das formas de produzir a geografia das praias e das orlas marítimas, nas quais se combinam elementos de natureza física e humana. É nesse cenário territorial complexo, porque ativo, instigante e atual, que o presente trabalho pretende navegar.

2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E AS UNIDADES DE PAISAGEM NA ORLA MARÍTIMA DE CORURIFE

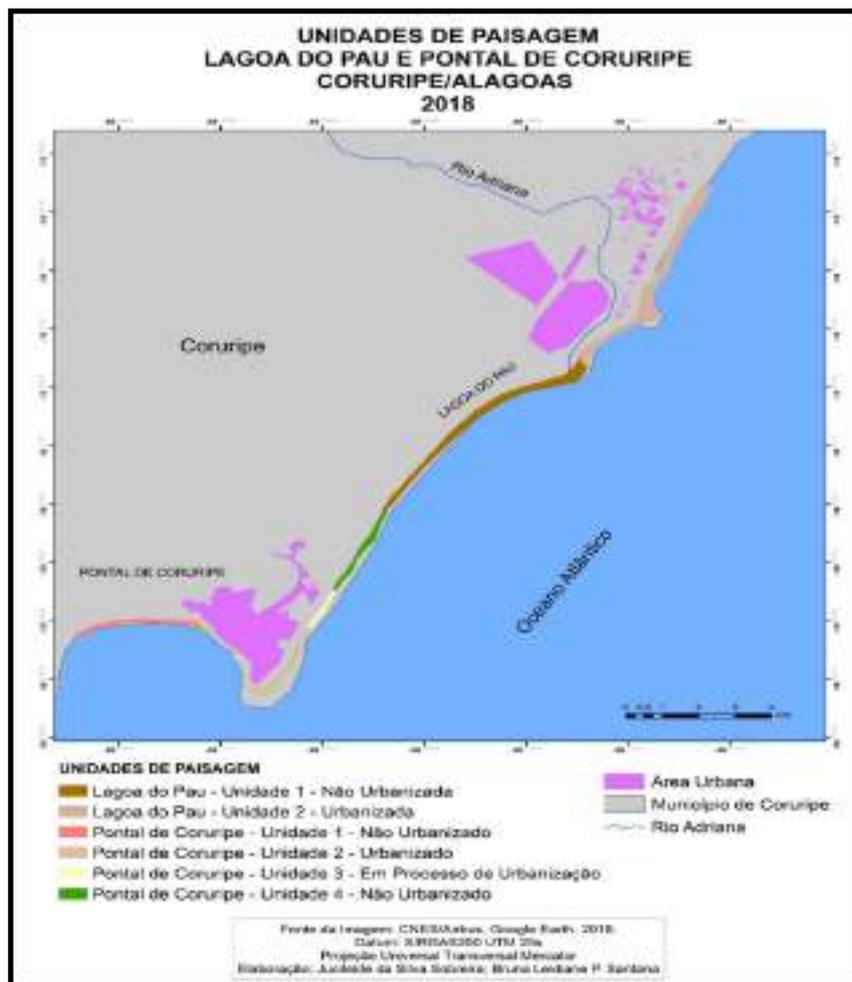
Quanto aos aspectos ambientais, as praias de Coruripe fazem parte da unidade dos tabuleiros costeiros e encontram-se geologicamente inseridas na Província da Borborema. Predomina a vegetação de restinga, o ecossistema de manguezal e a cobertura vegetal típica de ambiente de praia em Alagoas. A mata atlântica apresenta resquícios no âmbito regional e o clima é do tipo tropical chuvoso com verão seco (MASCARENHAS *et al.*, 2005; ARAÚJO *et al.*, 2006).

O litoral de Coruripe, principalmente nos trechos das orlas do Pontal e da Lagoa do Pau, é marcado pela presença de bancos de arenitos paralelos à linha de costa, pelas praias, pelo estuário do rio Adriana, mangues, remanescentes de mata atlântica, várzeas, além das falésias da Formação Barreiras. Segundo Araújo *et al.* (2006), a planície costeira de Alagoas apresenta-se pouco desenvolvida e sua evolução geológica associa-se às flutuações do nível do mar e à disponibilidade de sedimentos. Na maior parte do litoral alagoano a planície costeira é estreita ou inexistente, e as praias são limitadas pelos tabuleiros da Formação Barreiras ou pelas formações mesozoicas da bacia de sedimentação Sergipe-Alagoas.

Para caracterizar os diferentes usos das orlas e os sujeitos envolvidos na dinâmica territorial foi elaborada uma divisão em unidades de paisagem, cuja classificação seguiu critérios de heterogeneidade da ocupação territorial. Segundo o MMA (2006, p. 33), nesse enfoque “trata-se de importante referência para implantação de ações e definições de áreas estratégicas de gestão a serem implementadas, pois identifica as situações que requerem ações mais preventivas ou mais corretivas”.

Para caracterizar o uso da borda marítima do Pontal de Coruripe, foram definidas quatro unidades de paisagem, e para a Lagoa do Pau foram categorizadas somente duas (Figura 1).

Figura 1: Unidades de paisagem: Pontal de Coruripe e Lagoa do Pau, Coruripe-AL.



Fonte: CNES/Airbus, Google Earth, 2018.

Elaboração: Jucileide da Silva Sobreira; Bruna Lidiane P. Santana/2019.

As unidades de paisagem do Pontal de Coruripe apresentam características de orlas abrigadas, definidas pelo Projeto Orla (MMA, 2006, p. 31), como “o ambiente litorâneo constituído por golfos, baías, enseadas, estuários ou praia protegidas da incidência direta das ondas”, e semiabrigadas. Para delimitação territorial utilizou-se como ponto limítrofe, da unidade de paisagem 1, a foz rio Coruripe, que divide os povoados Barreiras e Pontal de Coruripe finalizando no “estaleiro”, espaço utilizado para guardar as embarcações pesqueiras.

A unidade 1 do Pontal do Coruripe (Figura 2) é denominada pela população local de praia do Batel, possui uma faixa de praia mais larga e vegetação de restinga preservada. Quanto ao critério de ocupação, encontra-se não urbanizada e caracteriza-se como área de grande relevância ecológica. Foram identificadas atividades de lazer desenvolvidas nessa parte da orla, principalmente nas proximidades do “estaleiro”. É mais utilizada pela comunidade local no desenvolvimento de práticas esportivas em períodos de baixa temporada, e também por

pescadores. No período de alta temporada esse espaço é utilizado, sobretudo, pelos hóspedes das pousadas, e pelos demais visitantes.

Figura 2: Unidade de paisagem 1: Pontal de Coruripe, Coruripe-AL.



Crédito fotográfico: Jucileide da Silva Sobreira/2019.

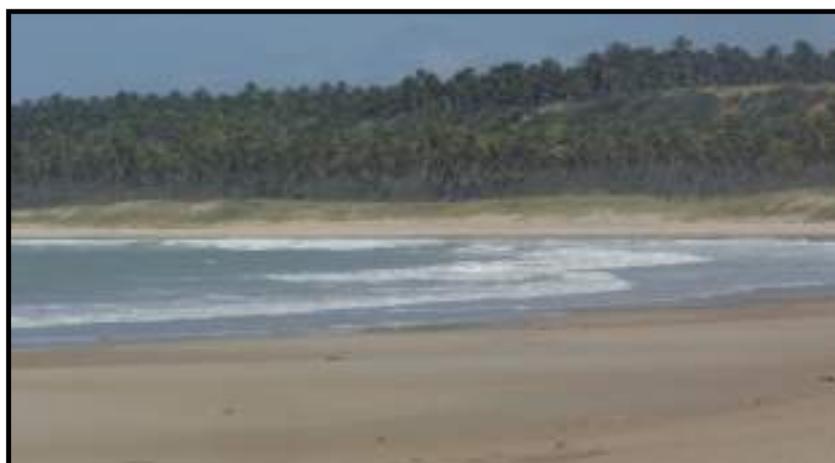
Ainda no Pontal do Coruripe, a unidade 2 se inicia no muro de contenção marinha limitando a faixa de praia, e apresenta urbanização consolidada. Esse espaço é caracterizado pela presença das casas de veraneio e infraestrutura de serviço receptivo. Área com pouco espaço de praia, mas onde se desenvolve atividades de pesca e práticas de banhos, limitados ao período de maré baixa. Esse espaço é utilizado por diferentes sujeitos, como turistas, veranistas, vendedores ambulantes, moradores locais e pescadores. Igualmente, é onde se localizam os bares, restaurantes e a maioria das casas de veraneio. Vale ressaltar que nessa unidade de paisagem, o acesso público à praia se dá praticamente por meio de corredores, visto que as casas de veraneio ocupam praticamente toda a extensão da orla juntamente com algumas pousadas.

As unidades 3 e 4 do Pontal caracterizam-se enquanto área semiabrigada, pela presença das rochas de arenito paralelo à linha de costa que se encontram em formato ligeiramente linear em direção ao povoado Lagoa do Pau. A unidade 3 está em processo de urbanização, e foram identificadas pousadas e casas de veraneio em distribuição espacial dispersa. Nessa área, são práticas comuns o banho de mar e o surf e localiza-se em uma área mais reservada. Já unidade 4 encontra-se totalmente não urbanizada e não são desenvolvidas práticas recreativas pela presença de rochas areníticas na zona de praia. Em período de maré cheia a faixa de praia fica submersa e está limitada pela presença de falésias do terciário.

Como já foi dito, a orla marítima do povoado Lagoa do Pau foi dividido em duas unidades de paisagem. Ambas apresentam característica físicas de orlas semiabrigadas. Quanto

aos indicativos de ocupação territorial, a unidade 1 (Figura 3) caracteriza-se como área não urbanizada, e a unidade 2 apresenta urbanização consolidada (Figura 4). A unidade 1 da Lagoa do Pau é conhecida na comunidade como praia Minha Deusa, e é utilizada por banhistas da própria comunidade, pescadores e proprietários das terras do entorno. Porém, o uso desse fragmento da orla não é frequente. A maior parte desta unidade está ocupada por fazendas e nota-se a presença de cerca de arames na linha de Costa. Por sua vez, a unidade 2 inicia-se na praia da Gameleira, abrange a praia da Lagoa do Pau, área que contempla a extensão urbana que originou o povoado, e finaliza na parte denominada pela população local como praia da Mãe Rainha, fazendo jus ao santuário presente nessa parte da orla.

Figura 3: Unidade de Paisagem 1: Lagoa do Pau, Coruripe/AL.



Crédito fotográfico: Jucileide da Silva Sobreira/2019.

Figura 4: Unidade de paisagem 2: Lagoa do Pau, Coruripe/AL



Crédito fotográfico: Jucileide da Silva Sobreira/2019.

3 O PAPEL DOS VERANISTAS NA TERRITORIALIZAÇÃO DAS PRAIAS DE CORURIBE

As práticas marítimas tradicionais e modernas se propagam nas praias de Coruribe de forma fragmentada. O uso desses espaços de praia pelo veraneio tem o primeiro registro local na década de 1960, tendo como marco o casarão do Pontal, pertencente a um português que residia em Penedo (SILVA, 2016). Atualmente, o casarão funciona como pousada. As demais casas de veraneio vão surgir com a consolidação da Usina Coruribe, onde os detentores de cargos de prestígios vão escolher o Pontal de Coruribe para fixar residência temporária e para praticar a vilegiatura marítima.

Já o povoado Lagoa do Pau tem sua origem vinculada à pequenos lavradores que trabalhavam com a pesca como uma das principais atividades de subsistência, juntamente com a coleta de coco. Oriundos, principalmente, de outros povoados do próprio município, esses autóctones se aglomeraram por trás do cordão litorâneo e construíram suas residências nas proximidades da capela, antiga área de deposição sedimentar e atual praça do povoado.

Segundo dados coletados nas entrevistas, na Lagoa do Pau, na década de 1950, existiam muito poucas casas, a maior parte construída com palhas de ouricuri. Nesse período, os moradores eram originários da família Santana, fundadores do povoado. A principal base econômica estava alicerçada na agricultura, com o cultivo da batata, arroz, feijão e mandioca, juntamente com a pesca de tartaruga e o cultivo e a coleta de coco.

Os pescadores do povoado Lagoa do Pau relatam que ao longo do tempo histórico não podiam mais utilizar as terras para o cultivo agrícola, em função da expansão do cultivo da cana pelas usinas de açúcar do município, e por isso a pesca se tornou seu principal meio de subsistência. É válido ressaltar que essa questão da terra incentivou a migração dos trabalhadores rurais para áreas urbanas. Posteriormente, a consolidação da indústria canavieira no município se constituiu um marco importante para a permanência de alguns trabalhadores rurais, para urbanização via segunda residência e para a demanda turística em escala local e regional.

O início da turistificação dos povoados costeiros de Coruribe se dá com a introdução de novos elementos no espaço, ou seja, uma nova territorialização do Pontal de Coruribe e da Lagoa do Pau é levada a cabo principalmente por meio da vilegiatura marítima, mas também pelo setor hoteleiro e dos meios de alimentação, introduzidos lentamente no espaço. No entanto, nota-se uma aceleração a partir da construção de vias que facilitaram a fluidez territorial.

Compreende-se que o principal atrativo para o desenvolvimento da vilegiatura marítima dos lugares estudados foram suas características peculiares: pequenas comunidades tradicionalmente pesqueiras, lugar tranquilo, limpo, natureza preservada, pouco conhecido e frequentado. Não obstante, o setor sucroalcooleiro teve papel fundamental na indução do desenvolvimento da vilegiatura marítima, sendo os primeiros veranistas aqueles detentores de cargos de prestígios neste setor.

No Pontal de Coruripe, Silva (2016) identifica usineiros, fazendeiros e trabalhadores especializados com altos salários no usufruto, como inquilinos temporários ou proprietários, de casas de veraneio na orla marítima, estabelecendo residências secundárias. Vale registrar que ainda hoje é na rua Arapiraca onde se encontram as residências secundárias associadas às usinas no Pontal.

Já na Lagoa do Pau, onde o fenômeno é mais recente, os primeiros veranistas são detentores de cargos de prestígio social, empresários, médicos, engenheiros de Arapiraca e do próprio município. Arapiraca tem um forte vínculo territorial por meio da segunda residência com as orlas de Coruripe.

A partir das entrevistas e do trabalho desenvolvido por Silva (2016) percebe-se que os turistas e veranistas passaram a frequentar Coruripe no momento de ascensão do turismo na capital alagoana, no final da década de 1970 e início da década de 1980, período no qual ocorre a divulgação do estado de Alagoas através de propagandas, noticiando suas belezas naturais, e também da realização de festivais. Esse momento é marcado pelo fortalecimento das cidades litorâneas, principalmente na propagação de práticas marítimas modernas nas orlas do Nordeste.

Mas a divulgação inicial das praias de Coruripe ocorreu de forma popular. Desbravada por turistas alocêntricos que as indicavam para familiares, amigos e conhecidos, era frequentada principalmente por turistas/vilegiaturistas de cidades próximas, do interior do próprio estado de Alagoas e do estado de Sergipe. Esse período coincide com a propagação dos festivais realizados em Penedo e em Marechal Deodoro, que serviram para divulgar o estado de Alagoas e também as praias de Coruripe.

Inicialmente, o fluxo de veranista se localizou no Pontal de Coruripe, em virtude da propagação das práticas marítimas modernas pelas classes regionais abastadas, fixando residência ou construindo casa de praia, o que foi mais recorrente. Posteriormente, outros proprietários de segunda residência se espalharam pela costa coruripense, principalmente na Lagoa do Pau e nos povoados costeiros de Miaí de Cima e Miaí de Baixo.

A divulgação das orlas de Coruripe ganhou proporções internacionais e tornou-se objeto de especulação para alguns estrangeiros, especificamente no Pontal de Coruripe e no povoado Miaí de Cima. Percebe-se a presença de estrangeiros da Itália, Portugal, Áustria e Alemanha no litoral coruripense.

A italiana entrevistada reforça que as motivações para as visitas dos turistas, desde a década de 1980, foram e ainda são as características inerentes do lugar. Como mostra a entrevistada, que construiu vínculo com o local, nele se fixou e construiu uma pousada, sendo uma das pioneiras nesse setor no Pontal de Coruripe: *“Eu vim como turista, e era um lugar perfeito, primitivo, era exatamente o que eu estava procurando como turista”*. A italiana complementa: *“agora o que me atraiu? Nada de plástico, nada de barulho, e é o que a gente procura quando vem da cidade grande”*. Essa característica está presente nas demais falas dos estrangeiros entrevistados.

Na década de 1980, a localidade Lagoa do Pau estava em processo inicial de urbanização. A orla marítima possuía em sua extensão barracas de palha de ouricuri, onde os pescadores guardavam seus materiais de pesca. Na mesma década, após instalação da energia elétrica foi construída a primeira casa de veraneio. Nesse período, o fluxo de veranista no Pontal de Coruripe era frequente, como mostra Silva (2016), ao abordar que os atuais proprietários de algumas pousadas eram veranistas que frequentavam a praia desde a década supracitada. Em meio às localizações dos veranistas, percebe-se que prevalecem pessoas de Arapiraca e do Agreste do estado de Alagoas, nos dois povoados.

A primeira casa de veraneio da Lagoa do Pau ficou conhecida como a casa redonda, fazendo jus ao seu formato, mas atualmente encontra-se fechada. O veranista era empresário e residente da cidade de Arapiraca. Ainda na década de 1980, foi construída outra segunda residência ao lado da casa redonda, que tinha como proprietário um médico do mesmo município. Cabe ressaltar que as duas primeiras casas de veraneio não se localizam exatamente no espaço da orla, e sim nas proximidades do núcleo urbano que originou o povoado.

Com o frequente fluxo de veranistas na década de 1980 para o Pontal de Coruripe, se inicia o processo de desterritorialização dos moradores locais e se introduziu no povoado a valorização imobiliária. No mesmo diapasão, verifica-se motivação dos moradores locais para a construção de bares/cabanas à beira mar para comercialização de alimentos e bebidas.

Na década de 1990 inicia-se o processo de urbanização da orla da Lagoa do Pau por segunda residência, posterior ao surgimento dos bares de praia. A primeira pousada construída foi o Chalé da Dona Branca, na zona de expansão do povoado, localizada no atual Condomínio Rio Lagoa Mar. Posteriormente, foi construída a Pousada Umuarama que é dotada de maior infraestrutura, já na parte próxima aos moradores locais.

Ainda na Lagoa do Pau, a orla encontra-se hoje urbanizada com segunda residência e também se tornou alvo de especulação imobiliária. No entorno do povoado foi construído o loteamento Gameleira, que resultou na construção do Condomínio Rio Lagoa Mar, do Loteamento Canto do Mar e do Loteamento João de Azevedo.

4 A VILEGIATURA E SUAS REPERCUSSÕES AMBIENTAIS E TERRITORIAIS

A maritimidade vai se desenvolver no espaço litorâneo de Coruripe de forma fragmentada. Há registros históricos de relações socioespaciais associadas à vilegiatura concentradas no Pontal e práticas marítimas dispersas no povoado Lagoa do Pau. Mas as bases tradicionais de ambos os povoados acompanham essas mudanças territoriais, às vezes de forma intensa e às vezes lenta (SOBREIRA, 2019). Nesse sentido, é possível advogar por práticas marítimas tradicionais e modernas, como proposto por Dantas (2010), em sua busca pelos fundamentos de uma geografia do litoral.

Os dois povoados apresentam características peculiares: são pequenas comunidades tradicionalmente pesqueiras que antes da construção da AL-101 Sul permaneciam relativamente isoladas, proporcionando aos veranistas certa exclusividade. Há registros dos primeiros veranistas, inclusive estrangeiros, em busca desse “paraíso tropical” representado por praias relativamente isoladas, de difícil acesso e com cenário paisagístico deslumbrante, nesse caso, o azul piscina do mar e a presença de falésias, recifes de arenito e praias de areia fina que compõem o cenário natural que até hoje é objeto de interesse turístico e de visitação.

A segunda residência também é utilizada para alojamento turístico. Assim, os turistas alugam as casas de veraneio para passar o final de semana, feriados prolongados ou durante o período de verão, a exemplo do ano novo e do carnaval, com o objetivo de usufruir dos atrativos, da beleza e tranquilidade do lugar. Considera-se que a característica nômade do turista e do veranista fazem com que ambos não apresentem vínculos territoriais com o lugar (SANTOS; VILAR, 2018).

O uso das bordas marítimas do Pontal de Coruripe e da Lagoa do Pau estão associadas principalmente às práticas recreativas e ao lazer, assim como às atividades tradicionais da comunidade. As práticas turísticas envolvem os moradores locais, os agentes públicos, os veranistas e os turistas. Os usos e as ações desenvolvidas na orla marítima envolvem diferentes sujeitos que atribuem ao espaço diferentes funcionalidades.

Para a comunidade local a orla marítima é o espaço do cotidiano e da sobrevivência. As atividades econômicas associadas ao turismo contribuem ou se constituem como fontes de renda, como mostra a fala do vendedor ambulante na Lagoa do Pau, ao ser questionado sobre o que mudou em sua vida com o advento do turismo: *“Pra mim mudou porque é quem me traz alguma coisa. Eu alugo mesas e cadeiras, então boto água de coco, refrigerante... A gente vive disso, porque emprego aqui não tem.”*

Por sua vez, para os veranistas é espaço de lazer, de descanso e até de contemplação das praias, dos recifes, do estuário e do oceano. Essas diferentes formas de uso, de entendimento do espaço e a relação social e afetiva com o litoral acarretam em territorialidades variadas e também resultam em conflitos socioambientais, igualmente diversos e até críticos, variando no tempo e no espaço.

A manifestação territorial da segunda residência do Pontal de Coruripe é mais antiga, se mescla entre residências de muros altos e baixos ou até sem muros, e se territorializa nas proximidades do mar, caracterizando uma diferenciação arquitetônica entre as residências dos veranistas e moradores permanentes. E expressa a relação de poder e dominação dessa parte do território, principalmente ao “afastar” a comunidade para áreas periféricas e tornar as bordas marítimas praticamente exclusivas para segunda residência.

Na Lagoa do Pau, a segunda residência também provoca diferenciação espacial em termos arquitetônicos, e o espaço produzido pela vilegiatura marítima encontra-se afastado dos autóctones, bem no início da unidade de paisagem 2, produzindo território exclusivo para a

segunda residência, o que representa distinção espacial, elitização e evidente auto segregação.

O aumento do fluxo de veranista tem um caráter dual em termos de impactos sobre o espaço litorâneo de Coruripe, podendo afetar negativa e positivamente o território. Nessa perspectiva, nota-se que os aspectos negativos do fluxo de veranistas são responsáveis pelas seguintes repercussões socioambientais e ou paisagísticos: disposição inadequada dos resíduos sólidos, esgotamento sanitário in natura nos corpos hídricos, perturbação do sossego, aumento no índice de violência, problemas no abastecimento de água e de energia elétrica, principalmente no verão, e ocupação irregular. Em contraponto, as práticas turísticas associadas à vilegiatura marítima também trazem impactos positivos para a comunidade, principalmente a partir do emprego e renda e dos serviços de infraestrutura.

No Pontal de Coruripe houve uma descaracterização ambiental mais acentuada se comparado ao povoado Lagoa do Pau, já que neste último o fenômeno da vilegiatura marítima é mais recente. No Pontal de Coruripe se registram mudanças paisagísticas que resultam em manifestações de segregação socioespacial. Com o desenvolvimento do veraneio a extensão da orla foi sendo urbanizada por segunda residência, desterritorializando a comunidade e reterritorializando-a em áreas periféricas. Esse processo não ocorre na Lagoa do Pau, uma vez que os autóctones permanecem em seus locais de origem e a vilegiatura marítima desenvolve-se nas proximidades do mar, afastada do núcleo urbano ocupando o espaço vazio no entorno do povoado.

Outra mudança socioespacial resultante do uso da borda marítima e das práticas de veraneio nos dois povoados é a produção de resíduos sólidos, principalmente os domiciliares (RSD) e de construção civil (RCC), dispostos nas ruas e nas praias. Os entrevistados, tanto na Lagoa do Pau, quanto no Pontal, atribuem esse cenário paisagístico como inadequado para as práticas turísticas e para o meio ambiente como um todo. Na visão do entrevistado da comunidade: *“O povo não tem educação não, o carro de lixo passa todo dia e o povo ainda joga o lixo na rua”*. O problema persiste no tocante à visão acerca dos visitantes temporários: *“Esse povo que vem de fora e não recolhe seu lixo e nem procura as lixeiras, jogam tudo na praia, aí o rapaz que faz a limpeza só vai limpar amanhã de manhã”*. As pousadas também contribuem para a produção dos resíduos na praia: *“Tão jogando peixe inteiro, cabeça de camarão, pneu, sacola de lixo (as pousadas...) principalmente período de inverno (Entrevistado morador da comunidade)*.

O recolhimento dos resíduos sólidos ocorre todos os dias, no entanto a produção de lixo é superior à demanda de limpeza, e mesmo nos dias de semana e período de baixa temporada identifica-se resíduos dispostos nas orlas, o que evidencia a precariedade dos serviços públicos e a necessidade de campanhas de Educação Ambiental (EA) para reverter essa situação.

O esgotamento sanitário manifesta-se territorialmente enquanto entrave para a gestão municipal, pois as vias de acesso às praias apresentam esgotamento a céu aberto. Nas entrevistas com os moradores identifica-se que 100% do esgotamento sanitário são por fossa séptica, os recolhimentos dos dejetos não ocorrem com frequência e em decorrência, as fossas transbordam

para as ruas dos povoados, cuja situação se agrava com o encanamento inadequado.

Com o aumento do fluxo de veranistas e turistas nas casas de praia foi registrado também aumento da poluição sonora, que perturba a paz dos habitantes locais, problema presente nas falas dos moradores entrevistados. Na Lagoa do Pau o barulho produzido nos finais de semana localiza-se na praça do povoado, nos bares e no entorno da igreja, fato que incomoda a população residente. Igualmente, o índice de assaltos tem aumentado e se verifica ausência de policiamento e inexistência de posto policial em ambos os povoados, o que se configura como um entrave para as comunidades, para os veranistas e para os turistas de Coruripe.

Os serviços de abastecimento de água e a falta de energia, segundo dados coletados em campo, se apresentam como outros dos graves problemas locais, na visão dos veranistas e moradores. A qualidade dos serviços não atende à demanda, tornando-se frequentes a falta de água e queda de energia elétrica. A fala da veranista do Pontal de Coruripe ilustra bem essa situação: *“Aqui quando falta água, também falta energia, e isso é direto, principalmente quanto tem muita gente por aqui.”* Em igual medida, a ausência de iluminação nas orlas, como mostra a fala de outra veranista entrevistada, é um problema persistente: *“Tá sem luz nenhuma no farol, tá tudo escuro”*. Esse problema também foi identificado na Lagoa do Pau.

As ocupações irregulares também ocasionam problemas e repercussões territoriais na orla marítima. A crescente urbanização que se despontou nos povoados vem ocupando o cordão litorâneo, e tem-se a presença de segunda residência, meios de hospedagens e de alimentação em terrenos da União. Com destaque para os bares/cabanas à beira mar na Lagoa do Pau, que vem passando por conflitos com o SPU (Secretaria de Patrimônio da União) e o IMA (Instituto de Meio Ambiente - Alagoas). Os bares/cabanas da Lagoa do Pau estão em funcionamento há quase trinta anos, perpassando de geração em geração.

Em meio as reivindicações dos proprietários, a Prefeitura de Coruripe defende que a gestão da orla marítima pode intervir na situação de conflito na Lagoa do Pau, embora a Prefeitura não possa conceder a escritura do terreno e as licenças ambientais exigidas pelo IMA para sanar o conflito. A SPU estabelece pré-requisitos para a gestão municipal das orlas no Brasil, podendo ocorrer de forma compartilhada. Em contrapartida, e aí reside um enorme desafio, as Prefeituras dos municípios costeiros precisam manter a equidade ambiental, social e econômica a partir dos princípios estabelecidos no Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima para toda a costa brasileira.

Corroborando com o apoio da Prefeitura Municipal de Coruripe, os comerciantes da orla estão traçando estratégias para a contenção do conflito com o IMA. Acredita-se que a organização em forma de associação pode ser uma medida a solucionar o conflito, embora não seja garantia de sucesso, de gestão sustentável.

As práticas turísticas também trazem impactos positivos para a comunidade. Em termos de alterações na infraestrutura dos espaços receptores identifica-se construções de melhores acessos às praias, como a pavimentação das vias. A partir do espaço produzido pela vilegiatura,

cresce a construção de vias que interligam os dois povoados, o que favorece a fluidez espacial e beneficia a população local, os turistas e também os vilegiaturistas.

Embora Coruripe como um todo ainda apresente dificuldades estruturais para receber um fluxo maior de visitantes, o fenômeno turístico se apresenta como importante atividade para os dois povoados. Constata-se, a partir das entrevistas, que as pousadas, bares e restaurantes tem expressividade na economia local, ao formar seus quadros de funcionários com moradores, somando-se aos vendedores ambulantes aos finais de semana, feriado e período de alta temporada. De igual maneira, se contratam caseiros, diaristas e churrasqueiros para as residências secundárias.

Assim, uma das características positivas é o aumento do emprego e renda para os autóctones. Contudo, uma vendedora ambulante que passou parte de sua juventude sendo caseira na Lagoa do Pau, ressalta que o emprego gerado pela segunda residência atualmente não é mais atrativo para os moradores, e os vilegiaturistas tem contratado poucos caseiros: *“Eles querem pagar muito pouco, não vale a pena ficar tomando conta da casa de ninguém, ainda mais depois dos arrombamentos de algumas casas aqui. Mas eles me contratam pra limpar a casa de vez em quando, as vezes eu vou, as vezes não vou, mas quando não vou, arrumo outra pessoa.”* A entrevistada faz menção a assaltos que ocorreram em algumas casas de segunda residência, as que se localizam fora de condomínio.

Quanto aos aspectos paisagísticos, nota-se que as características originais do lugar resistem, principalmente no Pontal de Coruripe. No que tange a atividade pesqueira a comunidade resguarda suas características tradicionais. Mas na Lagoa do Pau a pesca aos poucos está perdendo sua expressividade, assim como a cultura do artesanato da folha de ouricuri. A pesca não é mais atrativa para os jovens da Lagoa do Pau, porque os mesmos buscam desenvolver outras atividades, como serviços e construção civil, e/ou migram para outros locais. Segundo os entrevistados, a associação das Artesãs da Lagoa do Pau está diminuindo o quantitativo de associadas, considerando a potencialidade limitada dessa atividade econômica, já que a comercialização no povoado não é expressiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal responsável pelas alterações espaciais e paisagísticas nas praias de Coruripe tem sido a vilegiatura marítima, uma vez que os demais objetos introduzidos no espaço receptor tem função secundária na produção do espaço atual. É preciso considerar também que os serviços da hotelaria e meios de alimentação vão se desenvolver através da crescente ascensão das segundas residências e das poucas iniciativas de ordenamento territorial por parte dos órgãos competentes.

São vários os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da segunda residência na orla de Coruripe, a saber: o processo de valorização das praias que culmina nas práticas

marítimas modernas e no desejo de morar à beira mar; a imitação por capilaridade, uma vez que a classe abastarda alagoana fixou residência temporária no Pontal de Coruripe, principalmente os usineiros; a divulgação e promoção dos atrativos turísticos do estado, destacando suas belezas naturais, que facilitou a “descoberta” das praias de Coruripe; e as características rústicas do lugar, que atraem turistas alocêntricos.

A produção do espaço pela segunda residência ocorreu de forma diferenciada nos dois locais estudados. No Pontal de Coruripe, o veraneio se desenvolveu no momento de acessão das práticas marítimas modernas no Nordeste do Brasil, período no qual a divulgação do estado de Alagoas ganha proporções até internacionais. Na Lagoa do Pau, a urbanização por segunda residência vai ocorrer posteriormente, seu início data da década de 1980.

Os usineiros vão escolher as bordas marítimas do Pontal de Coruripe para usufruto da segunda residência e práticas de veraneio. Esse fato tem importante significância para expansão urbana, especulação imobiliária e para a concentração de investimentos no povoado, se comparado às demais localidades costeiras de Coruripe. É importante levar em conta que as práticas turísticas desde os primórdios se desenvolveram por imitação, ou seja, a concentração de uma camada social com maior poder aquisitivo foi atraindo outros veranistas.

Assim, diferentes sujeitos passam a usar a orla marítima, comunidade litorânea, turistas e veranistas, e atribuem ao espaço diferentes funcionalidades. Para o primeiro grupo, espaço de morada e onde se desenvolvem práticas de subsistência. Para os demais, representam possibilidade de recreação, lazer e descanso, manifestação de maior poder aquisitivo e em certo sentido de um estilo de vida elitizado.

No Pontal, percebe-se que a expansão das segundas residências desterritorializou a comunidade local das bordas marítimas, mas não suplantou suas características tradicionais. O povoado passou por alterações paisagísticas com a construção da orla e do muro de contenção marinha para proteger as casas de veraneio e as pousadas, e com a construção do terminal turístico. Se comparado às demais praias de Coruripe, o Pontal também possui um símbolo de *marketing* mais expressivo e atrai um perfil de turista diferente das demais praias, ou seja, com maior poder aquisitivo.

Já na Lagoa do Pau, a vilegiatura marítima se expandiu em áreas não urbanizadas, e atualmente há uma crescente valorização imobiliária no espaço receptor, expressa pela presença de vários loteamentos.

A vilegiatura nas praias de Pontal de Coruripe e na Lagoa do Pau foi acompanhada de mudanças paisagísticas e alterações espaciais às vezes significativas, às vezes inexpressivas, mas ambas com reflexo nos modos de vida da população local e na base física que sustenta a geografia das praias. Os conflitos ambientais e territoriais também são expressões da vilegiatura marítima em seu constante movimento.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, T. C. M. de; SANTOS, R. C. de A. L. SEOANE, J. C. S.; MANSO, V. do A. V. Alagoas. In: MUEHE, D. (Org.). **Erosão e Progradação do Litoral Brasileiro**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006, p. 197-212.
- BOYER, M. **História do turismo de massa**. Bauru: EDUSC, 2003.
- DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos Trópicos: por uma geografia do litoral**. 2ª edição, Fortaleza: UFC, 2010.
- MASCARENHAS, J. de C. BELTRÃO, B. A; SOUZA JUNIOR, L. C. de. Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea Estado de Alagoas. In: CPRM-PRODEEM. **Diagnóstico do Município de Coruripe**. Recife – PE, CPRM- Serviço Geológico do Brasil, 2005.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada**. Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MMA). Brasília: 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>> Acesso: 20 de junho de 2017.
- O'DONNELL, J. **A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- SANTOS, P. P. Entre a casa de praia e o imobiliário-turístico: a segunda residência no Litoral sergipano. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Cristóvão, 2015.
- SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. A territorialização da segunda residência no litoral de Sergipe (Brasil). **Revista de Geografia (Recife)** v. 35, nº 3, 2018.
- SILVA, P. M. F. da. Ciclo de vida da área turística: o caso do Pontal de Coruripe-AL. **Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado)** – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Maceió. 2016.
- SOBREIRA, J. da S. Usos e práticas turísticas na orla marítima de Coruripe/AL. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** - Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Geografia – São Cristóvão, SE, 2019.



Parte 4

DINÂMICAS REGIONAIS E CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS

Capítulo 8

TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO LITORAL NORTE DA BAHIA: VETORES, PADRÕES E TENDÊNCIAS DE USO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL

**Anízia Conceição Cabral de Assunção Oliveira
Marcus Henrique Oliveira de Jesus**

1 INTRODUÇÃO

As particularidades históricas da formação territorial brasileira fazem com que a trajetória dos processos de ocupação se diferencie ao longo da costa, de modo que áreas com expressivo adensamento populacional, predominantemente de caráter urbano, coexistem com grandes extensões de terra com povoamento disperso e rarefeito. Por tais circunstâncias, é possível identificar ao longo da zona costeira, atividades industriais, portuárias e de turismo e lazer, coexistindo de maneira simultânea com populações que vivem sob modo de vida tradicional em atividade de cunho extrativista animal e vegetal.

Neste cenário diverso, os processos de ocupação, ao contribuírem com a valorização diferenciada dos espaços costeiros, vêm promovendo usos intensivos e indiscriminados, causando efeitos diretos nas dinâmicas dos ambientes físico-naturais, e acarretando, muitas vezes, a expulsão de comunidades tradicionais, principalmente quando há ausência de um planejamento territorial que respeite as questões culturais, sociais, políticas e econômicas das populações costeiras. Este panorama de adensamentos desordenados e transformações adversas, no qual novas atividades cada vez mais se territorializam sobre um discurso de modernização e/ou incorporação dos espaços periféricos na dinâmica econômica global, é acompanhado de conflitos de ordem social e ambiental.

O Litoral da Bahia ocupa uma extensão de 1.183 km e corresponde a maior zona litorânea do Brasil, uma das mais destacadas do mundo pelos seus atrativos naturais. Ao mesmo tempo, acaba sendo alvo de interesses econômicos, o que explica os investimentos em atividades diversas (VITÓRIA; OLIVEIRA, 2015). É possível destacar as atividades que abrangem desde a exploração petrolífera até aquelas voltadas para agricultura e pecuária, sendo também presenciada a intensificação das atividades turísticas, de recreação e lazer, processo este que vem compondo de forma marcante o arranjo espacial do litoral.

Inserida no Litoral Norte da Bahia (LNB), a zona costeira de Conde destaca-se por apresentar sistemas de dunas, manguezais, áreas de restinga, baixios alagados, trechos de cobertura vegetal dotados de funções ambientais importantes. Além disso, o Conde foi eleito para ser um dos municípios pilotos para a implantação das ações do Projeto Orla, e destaca-se também pela presença de parte expressiva do seu território na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA-LN), criada em 1992, com o objetivo de conter os impactos da construção

da Linha Verde e ordenar o uso e ocupação do solo da zona costeira dos municípios de Conde, Jandaíra, Entre Rios, Mata de São João e Esplanada.

Frente às transformações socioespaciais promovidas por diversos agentes sociais e econômicos e considerando que a presença de atrativos naturais contribui para as tendências existentes de espaços a serem cada vez mais explorados por atividades variadas, com destaque para o turismo, foi levantada a seguinte questão: o Conde se configura como território passível de ser incorporado à lógica de apropriação e padrão de uso e ocupação já estabelecidos em outros espaços do LNB?

É nesse contexto que o objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão sobre os padrões de uso e ocupação da zona costeira de Conde, a partir dos processos de transformações socioespaciais ocorridas no LNB e da ação dos vetores de modernização que impõe novas lógicas na estrutura do território¹⁶.

2 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para o desenvolvimento deste estudo contemplaram desde o levantamento bibliográfico e produção de referencial teórico até levantamento de planos de gerenciamento costeiro, projetos de ordenamento territorial em órgãos públicos federais, estaduais e municipais e em sites da internet. A busca por dispositivos legais de proteção ambiental foi passo também importante para a pesquisa, pois promoveu o conhecimento dos espaços costeiros que estão ou deveriam estar sob efeito de proteção, e retratou o perfil atual de políticas e projetos de desenvolvimento adotados.

Também contribuíram para a produção dos resultados, a utilização de software de geoprocessamento (Quantum Gis 2.6) que permitiu a interpretação de imagens de satélite extraídas do Digital Globe e da Terra Metrics, ano de 2015, e georreferenciadas por meio da utilização das bases cartográficas de dados do Atlas de Geodiversidade do Estado da Bahia CPRM (2003) e da Base Digital de Municípios da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, SEI (2014).

Igualmente, foram realizados trabalho de campo, no segundo semestre de 2016, para registro fotográfico, checagem das informações obtidas através da análise cartográfica e entrevista com moradores e funcionários de estabelecimentos voltados ao turismo no espaço costeiro do município de Conde, para obtenção de informações sobre a ocupação territorial, seus vetores e problemas da urbanização dispersa.

16 O trabalho visa apresentar alguns dos resultados das pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), fomentado pelo Instituto Federal da Bahia (IFBA) sob o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

3 O DESENVOLVIMENTO DO VETOR TURÍSTICO NO LITORAL NORTE DA BAHIA

No LNB são observadas transformações na paisagem após a segunda metade do século XX, como fruto da atuação de processos que alteram a estrutura socioespacial e são vinculados, sobretudo, aos vetores de modernização apontados por Gomes (2013): a metropolização da Região Metropolitana de Salvador (RMS) aliada à expansão do Complexo Industrial de Camaçari, e as articulações do Estado junto ao capital internacional (turístico e imobiliário) na organização e produção do espaço.

O processo de metropolização da RMS, a instalação do Polo Petroquímico de Camaçari e a expansão do turismo litorâneo são considerados vetores responsáveis pelas transformações recentes na paisagem costeira desta região que, de um “deserto demográfico” passou a se tornar um “território de enclaves” (SILVA et al. 2008). Isto se justifica devido as consequências dessas novas dinâmicas que produzem ao longo do LNB processos como os analisados por Magalhães (2016) e Santos (2019) que envolvem a privatização das praias, impactos ambientais diversos e fragmentações e segregações socioespaciais.

A metropolização do município de Salvador exerce influência no cenário de políticas de desenvolvimento para a região. Grandes projetos e planos de ocupação, associados a empreendimentos turísticos de grande porte que contam com o aval do poder público, acabam caracterizando a área como uma das mais internacionalizadas e valorizadas da região Nordeste.

Jesus (2021), apoiado nas contribuições de Santos (2014) ao tratar das constituição dos meios geográficos, das particularidades que caracterizam cada momento, assim como das suas próprias contradições e as relações entre agentes hegemônicos e hegemonzados, destaca que o LNB é uma região que expressa na sua paisagem atual as rugosidades de momentos pretéritos, sobretudo da colonização, coexistindo com objetos geográficos dispostos atualmente por agentes vinculados ao capital imobiliário-turístico e industrial.

O Litoral Norte da Bahia vivenciou transformações de cunho modernizador com a implantação de atividades petrolíferas que se instalaram através de campos de exploração em municípios como de Mata de São João e Pojuca. O LNB é inserido na Região de Produção da Petrobras na qual, como processo complementar, tem-se a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari (COPEC) em 1978. Essa nova atividade possibilitou grandes transformações na estrutura socioeconômica da região, e conseqüentemente na paisagem. Este processo impulsionou a urbanização, a construção de eixos viários (BA-099, Estrada do Coco e Linha Verde) e a valorização (e especulação imobiliária) da terra, concentrada nas mãos de grandes proprietários rurais e que anteriormente serviam à exploração extensiva de gado.

Quando Gomes (2013) e Santos (2019) relataram o processo de modificações na organização social e espacial da região, deixaram patente o papel estatal no processo de produção e organização do espaço em associação ao capital turístico-imobiliário. Portanto, temos o Estado

como principal agente nas transformações ocorridas no Litoral Norte nas últimas décadas, seja ele atuando diretamente no fornecimento de infraestrutura, seja como articulador na implementação de vetores modernizantes, como a industrialização e urbanização, que se deram de maneira diferenciada e concentrada em determinadas localidades, privilegiando atividades econômicas específicas como a silvicultura, a celulose e a indústria petrolífera. Essas novas atividades irão criar uma demanda por infraestrutura viária, portos e terminais marítimos, conseqüentemente, os serviços terciários e o setor imobiliário e da construção civil também serão impulsionados.

E seguindo está lógica, as atividades turísticas encontraram um terreno fértil para sua implantação. Ao emergir no cenário da economia globalizada como um novo vetor de modernização e desenvolvimento socioeconômico, sobretudo, para territórios que ainda não foram incorporados às lógicas capitalistas globais, o turismo impõe-se como um poderoso aliado para o alcance da valorização dos lugares que são “frequentemente abandonados pelas outras atividades econômicas, levando para estes sítios eleitos a supressão das marcas, o equipamento coletivo, a promoção comercial e simbólica e novas fontes de receita e empregos” (CAZES, 1996, p. 81).

No início da década de 1990, o governo brasileiro em sintonia com os estados da região Nordeste e instituições internacionais de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apresentam um novo modelo de planejamento do desenvolvimento socioeconômico, chamado Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE I). O PRODETUR tinha como pauta o fornecimento de infraestrutura nos espaços do litoral nordestino para a prática de atividades turísticas com padrões internacionais.

Também é prudente lembrar que durante esse período o Brasil passava por um momento de instabilidade econômica, e como afirma Pereira (2014, p. 117-122), como solução “efetuou-se um conjunto de ajustes econômicos ditados pelas instituições financeiras mundiais (FMI, BIRD e BID), tendo o PRODETUR/NE sido efetivado financeiramente mediante essas condições”, com investimentos voltados à urbanização do litoral nordestino e à infraestrutura de saneamento e transportes. Como desdobramentos desse processo, foram observadas a criação de rodovias (e/ou sua duplicação), ampliação de aeroportos (a inserção de aeroportos nas rotas internacionais) e adequação de infraestrutura de acordo aos padrões internacionais de turismo¹⁷.

Gomes (2013) e Silva (2019), em seus trabalhos sobre o desenvolvimento do turismo no Litoral do Norte da Bahia, vinculados aos interesses hegemônicos de redes hoteleiras internacionais, relatam que durante o PRODETUR/NE, os polos da Baía de Todos os Santos e da Costa do Descobrimento foram os que absorveram mais recursos na Bahia, 80% do total.

No entanto, o governo baiano se torna um dos principais indutores das transformações socioespaciais e da construção de uma vocação turística na região. Silva e Carvalho (2011) mostram como o governo se articula para captação de investimentos do capital privado através

¹⁷ No caso do Litoral Norte da Bahia, as principais observações são referentes à ampliação do Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães e a duplicação de parte da principal estrada que corta essa região, a Linha Verde (BA-099).

da participação em feiras nacionais e internacionais de temáticas imobiliário turístico. Neste trabalho citado, os autores analisam como se desenvolve o marketing territorial do Litoral Norte com as vendas de lotes extensos em sites especializados na temática imobiliária. Além dessas questões, observa-se em sintonia com o número de terras à venda, a internacionalização dos espaços, com a presença cada vez maior de redes hoteleiras oriundas de países europeus, com destaque para Portugal e Espanha¹⁸.

As transformações socioespaciais ocorridas no Litoral Norte nas últimas três décadas, atreladas à instalação de atividades industriais e de empreendimentos do setor turístico de várias naturezas, chamam atenção para o fato de produzirem uma série de conflitos socioambientais, com destaque para a degradação dos ambientes costeiros e uma crescente privatização de praias, impossibilitando para as comunidades locais o acesso direto às paisagens naturais do seu cotidiano (LIMONAD, 2007; 2008).

É assim que, ao se presenciar ao longo da BA-099 o incremento de atividades econômicas imobiliárias e turísticas, fruto tanto do processo histórico de industrialização da RMS, quanto do reaquecimento da economia pós implementação do PRODETUR e implantação da segunda etapa da BA – 099 (Linha Verde), identifica-se também a força de processos geradores de expressivas mudanças territoriais.

Em face das problemáticas levantadas pelos processos de modernização territorial e da identificação de reorientação das políticas territoriais e turísticas que se dizem pretender incorporar o desenvolvimento sustentável enquanto meta a ser atingida, é que se destaca a movimentação do poder público baiano, entre as décadas de 1990 e 2000, na formulação de planos com discurso de incorporação de uma lógica de ordenamento territorial orientando usos e ocupações em bases sustentáveis na zona costeira. Essas elaborações são produzidas no contexto de transformação na esfera político-administrativa federal do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), o qual orienta as diretrizes a serem seguidas e o trabalho cooperativo entre distintas esferas da gestão pública (JESUS, 2021).

4 CONDE: PADRÕES DE USO E OCUPAÇÃO E A URBANIZAÇÃO DISPERSA

Com população estimada em 26.035 pessoas (IBGE, 2020), Conde é um dos municípios integrantes do Litoral Norte da Bahia e apresenta, segundo o último censo Demográfico de 2010, apenas 13,6% de domicílios com esgotamento sanitário, 34,1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e somente 2,5% de domicílios urbanos em vias públicas com

18 Gomes (2013) apresenta um quadro com a situação dos empreendimentos turísticos, hoteleiros-imobiliários no Litoral Norte da Bahia, com base em dados do SETUR/SUINVEST/SEMA/DUC, 2010. Nele, estão 23 empreendimentos, cerca de 09 são de origem espanhola, 05 de origem portuguesa, um de origem mista entre os dois citados anteriormente, os demais estão entre nacionais, outros países europeus e os EUA. Há uma presença expressiva do capital português e espanhol no turismo do LNB.

de canais fluviais; vegetação de restinga; e resquícios de Floresta Atlântica, representada por cobertura densa, constituída por manchas de vegetação com baixa antropização ou que permanecem em seu estado mais primário.

As pressões exercidas por diversas atividades econômicas, a exemplo da cocoicultura e pecuária, vêm contribuindo para a redução da vegetação original. O processo de ocupação com a conseqüente retirada da cobertura vegetal das restingas se dá, por exemplo, através da implantação de loteamentos, no qual o conjunto de casas, segundas residências, sítios e chácaras indicam presença marcante da ação humana (VITÓRIA; OLIVEIRA, 2015).

Ao longo da zona costeira do município, destacam-se os seguintes núcleos habitacionais: Sítio do Conde, Siribinha, Barra do Itariri e Poças. Em Sítio do Conde podemos verificar maior adensamento e distribuição espacial das residências e estabelecimentos comerciais. Seu tecido urbano apresenta dois eixos preferenciais de crescimento nos sentidos nordeste e sudoeste. Casas de tamanhos variados com mais de um pavimento e ruas tortuosas e descontínuas compõem o padrão de assentamento. Contudo, a presença de arruamentos com disposição mais regular e asfaltamento em várias vias também ocorrem e elevam a condição de fragmento urbano, apesar da carência de estradas asfaltadas para o acesso a povoados como Siribinha e Barra do Itariri.

Sítio do Conde é interligado à sede municipal e a BA-099 por via pavimentada. Seu processo de urbanização vem sofrendo a influência do turismo local que se concretiza a partir da migração de população proveniente de municípios mais interioranos. No tocante aos equipamentos de turismo, lazer e recreação, em Sítio do Conde tem-se a presença de pequenas pousadas e restaurantes. Também compõem o cenário de ocupação da zona costeira, residências secundárias utilizadas por veranistas em períodos de alta estação.

Siribinha localiza-se próximo a foz do Rio Itapicuru, e seu perfil de assentamento apresenta moradias estruturadas ao redor de um eixo central, com casas, no geral, compostas por um pavimento. A implantação de pousadas nas casas dos pescadores, bem como a presença de restaurantes de pequeno porte já são observadas. Também são encontrados equipamentos como sombreiros e mesas nas proximidades da foz do rio Itapicuru e na orla do seu núcleo.

Barra do Itariri está localizada na foz do Rio Itariri e tem a presença de casas com maior porte, que possuem função de segunda residência por população de veranistas. As moradias estão predominantemente dispostas ao redor da via que liga o estuário ao núcleo do Sítio do Conde. Há presença de novas construções com padrões arquitetônicos mais diversificados, resultados de ocupação recente, lotes de terra maiores, e em muitos trechos são verificadas casas construídas sobre o ecossistema de dunas ou de cordões litorâneos. Na Barra do Itariri é possível registrar um turismo de baixa intensidade, onde se verifica um processo de aluguel de segundas residências por turistas.

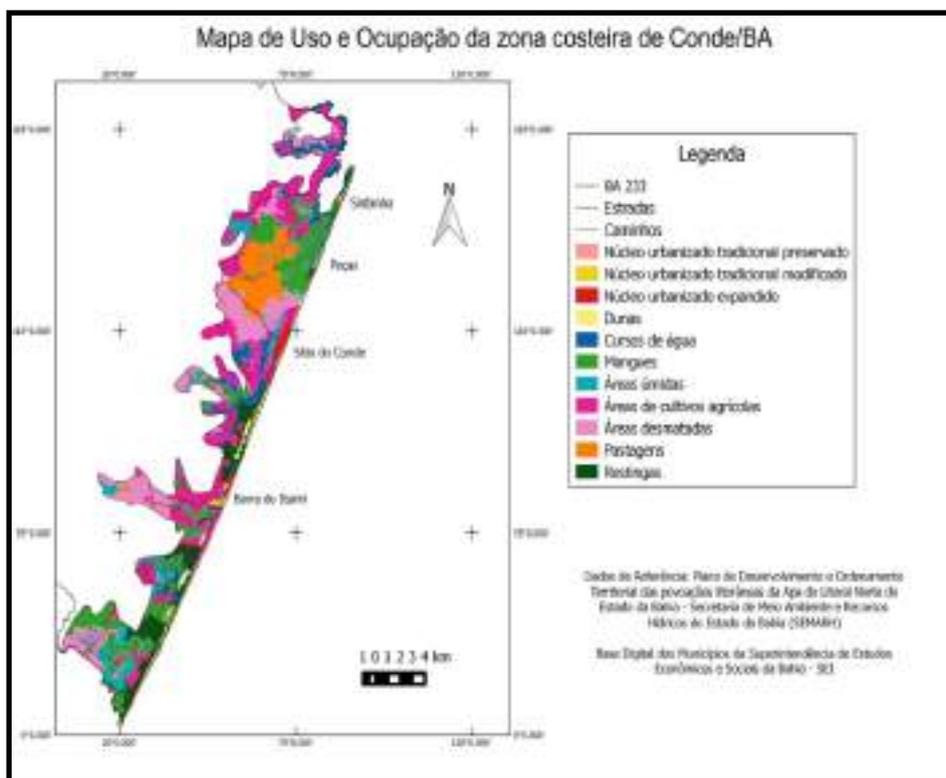
Por sua vez, Poças sofre influência direta da urbanização dispersa de Sítio do Conde e dada sua proximidade. Do mesmo modo ao que ocorre em Siribinha, casas também estão sobrepostas ao redor de uma via central, com semelhança no perfil de pavimento. Há carência de abastecimento de água e a principal disponibilidade do recurso é oriunda dos aquíferos presentes nos terraços marinhos.

Em Conde são também comuns áreas de pastagens ligadas à criação de bovinos, caprinos e ovinos nas proximidades de corpos d'água e áreas úmidas. Cultivos, principalmente os de grandes extensões, estão associados às pastagens e relacionam-se majoritariamente à cultura do coco-da-baía. O município se configura como um dos principais produtores de coco no Estado da Bahia. A produção de banana, maracujá, manga, laranja, feijão, mandioca, milho, batata doce e abacaxi são também culturas importantes no município.

As atividades primárias estão caracterizadas pelo declínio significativo da agricultura familiar em consequência da crescente exploração do eucalipto e pinus, associados a grupos empresariais. Essa manifestação resulta na expulsão dos pequenos agricultores e nos elevados índices de concentração de terras que compõem a clássica estrutura fundiária do município.

Referente à pesca e ao extrativismo animal, atividades presentes em todos os núcleos do litoral de Conde, principalmente em Poças e Siribinha, vale ressaltar a importância para a sobrevivência da população local. Em Barra do Itariri a pesca também é desenvolvida devido a sua proximidade com o estuário e à posição geográfica que favorece a atracação de embarcações, no entanto, também se registra o abandono dessa atividade por parte considerável da população que comumente passa a ser incorporada ao turismo. A figura 2 apresenta os tipos de uso e ocupação da zona cos

Figura 2: Mapa de Uso e Ocupação da Zona Costeira de Conde/BA.



Organização: Marcus Jesus e Anízia Oliveira (2016).

O Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das povoações litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia (2005) corresponde a um documento que, na ocasião de sua elaboração, visou orientar o desenvolvimento da região a partir do fornecimento de subsídios técnicos para que o poder público pudesse implementar ações adotando-se como perspectiva princípios de atuação em bases sustentáveis. Ao abordar aspectos propulsores do crescimento urbano regional ao longo da faixa litorânea, identifica cinco estágios de evolução urbana no LNB. Tais estágios constam no quadro 1 e são considerados como indicativos da intensidade das transformações socioespaciais verificadas no espaço costeiro em estudo. Para a identificação dos estágios de evolução urbana dos núcleos habitacionais do espaço costeiro de Conde foi adotada a metodologia presente no referido Plano, bem como são consideradas as análises realizadas a partir da interpretação das bases cartográficas, e as observações e informações obtidas durante o trabalho de campo.

Quadro 1: Estágios de evolução urbana do Litoral Norte da Bahia.

Estágios de evolução urbana	Características Principais
Estágio 1 – Núcleo urbano tradicional preservado	Caracteriza-se por ser um povoado urbano com poucas influências de agentes exógenos, onde prevalece a cultura local. Os turistas são veranistas tradicionais que alugam casas durante um período curto no ano. A população local sobrevive de atividades econômicas tradicionais como a pesca, extração vegetal/animal e agricultura de subsistência. Há uma limitação na estrutura de serviços reduzida a alguns pontos comerciais, escolas e igrejas. O desenho urbano é simples, com casas com apenas um pavimento, construída com materiais rústicos encontrados nas imediações. Infraestrutura urbana deficiente com ausência de sistema de abastecimento de águas e ruas pavimentadas. Baixas densidades demográficas.
Estágio 2 – Núcleo urbano tradicional modificado	Neste estágio o núcleo tradicional original é modificado por atividades turísticas espontâneas, através das aquisições das casas dos moradores locais por veranistas e comerciantes que iniciam a construção de pousadas e restaurantes, com baixa qualidade de infraestrutura. Esse processo colabora na mudança dos moradores locais para áreas menos nobres do povoado (geralmente em mangues ou terrenos embrejados), o que altera o desenho urbano original e faz surgir a construção de novas edificações sem respeitar padrões urbanísticos, além da alteração da cultura local e do estilo de vida, o que geralmente causa conflitos. O resultado disto são as degradações ambientais resultante de ocupações inadequadas em ecossistemas, como em cordões - dunas, devido ao adensamento progressivo dos limites originais aliado a precária infraestrutura e o fechamento do acesso aos recursos naturais utilizados pelos moradores.
Estágio 3 – Núcleo urbano expandido	É o estágio onde o núcleo tradicional se encontra bastante alterado pelas atividades turísticas espontâneas que é dinamizada através do mercado imobiliário, gerando a necessidade de expansão dos limites originais. Processo que se inicia com a especulação imobiliária resultado da cobiça dos especuladores por propriedades rurais extensas com pouca produtividade, que se aproveitam das condições de acesso ao povoado para a implantação de loteamentos. Com a comercialização dessas terras que geralmente são de baixo custo, inicia-se a expansão com ocupações que não obedecem a critérios urbanísticos, já que são áreas que não são consideradas urbanas, e por isso há inexistência de leis que ordenem o uso do solo ou fiscalização. Como resultado, ocorre uma progressiva degradação dessas áreas, fato que, no futuro, contribui para inviabilizar atividades turísticas ordenadas e sustentáveis. Outro aspecto característico deste estágio é a ausência de critérios ambientais para implantação destes projetos, o que promove ocupações inadequadas sobre ambientes dunares; aterro de áreas embrejadas e manguezais; além da alteração da morfologia dos terrenos e fluxos hídricos superficiais e subterrâneos. E uma observação pertinente é que muitos dos lotes demoram a ser comercializados e ocupados, ficando em repouso e gerando prejuízo a receita municipal.
Estágio 4 – Núcleos urbanizados expandidos interligados	Neste se verifica a interligação de dois núcleos urbanos expandidos através de parcelamentos. Nessa condição, os ecossistemas ambientais encontram-se parcelados sem critérios ambientais, onde os problemas são transferidos para compradores que adquirem sem consciência dos problemas ambientais e legais que terão no futuro. Geralmente são loteamentos especulativos com vários problemas legais e irregularidades que são adquiridos por indivíduos externos a região.

Estágio 5 – Mancha urbana continua	Nesse estágio se caracteriza o limite extremo do processo de urbanização, onde os núcleos expandidos interligados estão completamente ocupados, formando um tecido urbano contínuo e situado sobre ecossistemas naturais, o que dificulta o seu reconhecimento. Esse processo demanda uma melhor infraestrutura urbanística para garantir a qualidade de vida dos habitantes.
------------------------------------	---

Fonte: Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das povoações litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia, 2005.

A partir da consideração das características concernentes a cada estágio, a avaliação da estrutura de ocupação dos núcleos habitacionais de Conde identificou que na sua zona costeira ocorrem três tipos de estágios de evolução urbana: núcleo urbano tradicional preservado (Estágio 1); núcleo urbano tradicional modificado (Estágio 2); e núcleo urbano expandido (Estágio 3). O Sítio do Conde, o núcleo principal, se enquadra no estágio 3, onde prevalece um tecido urbano desordenado já consolidado, com crescente especulação imobiliária através das vendas de lotes que sugerem uma expansão das construções de condomínios e residências secundárias. São marcantes como características deste estágio, a comercialização de terras a baixo custo, a expansão de ocupações sem critérios urbanísticos e a inexistência tanto de dispositivos legais que ordenem o uso do solo quanto de fiscalização para coibir ocupações desordenadas.

Barra do Itariri se encontra no Estágio 2, caracterizado pelo surgimento de residências construídas fora do núcleo inicial de povoamento. Destacam-se como elementos que definem esse estágio, a modificação das características originárias da localidade por atividades turísticas espontâneas, através das aquisições das casas dos moradores locais por veranistas e comerciantes que iniciam a construção de pousadas e restaurantes, com baixa qualidade de infraestrutura.

Já Siribinha e Poças apresentam-se no primeiro Estágio, onde grande parte da sua população residente ainda sobrevive majoritariamente das atividades relacionadas à pesca, sob pouca influência de agentes externos e com evidências claras de uma infraestrutura urbana deficiente.

Ao apresentar como Conde se enquadra na classificação adotada pelo referido Plano, é importante ressaltar que tal elaboração esteve atrelada ao fluxo de formulações que buscou desenvolver as diretrizes do GERCO em escala regional e local. Ademais, a metodologia utilizada se constituiu com características eminentemente urbanas dos núcleos, apesar de admitir que nos núcleos urbanizados tradicionais preservados existam a proeminência de atividades tradicionais como pesca, extrativismo vegetal/animal e agricultura de subsistência. Atenta-se que a qualificação apenas a partir da forma que atingiu a região, sem observar as dinâmicas socioespaciais particulares, gera problemas classificatórios. Silva (2006, p. 69) apresenta uma consideração importante sobre os diagnósticos na Bahia, é “preciso observar que parte significativa da população

considerada como urbana pelas estatísticas oficiais deveria ser avaliada, a rigor, como população rural já que vive em núcleos muito pequenos com predomínio de atividades rurais”. Neste turno, é possível apontar os equívocos do Plano ao tratar da questão urbana com base nas atividades desenvolvidas, bem como pela sua conceituação que apresenta fragilidade e ausência de referências que o viabilize.

Compreendeu-se durante essa pesquisa que o Plano traz uma perspectiva positivista e linear de evolução, traçando de certo modo que todos os núcleos existentes no LNB passariam por esse processo. No entanto, é preciso ter em consideração que o espaço é ativo e nos movimentos de realização dos eventos e das contradições da relação entre agentes hegemônicos e hegemonzados na lógica do capital (SANTOS, 2014), é possível pensar que nem todos os núcleos passaram por esses estágios inviabilizando assim a lógica linear.

Considerando a análise dos estágios de evolução urbana presentes no Plano e das dinâmicas de uso e ocupação atuais, podemos destacar que em Conde não há a instalação de grandes empreendimentos turísticos, aos moldes dos complexos hoteleiros de resorts, mas se registra a presença de uma variedade de pousadas e hotéis de pequeno e médio porte que visam ao atendimento de uma demanda local e regional. Ou seja, o fenômeno de urbanização dispersa ao longo da costa com características atreladas ao turismo, mesmo que de forma ainda incipiente, se diferencia no município por atender prioritariamente a demanda local e regional de mercado. Tem-se que a própria expansão dessa atividade é fruto do imaginário representativo criado sobre o LNB em torno do turismo que, no caso do município citado, alimenta-se da influência de ações estatais, como a propaganda verificada por Gomes (2013) referente a venda de lotes litorâneos no *site* da SETUR-BA.

Ao longo do Litoral Norte se vivencia a expansão da vilegiatura, sobretudo associado ao capital imobiliário-turístico. Em Conde, tem-se um padrão de urbanização que também segue a lógica da vilegiatura, residindo na aquisição de residências secundárias nos espaços litorâneos do município, principalmente na sua faixa de praia, colocando assim em destaque seu principal núcleo urbano de habitação, Sítio do Conde, que supera em área efetiva de ocupação até a própria sede distrital do município. Igualmente, verifica-se a construção de imóveis por populares em zonas menos privilegiadas devido à expansão dessa prática marítima moderna, o que pode resultar em uma série de conflitos socioambientais.

Nesse sentido, o que se tem projetado sobre a zona costeira de Conde é um padrão de uso e ocupação relacionado às atividades agropecuárias e a um perfil de urbanização que fragmenta e segrega o espaço e que colabora para a implantação de um modelo de exploração turística seletivo, degradante e definidor de conflitos. O desenvolvimento desse perfil de urbanização no espaço costeiro de Conde se caracteriza pelo avanço de loteamentos, condomínios e empreendimentos hoteleiros, sendo que seu principal núcleo urbano (Sítio do Conde) se expande sobre um desenho caótico, sem ordenamento de uso do território, o que conseqüentemente resulta na ocupação indevida de ecossistemas costeiros, questão também recorrente em Barra

do Itariri, núcleo localizado mais ao sul do município, onde se registram mais claramente na paisagem residências construídas sobre cordões dunares e na linha da praia.

Vale ressaltar que, embora o vetor turismo e suas lógicas de ocupação do território costeiros do Conde não exerçam a mesma influência sobre a dinâmica urbana se comparada às características de urbanização presenciadas em porções mais ao sul do LN, já se manifestam no referido município processos vinculados a um perfil de ocupação fragmentador e excludente que colaboram para a intensificação de uma especulação imobiliária expansiva, o que denota que vem ocorrendo o processo de territorialização de agentes sociais e econômicos geradores de preocupantes transformações socioespaciais.

No bojo dessa discussão, não podemos deixar de considerar que a não territorialização de infraestruturas nos moldes semelhantes aos mega empreendimentos turísticos verificados em outros trechos do LN pode ainda não ter se dado pelos fatores locais, afinal este município está situado nas proximidades da divisa com o estado de Sergipe, a uma distância de aproximadamente 170 km do aeroporto de Salvador, cerca de duas horas de deslocamento entre ambos, o que talvez a curto prazo não viabilize uma rentabilidade desejada pelos grandes empresários dos ramos turísticos e imobiliário.

Quanto ao tratamento de Conde como reserva de valor ainda a ser incorporada na lógica dos grandes circuitos nacionais e internacionais de turismo, é preciso entender que a exploração turística também se beneficia da produção da exclusividade como forma de valorização e acumulação de capital, e por isso é possível pensar que o litoral deste município aguarda o esgotamento dos destinos tradicionais para ser oferecido como uma nova alternativa ao desenvolvimento da atividade (BUTLER, 1980). Basta lembrar que o próprio processo de difusão de modelos turísticos pelo mundo deu-se a partir do processo de decadência de destinos amplamente frequentados e assimilação de novos locais que viabilizassem a continuidade da ampliação da acumulação a partir da sua exploração (HARVEY, 2005).

Podemos afirmar então que o turismo como vetor de transformação do litoral, não só revela o potencial de beleza cênica das paisagens costeiras, como também expõe os desmandos sociais e conflitos existentes por trás das lógicas de apropriação. As lógicas impostas pelo capital na produção e reprodução desses espaços ainda não foram capazes de desenvolver socialmente e economicamente os territórios já incorporados pelo turismo e sua proposta de desenvolvimento periférico.

A análise das transformações do espaço costeiro de Conde, ao considerar a expansão dos usos ligados ao turismo, lazer e recreação e das instalações de condomínios de segunda residência, faz ressaltar um contexto preocupante de afloramento de conflitos atrelados aos processos socioespaciais já desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, destacando assim a necessidade de se buscar formas de uso e ocupação do território que almejem práticas voltadas à inexistência de danos ambientais e sociais decorrentes destes fenômenos e que estejam apoiadas no cumprimento dos dispositivos legais de proteção ambiental existentes.

Tendo em vista as particularidades presenciadas na zona costeira de Conde no que correspondem (i) às ocupações irregulares muito associadas à crescente implantação de loteamentos, condomínios, segundas residências e empreendimentos hoteleiros; (ii) às transformações na estrutura fundiária (aumento do parcelamento do solo); e (iii) à tendência do processo de intensificação de um crescimento urbano desordenado sustentado por uma especulação imobiliária e turística intensiva que contribui para a descaracterização das paisagens naturais, para o comprometimento do equilíbrio dos sistemas biofísicos e para a perda de qualidade ambiental das áreas afetadas por este tipo de padrão de uso e ocupação; é que se fazem necessários mecanismos mais eficientes de planejamento e ordenamento que direcionem os usos e ocupações da sua zona costeira para padrões mais sustentáveis, visando assim priorizar a manutenção da diversidade ambiental da zona costeira e do modo de vida tradicional das populações locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o Estado se qualifica como o principal agente de transformação na paisagem costeira. Ora como fornecedor direto de infraestrutura para a instalação de vetores de modernização, ora articulando nas escalas nacionais e internacionais através de projetos de capitalização de recursos privados para a implantação de determinados usos e ocupações. O Litoral Norte da Bahia é um dos espaços nordestinos privilegiados pelas ações governamentais em incentivo ao desenvolvimento do turismo e ao investimento de capital estrangeiro em infraestrutura turística.

Conde, município integrante desta região, vem sofrendo a influência do avanço das atividades turísticas. A possível territorialização das atividades turísticas, de recreação e lazer de grande porte atrelado ao crescimento do mercado imobiliário de lotes e construção de condomínios de residências secundárias podem alterar substancialmente a dinâmica local, somadas à expansão dos núcleos habitacionais sobre ecossistemas costeiros, à concentração fundiária, ao avanço das atividades agropecuárias que desmatam a floresta nativa do município, à expansão das culturas específicas, e à necessidade de preservação das comunidades que vivem da pesca artesanal que expõem um cenário complexo gerador de novos conflitos.

É necessária a implementação de medidas que postulem usos e ocupações sustentáveis na zona costeira. Um caminho que se assenta em torno dessas questões é a urgência de ações do Estado, enquanto agente mediador frente aos conflitos socioambientais, direcionadas à reversão das problemáticas diagnosticadas, como a expansão desordenada dos parcelamentos do solo e de ocupações irregulares. Ações que sejam capazes de intervir na realidade e conter os processos de degradação ambiental em curso, que orientem/ordenem os usos e processos de ocupação em moldes sustentáveis,

tendo como diretrizes a efetiva conservação, preservação e recuperação dos ambientes costeiros, de sua diversidade, e que envolvam a população local nos processos de planejamento, visando a manutenção das comunidades tradicionais nos seus espaços de reprodução e vivência cotidiana.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. **Estratégia Turística da Bahia: O Terceiro Salto 2007-2016**. Salvador: Setur, 2011.
- BAHIA. Decreto nº 1.046, de 17 de março de 1992. **Cria a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia e dá outras providências**. Salvador: Diário Oficial do Estado, 1992.
- BAHIA. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Pólo Salvador e entorno**. Governo do Estado da Bahia - Secretaria da Cultura e Turismo Salvador, 2003.
- BAHIA. **Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial das Povoações Litorâneas da APA do Litoral Norte do Estado da Bahia**. Salvador: Governo do Estado da Bahia - Secretaria de Meio Ambiente e Recurso Hídricos/ Centro de Recursos Ambientais, 2005.
- BNDES. **PRODETUR: Infra-estrutura e seus reflexos no turismo**. Rio de Janeiro: BNDES - Governo Federal, 1999.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível na Internet: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 10 de jun. 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **DATASUS**. Informações de Renda Média Domiciliar Per Capita, 2010. Disponível na Internet: <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206>. Acesso em 10 de jun. 2016.
- BUTLER, R. The concept of tourism area cycle of evolution: implications for management of resources. **Canadian Geographer**, n. 24, v. 1, p. 5-12, 1980.
- CAZES, G. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, Adyr A. B. Balastrieri. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 77-85.
- GOMES, L. **Luzes e sombras no litoral norte da Bahia: estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais**. Salvador: EDUNEB, 2013.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- JESUS, M. H. O. de; OLIVEIRA, A. C. C. de A. Transformações socioespaciais no Litoral Norte da Bahia e a importância do planejamento territorial. **Revista Entorno Geográfico**. Nº 13, p. 82-98, 2017.
- JESUS, M. H. O. de. Políticas territoriais no Litoral Norte da Bahia: entre os meios geográficos e a avaliação ambiental estratégica. 165 f. 2021. **Dissertação (Mestrado em Geografia) -**

Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

LIMONAD, E. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros, Bahia. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, vol. 11, n. 245 (40), 2007.

LIMONAD, E. “Você já foi à Bahia, nêga? Não! Então vá! Antes que acabe...”. Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro, tendências e perspectivas. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. **Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica**, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.

MAGALHÃES, D. S. Fragmentação e segregação sócio-espacial no processo de urbanização do litoral nordeste da Bahia: os dois lados da Rodovia BA-099 – “Estrada do Coco”. 332f. 2016. **Tese (Doutorado em Geografia)**, Instituto de Geociência, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

MARCELINO, A. M. T. O turismo e a sua influência na ocupação do espaço litorâneo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 177-183.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 202p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDE. **Projeto Orla – Plano de Intervenção na Orla Marítima do Município de Conde-BA**. Conde: GERCO/SPU/IBAM/MMA, 2004.

SANTOS, P. P. Veraneio, turismo de sol e praia e imobiliário-turístico: a formação da região turística entre o litoral Sul de Sergipe e o litoral Norte da Bahia. 391 f. 2019. **Tese (Doutorado em Geografia)**, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, S. B. de M. e. O problema regional baiano: novas e velhas questões. In: SILVA, S. B. de M. e; SILVA, B-C N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2006, p. 71-90.

SILVA, S. C. B. M.; SILVA, B. C. N; CARVALHO, S. S. de. Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves? In: CARVALHO, I.; PEREIRA, G. (Orgs.). **Como anda Salvador**. 2ª ed. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 189-211.

SILVA, S. C. B. M.; CARVALHO, S. S. de; SILVA, B. C. N. Globalização, turismo e residências

secundárias: o exemplo de Salvador-BA e de sua região de influência. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. IV, p. 1-16, 2009.

SILVA, S. C. B. M.; CARVALHO, S. S. de. Vende-se uma região: o marketing territorial público e privado do litoral norte da Bahia. **Revista Desenhahia**, v. 7, p. 99-114, 2011.

VITORIA, S.; OLIVEIRA, A. C. A. Análise da paisagem costeira do município de Conde-BA. In: **Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada SBGFA**, Teresina. 2015. p. 2024-2031.

VITÓRIA, S. S.; JESUS, M. H. O. de; OLIVEIRA, A. C. A. Paisagem costeira de Conde-BA: uma análise integrada a partir da caracterização da dinâmica biofísica e do uso e ocupação. In: **Simpósio Nacional de Geomorfologia**, 2016, Maringá. **Anais do XI Sinageo**, 2016.

VILAR, J. W. C. et al. Ordenamento territorial do litoral nordestino. IN: MENEZES, S. de S. M.; PINTO, J. E. S. de S. (Orgs.). **Geografias e geograficidades: escolhas, trajetórias e reflexões**. São Cristóvão: Editora UFS, 2020, p. 277-309.

Capítulo 9

ENTRE INDIAROBA/SE E JANDAÍRA/BA: ATORES E REDES NA RECONFIGURAÇÃO DE TERRITÓRIOS COSTEIROS

Carla Norma Correia dos Santos

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, no Litoral Norte da Bahia e no Litoral Sul de Sergipe, a inserção de novas atividades econômicas e a crescente valorização das zonas de praia e do complexo estuarino contribuíram para que segundas residências, condomínios de veraneio e infraestruturas de apoio ao turismo fossem instaladas, com o intuito de explorar ao máximo os valores paisagísticos, o que tem promovido mudanças e transformações ambientais, territoriais e sociais, que afetam diretamente os moradores, suas organizações e modos de vida tradicionais.

Os municípios de Indiaroba, situado Litoral Sul de Sergipe, e Jandaíra, localizado no Litoral Norte da Bahia, se inserem nesta realidade cambiante, pois o desenvolvimento do turismo e da atividade imobiliária, através da ocupação das terras por parcelamentos para fins de segunda residência ou veraneio, tem promovido uma reconfiguração territorial e econômica nestes espaços litorâneos. Estes municípios, cuja economia é baseada tradicionalmente na agropecuária, no extrativismo e na pesca tradicional, passaram também a alojar atividades que promovem uma maior rentabilidade do solo, elevam o preço da terra, que adquire um novo valor social, e estão na base da explicação de vários tipos de conflitos sociais e ambientais.

Os municípios de Indiaroba e Jandaíra são contíguos e por estarem distantes geograficamente de suas capitais, acabaram estabelecendo relações de vizinhança que promovem interação territorial e ajudam a desenvolver mecanismos de solidariedade, o que caracteriza a lógica zonal ou horizontalidades. Atualmente, a construção de materialidades geográficas acelerou o processo de ocupação e, conseqüentemente, a inserção de novas atividades econômicas nesses municípios, sendo o Estado, juntamente com o capital privado, os maiores indutores dessa ocupação e da implantação de um novo modelo de desenvolvimento territorial, onde emergem novas formas de uso e ocupação do solo.

O turismo passa então a impulsionar a ocupação e a apropriação dos espaços litorâneos destes municípios, também a partir de interesses hegemônicos, externos à região, que representam a lógica reticular ou verticalidades. Assim, em Indiaroba e Jandaíra a lógica zonal ou dinâmicas internas, endógenas à sociedade, e a lógica reticular ou movimentos externos à sociedade local, produzem novos territórios e novas territorialidades. Dentro desta perspectiva, o presente capítulo tem por objetivo analisar o papel dos atores e das redes na construção de territórios costeiros nos municípios de Indiaroba/SE e Jandaíra/BA.

Do ponto de vista metodológico, para atingir os objetivos da pesquisa foram feitos estudos qualitativos e quantitativos. Faz-se relevante mencionar a coleta de dados sobre a reconfiguração dos territórios costeiros na área em estudo em artigos publicados em revistas científicas, bem como levantamentos bibliográficos, documentais e cartográficos. A pesquisa empírica foi realizada mediante a realização de entrevistas semi-estruturadas com a população local, empreendedores e representantes do poder público municipal de Indiaroba e Jandaíra. Os dados e informações coletados foram analisados, avaliados e interpretados, tendo como produto informações digitalizadas e outros instrumentos de sistematização das informações, que permitiram a elaboração deste estudo

2 TERRITÓRIO, LITORAL, LÓGICA ZONAL E LÓGICA RETICULAR

Haesbaert (2009) afirma que espaço e território não podem ser separados, considerando que o espaço ao ser apropriado pelas relações de poder torna-se território. A apropriação do território é ocasionada pela valorização do espaço, que por sua vez é transformado pela intervenção e pelo trabalho do homem, permeada por relações de poder. A partir do estabelecimento de relações de poder um sujeito ou grupo social exerce o domínio sobre um dado território, sobre os recursos e sobre as pessoas, através da demarcação territorial, do estabelecimento de limites ou do impedimento do uso da terra (SOUZA, 2009).

O território é constantemente submetido a mudanças nas relações sociais, adquirindo novas funções e significados, dado que cada sociedade se apropria do espaço a sua maneira, que geralmente está baseada na ideia de pertencimento e apropriação. Seguindo essa concepção, Saquet (2009, p. 81) afirma que “o território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade”, sendo determinado pelas relações de poder produzidas por um grupo social, podendo ser considerado a dimensão política do espaço socialmente produzido.

Por sua vez, Souza (2009, p. 65) afirma que os territórios são relações sociais projetadas no espaço e, portanto, não correspondem a um espaço concreto, ou seja, “o território, embora sendo também uma manifestação do espaço social e da espacialidade, nem por isso é uma coisa material”. Candiotto e Santos (2009, p. 320-321) ratificam essa ideia, ao afirmarem que:

O território vai além de uma delimitação física (areal), pois inclui relações de poder (ações) que se efetivam em determinadas extensões terrestres (territórios-zona), mas são influenciados também pelas redes de circulação e comunicação (territórios-rede) e pela identidade de indivíduos e grupos sociais, correspondente à combinação da dimensão material com a simbólica. Portanto, assim como o espaço, os territórios são produzidos por ações e objetos, pelo material. Estes são componentes essenciais do território e sua concretização requer, necessariamente, apropriação, dominação ou controle.

Na constituição dos territórios, as intencionalidades e a capacidade de organização dos diferentes grupos sociais são fundamentais, porém como estes são edificados a partir de relações de poder, geralmente os interesses de grupos mais fortes prevalecem. Consequentemente, ainda segundo Candioto e Santos (2009, p. 324), acaba sendo imposto um “domínio territorial de forma unilateral, em que apesar das diferentes territorialidades existentes, o grupo que representa a força dominante determina as feições territoriais”, ocasionando assim emergência de processos de segregação socioeconômica e territorial.

A presença de empreendimentos turísticos e imobiliários ao longo do litoral nordestino acentuou a segregação socioespacial, evidenciando as disparidades entre os povoados voltados à atividade turística de alta renda e dotados da infraestrutura de abastecimento, saneamento, comunicação e transportes, e as localidades costeiras que não dispõem de infraestrutura e serviços necessários ao desenvolvimento do turismo (VILAR et al., 2020).

Mas na verdade o litoral aloja múltiplos vetores de desenvolvimento, reflexo de sua localização geográfica e de suas potencialidades naturais, visto que a grande geobiodiversidade desses espaços os qualifica como uma importante fonte de recursos, possibilitando formas variadas de uso e ocupação do solo.

Os elementos naturais e a ação humana contribuem na caracterização morfológica dos ambientes costeiros que assumem um novo significado quando a sociedade insere objetos e ações que reconfiguram esses espaços, dotando-os de novos significados e funções. Essa interação entre os elementos de diversas naturezas contribui para configurar o litoral como um espaço singular, que influencia e favorece o desenvolvimento de atividades econômicas e pode por estas ser influenciado. O litoral é um lugar de convergência, de encontro, que agrega processos de naturezas diversas, entendido pelo geógrafo espanhol Barragán Muñoz (1997, p. 17) como uma:

Faixa de largura variada, resultante do contato interativo entre a natureza e as atividades humanas que se desenvolvem em domínios que compartilhem a existência ou a influência do mar. Desse modo se estabelecem três subáreas bem diferenciadas por suas características físico-naturais: a marítima, a terrestre e a que poderia denominar-se “anfíbia” ou marítimo-terrestre (Tradução da autora).

No entanto, observa-se que muitos autores evidenciam o papel e a importância da ação antrópica na conceituação e delimitação dos espaços litorâneos, que vem sofrendo constantes impactos, decorrentes do avanço da urbanização, da industrialização, do turismo e de atividades econômicas sobre áreas que deveriam ser preservadas. No Nordeste do Brasil por exemplo, o litoral vem sendo transformado em mercadoria, e nele são estabelecidas relações de poder, mediante a inserção de novas atividades econômicas, de novos atores, de novos usos do solo e de novas intencionalidades, promovendo assim, mudanças nos territórios. Tal dinâmica demonstra que o litoral é um território definido e delimitado através das relações de poder, sendo reestruturado através de

determinadas atividades econômicas, expressando identidades e conflitos vivenciados pelo homem.

De forma dinâmica, os atores e as redes produzem e transformam os territórios, onde são estabelecidas relações de poder que são inerentes às relações sociais, presentes na vida cotidiana. De acordo com Santos (2017), as novas possibilidades de fluidez fortalecem e ampliam os vínculos à distância em rede, numa lógica reticular, ao mesmo tempo em que se verifica a grande importância dos laços zonais de contiguidade. A combinação destas duas lógicas geográficas amplia a interdependência entre os territórios, passando a predominar circuitos mais amplos e emergindo também novas formas de cooperação e controle.

Embora a noção de proximidade esteja geralmente associada à lógica reticular, posto que a rede conecta espaços através da tecnologia, um dos pressupostos da maior proximidade é a contiguidade espacial, que envolve a lógica zonal e está mais diretamente relacionada ao âmago do território. A dimensão zonal é privilegiada na regionalização e constitui uma importante ferramenta na elaboração de políticas de intervenção no espaço, onde a proximidade geográfica promove interação entre áreas, tornando possível desenvolver uma solidariedade local e aumentar a eficácia política.

Na lógica zonal, as regras são localmente formuladas e a contiguidade espacial constitui o fundamento da solidariedade, ao passo que na lógica reticular a solidariedade não depende necessariamente da contiguidade, da proximidade espacial, mas sim da proximidade organizacional e das regras ditadas e produzidas à distância pelos sistemas hegemônicos, que desestruturam e desintegram as solidariedades locais criadas. Desta forma, a lógica zonal é estabelecida nas escalas locais e regionais, a partir de relações econômicas, políticas, sociais e culturais, favorecendo o desenvolvimento de ações construídas localmente e com ampla participação da sociedade civil, em prol do interesse coletivo, constituindo na visão esclarecida de Milton Santos (2008), uma forma de resistência à globalização.

Por sua vez, as redes interligam o local ao global, aproximando pontos afastados no espaço geográfico e assegurando o funcionamento global da sociedade e da economia, legitimando o uso da expressão lógica reticular. A interdependência entre as áreas comporta uma hierarquia que, segundo Santos (2008), se realiza através de ordens técnicas, financeiras ou políticas, contribuindo para o crescente processo de homogeneização, dado que há uma similaridade na organização espacial imposta pelo Estado e pelos grupos dominantes. Contudo, as redes são diferenciadas e conectam os locais de formas distintas, inviabilizando assim a homogeneização do espaço e evidenciando a heterogeneidade, pois constituem um dos suportes da competitividade e possibilitam a determinados atores sociais um papel privilegiado na organização espacial.

Em um mundo de crescente fluidez e de territórios múltiplos, há a tendência da união vertical dos lugares, viabilizada pelas redes que dotam o espaço de uma maior fluidez e flexibilidade, posto que a circulação prevalece no atual processo de produção e promove modificações espaciais. Assim, a mobilidade se transforma em um grande diferenciador social, pois as redes se estabelecem a serviço do grande capital, promovendo a valorização

das especificidades locais e imprimindo novas feições aos espaços, que se tornam assim mais atrativos aos investimentos externos (SANTOS, 2008; SANTOS, 2017).

Mas em paralelo ao fortalecimento dos vínculos à distância, em rede, torna-se evidente a relevância dos laços de contiguidade, que caracterizam a lógica zonal, utilizada no ordenamento territorial, pois em alguns momentos a definição de uma área é imprescindível para a manutenção de um território e cada grupo deve ter autonomia e capacidade para “abrir” ou “fechar” seu território quando houver necessidade. As redes articulam zonas que, por sua vez, apresentam também uma interação interna, evidenciando as relações entre a lógica zonal e a lógica reticular, sobretudo no que se refere à proximidade e contiguidade na construção de espaços sociais.

Nessa perspectiva, os territórios vêm apresentando novos recortes e novas funcionalidades, estabelecidas através de regulação exterior, pois a reestruturação produtiva que vem sendo implantada em determinadas regiões é voltada a atender as determinações do mercado global, mostrando-se muitas vezes excludente, pois são concentradoras de recursos, além do que nem todos trabalhadores são inseridos na economia globalizada. A lógica reticular é a expressão das forças exógenas e se instalam no território através das redes, promovendo desagregação, desordem e conflitos, ao mesmo tempo em que reestruturam a economia local e favorecem novas possibilidades e dinâmicas. Em contrapartida, a lógica zonal ou horizontalidades, embora seja pautada em relações de solidariedade próxima e contígua, não se processa de forma isolada do mundo, e desta forma é no lugar que estas se confrontam e se articulam com as verticalidades ou lógica reticular, convivendo dialeticamente (SANTOS, 2008).

Em síntese, os territórios hoje são formados por lugares contíguos e por lugares em rede, de lugares vizinhos reunidos na forma de contiguidade territorial e por pontos distantes uns dos outros ligados por formas e processos espaciais. Desse modo, torna-se evidente a relação de reciprocidade entre a lógica zonal e a lógica reticular, uma vez que as redes além de comporem os territórios têm um papel importante na sua construção geográfica, ao mesmo tempo em que o território é um elemento que compõe e permite articular a rede. No litoral essa articulação geográfica assume contornos bem expressivos na atualidade dada a sua valorização territorial e a sua singularidade local e regional.

3 A HETEROGENEIDADE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM INDIAROBA E JANDAÍRA

Os municípios de Indiaroba e Jandaíra, embora estejam localizados em Estados diferentes, apresentam similaridades quanto ao uso e ocupação do solo, tendo em vista que ambos tiveram sua base econômica tradicionalmente assentada na pecuária, na agricultura e na pesca. Tais semelhanças podem ser atribuídas em parte à contiguidade espacial que caracteriza a lógica zonal ou as horizontalidades, que segundo Haesbaert (2014) gera uma interdependência

entre áreas contíguas e podem contribuir para o fortalecimento do conjunto.

No âmbito regional entre Sergipe e a Bahia, a ação estatal promoveu uma nova lógica de produção do espaço litorâneo, ao ampliar a fluidez territorial, materializada em vetores viários e na construção de pontes, favorecendo a valorização de determinados espaços e possibilitando uma interligação rodoviária completa entre Aracaju e Salvador, por via litorânea. As rodovias SE-100 e BA-099, bem como as pontes Joel Silveira e Gilberto Amado em Sergipe, constituem eixos estruturantes e indutores de desenvolvimento do setor imobiliário e turístico, integrando definitivamente Indiaroba e Jandaíra às suas capitais e a outros Estados da Região Nordeste e do país.

Ainda no século XX, observa-se em Jandaíra e Indiaroba a expansão da cultura do coco-da-baía no litoral, e posteriormente, da citricultura nos tabuleiros, que projetou esses dois municípios como importantes produtores de laranja. As condições edafoclimáticas presentes favoreceram o plantio do coco-da-baía, que ocupa principalmente as áreas de terraços marinhos e fluviomarinhos nos domínios costeiros dos dois municípios. Enquanto em Indiaroba desenvolveu-se a cultura canavieira, em Jandaíra os solos não favoreceram esta atividade, predominando a agricultura familiar e a pecuária (SILVA, 2009).

A agropecuária ainda hoje é uma importante atividade econômica desenvolvida nos dois municípios, que apresentam uma similaridade no que se refere aos produtos cultivados e aos principais rebanhos. Em Jandaíra e Indiaroba a pecuária é uma importante atividade econômica, de modo que a pastagem plantada e/ou natural está presente principalmente nas áreas de tabuleiros costeiros e nos relevos dissecados em superfícies dos rios. Na área em estudo predomina o rebanho bovino, criado predominantemente de forma extensiva e destinado principalmente à produção de carne e leite. Em Indiaroba, as áreas de pastagem aparecem associadas à citricultura e aos cultivos temporários, enquanto que em Jandaíra a pecuária é desenvolvida associada à policultura e à cocoicultura (SILVA, 2009).

A pesca também incrementa a economia dos dois municípios, gerando emprego e renda para uma parcela considerável da população local, porém sendo menos estruturada em Jandaíra, onde é praticada predominantemente de forma artesanal, apresenta baixos índices de produção e utiliza equipamentos bastante rudimentares. Mais precisamente, no espaço de contato direto entre os dois municípios, os recursos pesqueiros são mais abundantes, sobretudo no complexo estuarino Piauí/Real que apresenta uma elevada produtividade biológica, sendo considerado um berçário de variadas espécies de peixes e outros animais (SANTOS, 2017).

Em Jandaíra e Indiaroba, o extrativismo é também uma importante atividade econômica desenvolvida pelas catadoras de mangaba, garantindo-lhes a sobrevivência associada a atividades como coleta de crustáceos, artesanato e cultivo de gêneros alimentícios. A diversificação das atividades econômicas é uma estratégia utilizada para garantir o atendimento das necessidades da família ao longo do ano. A coleta da mangaba ocorre em áreas de restinga, distribuídas nos tabuleiros e na planície costeira, sendo uma atividade considerada de grande importância na preservação dessa formação vegetal e na manutenção de modos de vida tradicionais.

Inicialmente, as catadoras de mangaba coletavam o fruto em terrenos sem ocupações produtivas ou que geralmente não apresentavam um proprietário claramente definido. Mas nos anos 1990 ocorrem mudanças nas condições de acesso às áreas de coleta da mangaba em Indiaroba, sobretudo com o incremento dos investimentos públicos na região e com a diversificação das atividades econômicas, que promoveram uma grande valorização do solo, intensificando assim o loteamento e as práticas de cercamento de novas áreas para veraneio e construção de segunda residência. Neste contexto, embora ainda existam campos conservados de mangabeira em Indiaroba, os novos proprietários vêm impedindo o acesso aos territórios tradicionalmente utilizadas para coleta dos frutos, o que dificulta a atividade extrativista.

Em Indiaroba, a atividade turística ainda é incipiente, apresentando maior importância econômica nos povoados Pontal e Terra Caída, onde são ofertados aos turistas fretes de lanchas para o povoado Mangue Seco, na Bahia. A atividade turística recente tem sido impulsionada pela construção de infraestruturas complementares e pela edificação de materialidades geográficas, como pontes e rodovias, que possibilitaram uma maior fluidez territorial e favoreceram o acesso viário às praias, promovendo a intensificação de loteamentos imobiliários e a construção de segundas residências para veraneio que privilegiam as classes sociais de maior poder aquisitivo, imprimem novas feições ao município e ocasionam a privatização de espaços que anteriormente eram de uso comum.

Em Jandaíra emerge uma nova lógica de consumo dos lugares, que é impulsionada com o rompimento do isolamento viário, sobretudo com a construção da Linha Verde em 1993, que possibilitou o acesso às áreas litorâneas do município. A construção de rodovias abriu o município aos empreendimentos imobiliários e turísticos, transformando pequenas vilas de pescadores em espaços atrativos e modificando a paisagem. No município a atividade turística inicialmente foi desenvolvida de forma não planejada e de caráter local e regional, passando por alterações a partir de 2005, quando grandes extensões de terra foram adquiridas por grupos estrangeiros que planejam implantar mega empreendimentos.

Na planície costeira, os povoados de Mangue Seco, Costa Azul e Coqueiros atraem turistas locais, nacionais e internacionais que, na visão de Costa (2011), inserem o município num contexto do turismo onde os elementos naturais constituem o principal objeto de consumo. Mangue Seco, antiga vila de pescadores localizada no lado baiano da foz do Rio Real, ganhou projeção nacional após a exibição da novela *Tieta*, exibida pela Rede Globo de televisão no final dos anos 1980, baseada em uma obra de Jorge Amado. No município a atividade turística é incipiente, sem infraestruturas, mas com potencial de desenvolvimento, o que tem aumentado a especulação imobiliária em alguns povoados costeiros. Iniciativas isoladas do setor privado regional e do poder público, bem como o “olhar” de empresários estrangeiros colocam o turismo ecológico em Jandaíra como segmento base.

A heterogeneidade de uso e a dinâmica da ocupação do solo demonstram que a contiguidade territorial entre Indiaroba e Jandaíra não elimina as particularidades e especificidades de cada

um desses municípios, que sofrem a ação de atores sociais distintos que apresentam diferentes territorialidades e estão submetidos a variadas relações de poder.

4 ATORES, REDES E TERRITÓRIO: A LÓGICA ZONAL E A LÓGICA RETICULAR EM PERSPECTIVA

A vinculação de Indiaroba e Jandaíra em termos econômicos e regionais foi impulsionada originalmente pela pecuária, que ainda é uma das principais atividades produtivas destes municípios, cuja tradição remonta aos engenhos instalados desde o período colonial. Neste primeiro momento, é estabelecida uma lógica zonal estritamente entre os dois municípios, que por estarem afastados de suas respectivas capitais e centros econômicos, estabeleceram relações geográficas em um contexto em que a contiguidade espacial constitui o fundamento da solidariedade.

Achegada das rodovias rompe o isolamento histórico, ampliando a comunicação territorial e econômica entre Indiaroba e Jandaíra, entre estes e os demais municípios circunvizinhos e entre o Litoral Norte da Bahia e o Litoral Sul de Sergipe. É a partir deste momento que a lógica reticular passa a se impor, articulada pelos interesses do capital e do aparelho do Estado, que planejam implantar novas formas e funções no espaço litorâneo.

Em Indiaroba, o extrativismo é desenvolvido basicamente pelas catadoras de mangaba, garantindo-lhes a sobrevivência associada à várias atividades como a pesca de aratu, sururu, peixes e mariscos. Inicialmente, havia facilidade de acesso aos frutos, pois não existiam cercas que impedissem o acesso das catadoras, porém com a privatização e valorização das terras, os novos proprietários vêm impedindo o acesso aos territórios tradicionalmente utilizadas para coleta dos frutos. Desta forma, ocorre desterritorialização e desintegração da solidariedade local que havia sido estabelecida em Indiaroba através da lógica zonal, uma vez que as formas de produção pré-existentes foram modificadas.

Segundo Rocha (2012), apenas recentemente ocorreu um aumento das iniciativas de ação coletiva e da organização social das catadoras de mangaba no Nordeste do Brasil, que reivindicam uma identidade associada ao acesso livre aos recursos naturais nos lugares onde residem, tendo sido reconhecidas nos últimos anos como sujeitos de direitos específicos. No litoral sergipano, a necessidade de organização em defesa dos modos de vida e do sustento das catadoras de mangaba, ameaçados pelo desmatamento de campos nativos de mangabeiras, levou a criação do Movimento de Catadoras de Mangaba (MCM) em 2007.

Algumas catadoras de municípios costeiros são associadas ao Movimento de Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCM), que promove mobilizações e cursos de capacitação e tem desencadeado entre as mulheres extrativistas um processo de identificação coletiva como catadoras de mangaba. Na região, existem hoje associações de catadoras de mangaba, destacando-se a Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba (ASCAMAI), localizada no povoado Pontal, criada em 2009, que busca desenvolver ações ecologicamente sustentáveis

e que promovam o desenvolvimento socioeconômico das catadoras.

Nos territórios onde ocorre a coleta da mangaba foi implantado em 2011 o Projeto “Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe”, que vem sendo conduzido pela ASCAMAI e patrocinado pela Petrobras através do Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe e o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe. Este Projeto tem por objetivo contribuir para o fortalecimento e sustentabilidade das comunidades extrativistas, e vem promovendo a difusão da agroecologia e dos princípios do associativismo e do cooperativismo.

Em 2015, foi criada a Cooperativa de Economia Solidária de Mulheres Extrativistas de Sergipe (COOPMESE), da qual as catadoras de mangaba de Indiaroba fazem parte e que vem ajudando-as a garantir a manutenção da prática do extrativismo. Esta cooperativa auxilia as catadoras na tomada de decisões coletivas para suas ações, exercitando de forma democrática a construção de projetos que buscam melhorar as condições de vida e a renda de comunidades costeiras tradicionais.

Num momento de redução do acesso ao fruto e do acirramento de conflitos entre as catadoras e os proprietários em Indiaroba, a participação das coletoras na cooperativa é de grande importância para fortalecer o Movimento das Catadoras de Mangaba e a luta pela garantia do direito à terra por meio da criação da Reserva Extrativista, tendo em vista que a demarcação do ecossistema de restinga é imprescindível para reprodução econômica e social das comunidades tradicionais extrativistas. Neste cenário, as ações construídas localmente, que caracterizam a lógica zonal, geram uma interdependência entre espaços internos que podem contribuir para o fortalecimento do conjunto, através da participação da sociedade em prol de interesses coletivos.

Embora o Estado de Sergipe tenha uma das mais significativas áreas de ocorrência de remanescentes de mangabeiras do país, o desenvolvimento de atividades ligadas ao ramo turístico e imobiliário, à carnicultura e à implantação de grandes culturas, a exemplo dos coqueirais, canaviais e pastagens, têm sido as principais causas da redução da vegetação nativa. As ações de políticas públicas de infraestrutura turística também promoveram o corte das mangabeiras, ocasionando profundas transformações nos campos naturais da mangaba em Indiaroba que comprometeram a manutenção dos modos de vida tradicionais. Tal situação evidencia que ações comandadas por interesses externos ao município (lógica reticular), ao se relacionarem com os interesses internos (lógica zonal), terminam por interferir na construção dos territórios e a lhes conferir novas funções, quase sempre desestruturando as anteriores.

No atual estágio da globalização vem ocorrendo uma maior conexão entre os territórios através das redes, numa lógica reticular que favorece formas de organização mais flexíveis e conectadas ao mercado global. As catadoras vêm utilizando as redes, em especial o Facebook, e o website www.catadorasdemangaba.com.br, para ressaltar a importância do extrativismo da mangaba e fortalecer seu discurso e sua identidade econômica, social e cultural. As postagens funcionam como uma “janela virtual”, onde são divulgados produtos confeccionados pelas

catadoras, notícias, fotografias, vídeos, artigos e publicações sobre as catadoras de mangaba, o que tem contribuído para fortalecer o discurso das mulheres extrativistas ante os que detêm o poder de perpetuar ou aniquilar esse trabalho comunitário e cultural. As redes sociais também possibilitaram à sociedade conhecer, opinar e promover a ascensão dessa cultura antes desconhecida pela maioria, inclusive dentro de seu próprio estado. Assim, a lógica reticular, ao retirar dos atores locais os elementos de comando, é considerada desagregadora, entretanto ao reordenar os territórios a partir de interesses específicos que possibilitam uma maior interação econômica, cultural e espacial, é também qualificada como reestruturadora.

O povoado Mangue Seco destaca-se como destino turístico de Sergipe, e embora esteja localizado no Estado da Bahia, devido à proximidade geográfica, abre oportunidades de trabalho e renda para parte da população residente no município de Indiaroba, que trabalha em estabelecimentos comerciais, como restaurantes, bares e pousadas em Mangue Seco.

O acesso dos turistas a Mangue Seco é realizado através do povoado Pontal, situado às margens do Rio Real, que pertence a Indiaroba, o que impulsionou o desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo nessa localidade, como a instalação de restaurantes, pousadas, a comercialização de artesanato, o transporte em lanchas que realizam o traslado até Mangue Seco e o estacionamento de veículos para os turistas que se deslocam de barco para as praias da Bahia. Neste contexto, em Indiaroba e Jandaíra, a lógica zonal é estabelecida a partir de relações econômicas, sociais e culturais, possibilitando que um único produto turístico, Mangue Seco, promova a geração de emprego e renda para uma considerável parcela da população dos dois municípios (Figura 1 e 2).

Figura 1 de 2: Pontal (Indiaroba - SE) e Mangue Seco (Jandaíra- BA)



Fonte: https://www.google.com/search?q=condominios+indiaroba&tbm=isch&chips=q:condominios+indiaroba,online_chips:indiaroba+sergipe&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKewiV-N6f9J_wAhWtpZUCHTqcAaAQ4IYoECAEQJw&brw=1349&bih=625#imgcr=y_0LIAtRAXfJLM-https://www.google.com/search?q=pontal%20indiaroba&tbm=isch&hl=pt-BR&sa=X&ved+0CCAQtI8BKAfQFwoTCODKiPL1n_ACFQAAAAAdAAAAABAH&biw=1349&bih=625#imgcr=3cyUNoYIcLe-RM&imgdii=gR1EMgmOsTl8mM - Acesso em: 28 de abril de 2021.

Particularmente em Jandaíra, a lógica reticular passa a se impor pela ação governamental e pela força econômica representada por grandes capitais nacionais e internacionais vinculados às atividades imobiliárias e ao turismo. No povoado Costa Azul, em Jandaíra, embora ainda seja pouco explorado pela atividade turística, existe a previsão da construção quatro grandes empreendimentos turísticos e imobiliários de propriedade de grupos estrangeiros na sua maioria europeus, que vem se instalando no Litoral Norte da Bahia. Na concepção de Corrêa (1995), esta reserva de território, constitui a prática da “antecipação espacial”, que garante que alguns espaços atualmente inadequados ao desenvolvimento de algumas atividades fiquem reservados para que estas sejam futuramente implantadas.

Todos esses empreendimentos possuem lotes de terra já adquiridos e seus projetos estão em desenvolvimento, com alguns deles já em processo de licenciamento ambiental ou sendo construídos. O Costa Azul Bahia Golf Resort pertence ao grupo espanhol Invisa Internacional Hotéis Ltda. e pretende implantar um complexo turístico com cinco hotéis, integrado a um condomínio de segunda residência.

O Paraíso Rio Real, de empresários belgas, foi implantado em Cachoeira de Itanhi, onde já existem 18 casas construídas. Este empreendimento possui uma ampla área de lazer, dotada de um bar-restaurante e um ancoradouro de madeira, de onde diariamente saem passeios de barcos com destino a Mangue Seco (Figura 3). No Paraíso Rio Real apenas duas casas são utilizadas como primeira residência, os proprietários de todas as casas são belgas e ocupam estas residências apenas uma vez ao ano, alugando-as para finais de semana, feriados ou temporadas. O aluguel das casas é realizado pela internet, por sites como Facebook, www.paraisorioreal.com e do Booking.com, por meio do qual o turista pode reservar sua hospedagem. Desta maneira, as vantagens locais possibilitaram incorporá-la aos roteiros turísticos nacionais e internacionais através das redes, que conectam o espaço através da tecnologia, inserindo-os no contexto global.

Figura 3: Casa no empreendimento Paraíso Rio Real, povoado Cachoeira de Itanhi (Jandaíra).



Crédito fotográfico: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

O Resort Pura Vida Bahia, localizado no povoado Abadia, pertencente a um empresário Belga, é um empreendimento voltado, sobretudo, para um público estrangeiro e possui apenas dois chalés com piscina particular, localizados no topo de um morro, de onde é possível visualizar o Rio Real (Figura 4). As informações sobre este resort estão disponíveis em uma página do Facebook e o aluguel dos chalés ou de espaços para acampar é realizado pela internet, por sites como o Booking.com. Neste contexto, a informação é um importante instrumento na definição de novas feições espaciais, pois as redes conectam espaços distantes e grupos sociais com interesses distintos, o que pode gerar tanto uma aproximação quanto uma segregação.

Figura 4: Casa no Resort Pura Vida Bahia, povoado Abadia (Jandaíra).



Crédito fotográfico: Carla Norma Correia dos Santos/2016.

Em Indiaroba e Jandaíra, povoados e vilas costeiras que conservavam suas tradições culturais e que estavam articulados apenas a áreas vizinhas, o que expressa a lógica zonal, vem recebendo investimentos públicos e privados e passam a atrair alguns empreendimentos turísticos e imobiliários, inserindo-os em uma nova realidade em que se verifica também a lógica reticular, integrando uma parcela dessa região ao mercado nacional e mundial. Neste contexto, a lógica zonal também é influenciada pela penetração dessa lógica reticular, pois necessita se reestruturar para se adequar à racionalidade mercantil dos atores hegemônicos, que nem sempre levam em consideração as demandas e os interesses da comunidade local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indiaroba e Jandaíra vem passando por um processo de reconfiguração de seus territórios costeiros, ocasionado por intervenções públicas e privadas, que afetam a vida das comunidades locais, desestruturando e reorganizando a produção tradicional em alguns lugares, abrindo possibilidades em outros. Nestes municípios ocorrem mudanças ocasionadas pela chegada do capital turístico e imobiliário e a população local busca novas formas de organização em

prol de suas necessidades, que constituem movimentos de resistência. A comunidade local que representa a lógica zonal se organiza solidariamente em função de seus interesses e os moradores antigos continuam tendo acesso, mesmo de forma limitada, aos recursos naturais que anteriormente eram abundantes e facilmente disponíveis.

Igualmente, constatou-se que as políticas públicas e as estratégias e práticas espaciais dos diversos agentes econômicos conseguiram romper o isolamento histórico e a “invisibilidade” geográfica de Indiaroba e Jandaíra e inserir novas formas e funções nestes territórios. Entretanto, também redefiniram o uso e o acesso à terra pelos diversos segmentos sociais, transformando a paisagem e as relações de trabalho. Desta forma, conclui-se que a interação da lógica zonal e da lógica reticular promoveu uma reconfiguração territorial em Indiaroba e Jandaíra, produzindo espaços diferenciados onde emergem conflitos de dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais, impulsionados por interesses antagônicos de agentes públicos e privados que por vezes dificultam ou facilitam a inserção da população local ao mercado de trabalho e modificam suas condições de vida. Em tal situação, é possível afirmar que os dois municípios tiveram perdas e ganhos.

REFERÊNCIAS

BARRAGÁN MUÑOZ, J. M.. **Medio ambiente y desarrollo en las áreas litorales**. Barcelona: Oikos-Tau, 1997.

CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 315-340.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave na geografia. In: CASTRO, I. E. de; et al. **Geografia: conceitos e temas**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47

COSTA, B. G. A bacia inferior do Rio Real: uma análise socioambiental. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** - Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, 2011.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/ transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

ROCHA, M. M. L. Conflitos sociais pelo acesso aos recursos: o extrativismo da mangaba (*hancornia speciosa* gomes) no povoado Pontal/Sergipe. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SANTOS, C. N. C. dos. Entre o Litoral Sul de Sergipe e o Litoral Norte da Bahia: onde as Políticas Territoriais se encontram. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Federal de

Sergipe (UFS). São Cristóvão, 2017.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.** São Paulo: EDUSP, 2008.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

SILVA, D. B. da. Avaliação das unidades ambientais complexas na dinâmica do sistema hidrográfico do rio Real: Bahia/Sergipe - Brasil. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, 2009.

VILAR, J. W. C; SANTOS, P. P.; SANTOS, C. N. C. dos; FRANÇA, E. B.. Ordenamento Territorial do Litoral Nordeste. In: MENEZES, S. de S. M.; PINTO, J. E. S. de (Orgs.). **Geografias e geograficidades: escolhas, trajetórias e reflexões,** São Cristóvão: EDUFS, 2020, p. 277-309.

Capítulo 10

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COMO INSTRUMENTO NA ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS NO LITORAL ENTRE SERGIPE E BAHIA

**Maria do Socorro Ferreira da Silva
Sindiany Suelen Caduda dos Santos
Carlos Frederico Bernardo Loureiro**

1 INTRODUÇÃO

A educação para a gestão ambiental participativa deve ser considerada na formação de gestores e membros de conselhos frente às necessidades da mediação de conflitos de uso dos recursos e da instrumentalização dos segmentos sociais para (re)conhecerem os problemas socioambientais locais e atuarem na defesa de seus interesses/coletivos em territórios pesqueiros.

No Brasil, em virtude dos interesses e usos atribuídos nos diversos territórios e dos conflitos socioambientais, os órgãos gestores nas esferas federal, estadual e municipal têm encontrado inúmeras dificuldades para a gestão ambiental de modo que garanta a conservação dos recursos naturais.

Para mediar os conflitos socioambientais há necessidade de avançar rumo à gestão ambiental participativa priorizando reflexões teórico-práticas com base na Educação Ambiental (EA) crítica. Guimarães e Medeiros (2016) reforçam o papel da EA enquanto uma importante ação para a superação dos problemas. A concepção crítica traz subsídios capazes de promover a compreensão das tramas da gestão ambiental e contribui para pensar em caminhos para minimização dos problemas socioambientais, envolvendo especialmente os grupos vulneráveis que não têm “voz e nem vez” para atuar nos processos decisórios.

Nesse contexto, a EA trabalha com distintas realidades vividas por grupos vulneráveis socioambientalmente, de modo a transformá-la. Entre os grupos vulneráveis destacam-se aqueles que têm um grau de dependência direta dos recursos da natureza para trabalhar e melhorar suas condições de vida, a exemplo de comunidades pesqueiras do litoral que, em muitos casos, têm vivenciado as consequências da redução do pescado.

O modo como as relações sociedade e natureza constituem-se decorre das distintas formas de apropriação (i)material e simbólica, na qual diversos atores sociais disputam os usos dos recursos naturais. Usos diversos que implicam em impactos que emergem e/ou ampliam cenários de conflitos socioambientais.

No que diz respeito às atividades de exploração e produção de petróleo e gás, é preciso destacar o papel da EA na gestão pública, a partir dos Programas de Educação Ambiental, como condicionantes de licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis (IBAMA). Na Unidade de Operações de Sergipe/Alagoas (UO-SEAL), o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) é a principal medida de mitigação e de compensação, para as comunidades pesqueiras, de impactos socioeconômicos provenientes dos empreendimentos *offshore* de exploração de petróleo e gás da Petrobras.

No atendimento aos pressupostos da EA crítica, o maior objetivo da educação na gestão ambiental pública é estabelecer processos sociais e práticas educativas voltadas para o fortalecimento e participação dos grupos mais vulneráveis, a destacar aqui os pescadores; o acesso e controle social das políticas públicas; e a redução das desigualdades no uso e apropriação dos recursos da natureza (IBAMA, 2012).

Com o fundamento de trabalhar a formação de representações pesqueiras da região sul¹⁹ da área de abrangência do PEAC, de estimular a organização comunitária para o planejamento de ações e de provocar reflexões sobre a realidade socioambiental dos pescadores, este capítulo teve como objetivo analisar a Educação Ambiental (EA) crítica no processo de constituição dos conflitos socioambientais vivenciados por comunidades pesqueiras no litoral entre Sergipe e a Bahia, na área de abrangência do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC).

Nesse sentido, o texto traz um breve referencial teórico sobre os conflitos socioambientais e a EA crítica e, metodologicamente, de forma qualitativa, aborda de que maneira a pesquisa foi desenvolvida com representações locais da região, mediante investigação-ação-participativa e análise do discurso dos principais conflitos vivenciados, em função dos atores participantes do processo, dos impactos socioambientais sofridos e das possíveis soluções identificadas de maneira coletiva.

Em suas considerações finais, a pesquisa aponta que o reconhecimento dos saberes tradicionais e a problematização dos conflitos constituem uma base para pensar as transformações socioambientais. Assim, trabalhar a formação das representações de comunidades tradicionais, neste caso pescadores artesanais da zona costeira, como propõe a EA crítica no âmbito da gestão ambiental pública, é importante ao passo que se busca aumentar a autonomia dos sujeitos em seus contextos sociais de opressão e vulnerabilidade.

2 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ZONA COSTEIRA E O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Os conflitos socioambientais inerentes ao espaço litorâneo são regulados por interesses de diversos atores sociais e de acordo com a correlação de forças estabelecidas entre estes (DIEGUES, 2001). Os conflitos de uso e ocupação urbana desordenada, característicos do litoral

19 No Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC) há uma divisão em três regiões: Norte, Centro e Sul. Essa última abrange os municípios de Santa Luzia do Itanhi, Estância, e Indiaroba, em Sergipe, Conde e Jandaíra, no estado da Bahia. Por isso, neste trabalho será utilizada a expressão “região sul” quando se referir à área de abrangência do PEAC e também Litoral Sul, para a área da pesquisa.

brasileiro, emergem do modo de produção econômica vigente, o qual submete os ambientes e seus ecossistemas às distintas e desiguais formas de usos por grupos sociais diferenciados (OLIVEIRA; SANTOS; MELO e SOUZA, 2010).

A degradação ambiental e os conflitos socioambientais gerados interferem diretamente na reprodução cultural, social e econômica de comunidades que dependem diretamente dos ecossistemas costeiros, como é o caso das comunidades tradicionais pesqueiras (BRASÍLIA, 2016). Esse grupo, na captura, transporte e desembarque de espécies aquáticas diversas, trabalha muitas vezes de forma solitária e ou com a família e explora ambientes ecológicos próximos da costa, em virtude da limitação de instrumentos para a pesca (LOUREIRO; SAISSE, 2014). Essas comunidades estão vinculadas a um tipo de organização econômica e social que possuem limitado acúmulo de capital no qual praticamente não existe trabalho assalariado, mas sim, produtores independentes envolvidos com atividades de reduzida escala que se baseiam na utilização dos recursos naturais renováveis (DIEGUES, 2000).

Cabe deixar claro que o ambiente aqui tratado corresponde ao espaço natural dependente da ação social, resultante de interações múltiplas e complexas, as quais são dinâmicas e sujeitas a constantes mudanças. Conjunto este que permite construir significados de localidade, território, identidade e pertencimento (LOUREIRO, 2004), pontos importantes a considerar na análise de conflitos socioambientais, que concernem às lutas sociais entre grupos que possuem distintas formas de uso e apropriação dos recursos naturais. Enquanto o termo conflito gira em torno das interações entre os múltiplos grupos socialmente constituídos em suas relações com o meio ecológico, o termo socioambiental envolve três dimensões essenciais: mundo biofísico e seus diversos e dinâmicos ciclos naturais; mundo humano e suas construções sociais; e a relação dinâmica e independente entre aquelas duas dimensões, complementou Little (2001).

Por esse ângulo, os conflitos constituem-se de quatro elementos essenciais: atores do conflito que são movidos por distintos interesses; a natureza do conflito seja ela de ordem econômica, política, ambiental, doméstica, internacional etc.; objetos do conflito, que podem ser de natureza material ou simbólica, pública ou privada, entre outros; e por fim, as dinâmicas do conflito, que dependem da natureza e possuem história bastante particular (PLATIAU *et al.*, 2005).

Ao considerar que os atores sociais compõem um dos elementos representativos para análise dos conflitos, é preciso levar em conta que comunidades vulneráveis ao modo de produção contemporâneo são as mais afetadas pelos impactos socioambientais negativos oriundos dos empreendimentos licenciados pelo estado brasileiro, dentre as quais se destacam as comunidades tradicionais. Nas análises de Santos *et al.* (2016), no caso das comunidades pesqueiras, as formas econômicas dominantes no litoral do Nordeste (exploração de petróleo, carcinicultura, turismo, empreendimentos imobiliários, fundamentalmente) têm ocasionado a diminuição da oferta do pescado, ampliado as

disputas no espaço litorâneo e ribeirinho e aumentado o custo de vida (MALAGODI, 2013; SANTOS *et al.*, 2016).

Assim, quando pensamos nessa realidade socioambiental conflituosa, em termos de EA faz-se necessário visualizar e discutir as injustiças ambientais evidenciadas nos grupos vulneráveis que enfrentam danos e riscos socialmente desiguais, afetando suas possibilidades de acessar, garantir ambientes dignos e reproduzir seus modos de vida (LOUREIRO; SAISSE, 2014). Esse pressuposto epistemológico e metodológico da prática educativa se inspira na EA crítica, que se define:

Na explicitação dos mecanismos de produção (pela expropriação do trabalho e uso intensivo e expansivo da natureza) e reprodução (pela dominação de Estado, hegemonia ideológica e opressão social) do capitalismo, na postura teórico-prática transformadora, no posicionamento político comprometido com as lutas populares por emancipação (LOUREIRO, 2015, p. 163).

Esse entendimento, para ser apropriado por grupos tradicionais mais vulneráveis às transformações territoriais determinadas pelo modo de produção vigente, só é possível a partir de um processo educativo permanente que conduza à construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que permitam a compreensão da realidade vivida pelos sujeitos sociais e a atuação responsável de forma individual e coletiva, finalidades básicas da EA crítica e emancipatória (LOUREIRO, 2000, 2004).

Acrescente-se que somente a partir da ação territorializada, da identificação de interesses, percepções, diálogos pelo uso do território e dos aspectos motivadores de conflitos, torna-se possível a realização de processos educativos no âmbito da transformação das relações sociais na natureza. Assim, por tratar-se de um processo democrático, a EA reconhece as diversas visões de mundo, interesses e necessidades, por isso, sugere que todo processo de análise de conflitos aconteça de forma dialógica. É a partir do diálogo respeitoso que as contradições podem ser expostas e que há a possibilidade de compreender o outro em suas necessidades (LOUREIRO, 2004).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De abordagem qualitativa, a pesquisa foi desenvolvida entre os meses de novembro de 2016 e janeiro de 2017, com 33 representantes das comunidades da área de abrangência do PEAC, a qual abrange os municípios de Santa Luzia do Itanhi, Estância, e Indiaroba, em Sergipe, e Conde e Jandaíra, no estado da Bahia. Para analisar os conflitos socioambientais vivenciados por comunidades pesqueiras a partir da EA crítica foram realizadas oficinas participativas. Conforme Soliz e Maldonado (2012), a investigação-ação participativa e a educação popular baseiam-se na sequência de momentos inter-relacionados: prática-teoria-

prática. Logo, mediante a investigação-ação-reflexão, à luz da EA crítica, as oficinas foram divididas em etapas:

1. Prática: levantamento junto aos sujeitos da pesquisa de temas geradores de conflitos socioambientais, responsáveis pela problemática em torno da redução do pescado. Para tanto, utilizou-se da elaboração de mapa mental através de percepção e construção coletiva do território de vida e trabalho dos atores envolvidos.

2. Teórica: nessa etapa foi desenvolvida a pauta formativa,²⁰ intitulada Conflitos Socioambientais na Conjuntura Nacional, no âmbito do licenciamento ambiental, perda de direitos sociais e privatização das águas.

3. Prática: nessa etapa foram divididos três grupos de trabalho para abordar aspectos relacionados à dinâmica de três potenciais temas geradores de conflitos socioambientais, entre os elencados durante a etapa 1. Para tanto, cada grupo, ao escolher a atividade propulsora do conflito, trabalhou de forma coletiva sobre os seguintes aspectos: impactos decorrentes da atividade; atores sociais envolvidos; e possíveis soluções para minimização dos conflitos. Após a discussão em grupo, três relatores socializaram os resultados das discussões e novas considerações foram feitas por participantes de outros grupos, como forma de enriquecer a discussão.

Na sequência, os resultados construídos a partir das oficinas foram analisados mediante Análise do Discurso (AD), a qual, como o próprio nome indica, trabalha com o discurso, ao invés do conteúdo. Consoante com Caregnato e Mutti (2006), a AD constitui-se da associação entre ideologia, que trata do posicionamento do sujeito a partir do seu discurso, história, a qual envolve o contexto sócio-histórico vivido, e a linguagem, que materializa os sentidos impressos no discurso. Nessa perspectiva, as falas foram retratadas dentro do texto, identificadas pela letra R, acompanhadas de uma numeração que indica diferentes representantes das comunidades pesqueiras (R1, R2, R3 etc.) para preservar a identidade dos sujeitos. De forma complementar, para garantir total sigilo acerca das comunidades participantes deste trabalho, não serão divulgados os nomes dos povoados aos quais pertencem.

Por último, em termos metodológicos, é importante mencionar que os sujeitos que fizeram parte da pesquisa eram representantes de comunidades pesqueiras vinculados ao Conselho Gestor do PEAC, bem como por alguns representantes que não faziam parte do mesmo.

20 A pauta formativa foi conduzida por uma profissional, Bacharel em Direito, educadora popular e pesquisadora atuante junto aos povos e comunidades tradicionais.

4 A REPRESENTAÇÃO DO TERRITÓRIO PESQUEIRO E A COMPREENSÃO DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS PELOS PESCADORES ARTESANAIS

Durante a etapa dos mapas mentais²¹, através de desenhos, os participantes da pesquisa representaram o território do Litoral Sul entre Sergipe e a Bahia e as atividades desenvolvidas, tanto pela comunidade pesqueira, como pelos diversos atores responsáveis pelas formas variadas de usos e apropriação dos espaços da pesca. Com essa atividade, os comunitários reconheceram tanto os principais elementos mantenedores da vida das comunidades pesqueiras, a exemplo do rio, do peixe, da vegetação e da canoa; como aqueles responsáveis pela redução da fonte de sobrevivência dos pescadores: o pescado. Em meio à problematização feita, foi observada a seguinte fala:

O peixe está desaparecendo dos nossos rios. Hoje, a pesca predatória e os tanques de camarão está acabando com tudo. Durante a construção da ponte²² ainda durante muito tempo algumas espécies de peixes desapareceram e somente agora estão voltando (R1).

Outras falas refletem a percepção do grupo quanto aos impactos ocasionados pela apropriação dos espaços pesqueiros: “o mangue tá sendo todo arrancado. O rio tá cada vez mais seco e o lixo tem tomado conta” (R2).

A pluralidade de olhares em torno de uma única problemática de sobrevivência e a redução do pescado permitem identificar a realidade vivida e as similaridades entre problemas socioambientais que podem ser enfrentados de maneira coletiva. É a partir desse reconhecimento que a participação conjunta cria espaços de interação entre os sujeitos que não têm oportunidade de expor suas ideias. De maneira complementar, as discussões levam à reflexão das responsabilidades dos indivíduos face às relações de opressão vivenciadas, e também da urgência de discutir a realização de ações organizadas e efetivas para que possam lutar de modo coletivo pela permanência e conservação dos territórios pesqueiros.

Por essa razão, a segunda etapa do trabalho deu continuidade ao propósito de trabalhar a formação dos sujeitos na perspectiva de fortalecer a ideia de autonomia e participação comunitária, no âmbito da EA. Contudo, ressalte-se que todo o processo construído teve característica dialógica e foi conduzido de maneira que os participantes pudessem expressar quais são os conflitos socioambientais vividos nas comunidades costeiras estudadas.

Durante o processo formativo foram destacadas a importância da “ideia de lugar” e da “ideia de território”. Através do diálogo, atores sociais falaram sobre seus lugares e sobre os problemas enfrentados:

21 Os mapas mentais, desenhos elaborados de forma coletiva, podem ser utilizados como ferramentas de metodologias participativas com a finalidade de abstrair a compreensão dos espaços de vida e de trabalho, e assim tornar possível a percepção da necessidade de posicionamento frente às responsabilidades que cabem aos indivíduos-grupos-classes de organização e de luta (SOLIZ; MALDONADO, 2006).

22 Ponte sobre o rio Piauí que interliga os municípios de Estância e Indiaroba, em Sergipe, inaugurada em 2013.

No povoado onde eu moro... tão esbagaçando com a maré pra fazer casa! Se você ver, a maré tá pedindo socorro, porque tão fazendo casa de junto a maré. É tanto, coitado, que o lugar dos aratu não tem mais, não tá existindo mais aratu! Não tem mais espaço! Porque tão fazendo casa para banho, para se divertir e tão esquecendo que ali é um meio de sobrevivência para a comunidade, entendeu? Tão fazendo condomínio, e tudo. Eu fui essa semana lá e fique horrorizada vendo o povo tomando banho, dançando, tudo lá na beira da maré e não estão se tocando o que tão fazendo com a maré. É isso que eu vinha reparando (R3).

Todavia, é comum identificar sujeitos sociais que têm medo de tomar alguma atitude quando observam algum tipo de dano ambiental. Mesmo com a possibilidade de realizar denúncias anônimas, o medo e a opressão são fatores que na maioria das vezes impedem ações e transformações, como expressa um dos representantes envolvidos na pesquisa:

Infelizmente nós já estamos dominados de tal maneira, que existe o medo! No lugar do conhecimento, nós estamos vivenciando o medo! Medo de ser marginalizado, medo de ser perseguido, medo de ser apontado, medo de tudo isso! Porque se eu for me envolver com essas questões, se eu for tomar a frente dessa situação eu vou ser visto de uma forma que eu vou ser perseguido! E aí, por conta disso, simplesmente todo mundo cruza os braços e as coisas acontecem de uma maneira que a gente acaba perdendo o peixe, a gente acaba perdendo aquilo que de fato vai ser o nosso sustento. É muito preocupante! (R4).

Apesar dessa fala, existem sujeitos autoafirmados que acreditam no poder do conhecimento e da luta. Um sujeito empoderado realiza ações e mudanças para superar as dificuldades encontradas em seu ambiente cotidiano. Tal pensamento de Valoura (2006) se coaduna com os seguintes relatos da pesquisa: “vou lutar, tenho sonhos e é movido nesses sonhos, que nós militantes conseguimos vários direitos” (R5); “se não lutarmos, não nos organizarmos, a gente não vai ver a coisa acontecer” (R6).

Diante disso, o rico diálogo reforçou a necessidade da articulação entre os mais vulneráveis em favor da luta pela defesa dos direitos do uso do território do pescado. Nessa etapa, os comunitários também reforçaram os problemas socioambientais sofridos e causadores dos principais conflitos vividos, tais como: desmatamento do manguezal; especulação imobiliária; extração de areia do leito do rio; desmonte de dunas; poluição; fechamento de portos; lagoas secas; turismo predatório; problemas no abastecimento de água; carcinicultura; piscicultura; privatização de espaços públicos; e pesca predatória. Dentre os problemas mencionados, pode-se destacar que:

A carcinicultura em si, é o maior problema que nós temos hoje na comunidade. Terra Caída tem uma área de mangue, foi toda devastada! O pescador não tá tirando nem mais o caranguejo pra comer. O IBAMA sabe disso, multou o

dono do viveiro, mas com o próprio cultivo do camarão de viveiro, ele tá pagando a multa pra 20x se ele quiser. Se o IBAMA quisesse proibir, fizesse aterrar o viveiro e replantar o mangue, aí eu sei que tinha feito à justiça. Mas da forma que está sendo feita, nós pescadores vamos ficar sem o território de pesca, realmente (R7).

A fala do representante deixa clara uma realidade comum no âmbito da área de pesca no país. Os territórios da pesca estão em contínua conversão para áreas de viveiro. O que se percebe é que os representantes das comunidades pesqueiras têm clareza do papel do poder público e do quanto os direitos dos pescadores têm sido negligenciados pelo Estado.

Na sequência, os representantes escolheram três, entre os principais conflitos vivenciados no litoral para analisá-los no âmbito dos conflitos vividos, a partir de três grupos de trabalho. A carcinicultura, o desmatamento do manguezal e a especulação imobiliária foram destacadas como as atividades de impacto socioambiental com maior significância dentre as já mencionadas e foram consideradas como tema gerador para análise dos conflitos. Com isso, cada grupo de trabalho ficou responsável por identificar: os impactos causados pela atividade escolhida; os atores envolvidos no conflito socioambiental, e as possíveis soluções, a partir de discussão coletiva (Quadro 1).

Quadro 1: Avaliação dos conflitos socioambientais na área de abrangência do PEAC.

Grupo	Tema gerador para análise dos conflitos	Impactos causados pela atividade	Atores envolvidos no conflito socioambiental	Possíveis soluções
		Desmatamento dos mangues;		Mobilização e conscientização sobre consequências ou malefícios da
Grupo 1	Carcinicultura	Diminuição e mortandade das espécies (peixes e crustáceos); Fechamento dos portos; Perdas econômicas para a sociedade; Comprometimento da saúde humana.	Os produtores capitalistas e os pescadores extrativistas.	carcinicultura; Contato com órgãos fiscalizadores, tais como, IBAMA, ADEMA, INEMA e Ministério Público; Busca do reconhecimento ao território pesqueiro; Criação de leis que proibam a carcinicultura.
Grupo 2	Desmatamento dos Mangues	Assoreamento; Redução do pescado; Desertificação dos manguezais e poluição dos rios.	Latifundiário; Pescadores da pesca predatória; Empresas imobiliárias; IBAMA; Ministério Público; Polícia Ambiental.	Denúncia; Leis mais severas; Placas informativas; Visibilização do conflito a partir dos meios de comunicação.

Grupo 3	Especulação Imobiliária	Fechamento dos portos; Mortandade de caranguejo, peixes e camarões; Privatização dos espaços públicos; Poluição; Contaminação do meio ambiente; Redução do pescado; Drogas e prostituição; Aumento da violência; Migração; Aterramento das lagoas, brejos e mangues; Direito de ir e vir.	Turistas; Empresários; Poder Público; Proprietários dos estabelecimentos.	Continuidade e luta pela Resex (Reserva Extrativista) do Litoral Sul de Sergipe; Criação do Comitê de Bacias; Envio de informações à comunidade; Pressão junto aos movimentos sociais.
------------	----------------------------	--	---	---

Fonte: Informações retiradas de atividade realizada com representações locais do Litoral Sul, área de abrangência do PEAC, 2017.

De forma complementar às informações do quadro acima, as representações locais socializaram suas percepções a respeito dos conflitos vivenciados. Sobre a carcinicultura, destacaram:

Essas práticas necessitam do uso de agrotóxico e alguns tipos de remédios, que eles chamam pra que o marisco dele cresça com rapidez e em menor tempo... E isso é lançado nas águas... Esse tipo de atividade... capta a água do rio e aí retorna essa água poluída. Não há um tratamento dessa água pra ser jogada no rio. É um estorno de vários dejetos que vai ali junto, e isso contribui para que a demanda de espécies não somente diminua, como mariscos, peixes, como também gere problemas de saúde. Na comunidade onde eu moro, por exemplo, nós já tivemos um viveiro de um proprietário de terra. Na região tivemos pessoas, inclusive marisqueiras, que sofreram problemas de saúde... Quando a mulher entra pra pescar, o contato com essa lama acaba trazendo prejuízos pra saúde. A gente percebia a necessidade de a gente não somente lutar pelo término dessa atividade, mas também pelo reconhecimento do território. Porque havendo esse reconhecimento, a gente por si só já vai tá conseguindo acabar com a atividade (R8).

A atividade de carcinicultura tem ganhado cada vez mais espaço no território originariamente da pesca e os relatos acima retratam essa evidência. A bacia Piauí - Real (Sergipe/Bahia) possui atrativos para ampliação das práticas de carcinicultura devido à densidade de rede hidrográfica que a compõe, com 62% de áreas adequadas para construção de viveiros, em relação às outras bacias do estado de Sergipe. Nessas áreas, os maiores empreendimentos, encontram-se instalados no município de Estância (WANDERLEY; SANTOS, 2007, SANTOS, 2016).

Para reforçar as falas das representações comunitárias, a literatura aborda os perigos causados pela carcinicultura, dentre eles: desmatamento de áreas de manguezal para instalação das bombas que captam água para os tanques; supressão da cobertura vegetal

para construção de estruturas de apoio e conseqüentemente destruição dos habitats da fauna aquática; hipernitrificação da água do corpo hídrico receptor dos efluentes, em virtude da quantidade de ração e fezes dos organismos cultivados jogadas dentro dos corpos líquidos; alteração no fluxo normal das marés; sedimentação do corpo hídrico alimentador, em contraste à erosão de áreas de manguezal; salinização do lençol freático (WANDERLEY; SANTOS, 2007, SANTOS, 2016), dentre outros fatores impactantes que podem surgir de acordo com a intensidade da atividade antrópica.

Apesar de ter sido tratado de forma separada, o desmatamento dos mangues foi bastante associado à construção dos viveiros nas falas dos participantes da pesquisa. Porém, a atividade de desmatamento em si tem diversas conseqüências negativas tanto para o universo biofísico, como para os modos de reprodução social, cultural e histórico das comunidades pesqueiras. Santos e Melo e Souza (2015) reforçam que ao ser desmatado o manguezal, toda a sua fauna é obrigada a movimentar-se de seu habitat atual para outro, o que coloca em risco a sobrevivência de animais sésseis (ostras, sururus, taiobas etc), arborícolas (aratus-do-mangue, caranguejos-marinheiro), rastejadores (caramujo-do-mangue), escavadores (caranguejo-chama-maré, caranguejo-uçá, guaiamuns), voadores (insetos e aves), natantes (variados tipos de peixes) e os oportunistas, que visitam a área em busca de alimento, de descanso, ou até mesmo como lugar para reprodução (cobras, golfinhos, peixe-boi-marinho etc). As referidas autoras acrescentam que o desmate de mangues também contribui para o aumento dos processos erosivos que afetam a dinâmica flúvio-marinha. Assim, os impactos causados pelo desmatamento podem expulsar as comunidades pesqueiras de seus locais de origem.

O tema especulação imobiliária é outro ponto gerador de conflitos. A destacada associação do tema, ao turismo desordenado, também põe em risco a sobrevivência dos pescadores artesanais. A edificação de condomínios e casas de veraneio é responsável pelo aterramento e redução significativa tanto das áreas de manguezal como da fauna dependente do ecossistema. Ademais, causam a privatização de áreas públicas, impossibilitando o uso comum pela população pesqueira; geram resíduos e efluentes domésticos que são despejados nos rios sem tratamento prévio, e são responsáveis pela descaracterização do ambiente biofísico (SANTOS; MELO e SOUZA, 2015). Tais aspectos, também podem ser evidenciados na transcrição da fala de um dos participantes dos grupos de trabalho:

Quando se constrói um empreendimento, os donos se acham no direito de fechar os portos aonde os pescadores passam e os pescadores convivem, onde eles estão sempre acostumados a ir e vir. Eles que estão dentro do mangue é eles que mais sofrem, além das desovas desses peixes que vem do mar pra desovar no mangue, no estuário, então eles morrem todos antes de se desenvolverem pra ir pro mar, voltar pro mar. A poluição desses empreendimentos, a privatização desses espaços públicos, como foi citado aqui no início das reuniões, eles privatizam os espaços públicos (R10).

Durante os discursos, os participantes reconhecem e descrevem os atores que participam dos conflitos. Isso é importante dentro do processo emancipatório, uma vez que o conhecimento representa um passo crucial para a luta socioambiental, pelo direito de continuar usando o território pesqueiro. Quando os representantes citam o poder público, eles pedem para ser enxergados, para que os direitos sejam dados a quem os tem; para que o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, seja cumprido e, assim, tenham todos o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, de uso comum do povo, com um Poder Público que defenda o meio ambiente para atuais e futuras gerações (BRASIL, 1988). No entanto, ao mesmo tempo em que reconhecem os direitos, enfatizam a necessidade de lutar: “A gente sabe que isso só é possível se tiver pressão do povo, dos movimentos sociais principalmente” (R11).

O uso evidenciado nos discursos, de palavras como união, luta, reconhecimento, nosso território, denotam o desejo de:

se unir ou fazer valer a demarcação do território e o reconhecimento desse território pesqueiro, porque uma vez demarcado e reconhecido com certeza vai existir no mínimo um plano de manejo, que vai criar leis, criar ordem dentro daquela demarcação e com isso a gente vai tá mais seguro porque só vai estar lá são as pessoas que convivem naquela comunidade, naquela localidade (R12).

É esse reconhecimento que pode transformar as sociedades a partir do reconhecimento dos impactos, dos conflitos socioambientais e da luta para continuar usando os territórios pesqueiros. Por meio das atividades realizadas foi possível visualizar como uma abordagem crítica, dialógica e participativa contribui para a visualização da necessidade da luta, em especial aqui, na defesa dos territórios pesqueiros, afirmando a relevância de um processo de EA fundamentado em elementos da educação popular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel da EA crítica é cumprido quando se provoca nos atores envolvidos a reflexão-ação sobre autonomia e fortalecimento comunitário. É a partir da identificação da realidade vivida que os atores sociais vulneráveis podem estabelecer estratégias em defesa dos territórios de uso, com a clareza do papel social que desempenham na relação sociedade e natureza.

O capítulo aponta como os conflitos socioambientais existentes na região sul, na área de abrangência do PEAC, têm gerado consequências negativas para a vida das comunidades pesqueiras. Inúmeras áreas de manguezal desapareceram em virtude dos viveiros de carcinicultura e da especulação imobiliária. E com essas atividades de impacto, desaparecem também modos de vida tradicionais carregados de história, cultura, saberes

ambientais e luta pela sobrevivência.

Cabe sinalizar a riqueza dos discursos e a propriedade de conteúdo impressa em cada retrato de vida transcrito. Argumentos que reiteram a importância da EA crítica no âmbito da gestão ambiental pública, tanto para o processo de identificação dos impactos e dos atores dos conflitos, como também para a reflexão de estratégias que minimizem os problemas enfrentados.

Essas ações geram oportunidades de articulação, por meio das quais se torna possível, através de uma agenda de luta, gerir conflitos, questionar a realidade, aprofundar aspectos teóricos e práticos dos conflitos e pensar coletivamente em alternativas para a transformação socioambiental de forma regional e local. É de se esperar que, a partir de uma nova sensibilização sobre os conflitos vividos, sejam favorecidas modificações na organização social das comunidades, na direção de um esforço emancipatório mais efetivo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, art. 225. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 20 set. 2010.

BRASÍLIA, Conselho Pastoral de Pescadores. TOMÁZ, A. de F.; GILMAR, S. (Orgs.). **Conflitos Socioambientais e violações de direitos humanos em Comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**. Brasília, DF, 2016.

CAREGNATO, R. C. A; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006. Out-Dez; nº 15, v. 4, p. 679- 684.

DIEGUES, A. C. **Biodiversidade e Comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras - USP, 2001.

GUIMARÃES, M. Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, 7(9), 2013. p. 11-22. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2767/2898>>. Acesso em: 17 de jul. 2018.

GUIMARÃES, M.; MEDEIROS, H. Outras epistemologias em educação ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas. **Rev. Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. Edição Especial, 2016. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/remea/article/view/5959>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Renováveis. **Adequação à Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010**. Nov. 2012.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M (Org.). **A Dificil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e epistemologia crítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, vol. 32, nº 2, p. 159-176, 2015.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gest. Ação**, Salvador, v. 7, nº 1, p. 37-50, jan./abr. 2004.

LOUREIRO, C. F. B.; CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de Unidades de Conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, 11(2), 2008, p. 237- 253.

LOUREIRO, F. B.; SAISSE, Educação ambiental na gestão ambiental pública brasileira: uma análise da SEMA ao ICMBio. **R. Educ. Públ.** Cuiabá v. 23 nº 52 p. 105-129, jan./abr. 2014.

MALAGODI, M. A. S. Conflitos Socioambientais. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores – v. 3**. Brasília: MMA/DEA, 2013.

OLIVEIRA, A. C. de S.; SANTOS, S. S. C. dos; MELO E SOUZA, R. Dinâmica ambiental das dunas costeiras da praia de Jatobá, Barra dos Coqueiros, Sergipe frente às formas de uso e ocupação. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos: crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperança**. Porto Alegre, 2010.

PLATIAU, A. F. B. et al. Uma Crise Anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org.). **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

QUINTAS, J. S. Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de Gestão Ambiental. In: QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3ª edição. Brasília: IBAMA/MMA, 2006, p. 13-22.

SANTOS, E. A. et al. Conflitos Socioambientais em comunidades pesqueiras da Grande Aracaju, Sergipe, Brasil. **Revista Geografar**. Curitiba, v. 11, nº 1 (V CBEAGT), p. 113-132, jul./2016.

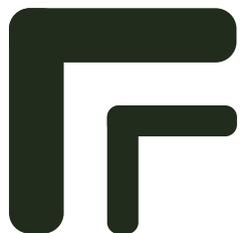
SANTOS, S. S. C.; MELO e SOUZA, R. Caracterização dos principais tensores antropogênicos nas áreas de manguezal do Litoral Sul de Sergipe. In: GOUVEIA, L, C, de A.; LAGO, J. A. S. do. (Orgs.). **Saberes multidisciplinares**. Salvador: JM Gráfica, 2015.

SANTOS, S. S. C. dos. Modelagem de distribuição potencial e morfometria geométrica das populações florísticas de mangues no Litoral Sul de Sergipe, Brasil. 2016. **Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, 2016.

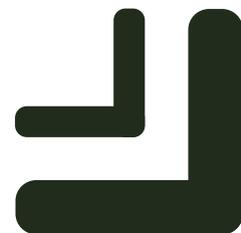
SOLIZ, F.; MALDONADO, A. **Guia de Metodologias Comunitárias Participativas**, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/3997/1/Soliz,%20F-CON008-Guia5.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

VALOURA, L. C. **Paulo Freire, o educador autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador**, 2006. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 3 jul 2014.

WANDERLEY, L. de L.; SANTOS, M. M. A carcinicultura no Litoral Sul de Sergipe: aspectos ambientais e econômicos. **GeoNordeste**. Ano XVIII, nº 2, 2007.



**BIOGRAFIA DOS
ORGANIZADORES E
AUTORES**



ORGANIZADORES



JOSÉ WELLINGTON CARVALHO VILAR

Doutor em Ordenamento Territorial pela Universidade de Granada (UGr), Espanha. Mestre, Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é Professor Titular do Instituto Federal de Sergipe (IFS), Professor colaborador do PPGEO (Programa de Pós-graduação em Geografia) da UFS e Professor Permanente do PPMTUR (Programa de Pós-Graduação em Turismo) do IFS. Líder do Grupo de Pesquisa Gestão de Ambientes Costeiros (GESTAC-IFS-CNPq). Editor-chefe da Revista GeoNordeste - PPGEIO da UFS.

E-mail: wellington.vilar@ifs.edu.br



HÉLIO MÁRIO DE ARAÚJO

Pós-doutor em Geografia Física, com especialidade em Geomorfologia Costeira, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é professor Titular do Departamento de Geografia da UFS e do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), onde leciona e orienta nos cursos de Mestrado e Doutorado. Coordena o Grupo de Pesquisa Dinâmica Ambiental e Geomorfologia (DAGEO), credenciado no CNPq e certificado pela UFS.

E-mail: heliomarioaraujo@yahoo.com.br



JOAB ALMEIDA SILVA

Doutor e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Especialista em Gestão Pública também pela UFS, Turismólogo pela UNIT. Atuou com Gestão Pública do Turismo no Governo do Estado de Sergipe com destaque para a Coordenação Geral do PRODETUR e Interlocução junto ao MTur. Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Turismo da UFS e Integra os Grupos de Pesquisa/CNPq: ANTUR e PLANTUR/UFS, atuando nas linhas de análise sócio-espacial, planejamento e políticas públicas de turismo.

E-mail: joab.turismo@hotmail.com

AUTORES



EUSTOGIO WANDERLEY CORREIA DANTAS

Professor Titular da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Geografia e Planejamento - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne). Atuou como Professor Visitante na Université de Paris IV - Sorbonne (Institut de Géographie) e na Université d'Angers. Editor de revista MERCATOR da UFC. Compõe a Comissão Editorial dos Cadernos das Metrôpoles (IPPUR-UFRJ) e participa do Conselho Científico de periódicos na área da Geografia e afins: Revista Franco-brasileira CONFINS, Revista GOT (Portugal), GEOUSP, Ateliê Geográfico, Vivência, Revista Eletrônica Caminhos da Geografia e Geotextos.

E-mail: ewcdantas@gmail.com



ANDRÉ NUNES DE SOUSA

Doutor em Geografia (UFBA) e professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA), onde ministra as disciplinas Teoria da Geografia e Geografia Regional e orienta trabalhos nas áreas da Geografia Urbana e Regional, Geografia Cultural, Epistemologia e História da Geografia. É membro dos grupos de pesquisa A Prática do Ensino e da Pesquisa em Geografia (Geopraxis/IFBA) e Espaço Livre de Pesquisa e Ação (UFBA).

E-mail: anunesds82@gmail.com



MATEUS BARBOSA SANTOS DA SILVA

Mestre e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente de Geografia da Rede Municipal em São Francisco do Conde-BA. Pesquisador vinculado ao grupo de pesquisa Espaço Livre de Pesquisa e Ação (UFBA).

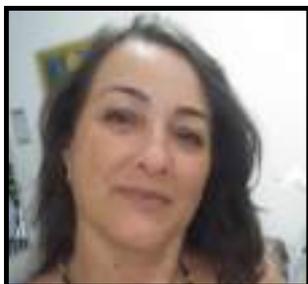
E-mail: mateusb_1@hotmail.com



EDUINA BEZERRA FRANÇA

Mestra em Geografia pelo PPPGEO da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento (UCAM-PROMINAS). Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Alagoas. Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC/IFS/CNPq) e do Laboratório em Estudos Ambientais e Cartográficos (LEAC/UNEAL).

E-mail: eduina.franca@hotmail.com



MOEMA HOFSTAETTER

Graduada em Filosofia e Especialização em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), e Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Atualmente, é doutoranda em Turismo pela UFRN.

E-mail: moema.natal@hotmail.com



FRANCISCO FRANSUALDO DE AZEVEDO

Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP). Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bacharel em Ciências Econômicas e Licenciatura em Geografia pela Faculdade Católica de Uberlândia. Professor do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Editor-Chefe da Revista Sociedade e Território.

E-mail: ffazevedo@gmail.com



MIRELA CARINE SANTOS ARAUJO

É Bacharel em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), possui Pós-graduação em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, pela UNEB e Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). É Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Sergipe (IFS), atuando principalmente nas áreas de Hospitalidade, Hotelaria, Educação Ambiental e Sustentabilidade.

E-mail: mirelacarine@hotmail.com



FABIANA DA SILVA PESSOA

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui Licenciatura Plena em Geografia e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Piauí (2015). Atualmente é integrante do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR) da UFC e Professora de Geografia da Escola Municipal Professora Maria do Amparo Moraes dos Santos.

E-mail: fabianapessoa28@gmail.com



ALEXANDRE QUEIROZ PEREIRA

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor pela UFC. Professor Visitante da Le Mans Université - França. Vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFC. Autor dos livros A Urbanização vai à Praia e Coastal Resorts and Urbanization in Northeast Brazil. Editor da Revista Mercator. Pesquisador Produtividade do CNPq e do Observatório das Metrôpoles. Integrante do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LAPUR-UFC).

E-mail: aqpufc@gmail.com



ENOS FEITOSA DE ARAÚJO

Graduado, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Atualmente é Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e Coordenador de Pesquisa e Extensão do Instituto Federal do Ceará. É pesquisador das temáticas Geografia e Planejamento Regional, Metropolização, Geografia do Turismo, Geografia do Litoral, Cartografia e Geoprocessamento.

E-mail: enosfeitosa@gmail.com



JUCILEIDE DA SILVA SOBREIRA

Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Especialização em Ensino de Geografia e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional (GEPAR/UFAL/CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC/IFS/ CNPq).

E-mail: jucysobreira@hotmail.com



ANÍZIA CONCEIÇÃO CABRAL DE ASSUNÇÃO OLIVEIRA

Doutora e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO-UFS). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Campus Salvador. Pesquisadora do GEOPRAXIS - A Prática do Ensino e da Pesquisa em Geografia (IFBA) e do Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial (UFS). **É membro do Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada de Professores do Magistério da Educação Básica (COMFOR-IFBA).**

E-mail: aniziacaoliveira@gmail.com



MARCUS HENRIQUE OLIVEIRA DE JESUS

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências da Terra da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Graduado no curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

E-mail: marcushenrique103@gmail.com



CARLA NORMA CORREIA DOS SANTOS

Doutora, Mestre e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente, é professora efetiva do Instituto Federal de Sergipe (IFS) e do Programa de Mestrado Profissional em Gestão de Turismo (PPMTUR-IFS). É membro do Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial de Ambientes Costeiros (GESTAC/IFS/CNPq).

E-mail: carlanorma10@yahoo.com.br



MARIA DO SOCORRO FERREIRA DA SILVA

Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mestrado, Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela UFMS. É Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe e da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS). É Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Metodologias Ativas (GEPIMA/UFS) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN/CNPq/UFS).

E-mail: ms.ferreira.s@hotmail.com



SINDIANY SUELEN CADUDA DOS SANTOS

Mestre e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Sergipe (PRODEMA – UFS). Bióloga e Licenciada em Biologia pela UFS. Atualmente é professora da UFS e do Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Metodologias Ativas da UFS (GEPIMA/UFS). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial (GEOPLAN/UFS) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Ambiental de Sergipe (GEPEASE/UFS).

E-mail: sindiany@academico.ufs.br



CARLOS FREDERICO BERNARDO LOUREIRO

Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFRJ). Licenciado em Ciências Físicas e Biológicas, Bacharel em Ecologia, Mestre em Educação e Doutor em Serviço Social. Líder do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). Pesquisador 1C do CNPq.

E-mail: E-mail: fredericoloureiro89@gmail.com

A geografia do litoral nordestino pode ser concebida a partir de variadas possibilidades de leitura, sem deixar de ponderar sobre sua importância econômica, as formas de resistência das comunidades costeiras, as práticas marítimas, o uso e abuso dos recursos, a discussão da conservação ambiental e as possibilidades de gestão, considerando os aspectos regionais da configuração do espaço.

Essa amplitude temática exigiu a escolha de eixos para direcionar a elaboração dos capítulos da obra, e ao mesmo tempo para delimitar os conteúdos. Nesse sentido, foram definidas quatro partes para dar maior convergência às ideias e possibilitar um produto voltado para o entendimento da dinâmica territorial e seus conflitos, para as necessidades do gerenciamento costeiro e para as tendências do estudo do litoral. Cada eixo definiu uma parte do livro: 1) Territórios Costeiros: Múltiplos Olhares; 2) Ordenamento Territorial de Ambientes Costeiros; 3) Segunda Residência e Vilegiatura Marítima; 4) Dinâmicas Regionais e Configurações Territoriais.

Territórios Costeiros do Nordeste do Brasil são assim concebidos como espaço e tempo, história e geografia, são formas-conteúdo que convidam a leituras e interpretações variadas. E é exatamente na esteira dessas ideias inter-relacionais que a presente contribuição caminha, ou melhor, navega.

